

PODER EXECUTIVO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – MG



**PROCESSO DE CONTAS ANUAL
EXERCÍCIO DE 2016**

Março/2017



PODER EXECUTIVO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA – MG

Rua José Lourenço Kelmer, s/n - *Campus* Universitário
Bairro São Pedro - CEP: 36036-900 - Juiz de Fora - MG
Telefones: (32) 2102-3918 - E-mail: planejamento@ufjf.edu.br

PROCESSO DE CONTAS ANUAL
EXERCÍCIO DE 2016

Rol de Responsáveis, Relatório de Gestão, Parecer da Unidade de Auditoria Interna, Relatório de Correição e Parecer do Conselho Superior (CONSU) apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual de 2016 a que esta Unidade está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição da República de 1988, elaborados de acordo com as disposições Instrução normativa do TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, Resolução TCU nº 234, alterada pela Resolução TCU 244/2011 em 20 de julho de 2011, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa TCU nº 156/2016 e Portaria TCU nº 59/2017.

Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora

Processo: 23071.003072/2017-27

Juiz de Fora (MG), 22/03/2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
BIC	Bolsas de Iniciação Científica
CGS	Coordenação Geral de Sustentabilidade
CGU	Controladoria Geral da União
COESF	Coordenadoria de Execução e Suporte Financeiro
CSARH	Conselho Setorial de Administração e Recursos Humanos
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DE	Dedicação Exclusiva
DAVI	Diretoria de Avaliação Institucional
DICOM	Diretoria de Comunicação
DISEG	Diretoria de Segurança
EBSERH	Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAPEMIG	Fundação de Amparo  Pesquisa do estado de Minas Gerais
FAUBAI	Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais
FC	Fórum da Cultura
FG	Função Gratificada
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
GET	Grupo de Educação Tutorial
GV	Governador Valadares
IAD	Instituto de Artes e Design
IBT	Incubadora de Base Tecnológica
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRPF	Imposto de Renda de Pessoa Física
MAMM	Museu de Arte Murilo Mendes
PAD	Processo Administrativo-Disciplinar
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PET	Programa de Educação Tutorial
PI	Patente de Invenção
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PPA	Plano Pluri Anual

PROBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PROAE	Pró-Reitoria de Apoio estudantil
PROINFRA	Pró-Reitoria de Infraestrutura
PROPLAN	Pró-Reitoria Planejamento, Orçamento e Finanças
SCDP	Sistema para Concessão de Passagens e Diárias
SEBRAE	Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SICONV	Sistema de Convênios
SIGEPE	Sistema de Gestão de Pessoas
SPIUNET	O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UPAG	Unidade de Pagamento
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 2.4.1 - Microrregiões analisadas no estudo da área de influência de Juiz de Fora.....	15
Quadro 2.4.2 - População residente estimada.....	16
Quadro 2.4.3 - Participação percentual do PIB municipal sobre o PIB Mineiro.....	16
Quadro 2.4.4 - Instituições de Ensino Superior Ativas no MEC.....	17
Quadro 2.5.1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas.....	21
Quadro 2.6.1- Macroprocessos Finalísticos da UFJF.....	25
Quadro 3.1.2.1 – Implementação do Planejamento Estratégico - Ensino.....	30
Quadro 3.1.2.2 – Implementação do Planejamento Estratégico – Pesquisa e Pós-Graduação.....	35
Quadro 3.1.2.3 – Implementação do Planejamento Estratégico – Extensão e Cultura.....	35
Quadro 3.1.2.4 – Implementação do Planejamento Estratégico – Gestão e Recursos Humanos.....	39
Quadro 3.3.2.1 – Ação/Subtítulos – OFSS- 153061.....	44
Quadro 3.3.2.2 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS.....	51
Quadro 3.3.4.1 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado em 2016.....	54
Quadro 3.3.5.1 - Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores.....	55
Quadro 3.3.6.1 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	55
Quadro 3.3.6.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	56
Quadro 3.3.6.3 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	56
Quadro 3.3.6.4 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	57
Quadro 3.3.7.1 Receitas realizadas em 2016.....	58
Quadro 3.3.8.1 Despesas por modalidade de contratação.....	59
Quadro 3.3.8.2 - Despesas por grupo e elemento de despesa.....	60
Quadro 3.5.1.1 - Indicadores Primários.....	62
Quadro 3.5.1.2 - Indicadores da Decisão TCU nº 408/2002.....	63
Quadro 3.5.2.1 - Indicadores de avaliação para verificação da eficiência e da eficácia da execução orçamentária-financeira da UFJF.....	70
Quadro 3.5.2.2 - Painel dos 12 indicadores propostos (UFJF: 2015-2016).....	75
Quadro 4.4.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC.....	88
Quadro 5.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 – UPAG 14 (UFJF).....	91
Quadro 5.1.1.2 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 – UPAG 105 (HU).....	91
Quadro 5.1.1.3 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 – GERAL.....	92
Quadro 5.1.1.4 - Distribuição da Lotação Efetiva – UPAG 000000014.....	92
Quadro 5.1.1.5 - Distribuição da Lotação Efetiva – UPAG 000000105.....	92
Quadro 5.1.1.6 - Distribuição da Lotação Efetiva - GERAL.....	93
Quadro 5.1.1.7 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) – UPAG 14.....	93
Quadro 5.1.1.8 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) – UPAG 105.....	94
Quadro 5.1.1.9 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) – Geral.....	94
Quadro 5.1.2.1 - Despesas com Pessoal – UPAG 14.....	95
Quadro 5.1.2.2 - Despesas com Pessoal – UPAG 105.....	96
Quadro 5.1.2.3 - Despesas com Pessoal – GERAL.....	97
Quadro 5.1.4.1 - Informações sobre os contratos de mão de obra da UFJF vigentes em 2016.....	99
Quadro 5.1.4.2 - Processos de estágio analisados e homologados no SIGA em 2016.....	102

Quadro 5.1.4.3 - Bolsistas de treinamento profissional - ano 2016	103
Quadro 5.2.1.1 - Resumo da área territorial da UFJF	104
Quadro 5.2.6.1 - Relação de Contratos de Locação da UFJF/GV para com empresas privadas em vigência durante o ano de 2016.....	110
Quadro 5.2.6.2 - Relação de Contratos de Locação da UFJF/JF para com empresas privadas em vigência durante o ano de 2016.....	113
Quadro 5.3.1 - Descrição do Membros Titulares do CGTI.....	117
Quadro 5.3.2 - Descrição do Membros Suplementes do CGTI	118
Quadro 5.3.3 - Distribuição de pessoal destinado a prestação de serviços de TI alocados na UFJF	119
Quadro 5.3.4 - Descrição dos projetos de TI	1210
Quadro 5.3.1.1 - Descrição dos principais sistemas de informação da UFJF	121
Quadro 5.4.1- Material encaminhado para empresa de reciclagem em 2016.....	129
Quadro 6.1.1 - Registro de formulários enviados aos setores e retorno dos documentos para entrega pela CAT.....	131
Quadro 6.1.2 - Total de pedidos de acesso à informação recebidos pelo SIC	132
Quadro 6.1.3 - Número de alcances e impressões nas redes sociais.....	132
Quadro 6.2.1 - - Total mensal de ações realizadas no Portal UFJF e Redes Sociais	133
Quadro 6.2.2 - Total de registros mensais de Acolhimento pela Central de Atendimento	133
Quadro 6.2.3 - – Total mensal de eventos e visitas pela Diretoria de Imagem Institucional	133
Quadro 6.2.4 - Total Mensal de Autorizações para uso do espaço físico externo da UFJF.....	134
Quadro 7.3.1 - Demonstração de Variações Patrimoniais	137
Quadro 7.3.2 - Balanço Orçamentário	139
Quadro 7.3.3 - Balanço Financeiro.....	145
Quadro 7.3.4 - Balanço Patrimonial	147
Quadro 7.3.5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	152
Quadro 7.4.1 - Resumo do desempenho financeiro da UFJF do exercício 2016	155
Quadro 7.4.2 - Pessoal e Encargos	155
Quadro 7.4.3 - Benefícios.....	155
Quadro 7.4.4 - Custeio - Tesouro	156
Quadro 7.4.5 - Custeio - Própria (Fonte 250 e 280)	156
Quadro 7.4.6 - Capital - Tesouro	156
Quadro 7.4.7 - Emenda Parlamentar.....	156
Quadro 7.4.8 - Resumo do desempenho financeiro da HU/UFJF do exercício 2016	157
Quadro 7.4.9 - Pessoal e Encargos	157
Quadro 7.4.10 - Benefícios	157
Quadro 7.4.11 - Custeio e Capital - Tesouro	157
Quadro 7.5.2.1 - Tratamento de determinação e recomendações do TCU	160
Quadro 7.5.2.2 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento.....	170
Quadro 8.3.1 - Processos Administrativos para apuração de danos ao Erário (Acórdão 2.316/2014-TCU)	173
Quadro 8.3.2 - Processos Administrativos para apuração de danos ao Erário (SAs nº 201313321/10 e 201408155/01).....	174
Quadro 8.6.1 - Publicidade Legal	176
Quadro 8.7.1 - Cursos de Licenciatura da UFJF cuja matriz curricular contempla a disciplina LIBRAS como obrigatória.....	176
Quadro 8.7.2 - Oferta da disciplina LIBRAS no de 2016.....	177
Quadro I.1 - Dados Da Graduação (2016).....	178
Quadro I.2 - Tramitação de processos na Secretaria.....	179
Quadro I.3 - Tramitação de processos no CONGRAD/2016.....	179

Quadro I.4 - Levantamento SCDP/2016.....	179
Quadro I.5 - Processos de estágio analisados e homologados no SIGA em 2016:	180
Quadro I.6 - Outras demandas atendidas pelo setor.....	180
Quadro I.7 - Bolsistas - ano 2016	180
Quadro III.1 - Exposições – Espaço Reitoria/PROCULT 2016.....	188
Quadro III.1 - Projetos Contemplados - “Luz Da Terra 2016”.....	189
Quadro III.2 - Exposições – Galeria Renato de Almeida (Pró-Música/UFJF)	190
Quadro V.1 - - Estudantes Assistidos pelos programas de bolsas de assistência estudantil da UFJF.....	193
Quadro VII.1 - C. A. João XXIII/UFJF - Equipamentos Permanentes Adquiridos em 2016	199
Quadro VIII.1 - Magistério Superior	201
Quadro VIII.2 - Magistério Superior – Campus Juiz de Fora.....	202
Quadro VIII.3 - Magistério Superior – Campus GV	202
Quadro VIII.4 - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.....	203
Quadro VIII.5 - Técnicos Administrativos em Educação.....	203
Quadro VIII.6 - Técnicos Administrativos em Educação – Campus Juiz de Fora.....	203
Quadro VIII.7 - Técnicos Administrativos em Educação – Campus GV	204
Quadro VIII.8 - Docentes e TAEs atendidos em programas da PROGEPE.	206
Quadro VIII.9 - Ações ou projetos inerentes ao PRÓ-VIDA.	207
Gráfico 3.5.1.1 - Custo Corrente / AGE+APGTI+ARTI.....	64
Gráfico 3.5.1.2 - Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	65
Gráfico 3.5.1.3 - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU e Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU.	65
Gráfico 3.5.1.4 - Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente e Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	66
Gráfico 3.5.1.5 - Grau de Participação Estudantil	67
Gráfico 3.5.1.6 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação.....	67
Gráfico 3.5.1.7 - Conceito Capes/Mec para a Pós-Graduação.....	68
Gráfico 3.5.1.8 - Índice de Qualificação do Corpo Docente.....	69
Gráfico 3.5.1.9 - Taxa de Sucesso na Graduação	69
Gráfico 4.3.1 - Número de PADs	87
Gráfico 4.3.2 - Incidências sob análise	88
Gráfico 8.2.1 - Status das recomendações da C.G.U a UFJF.....	172
Figura 1 – Estrutura Organizacional da UFJF a partir de abril de 2016	19
Figura 2– Estrutura Organizacional da UFJF até abril de 2016.....	20
Figura 3 Cadeia de Valor - Macroprocessos Institucionais	25

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

9. Anexo 1- OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	178
9.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UPC	178
I- Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD	178
II- A Pró-Reitoria de Extensão	183
III- Pró-Reitoria de Cultura	185
IV- Diretoria De Ações Afirmativas	191
V- Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva – PROAE	192
VI- Pró-Reitoria de Infra Estrutura e Gestão – Proinfra	194
VII- Colégio de Aplicação JOÃO XXIII	198
VIII- Gestão de pessoas.....	200
IX- Diretoria de Relações Internacionais.....	209
10. Anexo 2- OUTRAS peças da prestação de contas	215
10.1. Relatório de Instância ou área de correição.....	215
10.2. Declarações	216
11. Anexo 3- obras em 2016	215

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	11
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	14
2.2. Finalidade e Competência da UFJF.....	14
2.3. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade.....	14
2.4. Ambiente de atuação.....	15
2.5. Organograma.....	18
2.6. Macroprocessos Finalísticos.....	25
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL ...	27
3.1. Planejamento Organizacional.....	27
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	28
3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico	30
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	40
3.2. Formas e Instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.....	41
3.3. Desempenho Orçamentário	43
3.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	43
3.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentário Anual de responsabilidade da unidade	44
3.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	54
3.3.4. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado.....	54
3.3.5. Restos a pagar exercícios anteriores.....	55
3.3.6. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos.....	55
3.3.6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas	57
3.3.7. Informações sobre a realização das receitas	58
3.3.8. Informações sobre a execução das despesas.....	58
3.3.9. Suprimento de Fundos.....	61
3.4. Desempenho operacional	62
3.5. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho.....	62
3.5.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	62
3.5.2. Indicadores próprios de acompanhamento	70
4. GOVERNANÇA, gestão de riscos e Controles internos.....	76
4.1. Descrição da estrutura de governança	76
4.2. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	76
4.3. Atividades de Correição e apuração dos atos ilícitos administrativos.....	87
4.4. Gestão de riscos e controle interno.....	88
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	91
5.1. Gestão de pessoas.....	91
5.1.1. Estrutura de Pessoal da Unidade	91
5.1.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal	95
5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	98
5.1.4. Contratação de Pessoal de apoio e de estagiários.....	99

5.1.5	Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais.....	104
5.2	Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura.....	104
5.2.1	Informações sobre a infraestrutura física	104
5.2.2	Gestão da frota de veículos	104
5.2.3	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso	106
5.2.4	Gestão do Patrimônio Imobiliário da União.....	106
5.2.5	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas	106
5.2.6	Informações sobre imóveis locados de terceiros	110
5.3	Gestão da tecnologia da informação.....	117
5.3.1	Principais sistemas de informações	120
5.4	Gestão Ambiental e Sustentabilidade.....	128
6.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	131
6.1	Canais de acesso do cidadão	131
6.2	Carta de Serviços ao Cidadão.....	132
6.3	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	134
6.4	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	135
6.5	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	135
7.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	136
7.1	Tratamento contábil da depreciação, da amortização, e da exaustão do itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	136
7.2	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	136
7.3	Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4320/64 e notas explicativas	137
7.4	Desempenho Financeiro no Exercício.....	155
7.5	Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior	158
7.5.1	Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.....	158
7.5.2	Demonstração da alocação de recursos captados e dos resultados.....	159
8.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	160
8.1.	Tratamento de determinação e recomendações do TCU	160
8.2.	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	172
8.3.	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário.....	172
8.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993	175
8.5.	Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	175
8.6.	Informações sobre as ações de publicidade e propaganda.....	175
8.7.	Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5626/2005	176

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (**órgão 26237** – UFJF). Sua elaboração utilizou como base para sua estruturação os seguintes documentos: Instrução normativa do TCU nº 63/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, Resolução TCU nº 234, alterada pela Resolução TCU 244/2011 em 20 de julho de 2011, Decisão Normativa TCU nº 154/2016, Decisão Normativa TCU nº 156/2016 e Portaria TCU nº 59/2017. O preenchimento obedeceu aos itens constantes no sistema de prestação de contas do TCU (e-Contas).

Como nota preliminar, destaque-se que entre 01/01/2016 e 28/03/2016 a administração da UFJF foi conduzida pelo Prof. Dr. Marcos Vinício Chein Feres, Vice-Reitor no Exercício da Reitoria. O novo Reitor, Prof. Dr. Marcus Vinicius David, foi nomeado para o cargo em 29/03/2016 para um mandato de quatro anos (2016-2020), tendo tomado posse ao início de abril. A UFJF passou por um conturbado período que gerou a renúncia do Reitor Prof. Dr. Júlio Chebli, produzindo momentos de incerteza ao final do ano de 2015, e após um ano de dificuldades administrativas e financeiras que impactaram a UFJF no ano do presente relatório (2016).

A transição entre o período do professor Marcos Chein e o que se iniciou com o Reitor Marcus David foi realizada por uma equipe de trabalho que produziu um relatório preliminar e situacional de cada setor, intentando não apenas diagnosticar gargalos e oportunidades, mas também considerar com realismo as perspectivas. Nenhuma instituição ultrapassa uma crise associada a uma renúncia sem sequelas, particularmente porque a renúncia é apenas o fim de um processo. O que foi observado, e exigiu um plano de contingência nos primeiros meses, marcou a gestão entre abril e dezembro de 2016.

A UFJF não é uma universidade propriamente recente, se considerarmos as universidades brasileiras. Fundada em 1960, com um campus do início da década de 1970, constitui um quadro institucional que passou por significativas mudanças. Simplificando, no período entre 2007 e 2012 vivenciou um processo de expansão longo e volumoso, introduzindo não apenas um apreciável número de novos alunos como também uma renovação do seu quadro de professores próxima de 50% e o ingresso de servidores técnico-administrativos ampliou-se acima de 30%. Esta mudança alterou o perfil médio dos servidores e não foi acompanhado por uma efetiva socialização dos técnicos nas funções e por professores jovens ingressando em uma instituição em mudança. Junto a este iniciou um processo de obras e reformas que, se por um lado alterou o aspecto físico da UFJF, por outro apresenta, a partir de 2014, descontinuidade, atraso e mesmo suspensão.

Em meio a isso ainda patrocinou um campus avançado em Governador Valadares-MG sem planejamento, sem sede e sem imóveis, tornando-o dependente de alugueis (que se multiplicam ou necessitam de exaustivas negociações) e com evidentes problemas para sua gestão, incluindo a distância da sede (mais de 500 km), um quadro de servidores jovem e sem tradição institucional e a dependência de instalações de instituições privadas de ensino. No campus-sede evidenciou-se a ausência de planejamento de ações orçamentário-financeiras e do próprio campus, gerando descontrole e reflexos negativos em relatórios dos órgãos de controle, notadamente a Controladoria Geral da União (CGU) e o próprio Tribunal de Contas da União (TCU), incluindo recomendações deste Tribunal em 2014, acórdãos, um grande número de recomendações da CGU e acúmulo de observações da Auditoria Interna. O cenário final desta crise foi a evidente deterioração dos investimentos federais já em 2015, o que agravou o cenário.

Este cenário de longo prazo, entre 2006 e 2015, certamente impactou a renúncia do Reitor e foi nesta conjuntura que a nova administração assumiu a Reitoria em abril de 2016. A primeira ação foi o estudo e debate sobre o relatório da transição de Reitoria e a elaboração de um trabalho envolvendo a situação orçamentária e financeira das obras (apresentado pelo Reitor à comunidade em reunião ampliada). Este não pretendeu apenas apresentar à UFJF as suas mazelas, mas também auxiliar na elaboração de estratégia para enfrentar o contingenciamento sobre a Lei Orçamentária (LOA) de 2016. O Conselho Universitário (CONSU) foi conclamado a participar diretamente da matéria, estabelecendo, a partir desses estudos, prioridades em relação às dívidas e ao custeio da Universidade, mas tomando decisão quanto ao investimento (capital) disponível para 2016. Estes eventos aconteceram entre abril e maio de 2016 (estando documentados nas Atas do CONSU e mesmo na imprensa local).

Em relação à gestão, houve ajustes no organograma da UFJF (Resolução 23/2016 CONSU) e a criação de uma nova ouvidoria-especial em ações afirmativas (resolução 32/2016 CONSU). Além disso, destacam-se: Fórum de Segurança da UFJF (Resoluções 30 e 66); cessão de gratificações (dois CDs) para o campus-avançado (Resolução 38), Comissão de Dimensionamento dos TAEs (resolução 33); comissão para a Flexibilização de Jornada dos TAEs (Resolução 47); atualização do regimento da Comissão Própria de Avaliação (resolução 50), reformulação do Programa de qualificação dos servidores – PROQUALI (Resolução 51), Comissão para reestruturar as relações UFJF e Fundação de Apoio (FADEPE) com adequação às recomendações da CGU (Resolução 55), alteração (e recomposição) do Conselho de Extensão (Resolução 68); criação de bolsa no âmbito UFJF/Idioma Sem Fronteiras (Resolução 75) e aprovação do Plano de Auditoria (PAINT) para 2017 (Resolução 76).

No âmbito da administração direta, foi instituída comissão (Resolução 48/2016) para a elaboração do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI, que demandava atualização) e para o Plano de Logística Sustentável (PLS), atendendo à legislação (Portaria 1429/2016). O primeiro está concluído e será votado em abril de 2017 (de acordo com a pauta do CONSU) e o segundo está em elaboração com resultado previsto até meados de 2017. Além, disso, a administração procedeu ao processos de adesão ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e ultimou esforços para seu Plano de Dados Abertos. Muitas dessas ações vão ao encontro de metas gerais da UFJF e no espírito do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A ressaltar que as incertezas políticas e econômicas também impactaram a cena de 2016. Ao fim de março é editado o Decreto de Contingenciamento com efeito até julho, incluídos os reduzidos repasses de recursos financeiros. Estes repasses se tornaram mais estáveis e pertinentes a partir de agosto e o contingenciamento foi sendo alterado até o fim do exercício, chegando a 100% do previsto em custeio e 50% do previsto em recursos para investimento. Ainda assim, por mais da metade do exercício, não existiu uma direção clara para as instituições federais de ensino superior (IFES). Mesmo após, a dimensão de planejamento ficou prejudicada diante da proposta do PLOA para 2017, que indicou cortes em custeio e investimento. O conturbado cenário político e econômico trouxe a todas as IFES movimentos de protesto com os quais a administração superior também precisou considerar em sua rotina.

Em meio a este ano conturbado, entrou em vigor também um novo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (http://www.ufjf.br/ufjf/files/2016/01/pdi_2016-2020_ufjftexto_aprovado.pdf). Este foi conduzido e elaborado integralmente pela administração que renunciou em novembro de 2015. A herança deste documento institucional persiste para a nova administração e, em linhas gerais, retrata a missão estratégica da Universidade. A maioria de seus objetivos e metas é de longo curso – período de 2016 a 2020 – com a notável exceção de várias metas de sustentabilidade. Em consonância ao PDI, estas últimas referências tiveram andamento em 2016 e o setor ganhou impulso com a criação da comissão para a elaboração do

Plano de Logística Sustentável. O alinhamento entre a gestão e o PDI é perceptível quando consideramos objetivos e metas do PDI e seu cronograma (pp.18-37); a expressiva parte do plano chega a 2020 o que significa que ações iniciadas em 2016 deverão apresentar solubilidade ao plano. Claro que o PDI é sensível tanto às mudanças institucionais quanto ao cenário mais geral ao qual as IFES estão submetidas. Por isso, 2016, que foi um ano de mudança de gestão, principiada pela crise institucional de 2015 e desdobrada por dificuldades no financiamento, é também o primeiro ano do PDI. Guardadas as proporções, grande parte das ações iniciadas no ano ao qual equivale este relatório permitirá auxiliar nos desdobramentos indicados pelo próprio PDI. O ponto modal em que esteve a instituição em 2016 requer cuidados, por tratar-se da necessidade em institucionalizar, reordenar programas, preparar ferramentas e regulamentar práticas após uma crise institucional e em período de restrição orçamentária.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

2.2. Finalidade e Competência da UFJF.

A missão da Universidade Federal de Juiz de Fora se encontra expressa no Art. 5º do seu Estatuto:

“A Universidade tem por **finalidade** produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida”

Para que a missão possa permear e embasar todos os atos da vida acadêmica e administrativa da UFJF, nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, o próprio Estatuto, nos incisos do Art. 3º, define os princípios que deverão ser seguidos pela Universidade:

- Liberdade de expressão através do ensino, da pesquisa e da divulgação do pensamento, da cultura, da arte e do conhecimento;
- Pluralismo de ideias;
- Gratuidade do ensino;
- Gestão democrática;
- Garantia do padrão de qualidade;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

O Art. 4º, do mesmo diploma legal (Estatuto) complementa o rol de princípios que deverão ser seguidos pela UFJF nos seguintes termos: a formação universitária obedecerá aos princípios fundados no respeito à dignidade e aos direitos fundamentais da pessoa humana, e terá em vista a realidade brasileira, sendo vedado à Universidade tomar posição sobre questões político-partidárias ou religiosas, bem como adotar medidas discriminatórias ou baseadas em preconceitos de qualquer natureza.

A Universidade Federal de Juiz de Fora, visando agir em acordo com a missão estabelecida e atendendo seus princípios, atua de acordo com ações circunscritas em amplas diretrizes, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que são a seguir apresentadas:

- a) Excelência Acadêmica
- b) Democratização do Ensino
- c) Qualidade de Vida
- d) Processos e Infraestrutura
- e) Excelência do Hospital Universitário
- f) Inserção, Inovação Social e Desenvolvimento Regional
- g) Desenvolvimento do campus de Governador Valadares

2.3. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do órgão ou da entidade.

A Portaria 1.105, de 28 de setembro de 1998 do Ministro de Estado da Educação e do Desporto, aprovou as alterações do **Estatuto** da Universidade Federal de Juiz de Fora, o qual dita

as normas, os princípios, os fins, assim como a sua estrutura. O Estatuto da Universidade encontra-se disponível para consulta em seu site institucional com acesso no seguinte endereço: <http://www.ufjf.br/ufjf/files/2015/10/estatuto.pdf>

O Regimento Geral disciplina as atividades comuns da Universidade nos campos do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração. Ele está disponível em: http://www.ufjf.br/ufjf/files/2015/01/regimento_geral12.pdf

O Regulamento Acadêmico da Graduação está disponível em: <http://www.ufjf.br/prograd/files/2009/02/NOVO-RAG-21.07.pdf>

Outros documentos referentes a regulação interna da UFJF estão disponíveis em: <http://siga.ufjf.br/> - ícone *Documentos*, <http://www.ufjf.br/ufjf/sobre/legislacao/> e <http://www.ufjf.br/progepe/publicacoes/portarias-ufjf/designativas-exonerativas/>

2.4. Ambiente de atuação.

Juiz de Fora é um município mineiro, localizado na mesorregião Zona da Mata. A cidade está centrada entre as três principais capitais da região Sudeste. Distancia-se à 272 km de Belo Horizonte, 184 km do Rio de Janeiro e 506 km de São Paulo. O município faz parte do eixo industrial dos municípios próximos à BR 040, rodovia que liga a capital de Minas Gerais ao Rio de Janeiro. A BR 267 conecta Juiz de Fora ao Sul de Minas e à BR-116. Juiz de Fora conta ainda com as ligações rodoviárias fornecidas pelas rodovias MGs 133 e 353. O município é transposto ainda pela Estrada de Ferro Central do Brasil, permitindo acesso por ferrovia aos principais nós econômicos brasileiros. Sua área de influência se estende por toda a Zona da Mata, uma pequena parte do Sul do Estado de Minas Gerais, parte da região Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro e Sul do Espírito Santo.

As microrregiões limítrofes que se inter-relacionam à Microrregião de Juiz de Fora, estão apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 2.4.1 - Microrregiões analisadas no estudo da área de influência de Juiz de Fora

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	
Campo das Vertentes	Barbacena - MG	Zona da Mata	Cataguases - MG	
	Lavras - MG		Manhuaçu - MG	
	São João Del Rei - MG		Muriaé - MG	
Sul e Sudoeste de Minas	Alfenas - MG		Ponte Nova - MG	
	Andrelândia - MG		Ubá - MG	
	Itajubá - MG		Viçosa - MG	
	Passos - MG		Centro Fluminense	Cantagalo- Cordeiro - RJ
	Poços de Caldas - MG			Nova Friburgo - RJ
	Pouso Alegre - MG			Santa Maria Madalena - RJ
	Santa Rita do Sapucaí - MG	Noroeste Fluminense	Três Rios - RJ	
	São Lourenço - MG		Itaperuna - RJ	
São Sebastião do Paraíso - MG	Santo Antônio de Pádua - RJ			
Sul Fluminense	Varginha - MG	Vale do Rio Doce	Aimorés - MG	
	Baía da Ilha Grande - RJ		Caratinga - MG	
	Barra do Piraí - RJ		Governador Valadares - MG	
Vale do Paraíba Fluminense - RJ	Guanhães - MG			
Sul Espírito Santense	Alegre - ES		Ipatinga - MG	
	Cachoeiro do Itapemirim - ES		Mantena - MG	
	Itapemirim - ES		Peçanha - MG	

Fonte: Projeto de Implantação do Parque Científico e Tecnológico da UFJF.

Em termos populacionais, o município de Juiz de Fora é a quarta maior cidade do Estado de Minas Gerais e a trigésima sexta do país. Em 2016 sua população estimada era 559.636 habitantes. Também conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Juiz de Fora polariza em sua mesorregião mais de 2 milhões e trezentos mil pessoas, o que corresponde a mais de 1% da população brasileira.

Quadro 2.4.2 - População residente estimada

Municípios	2015	2016
Belo Horizonte	2.502.557	2.513.451
Uberlândia	662.362	669.672
Contagem	648.766	653.800
Juiz de Fora	555.284	559.636
Betim	417.307	422.354

Fonte: Elaboração própria baseada no dados do IBGE.

O município de Juiz de Fora apresenta o quinto maior produto interno bruto (PIB) do estado mineiro, apresentando uma modesta melhora entre os anos de 2010 e 2013.

Quadro 2.4.3 - Participação percentual do PIB municipal sobre o PIB Mineiro

Municípios	Posição em 2013	2010	2013
Belo Horizonte	1°	14,6	16,7
Uberlândia	2°	5,2	5,2
Contagem	3°	5,3	5
Betim	4°	8,1	4,6
Juiz de Fora	5°	2,4	2,7
Uberaba	6°	2	2,2

Fonte: Elaboração própria baseada no IBGE.

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho, em janeiro de 2016 haviam 137.290 pessoas formalmente ocupadas em Juiz de Fora. Destes 53% eram do setor serviços, 23% do comércio e 14% da indústria de transformação. Ao longo deste ano ocorreu uma perda de 3.750 postos de empregos formais, correspondente a 2,7% desta força formal de trabalho, perda menor que a ocorrida no estado de Minas Gerais; 3 % e do Brasil; 3,5%.

Segundo o Inep - Ministério da educação em 2012, o número de alunos matriculados no ensino superior em Juiz de Fora chegou a 37.667 sendo a maior parte no ensino presencial 93% contra no 7% no ensino a distância. Mais de 43% das matrículas são nas instituições públicas, principalmente na UFJF.

Na modalidade de ensino presencial 79,6 % das matrículas nas instituições públicas são nos cursos de bacharelado, 15,8 % nos cursos de licenciatura e 4,4% nos cursos tecnólogos. Nas instituições privadas, a ordem das matrículas se mantém com 78,9; 11,1 e 7,9%, respectivamente.

Esta ordem de distribuição das matrículas na modalidade de ensino a distância se mantém nas instituições públicas, no entanto, nas faculdades privadas, as matrículas a distância concentram-se nos cursos de tecnólogos, com 44,8% dos registros, seguidas pelos cursos de bacharelado com 31% e licenciatura 24%.

O município de Juiz de Fora possui 15 instituições de ensino superior ativas no MEC. Entre elas, duas são públicas, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG) e a Universidade Federal de Juiz de Fora.

Existem dez instituições de ensino superior sem fins lucrativos: Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF), Faculdade de Tecnologia Luiz Adelar Scheuer (FATEC- JF), Faculdade Doctum de Juiz de Fora (DOCTUM), Faculdade do Sudeste Mineiro (FACSUM), Faculdade Juiz de Fora (FJF), Faculdade Machado Sobrinho (FMS) e Faculdade Metodista Granbery (FMG), Faculdade de Tecnologia Luiz Adelar Scheuer (FATEC- JF) – SENAI, Universidade Salgado Filho (Universo) e Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac).

Há ainda outras três Instituições privadas com fins lucrativos: Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora (FCMS/JF), Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora (FESJF) e as Faculdades Integradas Vianna Júnior (FIVJ).

O Quadro a seguir mostra tais instituições e seus respectivos Conceitos Institucionais (CIs) e Índice Geral de Cursos (IGC).

Quadro 2.4.4 - Instituições de Ensino Superior Ativas no MEC

Instituição (IES)	Organização Acadêmica	Categoria	CI	IGC
Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF)	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	3	3
Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde de Juiz de Fora (FCMS/JF)	Faculdade	Privada com fins lucrativos	5	4
Faculdade de Tecnologia Luiz Adelar Scheuer (FATEC- JF) – SENAI	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	3	3
Faculdade Doctum de Juiz de Fora (DOCTUM)	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	3	4
Faculdade do Sudeste Mineiro (FACSUM)	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	3	3
Faculdade Estácio de Sá de Juiz de Fora (FESJF)	Centro Universitário	Privada com fins lucrativos	4	3
Faculdade Juiz de Fora (FJF)	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	3	3
Faculdade Machado Sobrinho (FMS)	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	SC	3
Faculdade Metodista Granbery (FMG)	Faculdade	Privada sem fins lucrativos	3	3
Faculdades Integradas Vianna Júnior (FIVJ)	Faculdade	Privada com fins lucrativos	3	3
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IFSEMG)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pública Federal	SC	4
Instituto Superior de Educação Carlos Chagas (ISECC)	Faculdade	Pública sem fins lucrativos	3	2
Universidade Salgado de Oliveira (Universo)	Universidade	Privada sem fins lucrativos	3	3
Universidade Presidente Antônio Carlos (Unipac)	Universidade	Privada sem fins lucrativos	3	3
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Universidade	Pública Federal	4	4

Fonte: Elaboração própria baseado no Ministério da Educação - Sistema e-MEC acesso em 07/02/2017.

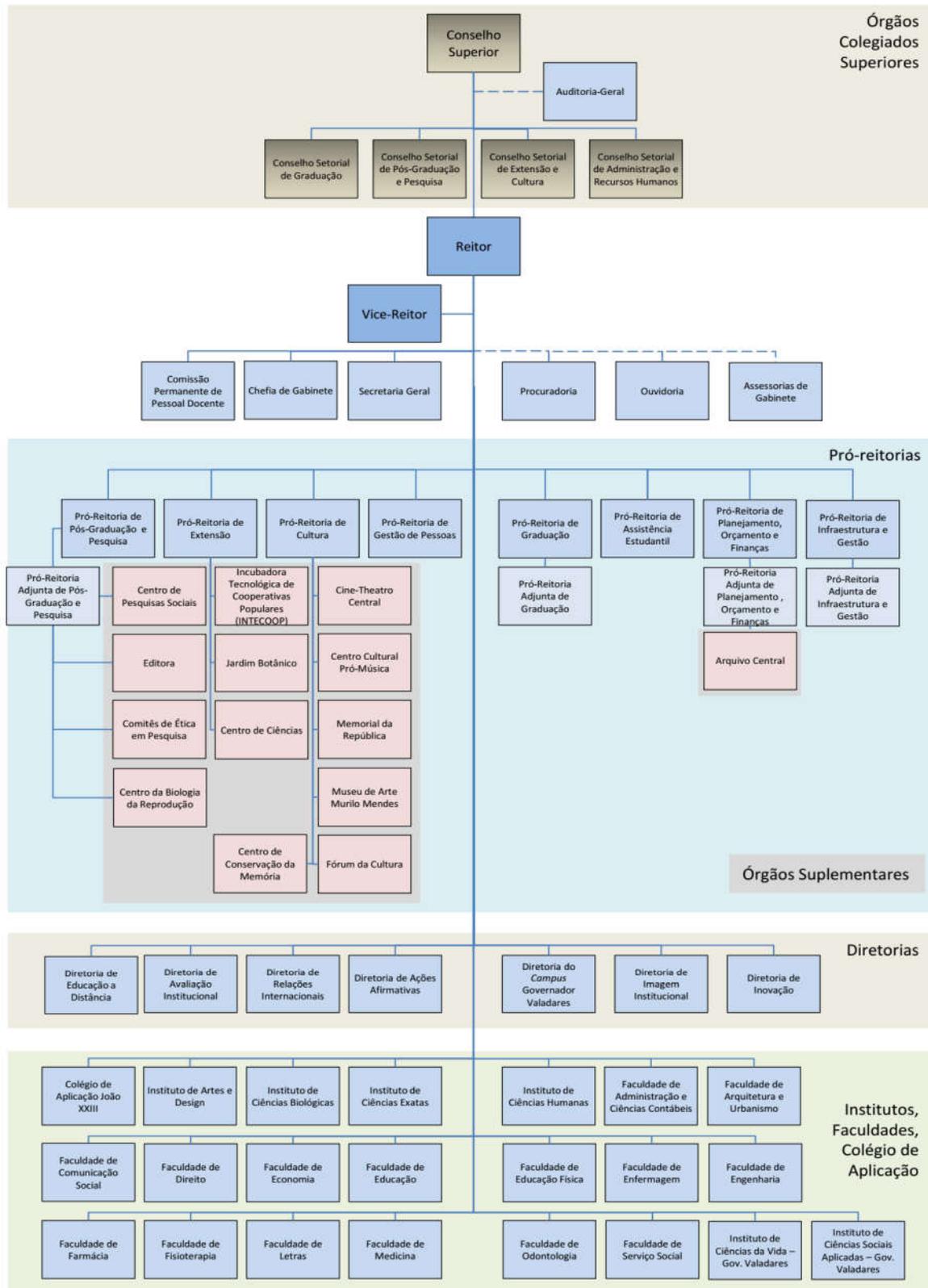
As informações do ambiente de atuação da UFJF revela que o município possui grande influência em seu entorno, sua economia é baseada no setor de serviços, sendo a educação superior um componente muito relevante deste segmento. Apesar da ampla oferta de cursos no

município, a demanda extrapola essa oferta, tendo em vista que há grande fluxo de pessoas para a localidade com este objetivo.

2.5. Organograma.

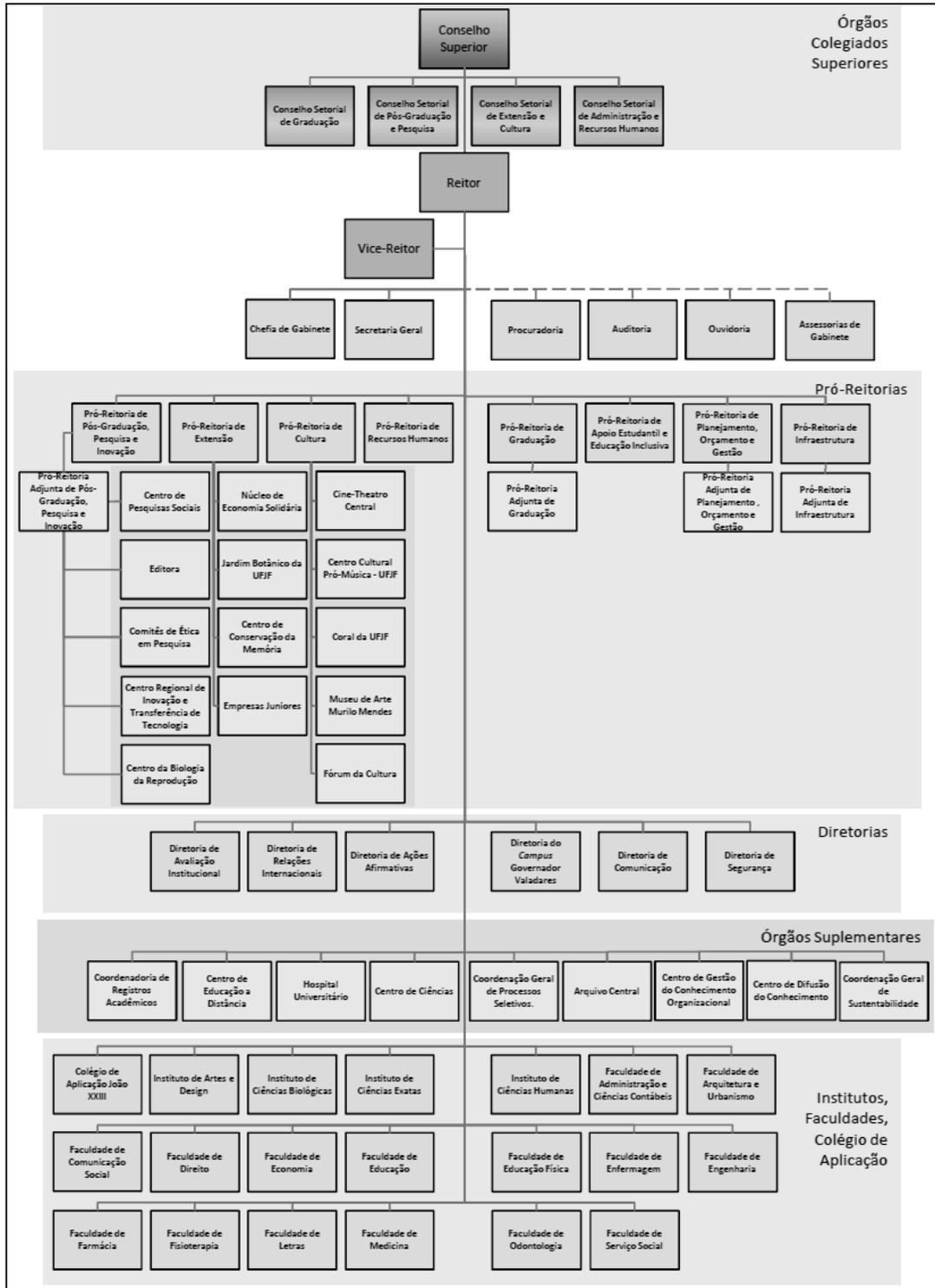
O organograma vigente da UFJF está ilustrado na Figura 1. Devido a troca de gestão ocorrida em abril/2016 observou a necessidade de adequar o organograma anterior à nova realidade administrativa da UFJF, visto que alguns órgãos internos foram extintos/criados/incorporados e/ou alterados. Esta nova configuração foi proposto e aprovado no Conselho Superior da UFJF através da Resolução 23/2016. A Figura 2 refere-se ao organograma vigente até abril de 2016.

Figura 1 – Estrutura Organizacional da UFJF a partir de abril de 2016



Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças.

Figura 2– Estrutura Organizacional da UFJF até abril de 2016



Fonte: Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças.

O Quadro a seguir exibe as informações referentes às competências das áreas e subunidades estratégicas que integram a estrutura da UFJF de acordo com o organograma apresentado na Figura 1.

Quadro 2.5.1 - Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação no ano de 2016
REITOR	Cabe ao Gabinete planejar, organizar e supervisionar a execução dos trabalhos a cargo do setor; e assessorar o reitor em assuntos de sua competência.	MARCUS VINICIUS DAVID	REITOR	29/03 a 31/12
		MARCOS VINICIO CHEIN FERES	VICE-REITOR NO EXERCÍCIO DA REITORIA	01/01 a 08/04
AUDITORIA INTERNA	A finalidade básica da auditoria é buscar a promoção da legalidade e da legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados alcançados, quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e de pessoal da UFJF. A Auditoria-Geral tem por objetivo assessorar e orientar os gestores, acompanhar e avaliar os atos administrativos de forma a fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle e prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.	ENIO HENRIQUE TEIXEIRA	AUDITOR	01/01 a 31/12
CHEFIA DE GABINETE	Planejar, organizar e supervisionar a execução dos trabalhos a cargo do setor; e assessorar o reitor em assuntos de sua competência.	MARA DE MENDONÇA LOUREIRO	CHEFE DE GABINETE	11/04 a 31/12
		ADRIANA KELLY FURTADO LISBOA		01/01 a 11/04
OUVIDORIA	Para estreitar ainda mais seu relacionamento com a comunidade – acadêmica ou não – a UFJF oferece um serviço de atendimento de reclamações, críticas e sugestões.	LENIO DE PAULA MOTA	OUVIDOR	07/04 a 31/12
PROCURADORIA	Nas atividades de consultoria e assessoramento jurídico	EWERTON MARCUS DE OLIVEIRA GOIS	PROCURADOR GERAL	01/01 a 13/05
		MARCELO DE CASTRO SILVA	PROCURADOR GERAL	14/05 a 31/12
SECRETARIA GERAL	Prestar assessoria e secretariado do Conselho Superior e Gestão do Fluxo de comunicação para atendimento das demandas dos órgãos de controle e outras autoridades	RODRIGO DE SOUZA FILHO	SECRETARIO -GERAL	11/04 a 31/12
		BASILEU PEREIRA TAVARES	SECRETARIO -GERAL	01/01 a 11/04

COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTES	É órgão de assessoramento do CONSU, Reitoria, Pró-reitorias e Conselhos Setoriais para formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente, no que diz respeito a: dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas; contratação e admissão de professores efetivos e substitutos; alteração do regime de trabalho docente; avaliação do desempenho para fins de progressão e promoção funcional; solicitação de afastamento de docentes para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado ou pós-doutorado; e liberação de professores para programas de cooperação com outras instituições, universitárias ou não.	NATHALIE BARBOSA DE LA CADENA	Presidente	06/2016 a 31/12
ASSESSORIAS DE GABINETE	De acordo com o Art. 21 do Regimento Interno da UFJF as assessorias são órgãos diretamente subordinados ao Reitor, com o objetivo exclusivo de apoiar o desenvolvimento de atividades institucionais.	Não há provimento	Não há	Não há
PRÓ-REITORIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	Dedica-se à formulação, implantação, gestão e acompanhamento de políticas de apoio estudantil. Além do gerenciamento das bolsas de assistência financeira, a pró-reitoria busca compreender de forma ampla as demandas socioeconômicas e psicopedagógicas dos estudantes.	MARCOS SOUZA FREITAS	PRO-REITOR	11/04 a 31/12
		FREDERICO FREIRE ROSA	PRO-REITOR	01/01 a 11/04
PRÓ-REITORIA DE CULTURA	A cultura como direito inalienável de todos é o princípio que norteia a atuação da Pró-reitoria, por meio de projetos de formação de público, universalização do acesso à produção e à fruição de bens culturais e de integração entre comunidade e universidade.	VALERIA DE FARIA CRISTOFARO	PRO-REITOR	01/01 a 31/12
PRÓ-REITORIA DE EXTENSAO	Responsável por promover a articulação entre o ensino e a pesquisa e as demandas da sociedade. A pró-reitoria coordena e apoia programas, projetos, eventos, cursos, prestações de serviço e demais atividades de extensão, considerando o compromisso social da Universidade.	ANA LIVIA DE SOUZA COIMBRA	PRO-REITOR	11/04 a 31/12
		LEONARDO DE OLIVEIRA CARNEIRO		01/01 a 07/04
PRÓ-REITORIA DE GRADUACAO (E ADJUNTA)	Coordena, junto às unidades acadêmicas e ao Conselho Setorial de Graduação, a formulação e implementação de políticas para o ensino da graduação. É também encarregada pelo gerenciamento acadêmico e desenvolvimento de programas e projetos voltados para os cursos de graduação, tendo como	MARIA CARMEM SIMOES CARDOSO DE MELO	PRO REITOR	11/04 A 31/12
		ANA CLAUDIA PETERS SALGADO		01/01 a 07/04

	objetivo criar condições favoráveis ao fortalecimento da qualidade acadêmica da UFJF.			
PRÓ-REITORIA DE INFRAESTRUTURA E GESTÃO (E ADJUNTA)	Faz a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos projetos e das obras de engenharia que implicam em ampliação de área na Universidade. Administra as ações de sustentabilidade. Planeja, gerencia e executa a manutenção e a reforma dos espaços físicos e prédios e das redes de eletricidade, de telefonia e lógica. Administra o uso e a ocupação dos espaços físicos. Gerencia os sistemas de compras, almoxarifado e patrimônio. Gerencia e executar o sistema de segurança institucional da Universidade. Gerencia os serviços de transporte, de correspondência e de protocolo.	JOSE CARLOS SIMAO MALUF	PRO-REITOR	01/01 a 07/04
		MARCOS TANURE SANABIO		11/04 a 31/12
PRÓ-REITORIA DE POS-GRADUAÇÃO E PESQUISA (E ADJUNTA)	Tem como principal missão o suporte ao funcionamento dos cursos de pós-graduação da UFJF, sejam eles <i>lato</i> ou <i>stricto sensu</i> , sempre em busca de sua consolidação e expansão.	MONICA RIBEIRO DE OLIVEIRA	PRO-REITOR	11/04 a 31/12
		LYDERSON FACIO VICCINI		01/01 a 07/04
PRÓ REITORIA DE PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E FINANÇAS (E ADJUNTA)	Cabe à pró-reitoria elaborar a proposta orçamentária e o plano de gestão da instituição, identificar as necessidades de aquisição de bens e de contratação de serviços, executar as ações orçamentárias e financeiras, elaborando e gerindo os contratos e licitações pertinentes, acompanha a estratégia de TI da instituição e os dados institucionais e o planejamento global da Universidade. É também o setor responsável pela prestação de contas da Universidade, entre outras atribuições.	EDUARDO ANTONIO SALOMÃO CONDE	PRO-REITOR	11/04 a 31/12
		EDUARDO BARRERE		01/01 a 07/04
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS	Responsável pela realização dos concursos públicos da instituição, bem como pelo gerenciamento da vida funcional dos servidores, incluindo remuneração, progressão profissional, afastamentos para capacitação e movimentação de pessoas. Também promove oportunidades de capacitação e desenvolvimento, ações de proteção, prevenção e cuidados com a saúde.	KATIA MARIA SILVA DE OLIVEIRA E CASTRO	PRO-REITOR	11/04 a 31/12
		GESSILENE ZIGLER FOINE		01/01 a 07/04
DIRETORIA DO CAMPUS GOVERNADOR VALADARES	Administrar e representar o Campus, nos limites estatutários e regimentais, por delegação do Reitor, consonante com os princípios, finalidades e objetivos da UFJF	PETERSON MARCO DE OLIVEIRA ANDRADE	DIRETOR	22/05 a 31/12
DIRETORIA DE ACOES	Tem a finalidade de promover condições institucionais que	JULVAN MOREIRA DE OLIVEIRA	DIRETOR	11/04 a 31/12

Universidade Federal de Juiz de Fora

AFIRMATIVAS	permitam a implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas às ações afirmativas na UFJF, entre os discentes, docentes e técnico-administrativos em Educação.	CAROLINA DOS SANTOS BEZERRA PEREZ		01/01 a 07/04
DIRETORIA DE AVALIACAO INSTITUCIONAL	Possui o objetivo principal é oferecer suporte e propor diretrizes relacionadas à operacionalização da Avaliação da Universidade, conforme previsto na Lei 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).	MICHELE CRISTINA RESENDE FARAGE	DIRETOR	13/04 a 31/12
		VANDERLI FAVA DE OLIVEIRA	DIRETOR	01/01 a 13/04
DIRETORIA DE IMAGEM INSTITUCIONAL	O objetivo principal da comunicação institucional da UFJF é desenvolver uma política de comunicação integrada, referendada pelos órgãos superiores da instituição, e fundamentada em ampla participação dos vários setores da UFJF, em consonância com as diretrizes da Reitoria e com ênfase em princípios da comunicação pública, tais como a transparência, o diálogo e o interesse público.	MARCIO DE OLIVEIRA GUERRA	DIRETOR	11/04 a 31/12
		RODRIGO FONSECA BARBOSA	DIRETOR	01/01 a 07/04
DIRETORIA DE RELACOES INTERNACIONAIS	A DRI tem como objetivo central a elaboração e execução de políticas de cooperação internacional, consolidando as estratégias para o crescimento institucional e fomentando a qualificação das atividades acadêmicas de âmbito internacional.	BARBARA INES RIBEIRO SIMOES DAIBERT	DIRETOR	12/04 a 31/12
		ROSSANA CORREA NETTO DE MELO	DIRETOR	01/01 a 31/12
DIRETORIA DE INOVAÇÃO	Responsável por conduzir a política de inovação da UFJF com o propósito de estimular pesquisadores a converterem o conhecimento que geram em patentes, serviços tecnológicos e empreendimentos inovadores	IGNÁCIO DELGADO	DIRETOR	01/04 a 31/12
DIRETORIA DE EDUCACAO A DISTANCIA	É responsável por coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico relativos à EAD da UFJF. O Centro mantém articulação constante com os órgãos internos e externos, visando ao padrão de qualidade nessas ações e resultados.	JOSE PAULO DE ABRAHIM ABDALLA	DIRETOR	13/04 a 31/12
		LIAMARA SCORTEGAGNA	DIRETOR	01/01 a 07/04

Fonte: Elaboração própria baseado no Organograma da UFJF.

2.6. Macroprocessos Finalísticos.

A estrutura funcional da UFJF está disposta de modo a alcançar os objetivos institucionais por meio dos processos finalísticos e de suporte verificados na cadeia de valor da instituição representada na figura a seguir.

Figura 3 Cadeia de Valor - Macroprocessos Institucionais



CONGRAD – Conselho Setorial de Graduação
 CSARH – Conselho Setorial de Administração e Recursos Humanos
 CSEXC – Conselho Setorial de Extensão e Cultura
 CSPP – Conselho Setorial de Pesquisa e Pós-Graduação
 DIAAF – Diretoria de Ações Afirmativas
 DIAVI – Diretoria de Avaliação Institucional
 DIED - Diretoria de Educação à Distância
 DII – Diretoria de Imagem Institucional
 DIN – Diretoria de Inovação
 DIGV – Diretoria *campus* Governador Valadares
 DRI – Diretoria de Relações Internacionais

EP – Escritório de Processos
 PROAE – Pró-Reitoria de Assistência Estudantil
 PROCULT – Pró-Reitoria de Cultura
 PROEX – Pró-Reitoria de Extensão
 PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
 PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
 PROINFRA – Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão
 PROPP – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
 PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças
 UA's – Unidades Acadêmicas

Fonte: Elaborado pelo Escritório de Processos.

O Quadro abaixo apresenta, de forma resumida, a descrição, os produtos/serviços, os principais clientes e as subunidades responsáveis pelos macroprocessos finalísticos da UFJF.

Quadro 2.6.1- Macroprocessos Finalísticos da UFJF

Macroprocessos Finalísticos	Ensino	Pós-Graduação e Pesquisa	Extensão
Descrição	O Ensino de Graduação visa à obtenção de qualificação universitária específica, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o segundo grau ou equivalente e obtido classificação em processo seletivo. O Ensino de Pós-Graduação visa à habilitação ao exercício, em nível avançado, do ensino, da pesquisa e de atividades	Processo de investigação que visa à produção de novos conhecimentos nas diversas áreas do saber e formação de alto nível para a formação de pesquisadores e docentes	Processo educativo, cultural e científico que articula, de forma indissociável, o ensino e a pesquisa com as demandas da sociedade, na perspectiva da contribuição mútua entre esta e a Universidade.

	correlatas, sendo aberto a candidatos que tenham concluído o curso de graduação.		
Produtos e Serviços	Graduação em nível de bacharelado ou licenciatura; Pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> em nível de mestrado e doutorado.	Novos conhecimentos por meio da pesquisa científica; Inovação científica e tecnológica; Cursos de pós-graduação <i>strictu sensu</i>	Programas, projetos, eventos e cursos de cunho cultural, artístico, educativo e científico.
Principais Clientes	Discentes da instituição.	Discentes; Docentes; Comunidade científica; Sociedade; Governos.	Discentes; Docentes; Sociedade
Subunidades Responsáveis	CONGRAD (Conselho de Graduação); CSPP (Conselho Setorial de Pesquisa e Pós-graduação); PROGRAD (Pró-reitoria de Graduação); PROPGPI (Pró-reitoria de Pós-graduação Pesquisa e Inovação); UAs (Unidades Acadêmicas).	CSPP (Conselho Setorial de Pesquisa e Pós-graduação); PROPGPI (Pró-reitoria de Pós-graduação Pesquisa e Inovação); UAs (Unidades Acadêmicas).	CSEXC (Conselho Setorial de Extensão e Cultura); PROEXT (Pró-reitoria de Extensão e Cultura); UAs (Unidades Acadêmicas).

Fontes: Plano de Desenvolvimento Institucional/ 2016-2020 (UFJF, 2015). Estatuto da UFJF – Portaria 1.105 de 28 de setembro de 1998 (UFJF, 1998), Pró-reitorias afins.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

3.1. Planejamento Organizacional

O plano estratégico da UFJF é norteado por políticas educacionais desenvolvidas pelo MEC, pelo PDI vigente na Instituição e por decisões de gestão em sintonia a estes nortes mais amplos. A UFJF ainda encontra-se sobre a influência da expansão de vagas na graduação, como o restante das IFES. Além disso, vive um momento singular de desenvolvimento da sua pós-graduação *stricto sensu*, ainda em expansão e em plena busca da ampliação de sua excelência, esta traduzida segundo a valoração estabelecida pela CAPES.

Como o cenário de graduação e pós-graduação ainda não se encontra estabilizado (100% implementado), a realidade cotidiana na UFJF ainda opera sob efeito da expansão e em ajuste relacionado à realidade econômico-financeira. Expansão implica em impacto sobre custeio, afetando contratos da universidade e gastos com laboratórios por exemplo, em um orçamento que tende a ser inelástico. Com o processo de expansão em andamento, os efeitos completos em relação aos alunos equivalentes ainda não se fizeram sentir no todo. Vale ressaltar, o compromisso estabelecido em administrações anteriores com o campus-avançado cujas necessidades de recursos para implementação plena não estão disponíveis. O cenário atual não é de tranquilidade e exige doses de realismo fortes. Nos primeiros meses da nova administração, não se encontrou um cenário de planejamento estruturado nem as questões relacionadas à expansão equacionadas.

No ano de 2015, a UFJF concentrou esforços no desenvolvimento de um novo plano de desenvolvimento institucional (PDI), a ser cumprido no quadriênio 2016 – 2019. Construído dentro da perspectiva de quatro grandes áreas - graduação, pós-graduação, extensão/cultura e gestão/recursos humanos, tornou-se um documento oficial da UFJF. Embora, a UFJF tivesse iniciado um processo de transição entre as gestões, que gerou ajustes na condução da UFJF, não houve mudança de metas. Segundo o próprio Relatório de Gestão apresentada em 2016, lê-se:

Mesmo com todas as adversidades, a UFJF continuou comprometida com a sua responsabilidade de melhor atender às demandas da sociedade, visando o desenvolvimento da região na qual se insere. Como se pode ver do relatório, ao longo dos últimos anos, há um aumento sistemático nos diversos indicadores que mostram o grande empenho que se tem feito na direção da excelência do ensino, pesquisa e extensão. Inúmeros projetos estão em execução na área de pesquisa e extensão objetivando a melhoria da qualidade e ampliação das ações empreendidas nestas áreas. Mas devido ao cenário adverso de investimentos governamentais em capital no ano de 2015 e parte de 2014, a mesma realidade ainda não pode se aplicar ao *campus* Governador Valadares, o qual se encontra com infraestrutura não adequada e, conseqüentemente, ainda sem plenas condições de possuir os mesmos indicadores já alcançados no *campus* sede (Relatório de Gestão UFJF, 2015).

A administração iniciada em Abril/2016 realizou um diagnóstico completo da universidade, implementando uma série de medidas emergenciais relacionadas ao planejamento financeiro, pagamentos e escalonamento de dívidas, acerto de contratos a vencer, a equipamentos adquiridos e sem instalação. Houve esforços em atender e responder aos órgãos de controle, em reestruturar o Programa de Qualificação dos Técnicos-Administrativos em Educação (PROQUALI), em estabelecer comissões para regulamentação de jornada de trabalho dos técnico e dimensionamento de mão de obra, em reinstaurar a Comissão Permanente de Pessoal Docente, em abrir comissões de sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, entre outras medidas.

A fim de atender o planejamento organizacional, iniciou-se um processo de regulamentação interna para reinstaurar importantes conselhos, para reordenar o organograma e ajustá-lo, assim como, estabelecer protocolos de atividade no âmbito de toda a administração.

Foram iniciados projetos de médio prazo que impactarão nos resultados futuros, como por exemplo, a construção de um portal de transparência da própria instituição, que concentrará e disponibilizará mais informações. No segundo semestre foi concebido um processo de planejamento participativo cujo objetivo é permitir a construção de um conjunto de macropolíticas (ensino, pesquisa e extensão) a partir de fóruns e instâncias deliberativas da UFJF, afinadas com os objetivos da própria instituição. Isto implica em debater, aprovar e regular a vida institucional para os próximos anos.

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os objetivos dos exercícios, independente do ano, são sempre norteados pela missão da UFJF, formar recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação, dando à sociedade o retorno quanto aos recursos públicos nela investidos. Sendo assim, é objetivo institucional fortalecer e articular as ações da graduação com os demais níveis de ensino da UFJF, bem como sua vinculação com a pesquisa e extensão de forma que a formação permita um amplo desenvolvimento cultural, econômico, social e ambiental. Para tal, é importante viabilizar a infraestrutura física, tecnológica, de processos administrativos e de pessoal, necessárias para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Neste cenário, os objetivos estratégicos da UFJF podem ser assim definidos:

Ensino (Graduação e Pós-Graduação):

- Manter e ampliar a excelência no ensino.
- Acompanhar permanentemente os indicadores da graduação, como por exemplo a evasão, visando sempre melhorar o desempenho dos cursos.
- Consolidar os novos cursos de graduação ofertados e ainda em fase de implantação.
- Continuar a reestruturação da arquitetura curricular dos cursos de graduação, visando atender ao novo Regimento Acadêmico, em vigor desde meados de 2014.
- Incentivar a inovação pedagógica, a mobilidade acadêmica, a interdisciplinaridade, a flexibilização curricular e o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação.
- Favorecer a integração com a Educação Básica.
- Induzir ações de formação acadêmica complementar tais como a monitoria, o treinamento profissional e os grupos de educação tutorial.
- Acompanhar os Programas de Pós-Graduação (PPG) *strictu-sensu* da UFJF, visando melhores desempenhos junto a CAPES.
- Apoiar e induzir a criação de novos PPGs considerando a qualidade, o planejamento, a oportunidade, o crescimento institucional e o aprimoramento da integração entre pós-graduação e pesquisa

Pesquisa:

- Incentivar a produção qualificada do corpo de pesquisadores.
- Considerar a formação continuada do pesquisador, incluindo pós-doutorados e a participação ativa na comunidade nacional e internacional de pesquisadores.
- Ampliar e/ou modernizar os recursos didáticos dos laboratórios de pesquisa dos PPGs.
- Ampliar a internacionalização dos PPGs da UFJF.

Extensão e Cultura:

- Defender a educação enquanto um bem público, garantindo a qualidade de formação de pessoas em todos os níveis e áreas do conhecimento.
- Participar do desenvolvimento da sociedade brasileira e do seu processo de construção de cidadania e de uma consciência inclusiva.
- Promover políticas de democratização cultural norteadas pelo princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo.
- Comprometer-se com a sustentabilidade e a preservação ambiental nas ações da UFJF.
- Formular e executar, norteadas pelo critério contemporâneo do conhecimento, a política editorial de obras de natureza acadêmica e acervo bibliográfico nas diversas áreas do conhecimento.
- Intervir no desenvolvimento local e regional por meio de projetos de pesquisa e extensão socialmente referenciados.

Gestão e Recursos Humanos:

- Estudar e adotar ações que permitam a modernização administrativa da UFJF, a curto ou médio prazo.
- Novas obras de infraestrutura e/ou melhorias na infraestrutura destinada a atender a modernização e renovação de salas de aula e bibliotecas.
- Implementar uma política de uso racional de energia elétrica e água.
- Apresentar um plano de logística dos serviços de manutenção de forma a torná-la mais eficiente e eficaz.
- Promover novas oportunidades de capacitação, formação e aperfeiçoamento.
- Instituir mecanismos contínuos de autoconhecimento e avaliação institucional.
- Estabelecer e implementar uma política de Assistência estudantil e promoção social orientada pelo ideal de inclusão.

Destacam-se alguns riscos a uma plena realização dos objetivos no exercício 2016:

- Ao longo de 2016, incertezas orçamentário-financeiras com resolutividade lenta ao longo do exercício. Este fato é agravado pelas incertezas no cenário político nacional, com reflexos diretos na administração pública.
- Contratos e obrigações a serem renovados ou reajustados, dívidas a serem escalonadas. Dificuldades de uma nova gestão que necessitou atuar simultaneamente em muitas frentes para atender necessidades imediatas e iniciar planejamento das ações vindouras.
- Ausência de uma herança de planejamento na UFJF. Mesmo com a continuidade administrativa entre 2006 e 2015, as ações de planejamento não estão estruturadas no que tange à distribuição interna do orçamento, falta um Plano Diretor ao Campus, a própria expansão para um campus-avançado não apresentou um plano claro e bem estruturado, o monitoramento das ações é deficitário, a institucionalização das ações deixa a desejar. Reorganizar e estruturar estes elementos são desafios para o futuro próximo.

3.1.2. Estágio de Implementação do Planejamento Estratégico

As iniciativas da gestão, no que tange ao planejamento, devem ser ativas e coerentes com o diagnóstico da vida institucional e as preocupações oriundas dele, bem como estar atenta aos cenários possíveis de mudança. Uma vez que as estratégias de gestão precisam incorporar um norte geral, o PDI é um documento essencial nesse campo, particularmente naquilo que são seus objetivos e metas gerais para o período.

Ao lado do PDI, um planejamento ativo significa balizar e regular as macropolíticas da Universidade (ensino, pesquisa e extensão, devidamente acompanhadas de avaliação institucional) em estreita relação com as áreas que apoiam e consolidam tais ações (infraestrutura, gestão de pessoas, assistência, ações afirmativas, internacionalização, imagem), em um ambiente de inovação e promoção cultural. A proposta de gestão, iniciada em 2016, é promover esta integração de macropolíticas e área afins em um ambiente regulatório renovado. Enquanto documento balizador do planejamento estratégico, o PDI necessita encontrar-se com instrumentos de gestão adequados e sua devida institucionalização.

Abaixo, seguem ações de implementação em relação aos objetivos já estabelecidos.

Quadro 3.1.2.1 – Implementação do Planejamento Estratégico - Ensino

Objetivos	Estágio atual	Considerações
Manter e ampliar a excelência no ensino.	<ul style="list-style-type: none"> Há total empenho e envolvimento na condução das atividades de orientação e suporte para viabilizar os processos de implantação e acompanhamento dos novos cursos nos campi de JF e de GV. Condução, orientação e suporte às discussões no CONGRAD para apreciação dos PPPCs, proposições de modificações curriculares, criação e alterações de disciplinas. 	Vários cursos em processo de implantação nos dois campi.
	<ul style="list-style-type: none"> Há o fomento à formação dos estudantes por meio dos Programas de Graduação: Monitorias, Treinamento Profissional, PET, GET, PIBID e Mobilidade Acadêmica. Realização de evento anual para apresentação e discussão dos trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos no âmbito dos programas de graduação. Foi realizado pela PROGRAD um levantamento da abordagem que vem sendo trabalhada nos diversos cursos no âmbito das questões étnico-raciais. Observou-se que há várias iniciativas interessantes neste âmbito, entretanto, por acontecerem isoladamente, podem em uma articulação de sua organização, obter melhores resultados. Tendo como norte a formação plural de cidadãos envolvidos com a sociedade, que respeitam a diversidade e a singularidade, foi planejada a realização de evento em parceria com a DIAAF integrando tais aspectos às atividades formativas. Pretende-se, a partir desta estratégia, oportunizar e fomentar a criação de uma política institucional no âmbito das ações afirmativas. Fortalecimento de ações formativas que contribuam para o respeito ao meio ambiente e sustentabilidade. Em reunião recente com o Diretor da Faculdade de Engenharia e docentes do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária, 	<ul style="list-style-type: none"> O evento anual para apresentação e discussão dos trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos no âmbito dos programas de graduação de 2016 foi cancelado em razão da greve e ocupação da Reitoria, estamos em nova construção para realizar no 1º semestre de 2017.

Objetivos	Estágio atual	Considerações
	<p>verificou-se a disposição dos mesmos em contribuir para a construção, integração e ampliação de ações neste sentido. Discussões iniciadas no âmbito da PROGAD para análise da viabilidade de proposições.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reativação do fórum das licenciaturas • Divulgação junto aos coordenadores de cursos de licenciaturas com vistas à ampla participação no fórum das licenciaturas. • Reuniões sistemáticas do Fórum de Licenciaturas - Iniciadas as discussões para implantação da Resolução 2/2015 CNE até julho de 2017 conforme menciona a mesma. • Estabelecidos critérios para fundamentar as deliberações sobre as propostas de alterações em cursos de licenciatura a serem apreciadas pelo CONGRAD. • A partir de março 2017 terá início a construção do projeto político institucional de formação de professores. • Criação de projeto piloto com o lançamento de edital para o atendimento de trabalhos de campo, visitas técnicas, viagens pedagógicas para os cursos da UFJF. Pretende-se criar critérios com vistas a organizar o atendimento às atividades práticas de alguns cursos. • Criação de política de Ead para a graduação da UFJF com a articulação da oferta de Ead aos protocolos, procedimentos e dinâmicas dos cursos de graduação da UFJF, incentivando a formação de recursos humanos para o trabalho com instrumentos e técnicas que possibilitem este tipo de educação. • Desenvolvimento de estudos detalhados de estrutura física, recursos humanos e materiais visando à análise das possibilidades de fortalecer a oferta de cursos noturnos, especialmente na área de formação de professores no âmbito das ciências e da matemática. • Criação de comissão especial do CONGRAD para articular a implantação de indicadores já desenvolvidos para acompanhamento acadêmico, com o apoio do CGCO e a participação direta da PROAE DIAAF. • Criação de comissão especial do CONGRAD para discussão de iniciativas no âmbito das ações afirmativas, de questões étnico-raciais, atenção às minorias, acessibilidade e sustentabilidade em parceria com a DIAAF • Proposição de comissão a ser indicada pelos membros do Conselho de Graduação em parceria com a PROEX, com vistas à análise pelo CONGRAD, das possibilidades de inserção das atividades de extensão nos cursos de graduação como uma das estratégias formativas. • Articulação com a diretoria de relações internacionais – DRI com previsão de oferta de disciplinas de graduação em idiomas estrangeiros; salas de aula em diferentes unidades com recursos de tradução instantânea; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de palestra de abertura do fórum proferida pelo professor Luiz Fernandes Dourado, como modo de fomentar o início das reflexões. • Projeto piloto previsto para primeiro semestre de 2017. Resultados serão utilizados para a formulação do edital no próximo ano. • Discussões iniciadas no âmbito da Pró-Reitoria. • Discussões iniciadas no âmbito das Pró-reitorias. • Discussões iniciadas no âmbito da Pró-reitoria.

Objetivos	Estágio atual	Considerações
	<p>fortalecimento dos programas de oferta de línguas estrangeiras na UFJF, principalmente o P.U; viabilização de atividades de intercâmbio internacional no âmbito da graduação.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promoção de discussão das contribuições do programa de universalização de informática na formação dos estudantes de graduação visando à análise das ações desenvolvidas, impactos e resultados referentes ao programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Há previsão de mudança de procedimentos. Depende de investimentos (Laboratório de informática).
<p>Acompanhar permanentemente os indicadores da graduação, como por exemplo, a evasão, visando sempre melhorar o desempenho dos cursos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reuniões para discussão dos dados institucionais com a participação da PROGRAD, PROPLAN, CDARA, Pesquisadora Institucional, Procurador Institucional e Estatístico. • Solicitação ao Estatístico da PROGRAD para a realização de levantamento de dados institucionais, principalmente no tocante à retenção e evasão. • Tem havido inúmeras consultas no sentido de obter informações sobre o desempenho de alunos que ingressam pelo sistema de cotas. Em nossa visão, esta é uma questão que merece cuidadosa atenção na sua divulgação, visto que não consideramos pertinente o tratamento superficial deste aspecto. Assim, entendemos que, de modo geral, a separação por grupos não é adequada, foi apenas utilizada como estratégia de ingresso e a partir daí, todos eles passam a pertencer a um único grupo, o de graduandos. Entretanto, também sabemos que é necessário que a instituição possa identificar e atender às necessidades específicas de seus estudantes. Deste modo, temos viabilizado o acesso a estes dados em separado, apenas à DIAAF, de modo a viabilizar suas reflexões e proposições. • Criação de comissão com representantes da PROGRAD, PROPLAN, PROAE, PROGEPE, COPESE, CDARA e Diretoria de Imagem para acompanhar os procedimentos de organização e execução dos processos seletivos de ingresso nos cursos de graduação da UFJF. • Elaboração de estratégias de condução do PISM, integrando ações da PROGRAD às da COPESE • Parceria com a Diretoria de Imagem para a realização da colação de grau dos estudantes • Participação ativa em todos os processos de avaliação dos cursos. • Acompanhar os procedimentos no âmbito do setor de regulação de cursos em articulação com as unidades acadêmicas, coordenações de cursos e diretoria de avaliação institucional nos processos de autorização, reconhecimento e renovação e reconhecimento de cursos presenciais e a distância. • Normatização de critérios de orientação de processos seletivos e da formação em EAD. 	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda é necessário elaborar melhor o estudo destes dados como ferramenta de ações tanto formativas, quanto de acompanhamento do rendimento acadêmico a serem propostas. • PROGRAD já participou da organização do PISM 2017. • PROGRAD já participou da organização do PISM 2017. • Participação da PROGRAD no planejamento das colações de grau. • Processos autorizativos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso, presencial e EAD; credenciamento e reconhecimento da UFJF, geral e específico para oferta de Educação a Distância): protocolo em 2016 e detalhado acompanhamento de 20 (vinte) processos no sistema e-MEC, além do acompanhamento das consequências inerentes ao trâmite de outros 46 (quarenta e seis) processos, protocolados em anos anteriores, mas que ainda se encontram inconclusos.

Objetivos	Estágio atual	Considerações
	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de seminários de discussões sobre políticas de formação em ensino superior no Brasil contemporâneo para refletir sobre as dinâmicas e os processos de ensino de graduação 	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião com a SERES/MEC, em junho, na qual estiveram presentes a Pró-Reitora de Graduação e a Vice-Reitora. O Setor de Regulação preparou e levou ao MEC um conjunto de demandas, questionamentos e confirmou um conjunto de ações referentes à regulação de nossos cursos de graduação. • ENADE 2016: Enquadramento, acompanhamento de inscrições, orientação de coordenadores de 40 cursos; informação e suporte à Diretoria de Avaliação Institucional, que depende do acesso do Procurador Educacional Institucional (PI) ao sistema do ENADE; captura das listas de inscritos nos últimos três anos, de cada um desses 40 cursos, e envio à DIAVI – Diretoria de Avaliação Institucional. • Suporte à avaliação in loco de cursos de graduação: notificação às coordenações de curso envolvidas, bem como à DIAVI, a respeito do agendamento das visitas pelo INEP. Terminadas as avaliações in loco, envio dos Relatórios de Avaliação às coordenações desses cursos, bem como à DIAVI. • CPA: Anexo tempestivo do Relatório de Autoavaliação Institucional 2015, da Comissão Própria de Avaliação, aos registros institucionais do sistema e-MEC. • Diligências: elaboração de respostas, com base em subsídios fornecidos pelas coordenações, a diligências instauradas em seis processos de Reconhecimento de curso. As seis diligências foram consideradas satisfatórias pela SERES. • Organização de seis encontros, sendo três no primeiro semestre e três no segundo.
<p>Continuar a reestruturação da arquitetura curricular dos cursos de graduação, visando atender ao novo Regimento Acadêmico, em vigor desde meados de 2014.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer discussões no CONGRAD a respeito das atividades formativas dos graduandos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação, no CONGRAD, de adequações de projetos pedagógicos de 10 (dez) cursos no ano de 2016.
<p>Incentivar a inovação pedagógica, a mobilidade acadêmica, a interdisciplinaridade, a flexibilização curricular e o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Informatização do setor de estágios em parceria com CGCO e escritório de processos • Acompanhar a implantação e o desenvolvimento • A partir da criação do setor de estágios de GV, a PROGRAD tem atuado no acompanhamento, suporte e orientação dos processos lá realizados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Processo em andamento: migração do siga estágios para o siga três já foi realizada. Programada a primeira reunião com os presidentes de comissão orientadora de estágio e professores orientadores para a apresentação de novos modelos de documentos. • Treinamento de servidores de GV realizado em setembro/2016. Início das atividades do setor em GV, em outubro/2016, com o acompanhamento da coordenação de estágios/PROGRAD • Ainda há várias dificuldades neste processo de adequação em GV, principalmente na incorporação do rigor no atendimento às exigências quanto à legislação, normas e procedimentos.

Objetivos	Estágio atual	Considerações
	<ul style="list-style-type: none"> • Atuação em parceria com o CGCO para o estudo de processos e adequação dos sistemas como importante ferramenta nos procedimentos de ingresso da instituição, de matrículas, de acompanhamento acadêmico e dos programas de graduação. • A comissão de matrículas criada pelo CONGRAD realizou um estudo criterioso e cuidadoso, finalizou seus trabalhos. Já foram feitas várias reuniões com a participação da PROGRAD, de membros desta comissão, CDARA, Escritório de Processos e CGCO tendo como norte a análise das possibilidades de implantação das sugestões apresentadas. Como os docentes que integravam esta comissão eram de apenas uma das áreas do saber, optou-se por apresentar estas proposições aos diretores de unidade e coordenadores de curso para análise, pelas diversas áreas do conhecimento, da viabilidade e dos impactos da implantação das propostas apresentadas. 	
Favorecer a integração com a Educação Básica.	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de seminários com a comunidade escolar para discussão dos programas de ingresso na UFJF • Realização de eventos da UFJF em escolas básicas, levando a universidade às escolas • Viabilizar a participação de estudantes de escolas públicas em eventos da UFJF, visitas guiadas e aulas, por meio da oferta de transporte e criação de edital próprio para a visita à UFJF. • Está em análise no âmbito da PROGRAD a viabilidade de reativação do curso de preparação para o ingresso na instituição “cursinho popular”. Esta proposta ainda é embrionária e ainda não foi discutida de modo mais amplo para aprofundamento. 	<ul style="list-style-type: none"> • A coordenação de Integração da UFJF com a Educação Básica iniciou seus trabalhos com o acompanhamento dos processos de seleção seletivo misto PISM.
Induzir ações de formação acadêmica complementar tais como a monitoria, o treinamento profissional e os grupos de educação tutorial.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo para organização de nova resolução para programa de monitorias • Proposta de resolução para programa de treinamento profissional 	<ul style="list-style-type: none"> • Resolução aprovada na reunião do CONGRAD novembro/2016. Vigência a partir de janeiro/2017. • A comissão instituída pelo CONGRAD está se organizando para iniciar as discussões referentes ao programa de treinamento profissional.
Acompanhar os Programas de Pós-Graduação <i>strictu-sensu</i> da UFJF, visando melhores desempenhos junto a CAPES.	<p>Monitoramento da política de recredenciamento através do estabelecimento de um cronograma para sua realização, visando à conclusão do quadriênio.</p> <p>Financiamento de pareceristas externos para a avaliação dos PPG's.</p> <p>Apoio à gestão acadêmica dos programas.</p> <p>Acompanhamento da aplicação dos recursos financeiros dos PPG's: PROAP e dotação orçamentária UFJF (APG).</p>	
Apoiar e induzir a formatação de novos PPG.	<p>Edital interno para submissão de APCNs visando estabelecer regras de tramitação interna bem como avaliação de pareceristas externos com financiamento da PROPP.</p> <p>Incentivo a proposição de cursos de doutorado</p>	

Objetivos	Estágio atual	Considerações
	aos PPGs que possuem somente o curso de mestrado.	

Fonte: Pró-Reitoria de Graduação.

Quadro 3.1.2.2 – Implementação do Planejamento Estratégico – Pesquisa e Pós-Graduação

Objetivos	Estágio atual	Considerações
Incentivar as bolsas Sanduíche de Doutorado no exterior e no país.	Atualmente a instituição recebeu e implementou 19 quotas de 12 meses de bolsa CAPES de Doutorado Sanduíche no Exterior que resultaram no envio de 38 alunos para instituições de ensino no exterior.	Bolsa de Doutorado Sanduíche são fornecidas para o exterior.
Ampliar e/ou modernizar os recursos didáticos dos laboratórios de pesquisa dos PPGs.	Em 2016, foram destinados cerca de R\$ 400 mil reais para aquisição de material permanente de informática para os PPGs. No mesmo ano foi criado um banco de dados dos laboratórios de pesquisa da instituição e já em 2017 foi realizado um censo para dimensionar a demanda para a instalação de equipamentos adquiridos, entregues e não instalados.	Os laboratórios recebem fomento em função das submissões individuais aos editais de fomento das agências o que dificulta o planejamento das ações neste sentido. Está sendo desenvolvida uma iniciativa no sentido ampliar a institucionalização dos laboratórios multiusuários que recebem verbas de projetos institucionais o que facilitará o planejamento da infraestrutura para a instalação dos futuros equipamentos a serem adquiridos.
Ampliar a internacionalização dos PPGs da UFJF.	A partir de uma colaboração com Diretoria de Relações Institucionais (DRI) está sendo realizada a tradução para o idioma inglês das páginas na internet dos PPGs. Foi estabelecida uma resolução interna para garantir acesso a pesquisadores estrangeiros a recursos de infraestrutura da UFJF (internet, bibliotecas, restaurante universitário, etc.) durante o período de desenvolvimento de projeto de pesquisa na instituição. A partir da participação no grupo Coimbra, a partir de 2014, a UFJF recebe alunos da América Latina selecionados pela OEA para cursar programas de pós-graduação na UFJF. Dos 27 ingressantes, nove ingressaram em 2016 e 10 dissertações de mestrado já foram defendidas em diversos PPGs. Ainda, a UFJF tem regulamentada a possibilidade de participação à distância de avaliadores externos estrangeiros em bancas de dissertações e teses.	

Fonte: Elaborado pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

Quadro 3.1.2.3 – Implementação do Planejamento Estratégico – Extensão e Cultura

Objetivos	Estágio atual	Considerações
Participação nos Conselhos Municipais: - da Igualdade Racial; - dos Direitos da Mulher; - dos Direitos da Pessoa com Deficiência.	Inicial	Representante apenas no Conselho Municipal da Igualdade Racial.

<p>Elaboração de Campanhas, em conjunto com a Diretoria de Imagem Institucional, de conscientização sobre:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dia Internacional da Mulher; - Semana de Combate a LGBTTfobia; - Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha; - Semana da Consciência Negra. 	<p>Em andamento.</p>	
<p>Defender a educação enquanto um bem público, garantindo a qualidade de formação de pessoas em todos os níveis e áreas do conhecimento.</p>	<p>Para que esse objetivo fosse atingido, as ações foram as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento de ações em conjunto com a PROGRAD E PROPP que buscam articular a prática interventiva propiciada pela extensão universitária ao processo de formação profissionais dos estudantes; - Criação ou aprimoramento dos os processos de registro, monitoramento e avaliação das ações de extensão visando uma inserção mais qualificada de discentes e docentes no campo da extensão. Essa meta está sendo por meio das seguintes estratégias: - Levantamento de dinâmica de registro de ações de extensão com vistas à readequação da Extensão no SIGA (por meio de trabalho com o Escritório de Processos e CGCO) - Criação do Setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos. - Criação do Fórum de Extensão Universitária do <i>campus</i> Juiz de Fora e do <i>campus</i> GV participação da comunidade acadêmica na formulação da política de extensão. - Aprovação do regimento do Conselho de Extensão e Cultura visando à sua reativação. 	<p>A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é responsável pela gestão das ações interventivas da UFJF em sua relação com a comunidade externa, promovendo a articulação entre o ensino, a pesquisa e as demandas da sociedade, em um exercício de contribuição mútua e troca de saberes. Levando em consideração o compromisso social da Universidade, a PROEX coordena e apoia programas, projetos, eventos, cursos e demais modalidades.</p> <p>Os princípios da Extensão Universitária na UFJF baseiam-se nas indicações propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que compreende a Extensão Universitária como o “Processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.</p> <p>Até o ano de 2016 os coordenadores das ações de extensão deveriam entregar um relatório final das atividades realizadas, com alguns indicativos quantitativos tais como público beneficiado, discentes envolvidos, etc. Sem maior detalhamento da informação. No momento, criamos um setor de Monitoramento e Avaliação de Projetos que está estruturando o sistema a ser utilizado.</p> <p>Implantação de um sistema de avaliação contínuo das atividades, inicialmente por amostragem, <i>in loco</i>, a ser realizado sob a orientação do setor de monitoramento e avaliação.</p>
<p>Participar do desenvolvimento da sociedade brasileira e do seu processo de construção de cidadania e de uma consciência inclusiva.</p>	<p>No ano de 2016 foram registradas na Pró-Reitoria um total de 627 ações de extensão, distribuídas conforme abaixo, nas diversas áreas temáticas em ambos os <i>campi</i>:</p> <p>Programas de extensão: Comunicação: 1 programa com a alocação de 4</p>	

	<p>bolsas; Cultura: 2 programas com a alocação de 10 bolsas; Direitos Humanos: 1 programa e nenhuma bolsa alocada; Educação: 7 programas com a alocação de 17 bolsas; Meio ambiente: 3 programas com a alocação de 11 bolsas; Saúde: 8 programas com a alocação de 20 bolsas; Tecnologia e Produção: 1 programa com a alocação de 4 bolsas; Trabalho: nenhum programa registrado. Total Campus JF: 20 programas com a alocação de 57 bolsas; Total Campus GV: 3 programas com a alocação de 9 bolsas; Total geral dos programas: 23 programas com a alocação de 66.</p> <p>Projetos de extensão: Comunicação: 20 projetos e 32 bolsas alocadas; Cultura: 33 projetos e 39 bolsas alocadas; Direitos Humanos: 28 projetos e 37 bolsas alocadas; Educação: 84 projetos e 110 bolsas alocadas; Meio ambiente: 8 projetos e 14 bolsas alocadas; Saúde: 207 projetos e 271 bolsas alocadas; Tecnologia e Produção: 6 projetos e 9 bolsas alocadas; Trabalho: 10 projetos e 11 bolsas alocadas; Total Campus JF: 326 projetos e 425 bolsas alocadas Total Campus GV: 70 projetos e 98 bolsas alocadas Total geral dos projetos: 396 projetos e 523 bolsas alocadas</p> <p>Cursos de extensão: Campus JF: 56 cursos e 1.986 participantes Campus GV: 16 cursos e 195 participantes Total geral de cursos: 72 cursos e 2.181 participantes</p> <p>Eventos de extensão: Campus JF: 64 eventos e 63.872 participantes Campus GV: 72 eventos e 12.261 participantes Total geral de eventos: 136 eventos e 76.133 participantes</p> <p>Dificuldade encontrada: limitação orçamentária para pagamento de bolsas de extensão para discentes.</p>	
<p>Promover políticas de democratização cultural norteadas pelo princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo.</p>	<p>- Publicação de editais para concessão de bolsas de extensão nas diferentes áreas temáticas de extensão, definidas pelo Plano Nacional de Extensão, onde se inclui a da “Cultura”.</p>	<p>No momento a área da “Cultura” possui 2 programas com a alocação de 10 bolsas e 33 projetos e 39 bolsas alocadas.</p>
<p>Comprometer-se com a sustentabilidade e a preservação ambiental em todas as ações da UFJF.</p>	<p>- Publicação de editais para concessão de bolsas de extensão nas diferentes áreas temáticas de extensão, definidas pelo Plano Nacional de Extensão, onde se inclui a do Meio Ambiente. - Levantamento das pendências na infraestrutura do Jardim Botânico com o objetivo de se iniciar a</p>	<p>A PROEX estimula a elaboração de projetos interventivos nas áreas definidas no Plano Nacional de Extensão. Uma delas é a de Meio Ambiente. São destinadas bolsas de extensão</p>

	<p>abertura à comunidade em conjunto com a com a Pró-reitoria de Infraestrutura.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Recomposição dos Conselhos Administrativo, Técnico e Comunitário do Jardim Botânico, tendo parâmetro o indicado em Regimento. - Inserção do Jardim Botânico na página da UFJF com informações acerca do espaço visando à abertura para a comunidade em ações de educação ambiental. - Criação do Programa de Extensão Jardim Botânico da UFJF, com o objetivo de estimular a elaboração de projetos de extensão a serem desenvolvidos naquele território. 	<p>para estudantes e vincularem a programas e projetos que tem como foco ações que também possam promover a sustentabilidade e a preservação ambiental. A título de exemplo, citamos duas ações: um projeto que está sendo executado em conjunto com a Diretoria de Sustentabilidade e o Programa Jardim Botânico da UFJF.</p> <p>No momento a área de extensão “Meio ambiente” conta com 3 programas com a alocação de 11 bolsas e 8 projetos com 14 bolsas.</p>
<p>Formular e executar, norteada pelo critério contemporâneo do conhecimento, a política editorial de obras de natureza acadêmica e acervo bibliográfico nas diversas áreas do conhecimento.</p>	<p>- Criação de revista acadêmica da extensão universitária.</p>	<p>As ações de extensão premiadas na I Mostra de Ações de Extensão da UFJF, no âmbito da I Semana de Ciência, Tecnologia e Sociedade, farão parte da primeira revista da extensão universitária da UFJF. Serão apresentados os programas e projetos de extensão premiados nas áreas de Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho. Os avaliadores externos que fizeram parte da Comissão que analisou as apresentações orais durante a I Mostra também terão artigo na publicação com o objetivo de apresentar as características, limites e possibilidades das ações de extensão da UFJF.</p>
<p>Intervir no desenvolvimento local e regional por meio de projetos de pesquisa e extensão socialmente referenciados.</p>	<p>- Lançamento do primeiro Edital de Projetos de Extensão em Interface com a pesquisa, com recursos próprios da UFJF. Foram selecionados 16 projetos que articulam extensão e pesquisa, no total de 8 em cada um dos <i>campi</i> que contemplaram as 8 áreas temáticas da extensão. Ao final do processo seletivo, foram concedidas 32 bolsas da modalidade Extensão Interface com a pesquisa;</p> <p>- Realização da I Semana de Ciência, Tecnologia e Sociedade, em ambos os <i>campi</i>, conjuntamente com a Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.</p> <p>No âmbito da programação, foi realizada a I Mostra de Ações de Extensão da UFJF, na qual foi apresentada para a comunidade acadêmica e à sociedade os programas e projetos de extensão desenvolvidos por docente, técnico-administrativos e estudantes da UFJF. Foi possível detectar a relação entre diferentes projetos de Iniciação Científica e os de extensão que se desenvolvem na mesma área temática, fato que nos indica a necessidade do fortalecimento de editais que possam favorecer tal relação.</p> <p>No que se refere especificamente à articulação das atividades extensionistas com o entorno da UFJF, em 2016 retomamos as atividades do Programa Boa Vizinhança no <i>campus</i> sede e lançamos o Programa Boa Vizinhança no <i>campus</i> de</p>	<p>Ao longo de 2016, procuramos debater e definir a política de extensão sintonizada com as demandas sociais do entorno onde a UFJF se insere e os territórios de sua influencia, de âmbito regional. Além disso, outro objetivo foi articular as atividades extensionistas com o ensino e a pesquisa. Essa diretriz sempre esteve presente na formulação da política da PROEX. Assim, preparamos editais cujo objetivo foi o de estimular docentes e técnico-administrativos a apresentarem programas e projetos oriundos de demandas da comunidade externa, com enfoque também na prática de pesquisa. Foram editais denominados por “demandas estimuladas”, elaborados a partir do levantamento de necessidade sociais de entidades, grupos e coletivos presentes nos territórios de influência da UFJF.</p>

	<p>Governador Valadares com a seguintes características.</p> <p>- Programa Boa Vizinhança campus Juiz de Fora: com o objetivo de atender demandas sociais da comunidade do entorno do campus sede, a PROEX fez o levantamento de entidades sem fins lucrativos, igrejas, associações e coletivos culturais nos 42 bairros do entorno. Após levantamento das demandas, em reuniões com os representantes das instituições, foi elaborado um edital que visa estimular a elaboração de propostas que buscam atender as necessidades sociais do entorno nas seguintes áreas: educação; cultura; esporte e lazer; nutrição; saúde; geração.</p> <p>- Programa Boa Vizinhança Rio Doce: No campus de Governador Valadares foram levantadas demandas entre as comunidades atingidas pelo rompimento da barragem de Mariana, nos municípios de Belo Oriente, Naque, Sobrália, Periquito, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés . Após esse levantamento, o edital foi elaborado com o estímulo a projetos nas seguintes áreas: Saúde; Meio Ambiente; Justiça, Sociedade e Economia; Cultura, Lazer e Esporte.</p> <p>- Revitalização da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, com início do processo de acompanhamento de 5 novos grupos;</p> <p>- Realização de seminário sobre economia solidária e incubação de coletivos autogestivos, em novembro de 2016.</p>	<p>Também reativamos a Incubadora Tecnológica de Cooperativas populares da UFJF com o intuito de articular o conhecimento das mais diferentes áreas de conhecimento para direcioná-lo aos coletivos de trabalho autogestivos em Juiz de fora e microrregião.</p>
--	---	--

Fonte: Elaborado pelas Pró-Reitorias de Extensão e Ações Afirmativas.

Quadro 3.1.2.4 – Implementação do Planejamento Estratégico – Gestão e Recursos Humanos

Objetivos	Estágio atual	Considerações
<p>Criação do Fórum da Diversidade para elaboração da Política de Ações Afirmativas da UFJF</p>	<p>Inicial</p>	<p>Evento para retirada dos representantes já marcada.</p>
<p>Formação de Comissão, em conjunto com a PROGEPE, para avaliar as autodeclarações de identidade étnico-racial, de acordo com a Orientação Normativa nº 03, de 1º de agosto de 2016, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão</p>	<p>Inicial</p>	<p>Participação do Fórum dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros das Instituições Federais de Ensino que elaboram documento comum</p>
<p>Induzir ações de formação acadêmica complementar tais como a monitoria, o treinamento profissional e os grupos de educação tutorial.</p>	<p>28 bolsistas de treinamento profissional 15 COSSBE 3 CAP 1 CFAP 2 CAMP 3 SECRETARIA 1 CCDP 3 MOP</p>	<p>Estão alocados na PROGEPE 28 bolsistas de treinamento profissional atuando em atividades pertinentes à sua área de formação acadêmica (educação física, direito, administração, história e comunicação), complementando, assim, por meio da prática, sua formação.</p>

Estudar e adotar ações que permitam a modernização administrativa da UFJF, a curto ou médio prazo.	Oferecimento de cursos voltados par a gestão universitária, gestão por competências e otimização de processos de trabalho. Ações internas de aprimoramento e modernização de processos de trabalho.	Mapeamento e otimização dos processos, bem como implantação do Assentamento Funcional Digital (AFD)
Promover novas oportunidades de capacitação, formação e aperfeiçoamento.	Plano Anual de Capacitação	O Plano Anual de Capacitação é elaborado em consonância com o levantamento de necessidades de capacitação realizado anualmente, com o PROADES e com as diretrizes do PDI. Destaca-se também o Programa de Apoio e à Qualificação (PROQUALI), o qual visa apoiar aos servidores - docentes e TAEs , que estejam cursando Graduação ou Pós-Graduação lato e <i>stricto sensu</i> .
Instituir mecanismos contínuos de autoconhecimento e avaliação institucional.	Realização do PROADES	
Defender a educação enquanto um bem público, garantindo a qualidade de formação de pessoas em todos os níveis e áreas do conhecimento.	Cursos de capacitação voltados para o desenvolvimento profissional e pessoal dos servidores	Os cursos e atividades de capacitação oferecidos aos servidores da UFJF - TAEs e Docentes - possuem temas variados que além de promoverem o desenvolvimento de conhecimentos habilidades e atitudes necessários ao aprimoramento profissional, também buscam o desenvolvimento do servidor enquanto pessoa humana.
Participar do desenvolvimento da sociedade brasileira e do seu processo de construção de cidadania e de uma consciência inclusiva.	Cursos de LIBRAS voltados para os servidores	A PROGEPE oferece cursos da linguagem Brasileira de sinais- LIBRAS, visando preparar os servidores para um atendimento de qualidade e inclusivo.

Fonte: Elaborado pela Pró-Reitorias de Gestão de Pessoas.

Com o PDI 2016-2020 em execução, a gestão que assumiu a Reitoria em abril de 2016 herdou este documento e seus princípios. As metas e objetivos do relatório seguirão sendo o balizamento principal, ainda que as ferramentas de gestão possam indicar necessidades de adaptação. Isto sem ferir princípios gerais e a missão institucional da Universidade.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

A UFJF vem contribuindo de forma significativa com a política do MEC para a educação superior, seja na sua participação no REUNI, na expansão de vagas - com a criação de diversos cursos noturnos ou na criação de licenciaturas nas áreas básicas.

Em 2016, ocorreu um evidente esforço relacionado à Pós-Graduação para garantir a continuidade dos incentivos financeiro aos programas de pós (prática quase única entre as IFES, denominado Apoio à Pós-graduação – APG), para elevar as notas no *ranking* da CAPES (apoio a eventos, professores visitantes, incentivos à internacionalização), assim como para a implantação de laboratórios e aquisição de material de tecnologia de informação, móveis e equipamentos de refrigeração.

Na Graduação, a presença de investimentos significativos em bolsas de monitoria e programas de treinamento profissional (TP) é outro aspecto relevante.

Na Extensão, além das bolsas internas, foram realizados editais específicos, recuperação de programas como o “Boa Vizinhança”, assim como, o restabelecimento da Incubadora de Cooperativas Populares. A participação da UFJF no PROEXT/MEC completa o quadro de realizações em 2016, que também contou com um edital importante de interface entre extensão e pesquisa.

Independente de políticas pontuais na educação superior do país, ações como a expansão e fortalecimento da pesquisa e extensão também têm sido foco direto de diversos objetivos institucionais.

Os resultados obtidos nos diversos indicadores governamentais e *rankings* demonstram que os objetivos da UFJF têm sistematicamente contribuindo para a melhora da qualidade do ensino superior no Brasil e estão consonantes com suas competências. São exemplos desses resultados: melhores notas no ENADE, maior quantidade de projetos de pesquisa e extensão aprovados em agências de fomento, maior quantidade de artigos internacionais publicados, entre outros.

3.2. Formas e Instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

A instituição conta, no âmbito da atual Pró-Reitora de Planejamento, Orçamento e Finanças, com um Escritório de Processos para mapeamento de fluxos e proposição de melhorias organizacionais e monitoramento, o que também implica na propositura para o desenvolvimento de sistemas. Em 2016 estão neste processo os setores de Contratos, de Estágio, de Pós-Graduação, de Extensão e de Gestão de Pessoas.

O Plano Diretor de Tecnologia de Informação (PDTI) prevê o escalonamento de atividades visando planejar a inclusão de novas ferramentas para a informatização do monitoramento das ações. Este plano foi elaborado ao longo do segundo semestre de 2016 e tornar-se-á ferramenta de planejamento e inclusive compras de equipamentos na área. O próprio PDTI tem uma comissão de acompanhamento que monitorará suas metas.

Em relação à Gestão de Pessoas, foram criadas as comissões de dimensionamento da força de trabalho (trabalhos concluídos aguardando aprovação em março de 2017) e de flexibilização da jornada de trabalho para os TAEs (trabalhos concluídos também aguardando aprovação em março de 2017). Além disso, houve reformulação do plano de qualificação dos servidores (PROQUALI), que realizou edital em setembro de 2016 para novos bolsistas e o acompanhamento das providências solicitadas pela CGU, todas estas medidas prevendo instrumentos de acompanhamento.

Ao fim de 2016 a UFJF aderiu ao Sistema Eletrônico de Informação (SEI), recebendo acesso para utilização do *software* que vem sendo adotado por vários órgãos do governo (sistema do TRF-4), e com a pretensão de em 2017 iniciar sua utilização.

No campo do planejamento em si, o organograma da UFJF foi alterado em 2016 e terá uma versão corrigida e realizada resolução que ordene seu fluxo e regras para sua alteração a ser votada no primeiro semestre de 2017 no CONSU. Esta proposta de resolução está pronta ao final de 2016 e

regulamentará todo o fluxo de mudanças (quando ele ocorrer) e em nível de sistema, permitindo uma correção rápida dos registros administrativos da UFJF nos sistemas do governo.

O setor de contratos iniciou seu mapeamento de fluxo e passou a contar com a obrigatoriedade, efetivamente a partir de 2016, de indicar gestores nos contratos da instituição. Esta medida é essencial no monitoramento dos contratos, não apenas para seu acompanhamento mas também para evitar descontinuidades. Em 2017 o objetivo será passar da etapa de mapeamento para sistema, obedecendo, claro, à capacidade operacional do setor de TI.

O setor de convênios passou a contar, em 2016, com um grupo de análise de prestação de contas para convênios com características financeiras. Isto se faz essencial para que não se repitam situações de atraso em prestações de contas e é também um instrumento importante de monitoramento, para convênios da UFJF com as instituições externas e a Fundação de Apoio (FADEPE). Passou a trabalhar também em parceria com o setor de Extensão particularmente devido aos convênios sem interveniência financeira.

Os dados da UFJF são objeto de preocupação da administração, em particular da PROPLAN e da PROGRAD, ainda que não só. O corpo de servidores que trabalha no Censo da Educação Superior e o Procurador Institucional vem se reunindo e há grupo de trabalho comum PROPLAN/PROGRAD para tratar do tema. A questão do monitoramento do movimento dos alunos – evasão, retenção, tempo médio de curso, aluno-equivalente, etc., são instrumentos de monitoramento essencial para o próprio planejamento financeiro e acadêmico.

O órgão de Registros Acadêmicos (CDARA), ligado à PROPLAN, mas com interface direta na graduação e pós-graduação, realiza o acompanhamento dos dados sobre os acadêmicos e é incorporado à comissão que estuda melhorias na apuração dos dados. Este setor é sensível às regulamentações mais gerais sobre os cursos na instituição e no âmbito do MEC.

Os setores de compras e patrimônio contam com sistema próprio no SIGA, o qual registra as principais informações referentes aos contratos, empenhos e pagamentos realizados pela Universidade. Trata-se de um módulo do SIGA, ainda em desenvolvimento, no qual está sendo incluído um módulo para acompanhamento das Guias de Recolhimento da União (GRU).

Foi desenvolvido pelo CGCO um sistema de catracas eletrônicas para registro de usuários do restaurante universitário (RU). O projeto teve origem ainda em 2015 mas somente em 2016 tornou-se operacional e esteve em testes durante o terço final do ano com sucesso. Ele permite em tempo real o acompanhamento do movimento do RU, do usuário ao comportamento da arrecadação.

Ao longo do segundo semestre de 2016 foram introduzidos alguns indicadores próprios, um estudo da Pró-Reitoria Adjunta de Orçamento e Finanças, que já integra este relatório (item 3.5.2).

Para acompanhar a execução orçamentária na UFJF são realizadas reuniões sistemáticas, onde são apresentados relatórios com as projeções das maiores despesas, tais como: bolsas, terceirizadas, despesas fixas (energia elétrica, água e esgoto, telefonia), despesas de comunicação legal e obrigatória (imprensa nacional, correios, Empresa Brasileira de Comunicação). Para projeção das despesas é utilizada a média ponderada, atribuindo peso “2” para o último mês da efetiva despesa e peso “1” para o penúltimo mês da mesma, a soma é dividida por “3”, e, assim sucessivamente.

3.3. Desempenho Orçamentário

3.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

A UFJF tem há muitos anos um papel referencial na região onde se localiza, seja através das formação de recursos humanos qualificados, seja contribuindo para o desenvolvimento regional e para processos de inovação. A oferta de vagas na graduação e pós-graduação atinge largo espectro nas três grandes áreas de conhecimento – humanas e sociais aplicadas, ciências da vida e ciências naturais. A diversificação de seu público ampliou-se nos últimos anos, após a adesão ao Sistema Unificado de Recrutamento do MEC, com estudantes oriundos do entorno – Sul e Sudeste de Minas até o centro do Estado; do estado do Rio de Janeiro, do Vale do Paraíba (SP) até da capital de São Paulo e de outros estados brasileiros de forma esparsa.

A expansão da pós-graduação representou também um diferencial para várias áreas, consolidando a Universidade como um polo de produção de conhecimento e formação de recursos humanos de alto nível. A UFJF referencia-se como instituição compromissada ao desenvolvimento regional e desenvolve ainda importantes projetos de extensão, não apenas em seu entorno imediato, com impactos sobre diferentes populações.

O campus avançado da UFJF localizado na cidade de Governador Valadares – MG, cerca de 550 km distante da sede, embora ainda em fase de implementação, representa parte do compromisso da Universidade com o desenvolvimento regional. Entretanto, vale ressaltar os grandes desafios para sua consolidação, uma vez que a obra para construção do campus encontra-se paralisada e judicializada (desde 2015), e insere-se no quadro de grandes dificuldades de financiamento por parte do governo federal. Há uma comissão intercâmpi que atua buscando soluções para esta questão.

A UFJF mantém para seus servidores e familiares um plano de saúde, em contrato com a empresa UNIMED. Este contrato, na atual prorrogação, se encerra em 2018, o que exigirá nova licitação.

A UFJF vem mantendo as vagas pactuadas desde o desenrolar inicial do REUNI, mesmo com as dificuldades incrementais de custeio. Além do próprio REUNI, a UFJF aprovou em 2014 a criação de um curso de Medicina Veterinária, de consolidação complexa, e que passou a impactar mais decisivamente o orçamento a partir de 2016.

O acompanhamento do módulo PPA feito através do SIMEC indicou que a UFJF logrou êxito em praticamente todas as metas definidas.

3.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentário Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 3.3.2.1 – Ação/Subtítulos – OFSS- 153061

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial					
Código	1540		Tipo: Projeto			
Título	Implantação do campus de Governador Valadares					
Iniciativa	Obra implantada (% de execução física): 1					
Objetivo	Implantação do campus de Governador Valadares					
Programa	Educação de qualidade para todos			Código: 2080		
Unidade Orçamentária	26237					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
25.000.000,00	25.000.000,00	18.164.742,86	5.309.388,39	5.273.307,06	36.081,33	12.855.354,47
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Obra implantada	% de execução física	1	-	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	Obra implantada	% de execução física	1	
Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20GK		Tipo: Atividade			
Título	Fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão					
Iniciativa	Iniciativa apoiada (unidade): 550					

Objetivo	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					Código: 1010	
Programa	Edu superior graduação, pós-graduação, ens, pesq / Edu de qualidade para todos					Código: 2032 / 2080	
Unidade Orçamentária	26237						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a pagar do exercício		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
83.585.076,00	71.680.394,00	71.653.318,08	49.285.373,48	49.237.415,36	47.958,12	22.367.944,60	
Execução Física							
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta			
				Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa apoiada		unidade		550	-	550	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
13.060.488,66	11.637.034,65	381.645,76	Iniciativa apoiada		unidade	550	
Identificação da ação							
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial						
Código	20RI		Tipo: Atividade				
Título	Funcionamento das instituições federais de educação básica						
Iniciativa	Estudante matriculado (unidade): 1.250						
Objetivo	Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica					Código: 1007	
Programa	Educação básica. / Educação de qualidade para todos					Código: 2030 / 2080	
Unidade Orçamentária	26237						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem miséria <input type="checkbox"/> Outras						
Lei Orçamentária Anual							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a pagar do exercício		

Universidade Federal de Juiz de Fora

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.115.792,00	1.115.792,00	1.113.232,28	466.769,67	466.769,67	-	646.462,61
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
Estudante matriculado		unidade		Prevista	Reprogramada	Realizada
				1250	-	1250
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
356.971,75	283.257,93	4.257,10	Estudante matriculado	unidade	1250	

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial					
Código	20RJ		Tipo: Atividade			
Título	Apoio à capacitação e formação inicial e continuada para a Educação Básica					
Iniciativa	Projeto apoiado (unidade): 2					
Objetivo	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada para a Educação Básica - Nacional (Seq: 4418)					
Programa	Educação básica		Código: 2030			
Unidade Orçamentária	26237					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária Anual						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
-	-	-	-	-	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
Pessoa beneficiada		unidade		Prevista	Reprogramada	Realizada
				1335	-	1335
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.535.271,92	1.453.995,35	2,51	Pessoa beneficiada	unidade	1335

Identificação da ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial
Código	20RK Tipo: Atividade
Título	Funcionamento de instituições federais de ensino superior
Iniciativa	Estudante matriculado (unidade): 4.700
Objetivo	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (Seq: 4600) Código: 1010
Programa	Edu superior graduação, pós-graduação, ens, pesq / Edu de qualidade para todos Código: 2032/2080
Unidade Orçamentária	26237
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem miséria () Outras

Lei Orçamentária Anual						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
125.700.540,00	123.776.686,00	123.707.797,64	101.081.254,42	101.008.609,54	72.644,88	22.626.543,22

Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante matriculado	unidade	4.700	-	18.466

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
31.302.087,21	16.242.292,30	372.895,49	Estudante matriculado	unidade	18.466	

Identificação da ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial
Código	4002 Tipo: Atividade

Título	Assistência ao estudante de ensino superior					
Iniciativa	Benefício concedido (unidade): 5.300					
Objetivo	Assistência ao Estudante de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (Seq: 4601) Código: 1010					
Programa	Educação de qualidade para todos				Código: 2080	
Unidade Orçamentária	26237					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.006.738,00	15.006.738,00	15.006.738,00	10.140.001,90	10.140.001,90	-	4.866.736,10
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício concedido		unidade		5.300	-	4800
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	8282		Tipo: Atividade			
Título	Reestruturação e expansão de instituições federais de ensino					
Iniciativa	Projeto viabilizado (unidade): 15					
Objetivo	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior - No Estado de Minas Gerais (Seq: 4602) Código: 1010					
Programa	Brasil universitário / Edu sup. Graduação, pós, ens, pesq / Edu qualidade todos				Código: 1073/2032/2080	
Unidade Orçamentária	26237					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual						

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
26.964.246,00	28.324.507,00	15.317.463,26	6.211.312,87	6.211.312,87	-	9.106.150,39
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta				
		Prevista	Reprogramada	Realizada		
Projeto viabilizado	unidade	15	-	15		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
89.401.711,74	14.079.137,34	20.961,16	Projeto viabilizado	unidade	15	

UG: 150231

Identificação da ação				
Responsabilidade da UPC na execução da ação	(x) Integral () Parcial			
Código	14IM Tipo: Projeto			
Título	Implantação do hospital universitário da UFJF			
Iniciativa	Unidade com serviço implantado (% de execução física): 7			
Objetivo	Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora Código: 1010			
Programa	Edu superior graduação, pós-graduação, ens, pesq / Edu de qualidade para todos Código: 2032/2080			
Unidade Orçamentária	26367			
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem miséria () Outras			
Lei Orçamentária Anual				
Execução Orçamentária e Financeira				
Dotação				
Inicial	Final			
16.000.000,00	16.000.000,00			
Despesa				
Empenhada	Liquidada			
16.000.000,00	39.103,11			
Paga				
39.103,11				
Restos a pagar do exercício				
Processados	Não Processados			
-	15.960.896,89			
Execução Física				
Descrição da meta	Unidade de medida	Meta		
		Prevista	Reprogramada	Realizada

Universidade Federal de Juiz de Fora

Unidade com serviço implantado	% de execução física	7	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas	
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida Realizada
31.492.235,42	-	-	Unidade com serviço implantado	% de execução física -

Identificação da ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	4086		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento e gestão de instituições hospitalares federais					
Iniciativa	Instituição beneficiada (unidade): 1					
Objetivo	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais					
Programa	Brasil universitário / Edu sup. Graduação, pós, ens, pesq / Edu qualidade todos Código:1073/2032/2080					
Unidade Orçamentária	26367					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem miséria () Outras					
Lei Orçamentária Anual						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
167.489,00	167.489,00	157.209,00	128.395,27	128.395,27	-	28.813,73
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida		Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Instituição beneficiada		unidade		1	-	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.893.083,09	3.694.544,03	180,70	Instituição beneficiada	unidade	1	

Fonte: Elaboração Coesf/Proplan/UFJF

Quadro 3.3.2.2 – Ações não Previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Identificação da ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial			
Código		12Q4 Tipo: Projeto			
Título		Construção do prédio da reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora			
Iniciativa		9			
Objetivo		Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento			
Programa		Brasil universitário		Código: 1073 Tipo: PROJETO	
Unidade Orçamentária		26237			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
21.089.075,49	-	-	Obra implantada	Unidade	-

Identificação da ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(x) Integral () Parcial			
Código		12Q5 Tipo: Projeto			
Título		Implantação do parque científico e tecnológico da Universidade Federal de Juiz de Fora			
Iniciativa		9			
Objetivo		Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento			
Programa		Brasil Universitário		Código: 1073 Tipo: PROJETO	
Unidade Orçamentária		26237			
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		

Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
40.733.333,00	-	-	Obra implantada	Unidade	-

Identificação da ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial				
Código	4004		Tipo: Atividade		
Título	Serviços à comunidade por meio da extensão universitária				
Iniciativa	8 e 9				
Objetivo	Oportunizar ao aluno universitário a consolidação dos conhecimentos com a prática, mediante atividades voltadas à coletividade, viabilizando a prestação de serviços sociais e integração entre a Instituição e a comunidade.				
Programa	Brasil Universitário		Código: 1073	Tipo: ATIVIDADE	
Unidade Orçamentária	26237				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
22.000,88	19.188,16	-	-	-	-

Identificação da ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial				
Código	4006		Tipo: Atividade		
Título	Funcionamento de cursos de pós-graduação				
Iniciativa	8 e 9				
Objetivo	Formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.				

Programa		Desenvolvimento do ensino da pós-graduação e da pesquisa científica Código: 1375			
Unidade Orçamentária		26237			
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem miséria <input type="checkbox"/> Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
562.407,58	58.899,95	-	-	-	-

Identificação da ação					
Responsabilidade da UPC na execução da ação		<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial			
Código		4009 Tipo: Atividade			
Título		Funcionamento de cursos de graduação			
Iniciativa		8 e 9			
Objetivo		Garantir o funcionamento dos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o processo de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.			
Programa		Brasil Universitário Código: 1073			
Unidade Orçamentária		26237			
Ação Prioritária		<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem miséria <input type="checkbox"/> Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor liquidado	Valor cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.056.988,63	28.269,93	10.871,30	-	-	-

Fonte: Elaboração Coesf/Proplan/UFJF.

3.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Destaca-se alguns fatores intervenientes que levaram à UFJF a ter grande dificuldade no planejamento e gestão orçamentária em 2016:

- Contingenciamentos sucessivos em fevereiro e março, decorrente do decreto de programação orçamentária e financeira de 2016 publicado em 30/03/2016;
- Até meados de 2016 valeu o limite estipulado de 80% do custeio e 40% do capital. Estes números permaneceram até outubro/2016. Ao final do exercício estavam liberados 50% do investimento previsto e 100% do custeio. Esse contingenciamento reduziu os investimentos da instituição em R\$ 18.523.463,00. Esse grau de incerteza persistiu por boa parte do ano, prejudicando bastante o planejamento de ações cotidianas da Ifes.
- Durante todo o exercício a UFJF teve dificuldades de receber recursos financeiros para pagamentos das obrigações assumidas com Emenda Parlamentar. Os repasses ocorreram de janeiro a abril e depois somente em Dezembro de 2016.
- A nova administração assumiu em abril de 2016 e não encontrou nenhum planejamento adequado ao ano de 2016 no que tange a um plano para investimentos e nem estudos com relação ao comprometimento do custeio. Foi necessário levantar e compor um quadro, compartilhado e debatido com a comunidade e com o Conselho Superior, no qual foi estabelecido parâmetros de ação claros que entraram em vigor a partir de maio/junho de 2016. Além disso, houve situações preocupantes no que tange à necessidade de reconhecimentos de dívidas no campus principal e notadamente no campus-avançado.

3.3.4. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado

As obrigações assumidas sem crédito autorizado encontra-se listadas no quadro a seguir. Tais dívidas foram negociadas e formalizadas através do processos de Reconhecimento de Dívida.

Quadro 3.3.4.1 - Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado em 2016.

Credor	CNPJ	Processo	Vr. Dívida	Empenho nº	Vr. Empenho	Vr.Pago 2016
Companhia de Energia Elétrica de MG – CEMIG	06.981.180/0001-16	003719/2016-30	1.879.313,85	2016NE002009	1.879.313,85	0,00
Fundação Percival Farqhar	20.611.810/0001-91	017497/2016-32	1.119.498,41	2016NE002017	1.119.498,41	0,00
Hospital Maternidade Terezinha de Jesus	21.583.042/0001-72	020459/2016-67	638.434,21	2016NE002139	638.434,21	638.434,21
Konnet Informática Ltda.	07.422.680/0001-80	017569/2016-41	7.997,20	2016NE800188	7.997,20	0,00
Pitágoras - Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda.	03.239.470/0018-49	018471/2016-10	1.464.051,65	2016NE002165	1.464.051,65	0,00
Rodoviário Camilo dos Santos	19.451.038/0001-09	009077/2016-82	446.387,50	2016NE001653	446.387,50	446.387,50
TOTAL			5.555.682,82		5.555.682,82	1.084.821,71

Fonte: Elaboração Proplan/UFJF.

Encontra-se em negociação dívida com a Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA, do período de jul/2006 a abr/2015, constante do processo 23071.000675/2015-13.

3.3.5. Restos a pagar exercícios anteriores

Quadro 3.3.5.1 - Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2015	12.340.878,12	11.680.590,98	142.888,21	517.398,93	
2014	3.696.206,04	968.763,94	812,42	2.726.629,68	
2013	1.924.664,50	60.082,35	1.228,80	1.863.353,35	
2012	3.034.469,01	2.944.111,98	7,68	90.349,35	
2011	496.594,09	175.540,14	25.664,96	295.388,99	
2010	137.989,25	122.374,16		15.615,09	
2009	14.046,60			14.046,60	
2008	7.072,74			7.072,74	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	52.957.173,59	39.275.301,34	38.961.937,95	322.731,91	13.672.503,73
2014	39.700.087,18	3.036.557,35	3.031.361,71	127.747,39	36.540.978,08
2013	71.348.772,02	8.054.108,84	8.054.108,84	506.656,48	62.788.006,70
2012	80.241.761,46	4.075.256,84	4.075.256,84	345.140,41	75.821.364,21
2011	1.720.873,31	106.358,04	106.358,04	47.427,54	1.567.087,73
2010	232.396,72	121.767,86	121.767,86	104.989,96	5.638,90

Fonte: Elaborado pela Coesf/Proplan/UFJF.

3.3.6. Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

Quadro 3.3.6.1 – Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA					
UG/GESTÃO:	153061/15228					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	02	-	01	46.492.565,07	51.965.315,64	54.096.389,91
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Total	02	-	01	46.492.565,07	51.965.315,64	54.096.389,91

Fonte: Processo Físicos da Coordenação de Convênios e SICONV.

Obs.: Os valores referentes ao ano de 2016 são relativos aos convênios 804.393/2014 – 836.852/2016 e 836.853/2016 – assinados em 01.11.2016.

Quadro 3.3.6.2 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente				
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA				
UG/GESTÃO: 153061/15228				
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
			Convênios	Contratos de repasse
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	01	-
		Montante Repassado	60.821.612,00¹	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	01	-
		Montante Repassado	4.760.000,00²	-
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-

Fonte: Processo Físicos da Coordenação de Convênios e SICONV.

Obs.: (1) Informação obtida no sistema SICONV, seguindo os seguintes passos: Consulta Convênio 782.617; Aba Dados, valor do Repasse e data limite para Prestação de Contas.

(2) Idem informações anteriores para o convênio nº 785.452.

Quadro 3.3.6.3 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA			
UG/GESTÃO: 153061/15228			
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos	
		Convênios ¹	Contratos de repasse
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-
	Quantidade reprovada	-	-
	Quantidade de TCE instauradas	-	-
	Montante repassado (R\$)	74.319.467,31	-
Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	-
	Montante repassado (R\$)	-	-

Fonte: Processo Físicos da Coordenação de Convênios e SICONV.

Obs.: 1) No ano de 2016, foram analisadas 6 prestações de contas apresentadas em exercícios anteriores ao ano citado, que totalizam o montante de R\$ 74.319.467,31, cujos relatórios finais foram entregues à Administração Superior para aprovação.

Quadro 3.3.6.4 – Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA					
UG/GESTÃO: 153061/15228					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	-	-	03
Contratos de repasse	-	-	-	-	-

Fonte: Coordenação de Convênios UFJF.

Obs.: Relativos aos Convênios 782.617 ; 785.452 e 760.440

3.3.6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Coordenação de Convênios, setor vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, compreende em sua área de atuação as seguintes atividades:

- 1 – Cadastramento de entidades junto ao SICONV.
- 2 – Gestão de Contratos, nos quais a UFJF figure como contratada.
- 3 – Gestão de Termos de Cooperação, Convênios e instrumentos congêneres, nos quais a UFJF figure como conveniente.
- 4 – Gestão de Convênios, nos quais a UFJF figure como concedente.
- 5.- Análise de prestação de contas.
- 6- Secretaria para tratar de assuntos de expediente em geral e legislação.

A UFJF é responsável pelo cadastramento e atualização das entidades de sua localidade no sistema SICONV, o que engloba uma expressiva área de demanda das Prefeituras localizadas no entorno, e em outras regiões, exercendo um importante vínculo institucional com o Governo Federal. Tal atividade exige o arquivamento de documentos relativos às Prefeituras Municipais; atendimento pessoal e por e-mail aos seus representantes; utilização do manual disponibilizado no sistema SICONV relativo às dúvidas e orientações pertinentes.

A Coordenação é composta por 6 servidores públicos, ente os quais um administrador, um economista e três assistentes em Administração, e uma coordenação geral.

A Portaria nº 258 de 09 de março de 2016 designou quatro técnicos administrativos para compor a Comissão para realização de força tarefa para analisar as prestações de contas para os Convênios nº 751.166/2010; 751.177/2010; 751.180; 751.183/2010; 751.184/2010 e 769.286/2012, no período compreendido de 09 de março a 15 de agosto de 2016. Os prazos dos trabalhos foram prorrogados pela Portaria nº 1085 de 16 de setembro de 2016. Em 15 de dezembro de 2016 os relatórios individuais dos respectivos Convênios foram encaminhados à Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças, para análises e trâmites.

A Coordenação possui formulários e instrumentos voltados para análise de prestação de contas, como por exemplo um *check list* e a disponibilização do Manual de Orientação do SICONV no endereço: <http://www.ufjf.br/convenio/manuais-e-procedimentos>.

3.3.7. Informações sobre a realização das receitas

O total da arrecadação no exercício de 2016 foi R\$107.032.067,42, sendo originário dos seguintes serviços/projetos:

Quadro 3.3.7.1 Receitas realizadas em 2016

Descrição da Receita	Valor
Concessão de espaço	722.838,27
Serviços administrativos	573.968,84
Serviços educacionais	8.359.594,56
Serviços de estudos e pesquisas	85.803.320,72
Serviços de hospedagem e alimentação	1.820.273,30
Concurso Público	648.930,00
Concurso PISM	2.252.928,00
Restituições (Fadepe)	2.722.412,73
Total fonte 250	102.904.266,42
Rendimentos (Fonte 280)	4.127.801,00
Total receita própria	107.032.067,42

Fonte: Elaboração Proplan/UFJF.

Na concessão de espaço estão as receitas oriundas de aluguéis das cantinas nas Unidades Acadêmicas (Faculdade de Direito, Economia, Educação, Educação Física, IAD, ICE, ICH, Letras e Medicina), sendo que não representa o total, pois algumas empresas não efetuaram o depósito que estão em processo de cobrança.

Dentro das receitas dos serviços educacionais e estudos e pesquisas encontram-se os contratos com as Secretarias de Educação de diversos Estados e capitais brasileiros (Acre, Alagoas, Amazonas, Ceará, Curitiba, Espírito Santo, Florianópolis, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rondônia), além de algumas prefeituras, como Além Paraíba, Coronel Pacheco, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Juiz de Fora, Varginha e Viçosa. E também, institutos e órgãos, como, Inep, Instituto Augusto Franco e Unesco, com objetivo, em sua maioria de avaliação da educação básica realizada pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd).

Na receita do concurso público estão registradas as taxas de inscrições para concorrer a vagas nos diversos programas de pós-graduação da UFJF.

A receita de 2016 foi superior a de 2015, em 29,4%.

3.3.8. Informações sobre a execução das despesas

Os quadros abaixo demonstram a execução das despesas realizadas em 2016.

Quadro 3.3.8.1 Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	99.561.598,48	10,71	81.953.640,43	9,48	62.499.796,10	7,51	46.284.322,19	5,79
a) Convite	54.112,96	0,01	-	-	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	538.400,09	0,06	523.240,13	0,06	76.773,46	0,01	169.864,39	0,02
c) Concorrência	6.204.607,48	0,67	16.547.510,67	1,91	4.738.164,92	0,57	4.410.963,46	0,55
d) Pregão	92.764.477,95	9,97	64.882.889,63	7,51	57.684.857,72	6,93	41.703.494,34	5,22
e) Concurso	-	-	-	-	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-	-	-	-	-
g) Regime diferenciado de contratações públicas	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	28.142.114,82	3,03	36.642.330,98	4,24	17.249.896,38	2,07	27.822.606,08	3,48
h) Dispensa	21.817.740,93	2,35	32.161.485,16	3,72	14.924.666,11	1,79	25.042.253,12	3,13
i) Inexigibilidade	6.324.373,89	0,68	4.480.845,82	0,52	2.325.230,27	0,28	2.780.352,96	0,35
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	606.860.570,43	65,25	559.249.459,72	64,72	606.757.807,08	72,88	559.189.667,70	70,00
k) Pagamento em Folha	605.307.525,65	65,09	557.749.719,71	64,55	605.300.956,48	72,70	557.739.945,84	69,82
l) Diárias	1.553.044,78	0,17	1.499.740,01	0,17	1.456.850,60	0,17	1.449.721,86	0,18
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	734.564.283,73	78,98	677.845.431,13	78,44	686.507.499,56	82,45	633.296.595,97	79,28
6. Total das Despesas da UPC	930.010.659,12	100	864.103.132,46	100	832.587.054,58	100	798.805.055,11	100

Fonte: Elaborado pela Coesf/Proplan/UFJF.

Quadro 3.3.8.2 - Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal								
Vencimentos e vantagens fixas - Pessoal civil	352.459.627,62	328.070.201,02	352.459.627,62	328.070.201,02	-	-	352.459.627,62	328.066.414,15
Aposent. RPPS, Reser. remuner. e refor. militar	136.250.578,57	125.243.274,87	136.250.578,57	125.243.274,87	-	-	136.244.009,40	125.239.965,34
Demais elementos do grupo	116.597.319,46	104.436.243,82	116.597.319,46	104.436.243,82	-	-	116.597.319,46	104.433.566,35
3. Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica	63.354.696,30	59.197.183,42	36.630.299,50	48.291.635,66	26.724.396,80	10.905.547,76	36.282.250,77	44.062.089,18
Locação de mão de obra	47.928.863,66	28.968.384,25	32.557.797,63	24.644.326,09	15.371.066,03	4.324.058,16	32.530.774,54	21.018.226,19
Auxílio financeiro a estudantes	38.927.407,79	38.471.490,49	26.999.765,93	34.792.372,37	11.927.641,86	3.679.118,12	26.959.800,77	34.723.918,39
Outros serviços de terceiros - Pessoa física	35.009.470,53	45.105.111,52	26.251.295,67	38.452.860,98	8.758.174,86	6.652.250,54	26.251.295,67	38.254.091,61
Outros serviços terceiros - Pessoa física (modalidade 50)	22.572.763,33	26.510.908,56	22.572.763,33	23.698.027,39	-	2.812.881,17	22.572.763,33	23.698.027,39
Auxílio alimentação	16.793.510,13	13.493.909,72	16.793.510,13	13.493.909,72	-	-	16.793.510,53	13.493.909,72
Demais elementos do grupo	66.304.641,08	75.289.684,09	59.453.931,00	62.094.557,26	6.850.710,08	13.195.126,83	58.598.844,70	60.808.401,28

Fonte: Elaborado pela Coesf/Proplan/UFJF.

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Obras e instalações	22.861.833,23	17.096.639,23	4.814.938,38	7.499.322,34	18.046.894,85	9.597.316,89	4.814.938,38	4.606.716,28
Equipamentos e material permanente	9.086.590,57	2.144.515,41	2.199.287,36	419.134,09	6.887.303,21	1.725.381,32	2.199.287,36	389.661,61
Outros serviços de terceiros - Pessoa jurídica	1.863.356,85	75.586,06	282.632,45	10.067,62	1.580.724,40	65.518,44	282.632,45	10.067,62

Fonte: Elaborado pela Coesf/Proplan/UFJF.

3.3.9. Suprimento de Fundos.

A UFJF durante o exercício de 2016 não utilizou Suprimento de Fundos

3.4. Desempenho operacional

3.5. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho

3.5.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Os indicadores primários, conforme decisão do TCU nº 408/2002, estão informados nos quadros a seguir.

Quadro 3.5.1.1 - Indicadores Primários

SÉRIE HISTÓRICA - INDICADORES DE GESTÃO					
INDICADORES PRIMÁRIOS	2012	2013	2014	2015	2016
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários) (RS)	420.211.303	546.473.980	572.802.021	594.341.017	601.156.254
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários) (RS)	390.276.725	516.497.176	541.336.759	561.590.930	574.242.050
Aluno Tempo Integral (ATI)	14.723,92	16.310,11	16.430,53	16.838,85	17.507,14
Número de alunos equivalente (AE)	24.045,83	27.083,37	26.959,71	27.845,07	29.244,54
Número de Professores Equivalentes	1.137,50	1.264,00	1.410,50	1.464,50	1.487,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	2.135,70	2.206,05	2.481,35	2.391,00	2.567,05
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1.741,60	1.828,95	2.123,25	2.054,50	2.253,40
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	13.398,50	14.579,00	15.998,00	16.576,50	17.412,00
Total de Alunos na Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> , Incluindo-Se Alunos de Mestrado e de Doutorado (APG)	1.644,00	1.575,50	1.867,00	1.927,92	2.054,49
Alunos de Residência Médica (AR)	241,00	236,50	239,00	269,00	274,00
Número de Alunos Tempo Integral de Residência Médica (ARTI)	482,00	473,00	478,00	538,00	548,00
Número de Alunos da Graduação em Tempo	10953,92	12686,11	12218,53	12445,01	12850,16

Integral (AGTI)					
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	20.275,83	23.459,37	22.747,71	23.451,24	24.587,56
Número de Alunos da Pós-Graduação em Tempo Integral (APGTI)	3.288,00	3.151,00	3.734,00	3.855,83	4.108,98

Fonte: Censo Superior da UFJF.

Quadro 3.5.1.2 - Indicadores da Decisão TCU nº 408/2002

SÉRIE HISTÓRICA - INDICADORES DE GESTÃO					
INDICADORES DECISÃO TCU 408/2002	2012	2013	2014	2015	2016
Custo Corrente com H.U. / Aluno Equivalente	17.475,44	20.177,47	21.246,59	21.344,57	20.556,19
Custo Corrente sem H.U. / Aluno Equivalente	16.230,54	19.070,64	20.079,47	20.168,41	19.635,87
Aluno Tempo Integral / Professor Equiv.	12,94	12,90	11,65	11,50	11,77
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv. com H.U.	6,89	7,39	6,62	7,04	6,82
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv. sem H.U.	8,45	8,92	7,74	8,20	7,77
Funcionário Equiv. com H.U. / Professor Equiv.	1,88	1,75	1,76	1,63	1,73
Funcionário Equiv. sem H.U. / Professor Equiv.	1,53	1,45	1,51	1,40	1,51
Grau de Participação Estudantil	0,82	0,87	0,76	0,75	0,74
Grau de Envolvimento Com a Pós-Graduação	0,11	0,10	0,10	0,10	0,11
Conceito Capes/MEC para a Pós-Graduação	3,78	3,75	3,98	3,98	3,79
Índice de Qualificação do Corpo Docente	4,11	4,55	4,49	4,52	4,60
Taxa de Sucesso na Graduação	79,18%	69,69%	61,34%	48,95%	57,37%

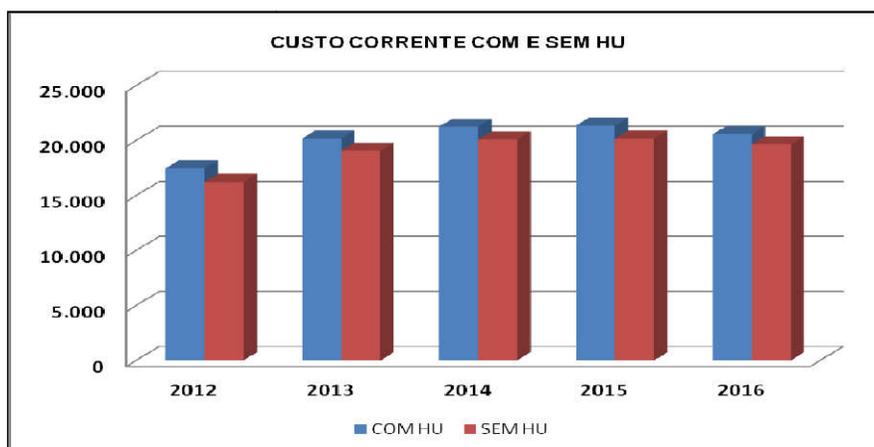
Fonte: Censo Superior da UFJF.

Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente e Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente

Custo Corrente com HU / AGE+APGTI+ARTI = R\$ 20.556,19

Custo Corrente sem HU / AGE+APGTI+ARTI = R\$ 19.635,87

Gráfico 3.5.1.1 - Custo Corrente / AGE+APGTI+ARTI



Fonte: Censo Superior da UFJF.

Apesar da inflação de 2015, medida pelo IPCA, ter atingido 10,6%, o custo em 2015 esteve muito próximo a 2014. Já em 2016, o custo corrente ficou abaixo de 2014. Mesmo com a inflação de 2016 alcançando 6,3%, a Universidade Federal de Juiz de Fora reduziu seus custos correntes por alunos equivalentes, em 3,69%. Esta redução de custos ocorreu mesmo mantendo as bolsas em geral, abrindo novos editais, como na Extensão, assim como a reativação do programas de qualificação de servidores como o PROQUALI.

Cumpra observar que a diferença entre este indicador com e sem o Hospital Universitário é relativamente pequena porque apenas 35% das despesas correntes totais do HU/UFJF é adicionada em seu cálculo. Além disso, desde junho de 2016, o HU encontra-se em gestão plena realizada pela EBSEH.

Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente

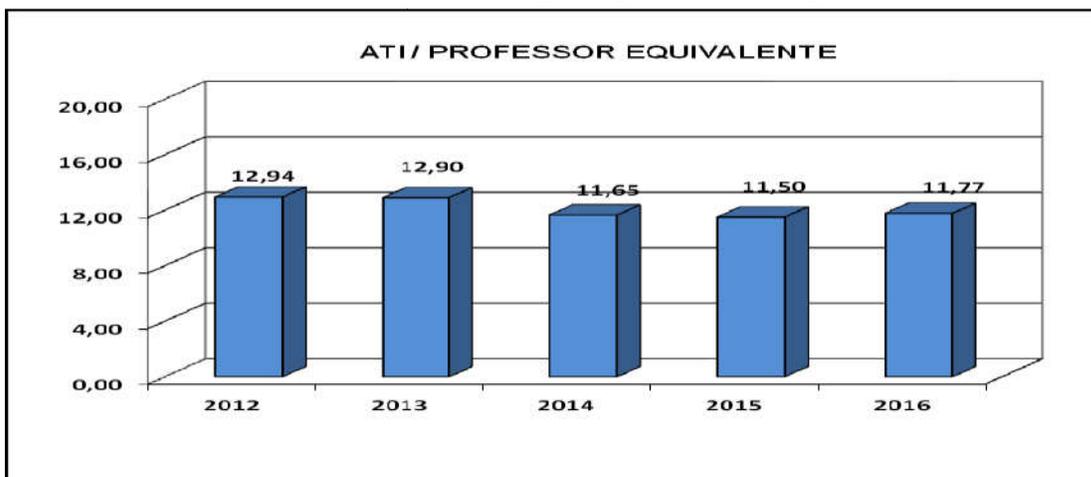
AGTI+APGTI+ARTI / N° de Professores Equivalentes = 11,77

A relação entre alunos de tempo integral e professor equivalente vem mantendo-se estável nos últimos anos na UFJF. Isso se dá porque mesmo com o crescimento do número de alunos em tempo integral houve também incrementos no corpo docente. O cálculo do indicador inclui os alunos das residências médicas, entretanto, a UFJF oferta outras modalidades de residências (Serviço Social, Psicologia, Economia e Administração). No âmbito da gestão dos cursos de Graduação é importante destacar que os estudos poderiam ocorrer por áreas de conhecimentos, atentando para as particularidades formativas de cada um dos cursos ofertados nessas áreas, o que, em nossa análise, impacta no indicador.

O resultado apresentado pela UFJF para o ano de 2016 (11,77) é menor em comparação ao resultado divulgado por diversas universidades em 2015, inclusive Universidade Federal de Minas Gerais (15,01), Universidade Federal de Viçosa (14,97), Universidade Federal de Uberlândia (13,91) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (12,53). Esta relação impacta a qualidade dos cursos e deve ser adequada a uma relação que envolva a qualidade e a adequação de recursos orçamentário e financeiros.

Na UFJF há uma comissão de trabalho formada entre servidores da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e da Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN) dedicada ao levantamento e sistematização de dados que fundamentem uma análise mais profunda das variáveis que compõem esse indicador. Essa medida pode subsidiar a tomada de decisões em planos de gestão que visem modificar a realidade ilustrada.

Gráfico 3.5.1.2 - Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente



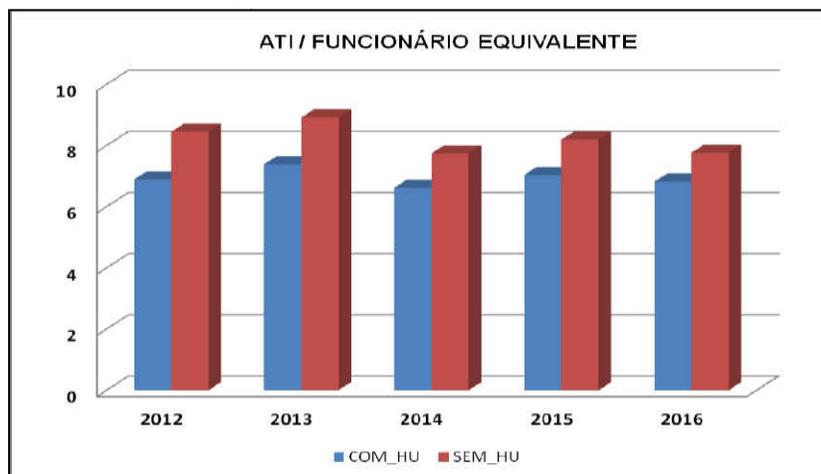
Fonte: Censo Superior da UFJF.

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU e Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU.

$AGTI+APGTI+ARTI / N^{\circ}$ de Funcionários Equivalentes com HU = 6,82

$AGTI+APGTI+ARTI / N^{\circ}$ de Funcionários Equivalentes sem HU = 7,77

Gráfico 3.5.1.3 - Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU e Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU.



Fonte: Censo Superior da UFJF.

Esse indicador demonstra a produtividade e a eficiência dos funcionários de uma instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário. Entende-se que haverá um melhor rendimento do discente à medida que há mais funcionários prestando assistência aos mesmos.

Observa-se que em relação ao ano anterior houve um pequeno decréscimo em 3,13% no valor deste indicador considerando o Hospital Universitário e de 5,24% quando o HU é retirado da análise. Mesmo com esta queda, este resultado aponta a necessidade de contratação de pessoal, uma vez que o indicador apresentado pela UFJF para o ano de 2016 (6,82 com HU) é inferior ao resultado divulgado por diversas universidades em 2015. Como por exemplo, Universidade Federal de Minas Gerais (5,44), Universidade Federal de Uberlândia (5,76) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (3,85).

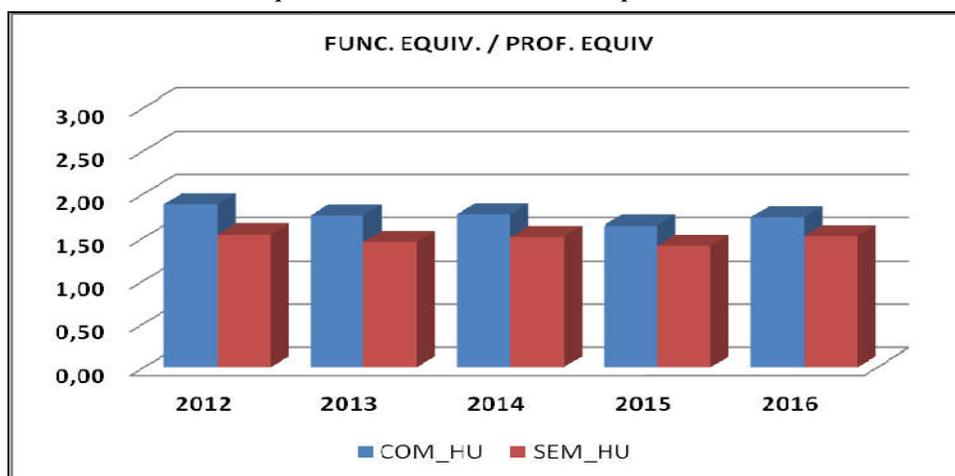
Cumpra observar que, desde junho de 2016, o HU encontra-se em gestão plena realizada pela EBSEH.

Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente e Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente

Funcionário Equiv. com H.U. / Professor Equiv. = 1,73

Funcionário Equiv. sem H.U. / Professor Equiv. = 1,51

Gráfico 3.5.1.4 - Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente e Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente



Fonte: Censo Superior da UFJF.

Em 2016, a relação de servidores técnicos por professor na UFJF é de 1,73 considerando os servidores do HU e de 1,51 sem considerá-los. Isto implicou em um aumento de 6,13% e 7,86% respectivamente, em relação ao ano anterior.

Percebe-se que a UFJF apresenta um indicador registrado com HU naturalmente maior que o registrado sem HU. É um fato normal, tendo em vista que um Hospital Universitário requer grande quantitativo de técnicos para seu funcionamento.

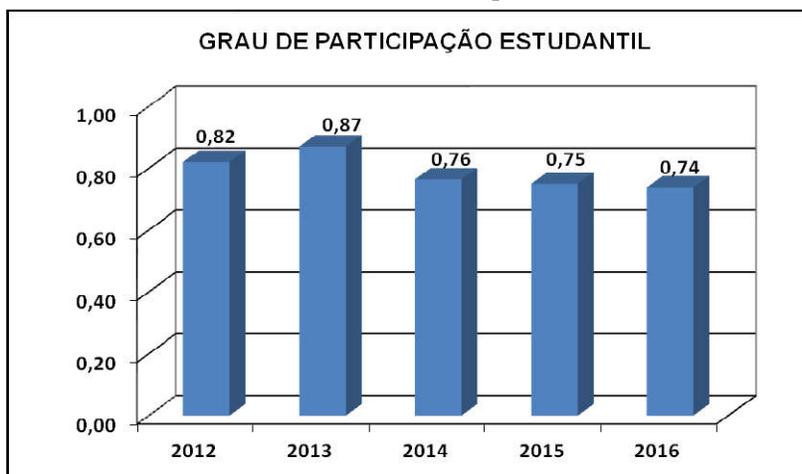
Grau de Participação Estudantil

Aluno de Graduação Tempo Integral / Aluno de Graduação = 0,74

O grau de participação estudantil representa a relação entre os alunos em tempo integral e o total de matriculados. Dessa maneira, a percepção é de que quanto mais alunos em tempo integral

melhor será a sua formação. A oferta de cursos noturnos na UFJF impacta nesse índice. No ano de 2016, a UFJF ofertou 25 opções de cursos noturnos. O fato da matrícula do estudante ser em curso noturno não configura em si um grau de participação menor. No entanto, esse fato gera a necessidade constante de discussão sobre a organização das atividades acadêmicas.

Gráfico 3.5.1.5 - Grau de Participação Estudantil

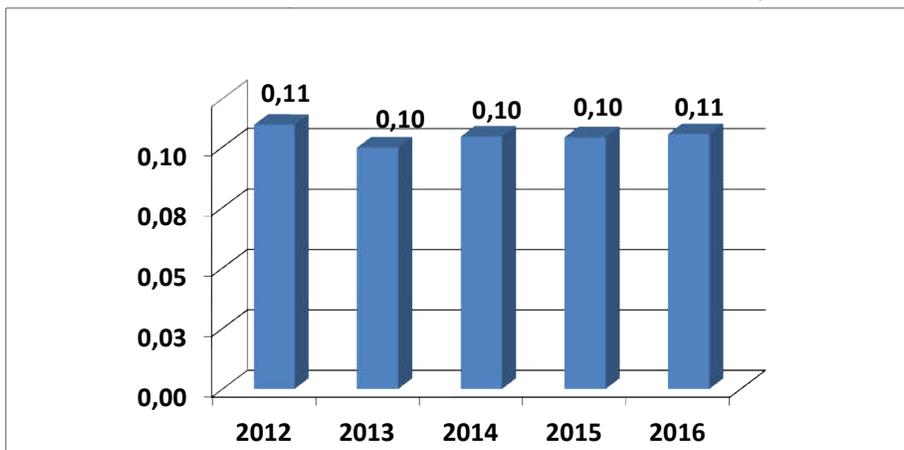


Fonte: Censo Superior da UFJF.

Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação

$GEPG = \text{número de alunos de mestrado e doutorado} / \text{número total de alunos na graduação e pós-graduação} = 0,11$

Gráfico 3.5.1.6 - Grau de Envolvimento com a Pós-Graduação



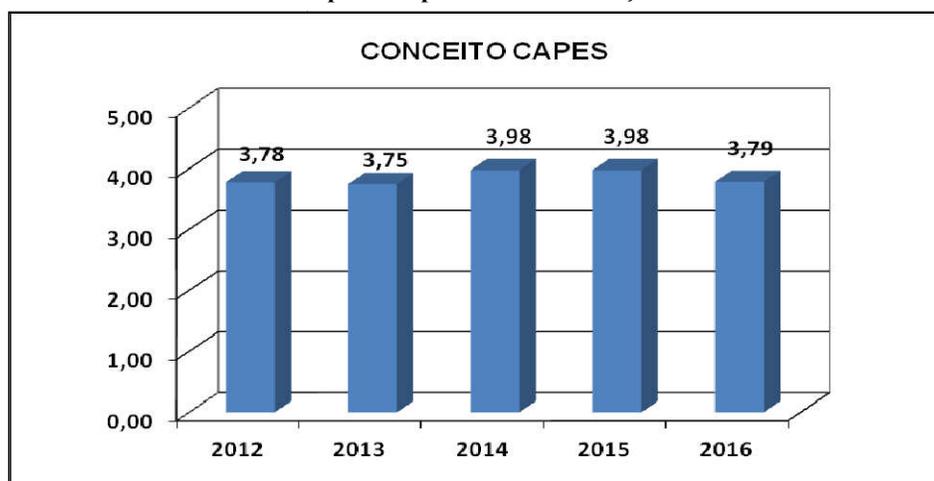
Fonte: Censo Superior da UFJF.

Observa-se que nos últimos anos ocorreu um crescimento da graduação e da pós-graduação na mesma proporção o que faz com que esse indicador permaneça aproximadamente constante.

Conceito Capes/Mec para a Pós-Graduação

A queda deste indicador no ano de 2016 deve-se a revisão na metodologia adotada para calcular o índice, uma vez que na metodologia anterior, os programas com mestrado e doutorado eram computados duas vezes. Pelas normas da CAPES, para que possa oferecer o curso de doutorado o programa tem que ter pelo menos nota 4. Como o conceito médio da UFJF está entre 3 e 4, ocorria que os cursos com nota acima da média estavam sendo contabilizados com peso 2, elevando artificialmente o conceito médio.

Gráfico 3.5.1.7 - Conceito Capes/Mec para a Pós-Graduação



Fonte: Censo Superior da UFJF.

Outro fator que contribui para queda da média é o aumento do número de programas de pós-graduação na UFJF. Como os cursos, geralmente, iniciam as suas atividades com conceito 3, a tendência no período entre as avaliações da CAPES (as novas pontuações serão divulgadas em 2017, tendo a última ocorrido em 2013) é que a nota média decresça, pois sua variação se deve à aprovação de novos cursos. Desta forma, a queda do indicador é um indicador positivo, considerando o período em questão, pois reflete o vigor da jovem pós-graduação da UFJF.

Índice de Qualificação do Corpo Docente

Verifica-se que no ano de 2016 houve um crescimento do Índice¹, de Qualificação do Corpo Docente de 1,77%, em relação ao ano de 2015. No que concerne à série histórica, pondera-se que ocorreu um aumento de 11,92%, considerando o ano base 2012.

Inicialmente, salienta-se que no ano de 2016 a UFJF promoveu políticas de recrutamento/seleção e de treinamento/desenvolvimento que contribuíram para a elevação do indicador. Nesse sentido, a partir dos dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica

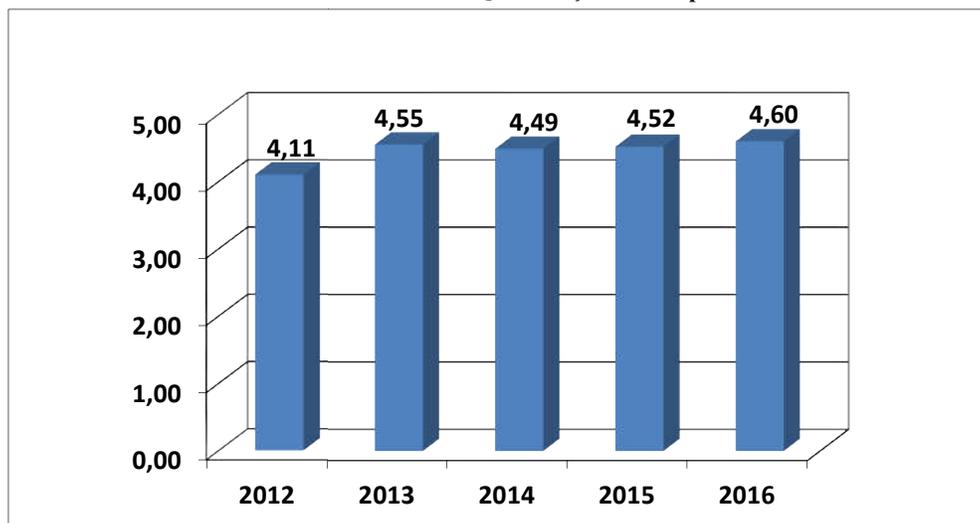
¹ É um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior, principalmente aquelas que mantêm uma produção científica, que relaciona a qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação com o volume de pesquisas desenvolvidas. O IQCD é muito utilizado nos estudos de avaliação do ensino superior. Seu valor varia de 1 (todos os professores possuem apenas graduação) até 5, situação em que todos os docentes são doutores.

(SIGA-UFJF), destaca-se que no ano de 2016, o corpo docente da UFJF passou a contar com mais 47 (quarenta e sete) doutores, 9 (nove) mestres e 2 (dois) especialistas.

No âmbito das políticas institucionais, destaca-se o Programa de Apoio à Qualificação (PROQUALI), o qual contribuiu para a formação de 26 (vinte e seis) novos doutores, impactando positivamente a qualificação do corpo docente efetivo da UFJF.

Ainda no âmbito deste indicador ganha relevo a informação relativa aos 43 (quarenta e três) docentes que retornaram do afastamento para pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) no ano de 2016, contribuindo também para o crescimento do indicador, sobretudo em relação aos 13 (treze) docentes que concluíram programas de doutorado no ano em questão.

Gráfico 3.5.1.8 - Índice de Qualificação do Corpo Docente

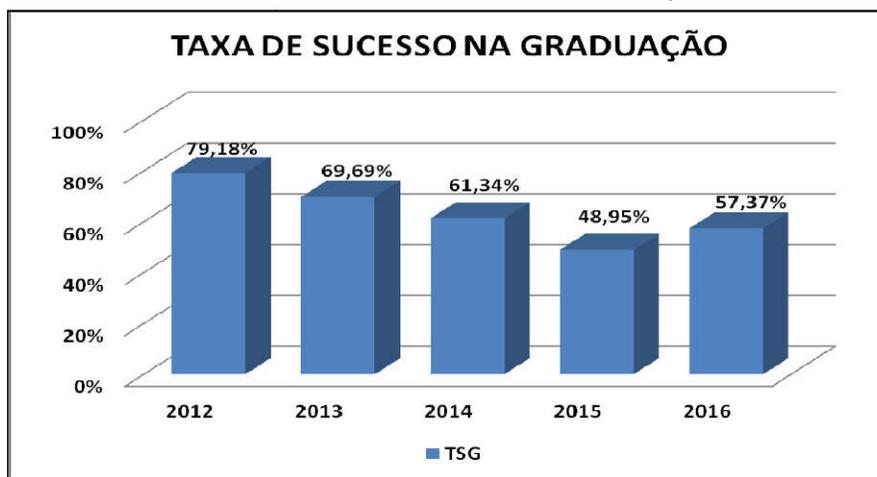


Fonte: Censo Superior da UFJF.

Taxa de Sucesso na Graduação

Número de diplomados / número de ingressantes = 57,37%

Gráfico 3.5.1.9 - Taxa de Sucesso na Graduação



Fonte: Censo Superior da UFJF.

Obs.: Para o cálculo dos ingressantes, deve ser considerado o ano ou semestre do suposto ingresso dos estudantes que se graduem no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso.

A taxa de sucesso na UFJF sofreu uma queda a partir do ano de 2012 até 2015. No ano de 2016 há uma recuperação do crescimento da taxa de sucesso. Uma das interpretações que podemos ter desse fenômeno está relacionada ao fato desse período ser relativo ao momento de conclusão de cursos novos criados nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011, que ainda não havia formandos. Cabe destacar que os cursos novos e a ampliação de vagas promovida pelo REUNI gera, também, mudanças nas concepções curriculares dos cursos, assim como, nas formas de ingresso ao Ensino Superior. Nesse contexto, a criação do Sistema de Seleção Unificada (SISU) em 2010 e a respectiva adesão da UFJF ao sistema, pode também ter impactado nesses resultados. No ano de 2012 é criado o Campus da UFJF em Governador Valadares, oferecendo 340 vagas em 10 cursos de graduação. Esse dado também impacta na taxa de sucesso, pois há ingressantes e não há, ainda, concluintes nesses cursos.

Conhecendo a realidade dos cursos novos consolidados, a PROGRAD, juntamente com a PROPLAN, constituiu um grupo de trabalho para conhecer algumas das variáveis que impactam na taxa de sucesso da Graduação. Atualmente o grupo tem se esforçado em construir uma metodologia de análise dos dados da graduação, que permita conhecer as causas da evasão, retenção e reprovação de estudantes.

Também juntamente com a Coordenação de Processos Seletivos (COPESE) e a Coordenação de Registros Acadêmicos (Cdara) há uma equipe trabalhando para compreender a realidade da geração de vagas ociosas nos cursos da universidade.

Com o objetivo de atuar sobre essa realidade, o Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD) está trabalhando para instituir uma comissão para estabelecer parâmetros para a criação da política de acompanhamento acadêmico da UFJF, envolvendo ações da PROGRAD, Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva (PROAE) e Diretoria de Ações Afirmativas (DIAFI).

3.5.2. Indicadores próprios de acompanhamento

A partir de 2016, com estudos conduzidos pela Pró-Reitora Adjunta de Planejamento, Orçamento e Finanças, a UFJF criou seus próprios indicadores de acompanhamento da gestão.

Visto que a análise do perfil do financiamento da expansão da educação superior brasileira tende a ser feita por meio da utilização de alguns indicadores, a UFJF construiu 12 indicadores relacionados às despesas. Os mesmos foram concebidos como instrumentos de verificação da eficiência e da eficácia da execução orçamentária-financeira da instituição.

Quadro 3.5.2.1 - Indicadores de avaliação para verificação da eficiência e da eficácia da execução orçamentária-financeira da UFJF.

Indicador		Objetivo
<i>InPa</i>	Participação pessoal ativo	Constatar o quanto a instituição está gastando de seu orçamento de custeio com pessoal ativo.
<i>InBo</i> <i>InBo_{Alunos}</i>	Participação de bolsas	Monitorar o quanto a instituição está utilizando de seu orçamento nessa política. A periodicidade deverá ser mensal, de forma a monitorar se os gastos estão compatíveis com o orçamento de custeio excluídas as despesas com PNAES.
<i>Ing_{PNAES}</i>	Grau de atendimento do PNAES	Perceber se a dotação prevista na ação do PNAES (4002) do MEC está atendendo a necessidade de assistir a demanda da UFJF. Sua aplicação poderá ocorrer a qualquer momento, de forma a monitorar a política. Quanto maior esse indicador significa que a instituição está atendendo a um maior número de alunos

<i>InTe</i> <i>InLC InSe</i> <i>InTr InMi</i> <i>InAa</i>	Gastos com terceirizadas em relação à custeio do Tesouro	Examinar o quanto a instituição está precisando investir de seu orçamento de custeio com terceirizações. Neste item são destacados todos os gastos com terceirizados em relação ao custeio do Tesouro, excluído o PNAES, o ODC- <i>PNAES</i> .
<i>InDf</i>	Gastos com despesas fixas em relação à custeio do Tesouro	Acompanhar seus gastos de forma que se possa adotar políticas de redução de custos, bem como implementar novos procedimentos que possam minimizar seus gastos. Seu acompanhamento e monitoramento deverá ser mensal
<i>InRU</i>	Subsídios com a alimentação dos discentes	Verificar o quanto a instituição está subsidiando do seu orçamento com a alimentação de seus discentes. O monitoramento desse indicador poderá ser mensal.

Fonte: Elaborado pela Pró-Reitora Adjunta de Planejamento, Orçamento e Finanças.

a) Participação pessoal ativo (InPa)

As despesas com pessoal ativo apresenta-se como o maior gasto da UFJF, portanto tem representatividade exigida na concepção de um bom índice. Por se tratar de uma despesa que viabiliza o funcionamento e o cumprimento da missão institucional, optou-se por esse gasto incluindo a parcela do PSSS patronal (Plano de Seguridade Social do Servidor) , e excluindo os dispêndios com os aposentados e pensionistas. Nesta despesa estão também computados os gastos com contratação de pessoal por tempo determinado, classificado como professor substituto. Outro fator importante na escolha dessa categoria de gasto se deu em função da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) do Governo Federal, que entre outras medidas, investiu significativamente na contratação de servidores, por meio de concurso público. No caso específico da UFJF, o crescimento da força de trabalho no período de 2008 a 2016 foi de 45,7% para TAE e de 113% para docentes (em números nominais).

Este indicador objetiva constatar o quanto representa o gasto do pessoal ativo em relação ao seu orçamento total de custeio, incluindo o próprio pessoal, utilizando a fórmula:

$$InPa = \frac{\text{Pessoal Ativo}}{\text{Total Pessoal} + \text{Benefícios} + \text{Total ODC}}$$

Em que:

Pessoal ativo = pessoal ativo + PSSS.

Total Pessoal = pessoal ativo + inativos e pensionistas + PSSS.

Total ODC = PNAES + Funcionamento Ifes + Reuni + CTU + João XXIII + GV.

b) Participação de bolsas de graduação (InBo e InBo_{Alunos})

A opção por esta despesa como critério para análise se deve à representatividade em seus gastos no período recente. A UFJF vem adotando nos últimos anos, política de concessão de bolsas não somente assistenciais, mas também, voltadas ao desenvolvimento do aluno da graduação, tais

como, iniciação científica, monitoria, extensão, treinamento profissional, etc. A criação dessas bolsas são submetidas ao CONSU da instituição.

Diante da relevância de cunho acadêmico, científico e social e o financiamento público de tais despesas, é importante que se monitore o quanto a instituição está utilizando de seu orçamento nessa política. A periodicidade deste indicador deve ser mensal, de forma a monitorar se os gastos estão compatíveis com o orçamento de custeio, excluídas as despesas com Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tendo em vista esta ação ser específica e carimbada podendo ser designado Custeio Líquido do PNAES, sendo representado pela sigla ODC-*PNAES*. Não foram considerados os valores empenhados ao campus avançado, tendo em vista essas serem específicas daquele campus. Para tal, propôs-se as seguintes fórmulas:

$$InBo = \frac{\text{Despesas com Bolsas}}{ODC-*PNAES*}$$

$$InBo_{Alunos} = \frac{\text{Despesas com Bolsas}}{\text{Total Alunos Matriculados Graduação}}$$

Em que:

Despesas com bolsas = bolsas de graduação e extensão.

ODC-*PNAES* = Funcionamento Ifes + Reuni + CTU + João XXIII

c) Grau de atendimento do PNAES (Ing_{PNAES})

O PNAES é uma ação orçamentária criada pelo Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010, que tem o objetivo de atender os estudantes com desigualdade socioeconômica, matriculados em cursos de graduação presencial das Ifes, visando sua permanência e conclusão acadêmica, contribuindo na melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas combativas de repetência e evasão.

A criação desse indicador visa medir se a dotação prevista na ação do PNAES (ação 4002) do MEC está atendendo a necessidade de assistir a demanda da UFJF. Sua aplicação poderá ocorrer a qualquer momento, de forma a monitorar a política. Quanto maior esse indicador significa que a instituição está atendendo a um maior número de alunos. A fórmula empregada é:

$$Ing_{PNAES} = \frac{\text{Despesas PNAES}}{\text{Total Alunos Matriculados Graduação}}$$

Em que:

Despesas PNAES = Ação da LOA designada ao PNAES

d) *Gastos com terceirização em relação ao custeio do Tesouro (InTe, InLC, InSe, InTr, InMi e InAa)*

Com o advento do Decreto nº. 2.271/97 que dispõe sobre a contratação de serviços terceirizados, conjugado com a Lei nº. 9632/98 relativo à extinção de cargos na administração pública, cada vez mais os órgãos públicos federais se vêm obrigados a terceirizar uma parcela de suas atividades referentes a apoio, tais como: limpeza e conservação, vigilância, serviços de portarias e vigias, de motoristas, de manutenção predial, fornecimentos de refeições e outros apoios operacionais. Para definição da metodologia, utiliza-se a Instrução Normativa nº 02/2008-MPOG. Aliados a essas questões, têm-se o crescimento de áreas físicas provocado pela expansão da última década, ocasionando aumento dessa despesa, em todos os itens já citados. Diante do exposto, faz-se necessário examinar o quanto a instituição necessita investir de seu orçamento de custeio com terceirizações. Neste item são destacados todos os gastos com terceirizados em relação ao custeio do Tesouro, excluído o PNAES, o ODC-*PNAES*. A fórmula é:

$$InTe = \frac{\text{Despesas com terceirizadas}}{\text{ODC Líquido PNAES}}$$

Em que:

Despesas com terceirizadas = gastos totais com empresas terceirizadas.

ODC líquido PNAES = Funcionamento Ifes + Reuni + CTU + João XXIII.

Pela importância desse grupo na execução das despesas da UFJF, optou-se por criar um indicador para cada tipo de terceirização, quais sejam: limpeza e conservação; segurança; transporte; manutenção da infraestrutura e apoio administrativo.

Os serviços de limpeza e conservação são contratados com base na área física a ser limpa, estimando-se o custo por metro quadrado com a seguinte fórmula:

$$InLC = \frac{\text{Despesas com Limpeza e Conservação}}{\text{ODC Líquido PNAES}}$$

$$InSe = \frac{\text{Despesas com Segurança}}{\text{ODC Líquido PNAES}}$$

$$InTr = \frac{\text{Despesas com Transportes}}{\text{ODC Líquido PNAES}}$$

$$InMi = \frac{\text{Despesas com Manutenção}}{\text{ODC Líquido PNAES}}$$

$$InAa = \frac{\text{Despesas com Apoio Administrativo}}{\text{ODC Líquido PNAES}}$$

e) Gastos com despesas fixas em relação ao custeio do Tesouro (InDf)

As despesas fixas aqui propostas englobam: energia elétrica, água e esgoto, telefonia e despesas obrigatórias e legais de comunicação com a Imprensa Nacional, correios e Empresa Brasileira de Comunicação. Este indicador objetiva acompanhar seus gastos de forma que se possa adotar políticas de redução de custos, bem como implementar novos procedimentos que possam minimizar seus gastos. Seu acompanhamento e monitoramento deverá ser mensal, empregando a seguinte fórmula:

$$InDf = \frac{\text{Despesas Fixas}}{\text{ODC Líquido PNAES}}$$

f) Gastos com o RU (InRu)

Os gastos com a alimentação dos estudantes é uma despesa indispensável nas Ifes, uma vez que tem a pretensão de subsidiar os alunos. A expansão do acesso às vagas das universidades federais fomentada pelo Reuni a fim de minimizar as diferenças sociais permitiu que uma parcela da população em vulnerabilidade socioeconômica adentra-se ao ensino superior, fazendo com que este subsídio se torna-se cada vez mais relevante.

O objetivo deste indicador é verificar o quanto a instituição está subsidiando pelo seu orçamento a alimentação dos discentes. O monitoramento desse indicador poderá ser mensal. Para avaliar essa despesa, tomou-se a despesa líquida do Restaurante Universitário (RU), obtida pela despesa bruta deduzida da receita proveniente das vendas dos *tickets* por preços módicos em relação ao ODC-*PNAES*, com a seguinte fórmula:

$$InDf = \frac{\text{Despesa Líquida RU}}{\text{ODC Líquido PNAES}}$$

Em que:

Despesa líquida RU = despesa bruta – arrecadação com a venda dos *tickets*.

Para testar os indicadores, abaixo apresenta-se um comparativo com a execução 2015 e 2016.

Quadro 3.5.2.2 - Painel dos 12 indicadores propostos (UFJF: 2015-2016).

INDICADOR	2015	2016	Variação (%)
<i>InPa</i>	57,29%	55,81%	-2,58%
<i>InBo</i>	16,22%	13,29%	-18,06%
<i>InBo_{Alunos}</i>	804	674	-16,17%
<i>Ing_{PNAES}</i>	783	825	5,36%
<i>InTe</i>	31,44%	36,98%	17,62%
<i>InLC</i>	9,26%	9,89%	6,80%
<i>InSe</i>	8,77%	11,63%	32,61%
<i>InTr</i>	2,43%	2,55%	4,94%
<i>InMi</i>	1,28%	4,45%	247,66%
<i>InAa</i>	7,83%	8,46%	8,05%
<i>InDf</i>	6,15%	7,51%	22,11%
<i>InRu</i>	6,34%	8,84%	39,43%

Fonte: Elaborado pela Pró-Reitora Adjunta de Planejamento, orçamento e finanças.

O comprometimento do custeio das quatro grandes despesas (bolsas + terceirizadas + despesas fixas + RU) representava 60,2% o total do orçamento em 2015. Em 2016, esse comprometimento cresce para 66,6%, sendo que algumas despesas sofreram queda, como é o caso de pessoal e bolsas. Por outro lado, as despesas com terceirizadas e as despesas fixas, afetadas diretamente pela expansão de área física, foram as que mais cresceram, principalmente a manutenção de infraestrutura, que em 2015 ficou sem contrato durante um semestre. Outro indicador que teve crescimento significativo foram os gastos com restaurante universitário, que também é impactado quando há expansão em número de alunos presentes na instituição.

Outro fator que pode incrementar as despesas de custeio no futuro deve-se suspensão das obras de construção do campus avançado de Governador Valadares. Isso implicará em aumento de despesas com locação de espaços à medida que houver um aumento dos números de turmas. A expansão com o Reuni ainda não foi totalmente contabilizada, já que os cursos de graduação de duração de cinco anos que se iniciaram em 2012, se dará no exercício de 2017. É importante salientar que essas despesas, apesar não afetarem diretamente os indicadores, comprometerá o restante do custeio.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 Descrição da estrutura de governança

A estrutura de governança da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF - está definida em seu Estatuto conforme Portaria 1.105, de 28 de setembro de 1998 do MEC. Para o desenvolvimento das suas atividades a UFJF está estruturada da seguinte forma: I - Órgãos Colegiados Superiores; II - Reitoria; III - Pró-Reitorias; IV - Unidades Acadêmicas; V - Órgãos Suplementares.

Compõem os Órgãos Colegiados Superiores o Conselho Superior e os Conselhos Setoriais de Graduação, Pós-Graduação e Pesquisa, de Extensão e Cultura e de Administração e Recursos Humanos.

Competindo ao Conselho Superior estabelecer as diretrizes e o planejamento institucional da Universidade e supervisionar sua execução, alterar este Estatuto, elaborar, aprovar e alterar o Regimento Geral e os Regimentos dos Conselhos, aprovar e acompanhar a execução do plano de gestão, aprovar o orçamento e prestação de contas de cada exercício, aprovar as políticas propostas pelos Conselhos Setoriais entre outros.

Já os Conselhos Setoriais são órgãos consultivos, deliberativos e normativos da UFJF, em matéria específica.

A Reitoria é o órgão executivo que coordena e supervisiona todas as atividades da Universidade e será exercida pelo Reitor, auxiliado pelo Vice-Reitor e assessorado pelas Pró-Reitorias e Diretorias.

Ao Reitor é delegado vetar total ou parcialmente decisões do Conselho Superior, até cinco dias úteis após a sessão em que tenham sido tomadas, e dos Conselhos Setoriais, até cinco dias úteis após a publicação da decisão.

As Pró-Reitorias e Diretorias tem atribuições e atividades definidas por delegação de competência da Reitoria, e suas vinculações e competências são definidas no Regimento Geral da Universidade.

As Unidades Acadêmicas são responsáveis pela promoção do ensino, a pesquisa e a extensão em uma ou mais áreas do conhecimento, estando estruturada em Órgãos Colegiados e Órgãos de Execução.

Os Órgãos Suplementares são criados com a finalidade de dar apoio às atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão, Cultura e Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico possuindo estrutura e regimento internos próprios, estando vinculados a Reitoria.

4.2 Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Nesta seção estão consignadas informações sobre a atuação da unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal de Juiz de Fora, destacando-se os seguintes aspectos:

- **Estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna.**

A Resolução do Conselho Superior nº 42, de 21 de dezembro de 2010, dispõe sobre a criação, implantação e estruturação da unidade de Auditoria Interna na UFJF, bem como aprova o

Regimento Interno e o Manual de Auditoria Interna. Esta Resolução e seus anexos encontram-se disponíveis em <<http://www.ufjf.br/consu/files/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-42.2010.pdf>>.

As normas atualizadoras desta localizam-se na Resolução do Conselho Superior nº 11, de 29 de janeiro de 2016 (<http://www.ufjf.br/consu/files/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-11.2016.pdf>) e a Resolução do Conselho Superior nº 76, de 04 de janeiro de 2017 (<http://www.ufjf.br/consu/files/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-11.2016.pdf>).

▪ **Elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de Auditoria Interna.**

O art. 15 do Decreto nº 3.591/2000 estabelece diretrizes para as “unidades de auditoria interna das entidades da Administração Pública Federal indireta vinculadas aos Ministérios”. Neste sentido, os §§3º, 4º e 5º do referido artigo, tratam da vinculação e da titularidade da Unidade de Auditoria Interna, a saber:

“Art. 15. [...]

§ 3º A auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes.

§ 4º Quando a entidade da Administração Pública Federal indireta não contar com conselho de administração ou órgão equivalente, a unidade de auditoria interna será subordinada diretamente ao dirigente máximo da entidade, vedada a delegação a outra autoridade.

§ 5º A nomeação, designação, exoneração ou dispensa do titular de unidade de auditoria interna será submetida, pelo dirigente máximo da entidade, à aprovação do conselho de administração ou órgão equivalente, quando for o caso, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.”

Deste modo, com vistas a proporcionar maior independência aos auditores, houve o reposicionamento da Auditoria Interna na estrutura da UFJF. Assim, em 29 de janeiro de 2016, a unidade passou a subordinar-se diretamente ao Conselho Superior da instituição, conforme consta na Resolução CONSU nº 11/2016².

Em relação à designação do titular da unidade de Auditoria Interna, a indicação foi feita pelo Reitor ao Conselho Superior que aprovou através da Resolução nº 16³, de 31 de maio de 2011. Posteriormente foi submetido à aprovação pela Controladoria Geral da União, em conformidade com o Decreto nº 3.591/2000, art. 15, §5º e por fim, foi procedida a nomeação.

Os documentos e normativos básicos que garantem a independência e objetividade da Auditoria-Geral da UFJF são o Regimento Interno, o Manual de Auditoria e o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.

O Regimento (Anexo 1 da Resolução do Conselho Superior nº 42, de 21 de dezembro de 2010) prevê a definição e objetivo da Auditoria-Geral em seus artigos 1º e 2º. Também estão previstos a finalidade, natureza e competência, atribuições específicas, subordinação administrativa, vinculação técnica, organização, atribuições dos servidores, técnicas de controle, instrumental de trabalho, procedimentos éticos, avaliação, vedações, divulgação de dados, acesso irrestrito nos trabalhos (sistemas, documentos, operações, funções e atividades da instituição), recursos materiais

² Disponível em <http://www.ufjf.br/consu/files/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-11.2016.pdf>

³ Disponível em <http://www.ufjf.br/consu/files/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-16.2011.pdf>

para trabalho, disponibilização de documentos no início dos trabalhos, disponibilidade da unidade auditada durante a auditoria.

O Manual da Auditoria Interna (Anexo 2 da Resolução do Conselho Superior nº 42, de 21 de dezembro de 2010) especifica a Auditoria-Geral e orienta o planejamento, execução, análise, comunicação, monitoramento das recomendações, atualização do manual, referências, anexos (modelos de instrumentos de trabalho).

Quanto ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT), este é elaborado em conformidade com as orientações do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e aprovado anualmente pelo Conselho Superior da UFJF.

Além disso, a partir da Resolução do Conselho Superior da UFJF nº 11/2016 foram aprovados:

1. Programa de Capacitação Permanente (PROCAPE) para os servidores da Auditoria-Geral;
2. Organograma Horizontal da UFJF, a o fim de utilização nos trabalhos de auditoria e de integrar o sistema informatizado de auditoria interna;
3. Processo de Auditoria para padronizar as atividades da Auditoria-Geral;
4. Programa de Monitoramento do PAINT para efetuar o monitoramento das atividades previstas em cada exercício;
5. Revisão no manual de auditoria para a implantação de nova estrutura de modelo de relatório de auditoria, visando o controle e aperfeiçoamento dos resultados;
6. Revisão no manual de auditoria para o estabelecimento de metodologia de organização de papéis de trabalho por meio de processo administrativo específico para cada ação de auditoria, tendo como capa no mínimo a numeração do processo, título e assunto e como contracapa o sumário dos instrumentos de trabalho utilizados.

Posteriormente, com a Resolução do Conselho Superior da UFJF nº 76/2016 foram aprovadas a atualização do Processo de Auditoria e do Programa de Monitoramento do PAINT e a revisão no Manual de Auditoria para estabelecer novo modelo de Programa de Auditoria – PA.

▪ **Estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver.**

A Auditoria-Geral é constituída por 2 (duas) unidades, sendo uma instalada como unidade central e localizada no Campus de Juiz de Fora e uma subunidade instalada e localizada no Campus de Governador Valadares.

Assim, para promover a qualidade dos trabalhos de auditoria definiu-se como estratégia de atuação a realização de reuniões periódicas e a padronização dos instrumentos de trabalhos como: Processo de Auditoria (orienta o procedimento padrão de trabalho), Manual de Auditoria, modelo de relatório, modelo de programa de auditoria e o acompanhamento dos trabalhos por meio de Programa de Monitoramento do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT).

▪ **Estruturação da Auditoria Interna, escolha do titular e posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da UFJF.**

A Auditoria-Geral da Universidade Federal de Juiz de Fora é constituída por 1 (uma) unidade administrativa, sendo localizada no *campus* de Juiz de Fora e outra unidade no *campus* de Governador Valadares, vinculada a primeira como sendo a sede. Sua estrutura funcional encontra-se prevista no art.8º de seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho Superior por meio da Resolução nº 42/2010:

“Art. 8º. A Auditoria-Geral da UFJF terá a seguinte estrutura funcional, sendo os servidores designados dentro das possibilidades, conforme sugestão:

I - Auditor-Geral

II - Auditor-Adjunto

III - Corpo de Técnicos Administrativos:

a) Auditores

b) Analistas

c) Assistentes em Administração

d) Secretário-Executivo

e) Estagiários

§1º. A escolha do Auditor-Geral e Auditor-Adjunto recairá, preferencialmente, entre técnicos pertencentes ao quadro da carreira de auditor da UFJF.

§2º. A nomeação ou exoneração do Auditor-Geral e do Auditor-Adjunto será submetida, pelo Reitor, à aprovação do Conselho Superior, e, após, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

§3º. Substituirá o Auditor-Geral, no caso de impedimento e faltas, e suceder-lhe-á, no de vaga, o Auditor-Adjunto.

§4º. Em caso de impedimento ou faltas do Auditor-Geral e do Auditor-Adjunto, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Auditoria-Geral, por ordem de antiguidade na UFJF, os Auditores do Corpo de Técnicos Administrativos em Educação desta unidade, após aprovação do Conselho Superior e da Controladoria-Geral da União. [...]”

Neste sentido, salienta-se que a escolha do titular da unidade de Auditoria Interna da UFJF recairá, preferencialmente, entre os servidores ocupantes do cargo de auditor da instituição, devendo ser submetida à aprovação do Conselho Superior e, posteriormente, à Controladoria Geral da União, conforme previsto no Decreto nº 3.591/2000 e reafirmado pela Resolução CONSU nº 42/2010, o que foi plenamente atendido.

Acrescenta-se que o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União editou a Portaria nº 915, de 29 de abril de 2014 (http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/portarias/portaria_cgu_915_2014.pdf) para disciplinar a escolha do titular da auditoria interna.

Quanto ao posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da UFJF, esclarece que a partir de 29 de janeiro de 2016, a unidade passou a subordinar-se diretamente ao Conselho Superior da instituição, conforme consta na Resolução CONSU nº 11/2016.

▪ **Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações.**

A Resolução CONSU nº 11, de 29 de janeiro de 2016, aprovou a criação do Processo Padrão de Auditoria, com a finalidade de padronizar as atividades da Auditoria-Geral. Tal processo contempla todas as etapas que os servidores da unidade devem seguir durante o desenvolvimento das atividades de auditoria. Assim, com o objetivo de informar à alta gerência sobre as recomendações emitidas, bem como as circunstâncias que levaram à emissão das mesmas, o Processo Padrão de Auditoria abarcou as seguintes etapas:

“I - PROCESSO DE AUDITAGEM

[...]”

4. FINALIZAÇÃO

- 4.1. ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO PRELIMINAR
- 4.2. COLHER MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE, CASO HOVER
- 4.3. REALIZAR REUNIÃO DE BUSCA CONJUNTA DE SOLUÇÕES
 - 4.3.1. COLHER ATA DA REUNIÃO
- 4.4. EMITIR O RELATÓRIO FINAL

5. AVALIAÇÃO

- 5.1. DISPONIBILIZAR O FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO AUDITOR
- 5.2. RECEBER FORMULÁRIO DA UNIDADE AUDITADA
- 5.3. ENCAMINHAR O RELATÓRIO FINAL AO DIRIGENTE MÁXIMO E AO CONSU
- 5.4. ENCAMINHAR O RELATÓRIO FINAL À CGU

II – MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES

1. EMISSÃO DE NOTA DE AUDITORIA COM AS RECOMENDAÇÕES (ATUALIZAÇÕES)
2. ENCAMINHAMENTO DA NOTA DE AUDITORIA PARA O MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES PRÓPRIAS.” (Anexo 4 do PAINT/2016)

Deste modo, verifica-se que todos os Relatórios Finais de Auditoria Interna são encaminhados ao Reitor e ao Conselho Superior da UFJF, com o intuito de certificar que a alta gerência tome conhecimento das recomendações emitidas. Além disso, após a emissão de cada Relatório, é realizada reunião de busca conjunta de soluções, entre a Auditoria Geral e a unidade auditada, visando discutir os problemas identificados e buscar soluções para dirimir ou minimizá-los. Posteriormente, procede-se ao Monitoramento das Recomendações Próprias, através da emissão de Nota de Auditoria constando as recomendações pendentes de cumprimento e, à medida que são cumpridas, as mesmas são excluídas do documento.

Além disso, após o fim do exercício é elaborado o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna/RAINT e o mesmo é encaminhado ao dirigente máximo (reitor) por meio de memorando ao seu Gabinete, mediante recibo.

Vale ressaltar que o gestor da Unidade auditada poderá optar por não cumprir as recomendações expedidas pelos auditores internos e, dessa forma, aceitará o risco de não adotar qualquer medida saneadora. Esta posição deverá ser formulada por escrito para fins de registro (Capítulo 6 – Monitoramento das Recomendações, Anexo 2 – Manual de Auditoria Interna/MAINT da UFJF, Resolução do Conselho Superior da UFJF nº 42/2010).

▪ **Sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência.**

Consoante o previsto no Capítulo 5 – Comunicação, Anexo 2 – Manual de Auditoria Interna/MAINT da UFJF, Resolução do Conselho Superior da UFJF nº 42/2010, a comunicação das atividades de auditoria interna efetuadas pela Auditoria-Geral é realizada através de Parecer ou Relatório.

O Parecer de Auditoria será emitido quando o auditor interno agir na função de assessoramento da alta administração. Trata-se da análise de um caso que lhe seja submetido para exame, no qual o auditor interno aponta uma solução favorável ou contrária, justificando-a por meio de dispositivos legais.

O Relatório de Auditoria será emitido após a finalização das atividades de auditoria efetuadas em determinada área administrativa da Universidade. É um documento formal que

comunica os trabalhos efetuados, expressando as conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela área auditada.

O resultado dos trabalhos realizados pela Auditoria-Geral durante um exercício será apresentado através do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINI, que conterá o relato sobre as atividades de auditoria interna, em função das atividades planejadas constantes no PAINT do exercício anterior, assim como das atividades não planejadas que exigiram a atuação da Auditoria-Geral.

Todos os pareceres e relatórios de auditoria elaborados são encaminhados por meio de memorando à unidade auditada, mediante recibo.

Quando ocorrer comunicação que aborde riscos considerados elevados, também se faz a provocação dos pró-reitores e do reitor para reunião de busca conjunta de soluções no sentido de implementar a recomendação da auditoria interna.

Além disso, a comunicação também é feita por mensagem eletrônica ao e-mail institucional que a autoridade administrativa detenha, sejam da unidade ou pessoal.

▪ **Adequação na estrutura organizacional da unidade de auditoria por reposicionamento e ganhos operacionais.**

A Auditoria-Geral da UFJF, unidade de auditoria interna, com sede no Campus de Juiz de Fora, foi criada, implantada e estruturada por meio da Resolução do Conselho Superior da UFJF nº 42, de 21 de dezembro de 2010⁴, tendo como anexos o Regimento Interno, o Manual de Auditoria e o Plano Anual de Auditoria Interna/ PAINT – Exercício de 2011.

Constava no parágrafo único, artigo 1º da Resolução do CONSU nº 42/2010 que a Auditoria-Geral é órgão vinculado à Reitoria.

E no Regimento Interno (Anexo 1 da Resolução nº 42/2010), especificamente nos artigos 1º e 6º, foi estabelecido inicialmente que a Auditoria-Geral é vinculada diretamente ao Reitor da UFJF. O texto legal estabelecido é o seguinte:

Art. 1º. A Auditoria-Geral da UFJF, órgão de apoio e assessoramento ao Reitor, tem como responsabilidade precípua a auditoria interna da instituição.

Art. 6º. A Auditoria-Geral está subordinada diretamente ao Reitor, sendo responsável pelas atividades de orientação, auditoria e fiscalização dos atos e fatos administrativos da Universidade, sendo vedado delegar a vinculação à outra autoridade.

Ocorre que a Controladoria-Geral da União (CGU) realizou auditoria na Universidade Federal de Juiz de Fora, emitiu o Relatório nº 201211344, especificamente quanto à recomendação 001, da constatação 004, nos seguintes dizeres:

Subordinação inadequada da Auditoria-Geral da UFJF à Reitoria.

Em análise ao Regimento da Auditoria-Geral contido no Anexo 1, da Resolução do Conselho Superior da UFJF nº 42, de 21 de dezembro de 2010, constatou-se que a Auditoria-Geral da UFJF está subordinada ao Reitor da Universidade, conforme disposto no art. 6º do citado normativo:

“Art. 6º. A Auditoria-Geral está subordinada diretamente ao Reitor, sendo responsável pelas atividades de orientação, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos da Universidade, sendo vedado delegar a vinculação à outra autoridade.”

⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Resolução do Conselho Superior da UFJF nº 42, de 21 de dezembro de 2010.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/portal/files/2010/04/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-42-21_12_2010-Auditoria-FINAL-2.pdf>. Acesso em 09 abr 2015.

Tal subordinação está em desacordo com o art. 15, § 3º do Decreto nº 3.591/2000, alterado pelo Decreto nº 4.304/2002, de 16/07/2002, que dispõe que a auditoria interna deve vincular-se ao Conselho de Administração ou a órgão de atribuições equivalentes.

(...)

Assim, avaliando as atribuições do Conselho Superior da UFJF descritas no Estatuto⁵, verificou-se que suas competências se assemelham àquelas inerentes a um Conselho de Administração⁶, e conseqüentemente, se coadunam com os requisitos legais.

Importante registrar que, em que pese o zelo demonstrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora, a vinculação da Unidade de Auditoria Interna ao Dirigente Máximo da entidade não caracteriza violação ao princípio da segregação de função, uma vez que a atividade é de assessoramento, sendo que o próprio Decreto nº 3.591/2000 autoriza essa subordinação na ausência do Conselho de Administração ou órgão equivalente.

Contudo, considerando os termos do Estatuto da Universidade e após serem identificados o suporte fático e preenchimento dos requisitos previstos na legislação que trata da matéria (Decreto nº 3.591/2000), conclui-se que a vinculação da Auditoria-Geral ao Conselho Superior da Universidade Federal de Juiz de Fora seria mais adequada que a sua atual vinculação à Reitoria.

RECOMENDAÇÃO: 001 - Rever a estrutura regimental da Universidade, de forma a atender o disposto no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000, o qual dispõe que a Unidade de Auditoria Interna deve vincular-se ao Conselho de Administração ou a órgão de atribuições equivalentes.

Conforme avaliação do MTFC a unidade de auditoria interna é atividade de assessoramento e que deve ser vinculada ao Conselho Superior da entidade.

Acrescenta-se que o Decreto nº 3.591/2000 autoriza a subordinação da auditoria ao Reitor somente diante de ausência do Conselho de Administração ou órgão equivalente, que é o Conselho Superior.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976⁷, em seu artigo 138, §1º, sobre a caracterização do conselho de administração. Reza que:

§1º O conselho de administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da companhia privativa dos diretores.

No âmbito da UFJF, o órgão que tem a atribuição de deliberação colegiada é o Conselho Superior, conforme previsto no artigo 10, do Estatuto da UFJF, aprovado pela Portaria do MEC nº 1.105, de 28 de setembro de 1998⁸. Assim prescreve o texto legal:

Art. 10 - O Conselho Superior é o órgão máximo de deliberação interna da Instituição, possuindo funções normativa, deliberativa e de planejamento da UFJF.

Acrescenta-se que a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 estabelece em seu artigo 142 que **competem ao conselho de administração**:

⁵ Artigos 10, 12, 21, 23 e 24

⁶ Artigo 142 da Lei nº 6.404/64

⁷ BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm>. Acesso em 20 out. 2015.

⁸ UFJF. UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. **Portaria do MEC nº 1.105, de 28 de setembro de 1998. Estatuto da UFJF**. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/portal/files/2009/01/estatuto.pdf>>. Acesso em 20 out. 2015.

Art. 142. Compete ao conselho de administração:

I - fixar a orientação geral dos negócios da companhia;

II - eleger e destituir os diretores da companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o estatuto;

III - fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;

IV - convocar a assembléia-geral quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132;

V - manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da diretoria;

VI - manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o estatuto assim o exigir;

VII - deliberar, quando autorizado pelo estatuto, sobre a emissão de ações ou de bônus de subscrição; (Vide Lei nº 12.838, de 2013)

VIII - autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

VIII – autorizar, se o estatuto não dispuser em contrário, a alienação de bens do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

IX - escolher e destituir os auditores independentes, se houver.

No âmbito da UFJF, o órgão que fixa as orientações gerais (diretrizes e o planejamento), aprova a escolha e a destituição seus diretores (Reitor e vice-reitor), acompanha e fiscaliza a gestão (plano de gestão) de seus diretores, aprova a prestação de contas da diretoria (Reitor), autoriza a alienação de bens, é o Conselho Superior, conforme previsto nos incisos I, IV, VI, XIV, XVIII e XIX, do artigo 12, do Estatuto da UFJF, aprovado pela Portaria do MEC nº 1.105, de 28 de setembro de 1998 que contém os dizeres:

Art. 12 - Compete ao Conselho Superior:

I - estabelecer as diretrizes e o planejamento institucional da Universidade e supervisionar sua execução, em consonância com o disposto na Legislação Federal, neste Estatuto e no Regimento Geral da Instituição;

(...)

IV - aprovar e acompanhar a execução do plano de gestão proposto pelo Reitor;

(...)

VI - aprovar a prestação de contas de cada exercício;

(...)

XIV- autorizar a alienação de bens imóveis;

(...)

XVIII- promover o processo de escolha do Reitor e Vice-Reitor;

XIX- propor, com aprovação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) da totalidade de seus membros, a destituição do Reitor e/ou Vice-Reitor.

Portanto, resta robustamente evidente que o Conselho Superior da UFJF é órgão com atribuição equivalente ao conselho de administração.

Assim sendo, como a UFJF dispõe de Conselho Superior, então nos termos legais e da avaliação da CGU, a Auditoria-Geral deve vinculada ao Conselho Superior da UFJF.

Frisa-se que o Ministro de Estado Chefe da MTFC editou a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015⁹ (IN/CGU nº 24/2015), que dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria

⁹ CGU. CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Instrução normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015.** Dispõe sobre o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) e dá outras providências. Brasília, 2015, 5p. Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in_cgu_24_2015.pdf>. Acesso em 02 dez. 2015.

Interna (PAINT), os trabalhos de auditoria realizados pelas unidades de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), que o Conselho de Administração ou a instância com atribuição equivalente aprovará o plano anual de atividades de auditoria interna (PAINT) nos seguintes termos:

Art. 7º O Conselho de Administração ou a instância com atribuição equivalente ou, inexistindo, o dirigente máximo do órgão ou entidade, deverá aprovar o PAINT até o último dia útil do mês de dezembro do ano anterior ao de sua execução.

Além disso, a IN/CGU nº 24/2015 estabelece também que os relatórios de auditoria interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT) deverão enviados e disponibilizados ao Conselho de Administração ou instância com atribuição equivalente, no caso o Conselho Superior. Assim dispõem os artigos 13 e 16 da referida instrução normativa:

Art. 13. As unidades de auditoria interna, ao final de cada trabalho realizado, enviarão, pelo menos, o resumo dos relatórios de auditoria ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria, ao Conselho Fiscal ou órgão equivalente ou, em sua falta, ao dirigente máximo do órgão ou entidade.

Art. 16. O RAINTE será disponibilizado aos respectivos órgãos de controle interno até o último dia útil de fevereiro de cada ano, após a apreciação pelo Conselho de Administração ou instância de atribuição equivalente ou, em sua falta, pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.

No caso da UFJF, como o Conselho Superior (CONSU) que é a instância máxima da instituição que aprova o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e as contas do Reitor e demais gestores, então, é também instância com atribuição equivalente ao Conselho de Administração, devendo então a Auditoria-Geral estar a ele vinculada.

O Tribunal de Contas da União (TCU) já se manifestou com o entendimento de que a Unidade de Auditoria Interna que esteja subordinada e/ou vinculada ao dirigente máximo, dispondo de conselho universitário, como o caso da UFJF, não prima pela autonomia desejada. Assim reza o **Acórdão nº 821/2014 – Plenário**:

3.1 - Posicionamento hierárquico

a) O posicionamento hierárquico das UAI de seis órgãos ou entidades de vinculação está em desconformidade com o disposto nos §§ 3º e 4º do art. 15 do Decreto 3.591/2000;
(...)

53. Como já dito antes, conforme o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000, com a redação dada pelo Decreto 4.304/2002, no âmbito do Poder Executivo, in verbis:

§3º A auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes. (Redação dada pelo Decreto 4.304, de 2002)

§4º Quando a entidade da Administração Pública Federal indireta não contar com conselho de administração ou órgão equivalente, a unidade de auditoria interna será subordinada diretamente ao dirigente máximo da entidade, vedada a delegação a outra autoridade. (Redação dada pelo Decreto 4.304, de 2002).
(...)

57. Das sete unidades restantes, todas vinculadas ao MEC, a UFRRJ responde diretamente ao Conselho Universitário, enquanto as UAI da Unirio, UFRJ, IFRJ, CPHI e IFF respondem ao dirigente máximo dos seus órgãos ou entidades de vinculação, e a UAI da UFF responde ao Conselho de Curadores desta Universidade.

59. Nesse sentido, e considerando que a subordinação das UAI das entidades vinculadas ao MEC aos seus respectivos dirigentes máximo não prima pela autonomia desejada (...).

Segundo o referido acórdão, o TCU sustenta também que a subordinação da Unidade de Auditoria Interna ao dirigente máximo está em desconformidade com os §§ 3º e 4º do artigo 15 do Decreto 3.591/2000, com a redação dada pelo Decreto 4.304/2002, que estabelecem a vinculação da auditoria interna ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes, no caso da UFJF, o Conselho Superior, e ainda que somente em caso de não houver o respectivo conselho é que poderá haver a subordinação direta ao dirigente máximo da entidade.

Consoante as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, definidas pelo IIA (*The Institute of Internal Auditors*), a independência da Audin (Auditoria Interna) pode ser definida pela:

(...) imunidade quanto às condições que ameaçam a capacidade da atividade de auditoria interna de conduzir as responsabilidades de auditoria interna de maneira imparcial. Para atingir o grau de independência necessário para conduzir eficazmente as responsabilidades da atividade de auditoria interna, o executivo chefe de auditoria tem acesso direto e irrestrito à alta administração e ao conselho. Isto pode ser alcançado através de um relacionamento de duplo reporte. As ameaças à independência devem ser gerenciadas nos níveis do auditor individual, do trabalho de auditoria, funcional e organizacional.

O egrégio TCU, através do **Acórdão nº 3384/2013 – Plenário**, ao mencionar as normas do IIA, entende que a independência é garantida pela posição no organograma da instituição vinculada ao respectivo conselho. Vejam:

12. Um dos quesitos que medem o grau de independência da Audin consiste em sua posição no organograma da organização. O Decreto 3.591/2000, alterado pelo Decreto 4.304/2002, dispõe no art. 15, §§ 3º e 4º, que 'a auditoria interna vincula-se ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalentes' e que 'quando a entidade da Administração Pública Federal indireta não contar com conselho de administração ou órgão equivalente, a unidade de auditoria interna será subordinada diretamente ao dirigente máximo da entidade, vedada a delegação a outra autoridade'.

(...)

14. Além disso, o envolvimento do conselho diretor ou órgão deliberativo equivalente na definição dos normativos que regem a atividade da Audin é fundamental para garantir sua independência. Assim, conforme o nível três do Internal Audit Capability Model for the Public Sector, tal conselho deverá:

- a) aprovar o regulamento da Audin;*
- b) aprovar o plano anual de auditoria (idealmente baseado na identificação de riscos);*
- c) receber comunicações do auditor-chefe a respeito do desempenho da Audin relativamente ao cumprimento do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (Paint);*
- d) aprovar as decisões sobre nomeação e exoneração do auditor-chefe;*
- e) inquirir o reitor e o auditor-chefe a fim de identificar qualquer limitação de escopo e recursos que possam dificultar o trabalho da Audin.*

Acresce que o egrégio TCU, através do **Acórdão nº 3457/2014 – Plenário**, firma o entendimento de que não há empecilhos de assessoramento pela auditoria interna aos gestores (Reitor, Vice-Reitor e Pró-reitores) em razão de estar vinculada ao Conselho Universitário, no caso da UFJF, o Conselho Superior, *in verbis*:

17. Como o Conselho Universitário está à frente o Reitor com a participação de membros da alta administração, não haveria maiores empecilhos à função de assessoria da Audin, bem como ao futuro desenvolvimento do planejamento das auditorias levando em consideração a gestão de riscos.

E também, ao teor do **Acórdão nº 3467/2014 – Plenário**, o TCU assentou que a vinculação da auditoria interna à reitoria prejudica o acesso ao Conselho Universitário e vinculada a este conselho propicia maior envolvimento e garante a independência. O texto o acórdão assim dispõe:

19. *A avaliação da independência da unidade de auditoria da UFCG, conhecida no âmbito da instituição como Coordenação de Controle Interno (CCI), consta do Relatório de Levantamento realizado em 2013 pela Secex-PB (TC 023.245/2013-1, Fiscalização 616/2013). Foram registrados no citado relatório os seguintes apontamentos:*

(...)

18. *A falta de definição clara quanto à vinculação da CCI compromete a independência da auditoria interna da instituição. **Se vinculada à reitoria, como prevê o regimento, fica prejudicado o acesso direto e irrestrito do auditor-chefe ao Conselho Universitário da UFCG. Por outro lado, se prevalecer o funcionamento junto ao Consuni, como leva a crer o regimento da CCI, pressupõe maior envolvimento desse conselho nas atividades da CCI, o que é essencial para garantir sua independência.***

E também, a **Instrução Normativa da Secretaria Federal de Controle Interno/SFCI nº 01, de 06 de abril de 2001**¹⁰ justifica o posicionamento de que a unidade de auditoria interna ou auditor interno deverá estar subordinada ao conselho de administração ou a órgão de atribuições equivalente, no caso das universidades, o Conselho Superior, com a afirmação de que:

Essa vinculação tem por objetivo proporcionar à unidade de auditoria interna um posicionamento suficientemente elevado de modo a permitir-lhe desincumbir-se de suas responsabilidades com abrangência e maior independência (Item 8 da página 75).

A IN/SFCI nº 01/2001 complementa quanto à independência da auditoria interna que:

A independência técnica da atuação dos servidores nas unidades de auditoria interna deverá ser assegurada pela sua vinculação direta ao conselho de administração (...) (Item 14 da página 77).

Diante de tal situação, o Conselho Superior, por meio da Resolução nº 11, de 29 de janeiro de 2016 a Auditoria-Geral aprovou a alteração do posicionamento desta unidade, passando da vinculação direta ao Reitor para vinculação ao Conselho Superior da UFJF.

Esta vinculação propiciou como ganhos operacionais pela maior independência técnica da atuação dos servidores da Auditoria-Geral, maior abrangência nos trabalhos, acesso direto e irrestrito ao Conselho Superior, maior envolvimento dos conselheiros aos trabalhos de auditoria e maior autonomia no cumprimento das responsabilidades.

¹⁰ SFCI. SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO. Ministério da Fazenda. **Instrução normativa n.º 01, de 06 de abril de 2001**. Define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal. Brasília, 2001, 78p. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/sobre/legislacao/arquivos/instrucoes-normativas/in-01-06042001.pdf>>. Acesso em 02 dez. 2015.

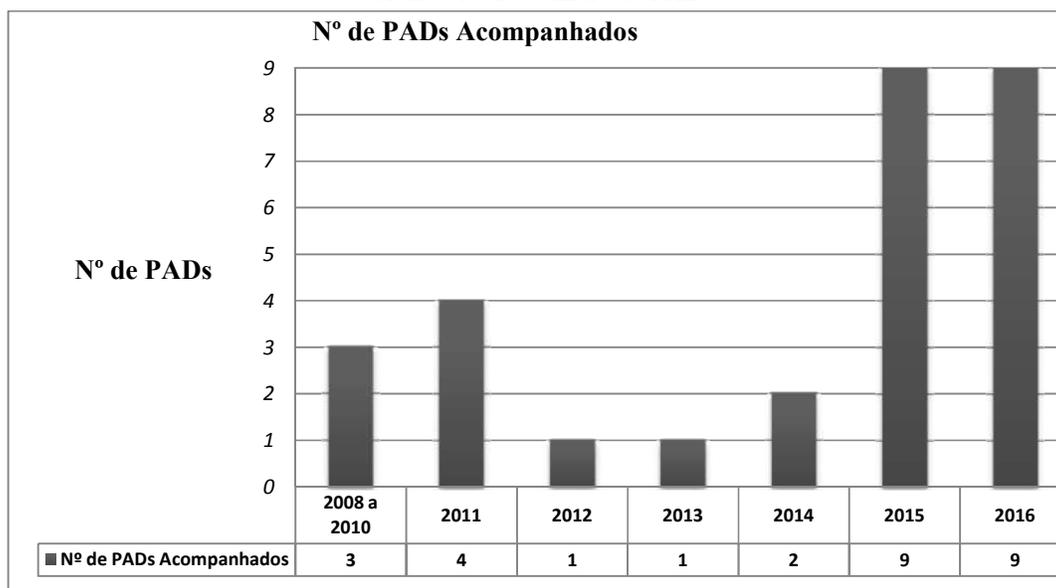
4.3 Atividades de Correição e apuração dos atos ilícitos administrativos

O Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) é um software que visa armazenar e disponibilizar, de forma rápida e segura, as informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados no âmbito dos órgãos, entidades, empresas públicas e sociedades de economia mista do Poder Executivo Federal.

No âmbito da UFJF, o CGU-PAD vinha sendo alimentado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas. Com a posse do novo Reitor em 2016, a gestão do CGU-PAD vem sendo rediscutida e passa, atualmente, por um período de reorganização para garantir o alcance dos objetivos do sistema que é propiciar uma maior articulação dos órgãos; controle dos processos; desenvolvimento de indicadores para estabelecer e monitorar políticas de prevenção e repressão às infrações disciplinares no âmbito da UFJF.

Neste sentido, os números apresentados nos gráficos abaixo ilustram os resultados alcançados no ano de 2016, pela UFJF, em relação aos anos anteriores, comprovando que a gestão do CGU-PAD, embora passando por reestruturação, não sofreu nenhum lapso de continuidade.

Gráfico 4.3.1 - Número de PADs



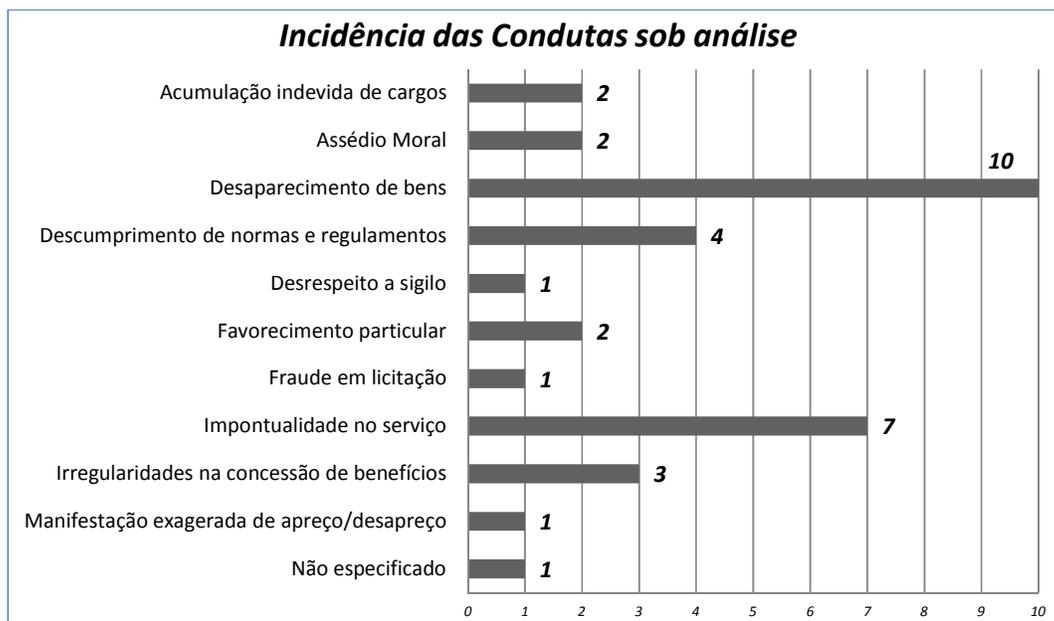
Fonte: Dados do CGU-PAD/UFJF.

O quadro acima elenca as principais condutas que deram origem a processos disciplinares desde 2008 na UFJF. Destaca-se que, num mesmo processo, pode incidir mais de uma conduta a ser investigada.

O gráfico de incidência de condutas que deram causa aos PADs serve para orientar as atividades da UFJF na identificação de pontos críticos de comportamento, condutas de risco e para o aprofundamento da análise das situações mais graves que podem impactar na quebra de princípios éticos e regras disciplinares fixadas para os servidores públicos.

Estas informações são essenciais para a tomada de decisões quanto à prevenção e combate de possíveis infrações e corrupções e quanto às atividades do Plano Anual de Capacitação da Instituição.

Gráfico 4.3.2 - Incidências sob análise



Fonte: Dados do CGU-PAD/UFJF.

4.4 Gestão de riscos e controle interno

A gestão de riscos e controle é feita diretamente pelos setores responsáveis por cada objetivo/ação e não são informatizados ou padronizados para toda a UFJF. Neste cenário, os setores mantêm seus controles internos e discutem, nos fóruns apropriados, o acompanhamento de suas ações. Os quadros a seguir apresentam as informações pertinentes e sua respectiva avaliação, sendo o valor “1” atribuído ao descumprimento total do item, até o valor “5”, que corresponde ao cumprimento total do item.

Quadro 4.4.1 - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	X				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	X				
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Fonte: Proplan

A avaliação do sistema de controles internos da UFJF contida no quadro acima concretizou-se com base no preenchimento no histórico da instituição e no ocorrido durante o ano de 2015, fato que levou a alguns ajustes nas avaliações.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 Gestão de pessoas

5.1.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

Os quadros abaixo descrevem a composição da força de trabalho da UFJF.

Quadro 5.1.1.1 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 – UPAG 14 (UFJF)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		2898	175	172
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		2898	175	172
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		2869	167	169
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		21	6	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		7	2	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		180	142	125
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		2	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)		3080	317	299

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 – Processamento realizado pela Gerência de Cadastro/CAP/PROGEPE.

Quadro 5.1.1.2 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 – UPAG 105 (HU)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		323	0	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		323	0	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		323	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)		323	0	4

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 – Processamento realizado pela Gerência de Cadastro/CAP/PROGEPE.

Quadro 5.1.1.3 - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 – GERAL

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		3221	175	176
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		3221	175	176
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		3192	167	172
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		21	6	2
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		7	2	2
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		1	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários		180	142	125
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		2	0	2
4. Total de Servidores (1+2+3)		3403	317	303

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 – Processamento realizado pela Gerência de Cadastro/CAP/PROGEPE.

Quadro 5.1.1.4 - Distribuição da Lotação Efetiva – UPAG 00000014

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1306	1592
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	1306	1592
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1277	1592
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	21	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	7	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	180	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1488	1592

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 – Processamento realizado pela Gerência de Cadastro/CAP/PROGEPE.

Quadro 5.1.1.5 - Distribuição da Lotação Efetiva – UPAG 000000105

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	320	3
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	320	3
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	320	3
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	320	3

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 – Processamento realizado pela Gerência de Cadastro/CAP/PROGEPE.

Quadro 5.1.1.6 - Distribuição da Lotação Efetiva - GERAL

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1626	1595
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	1626	1595
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1597	1595
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	21	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	7	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	180	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	2	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1808	1595

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 – Processamento realizado pela Gerência de Cadastro/CAP/PROGEPE.

Quadro 5.1.1.7 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) – UPAG 14

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		70	44	34
1.1. Cargos Natureza Especial		2	0	2
1.2. Cargos de Direção (CDs)		68	44	32
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		66	41	30
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2	3	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
2. Funções Gratificadas		215	113	63
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		214	113	63
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1	0	0
3. Funções Comissionadas de Coordenação de Curso		108	46	32
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)		393	203	129

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 –PROGEPE.

Quadro 5.1.1.8 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) – UPAG 105

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		0	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Cargos de Direção (CDs)		0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
2. Funções Gratificadas		0	0	4
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		0	0	4
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Funções Comissionadas de Coordenação de Curso		0	0	0
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)		0	0	4

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 –PROGEPE.

Quadro 5.1.1.9 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) – Geral

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão		70	44	34
1.1. Cargos Natureza Especial		2	0	2
1.2. Cargos de Direção (CDs)		68	44	32
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		66	41	30
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		2	3	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
2. Funções Gratificadas		215	113	67
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		214	113	67
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		1	0	0
3. Funções Comissionadas de Coordenação de Curso		108	46	32
4. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2+3)		393	203	133

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 –PROGEPE.

5.1.2 Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Quadro 5.1.2.1 - Despesas com Pessoal – UPAG 14

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	R\$ 269.871.595,36	R\$ 4.889.346,53	R\$ 36.353.620,22	R\$ 16.234.073,10	R\$ 7.315.488,13	R\$ 17.627.145,83	R\$ 656.187,37	R\$ 2.334.495,63	R\$ 1.054.858,71	R\$ 356.336.810,88
	2015	R\$ 254.258.484,69	R\$ 4.710.291,92	R\$ 32.188.363,36	R\$ 11.354.683,74	R\$ 5.715.948,76	R\$ 12.996.217,98	R\$ 1.008.947,48	R\$ 331.487,05	R\$ 1.141.693,82	R\$ 323.706.118,80
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	R\$ 972,12	R\$ 94.106,36	R\$ 14.514,40	R\$ 11.650,11	R\$ 7.272,70	R\$ 4.974,60	R\$ 479,20	R\$ 391,08	R\$ 0,00	R\$ 134.360,57
	2015	R\$ 932,64	R\$ 90.700,63	R\$ 9.060,89	R\$ 11.549,30	R\$ 12.413,37	R\$ 2.190,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 126.847,43
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 189.817,45	R\$ 19.573,87	R\$ 4.292,98	R\$ 19.344,13	R\$ 14.496,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 247.524,79
	2015	R\$ 0,00	R\$ 279.759,34	R\$ 34.119,15	R\$ 5.422,04	R\$ 14.926,73	R\$ 18.043,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 352.271,24
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	R\$ 2.434.236,84	R\$ 0,00	R\$ 279.834,88	R\$ 81.077,48	R\$ 88.646,93	R\$ 35.018,00	R\$ 2.328,36	R\$ 27.493,53	R\$ 12.219,00	R\$ 2.960.855,02
	2015	R\$ 1.338.478,13	R\$ 0,00	R\$ 240.277,61	R\$ 34.667,78	R\$ 31.777,16	R\$ 16.458,50	R\$ 15.436,22	R\$ 0,00	R\$ 12.219,00	R\$ 1.689.314,40
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	R\$ 6.912.295,04	R\$ 0,00	R\$ 694.244,94	R\$ 208.591,94	R\$ 775.155,94	R\$ 1.029.708,07	R\$ 0,00	R\$ 1.618,75	R\$ 0,00	R\$ 9.621.614,68
	2015	R\$ 4.530.830,18	R\$ 0,00	R\$ 493.994,15	R\$ 103.800,45	R\$ 281.189,70	R\$ 567.243,72	R\$ 0,00	R\$ 3.914,83	R\$ 0,00	R\$ 5.980.973,03

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 –PROGEPE.

Quadro 5.1.2.2 - Despesas com Pessoal – UPAG 105

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	R\$ 24.019.946,63	R\$ 2.143,33	R\$ 3.277.338,51	R\$ 3.723.205,97	R\$ 833.104,40	R\$ 1.934.124,55	R\$ 2.287.068,69	R\$ 163.746,75	R\$ 109.146,96	R\$ 36.349.825,79
	2015	R\$ 26.341.993,19	R\$ 42.345,69	R\$ 3.613.356,82	R\$ 4.431.479,85	R\$ 804.828,82	R\$ 1.691.340,33	R\$ 2.487.184,92	R\$ 46.261,33	R\$ 97.101,03	R\$ 39.555.891,98
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	R\$ 2.925.531,45	R\$ 0,00	R\$ 428.424,29	R\$ 111.703,49	R\$ 65.573,80	R\$ 35.763,74	R\$ 208.904,16	R\$ 3.197,08	R\$ 0,00	R\$ 3.779.098,01
	2015	R\$ 1.281.709,77	R\$ 0,00	R\$ 275.796,76	R\$ 45.761,80	R\$ 16.155,25	R\$ 9.260,24	R\$ 106.187,16	R\$ 4.400,15	R\$ 0,00	R\$ 1.739.271,13
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 –PROGEPE.

Quadro 5.1.2.3 - Despesas com Pessoal – GERAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	R\$ 293.891.541,99	R\$ 4.891.489,86	R\$ 39.630.958,73	R\$ 19.957.279,07	R\$ 8.148.592,53	R\$ 19.561.270,38	R\$ 2.943.256,06	R\$ 2.498.242,38	R\$ 1.164.005,67	R\$ 392.686.636,67
	2015	R\$ 280.600.477,88	R\$ 4.752.637,61	R\$ 35.801.720,18	R\$ 15.786.163,59	R\$ 6.520.777,58	R\$ 14.687.558,31	R\$ 3.496.132,40	R\$ 377.748,38	R\$ 1.238.794,85	R\$ 363.262.010,78
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2016	R\$ 972,12	R\$ 94.106,36	R\$ 14.514,40	R\$ 11.650,11	R\$ 7.272,70	R\$ 4.974,60	R\$ 479,20	R\$ 391,08	R\$ 0,00	R\$ 134.360,57
	2015	R\$ 932,64	R\$ 90.700,63	R\$ 9.060,89	R\$ 11.549,30	R\$ 12.413,37	R\$ 2.190,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 126.847,43
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 189.817,45	R\$ 19.573,87	R\$ 4.292,98	R\$ 19.344,13	R\$ 14.496,36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 247.524,79
	2015	R\$ 0,00	R\$ 279.759,34	R\$ 34.119,15	R\$ 5.422,04	R\$ 14.926,73	R\$ 18.043,98	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 352.271,24
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	R\$ 5.359.768,29	R\$ 0,00	R\$ 708.259,17	R\$ 192.780,97	R\$ 154.220,73	R\$ 70.781,74	R\$ 211.232,52	R\$ 30.690,61	R\$ 12.219,00	R\$ 6.739.953,03
	2015	R\$ 2.620.187,90	R\$ 0,00	R\$ 516.074,37	R\$ 80.429,58	R\$ 47.932,41	R\$ 25.718,74	R\$ 121.623,38	R\$ 4.400,15	R\$ 12.219,00	R\$ 3.428.585,53
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	R\$ 6.912.295,04	R\$ 0,00	R\$ 694.244,94	R\$ 208.591,94	R\$ 775.155,94	R\$ 1.029.708,07	R\$ 0,00	R\$ 1.618,75	R\$ 0,00	R\$ 9.621.614,68
	2015	R\$ 4.530.830,18	R\$ 0,00	R\$ 493.994,15	R\$ 103.800,45	R\$ 281.189,70	R\$ 567.243,72	R\$ 0,00	R\$ 3.914,83	R\$ 0,00	R\$ 5.980.973,03

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dezembro/2016 –PROGEPE.

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal.

A gestão de riscos busca ações estratégicas para identificar, conduzir e prever riscos que porventura estejam relacionados às atividades desenvolvidas pela UFJF. Neste contexto, a área de pessoal utiliza de programas institucionais também com a finalidade de gerenciar riscos.

Por meio dos programas, como por exemplo o “Programa de Capacitação”, o “Programa de Qualificação” e o “Programa de Avaliação de Desempenho”, verificam-se as necessidades institucionais e, conseqüentemente, busca-se a melhoria contínua de áreas vulneráveis no âmbito da UFJF.

Ademais, existem também instituídas comissões para avaliação, discussão, tratamento e, principalmente, o aprimoramento das atividades. A seguir descreve-se alguns exemplos que se relacionam à gestão de riscos:

- a. **Comissão de Avaliação de Riscos de Insalubridade e Periculosidade:** Em resposta aos ofícios da CGUMG/CGU-PR de nº 4926/2015, 8341/2015 e 10005/2015, datados respectivamente, de 03/03/2015, 13/04/2015 e 29/04/2015, foi elaborado cronograma de revisão de todos os adicionais de insalubridade e periculosidade existentes na UFJF, este cronograma previa que a revisão ocorresse durante o ano de 2016. Contudo, diversos fatores impossibilitaram esta realização, como por exemplo, várias incongruências identificadas entre as legislações existentes (ON nº 06/2013 do MPOG, Lei nº 8.112/90, Portaria nº 3.214/78 e Súmula nº 47 do TST), que resultou em uma consulta formal à Procuradoria Federal junto à UFJF para elucidar a questão. Outro ponto foi a informação passada pelo próprio Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através de contato telefônico, de que uma nova Orientação Normativa entraria em vigor até o final de 2016 em substituição à LON nº 06/2013 do MPOG. A partir de esclarecimentos da referida Procuradoria, a Comissão de Avaliação de Riscos de Insalubridade e Periculosidade elaborou novo cronograma de revisão dos adicionais ocupacionais existentes na UFJF, com previsão de execução entre abril e setembro de 2017.
- b. **Dimensionamento de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação da UFJF:** No ano de 2016, o CONSU (Conselho Superior da UFJF) deliberou e decidiu que seria necessária a instituição de uma Comissão para conduzir o processo de discussão do Programa de Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal Técnico - Administrativo em Educação da UFJF-PRODIM (Processo Nº 23071.005530/2015) junto à comunidade acadêmica, como também para elaborar parecer para posterior aprovação no Conselho. A Comissão foi constituída por 3 (três) membros da Administração Superior, 3 (três) membros do CONSU e 1 (um) TAE. Ressalta-se que em janeiro de 2017 a Comissão supra concluiu o processo de discussão da temática com segmentos da comunidade acadêmica e encaminhou minuta de Resolução ao Conselho Superior. O PRODIM revela-se como importante instrumento de gestão de riscos na área de pessoal, uma vez que viabilizará análises quali-quantitativas em relação à composição da força de trabalho do corpo de TAEs da UFJF. Assim, contribui também para o planejamento institucional quanto à demanda de pessoal de forma mais eficiente, sucessão de cargos e competências, adequação dos recursos humanos aos processos de trabalho e gestão dos impactos das vacâncias ocasionadas, sobretudo, pelas aposentadorias previstas para os próximos anos.

5.1.4 Contratação de Pessoal de apoio e de estagiários

Em relação à contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos regular desta UPC, descreve-se no quadro abaixo todos os contratos em vigência nesta UPC durante o ano de 2016.

Quadro 5.1.4.1 - Informações sobre os contratos de mão de obra da UFJF vigentes em 2016

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Contrato n°. 22/2013 - Serviços de motoristas, motociclistas, lavador de veículos e encarregado de frota para atender UFJF.	04.552.404/0001-49	01/06/2013	31/05/2017	Ensino fundamental completo	P
2015	Contrato n°. 01/2015 - Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional para atender UFJF.	04.552.404/0001-49	24/01/2015	23/01/2018	Ensino fundamental completo	P
2016	Contrato n°. 25/2016 - Serviços de portaria para atender UFJF.	04.552.404/0001-49	01/09/2016	31/08/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2015	Contrato n°. 15/2015 - Serviços de apoio técnico nas áreas de divulgação de ações culturais e conservação e restauro para atender PROCULT.	17.027.806/0001-76	01/05/2015	30/04/2017	Ensino médio completo	P
2015	Contrato n°. 03/2015 - Prestação de serviço de limpeza e conservação para atender UFJF.	09.169.438/0001-72	24/01/2015	23/01/2018	Alfabetizado	P
2015	Contrato n°. 81/2015 - Prestação de serviços de engenharia para atender PROINFRA.	02.566.106/0001-82	11/01/2016	10/01/2018	Alfabetizado	P
2016	Contrato n°. 32/2016 - Serviços de vigilância armada para atender UFJF em Juiz de Fora.	25.183.468/0001-90	02/08/2016	01/08/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2016	Contrato n°. 33/2016 - Serviços de vigilância armada para atender UFJF em Ewbank da Câmara.	25.183.468/0001-90	02/08/2016	01/08/2017	Ensino fundamental incompleto	A
2016	Contrato n°. 34/2016 - Serviços de vigilância armada para atender UFJF em Governador Valadares.	25.183.468/0001-90	02/08/2016	01/08/2017	Ensino fundamental incompleto	A

2016	Contrato n°. 79/2016 - Serviços de condução de veículos para atender Governador Valadares.	00.482.840/0001-38	13/12/2016	12/12/2017	Ensino fundamental completo	A
2015	Contrato n°. 24/2015 - Serviços de apoio administrativo para atender CEAD/UFJF.	04.552.404/0001-49	10/08/2015	09/02/2016	Ensino médio completo	E
2015	Contrato n°. 49/2015 - Serviços de vigia para atender UFJF.	04.552.404/0001-49	01/11/2015	30/04/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2016	Contrato n°. 09/2016 - Serviços de vigia para atender UFJF.	04.552.404/0001-49	01/05/2016	31/08/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2010	Contrato n°. 84/2010 - Serviços de controle, operação e fiscalização de portarias para atender UFJF.	04.552.404/0001-49	01/12/2010	31/08/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2015	Contrato n°. 34/2015 - Serviços de vigilância armada para atender UFJF.	25.183.468/0001-90	01/08/2015	31/01/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2016	Contrato n°. 03/2016 - Serviços de vigilância armada para atender UFJF em Juiz de Fora.	25.183.468/0001-90	02/02/2016	01/08/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2016	Contrato n°. 04/2016 - Serviços de vigilância armada para atender UFJF em Ewbanck da Câmara.	25.183.468/0001-90	02/02/2016	01/08/2016	Ensino fundamental incompleto	E
2016	Contrato n°. 05/2016 - Serviços de vigilância armada para atender UFJF em Governador Valadares.	25.183.468/0001-90	02/02/2016	01/08/2016	Ensino fundamental incompleto	E

Legenda - Sit.: Situação do contrato: Ativo Normal (A) , Ativo Prorrogado (P) , Encerrado (E).

Fonte: Elaboração própria / Coordenação de Contratos /UFJF.

A contratação de estagiários está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) da UFJF. O norteamento das reflexões e estabelecimento de parâmetros para formulação de proposições tiveram como alicerce a consonância com o PNE (Plano Nacional de Educação), com a legislação vigente e normas específicas que as regulam, o Regulamento Acadêmico de Graduação – RAG, as resoluções institucionais e o programa de gestão. O objetivo é promover a formação de profissionais de qualidade acadêmica e profissional, cidadãos ética e politicamente comprometidos com a sociedade.

Os itens A e B referem-se às políticas de estágio e ao treinamento profissional.

A - Política de Estágio/PROGRAD

Setor Responsável: Coordenação de Estágios/PROGRAD

Objetivo do setor: Consolidar os procedimentos necessários à regulamentação dos estágios dos estudantes dos cursos.

Atribuições: Atuar Junto aos professores, alunos e concedentes de estágio no cumprimento da legislação vigente e das rotinas e padrões documentais relativos aos estágios; Homologar os documentos de estágio; Colaborar na tramitação dos convênios de estágio.

Política para estágios:

O Regulamento Acadêmico de Graduação normatiza a realização de estágios dos estudantes da graduação, conforme descrição abaixo:

Art. 47. Entende-se por estágio o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, dentro ou fora da Universidade Federal de Juiz de Fora, que visa à preparação do estudante para o trabalho, ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do discente ou do discente para a vida cidadã e para o trabalho, nos termos da legislação em vigor, compreendendo as seguintes modalidades:

I – Estágio obrigatório: é aquele previsto como tal no currículo do curso, cuja carga horária é requisito para sua integralização;

II – Estágio não obrigatório: qualquer outro que atenda aos objetivos do *caput* deste artigo, desenvolvido como atividade opcional ou eletiva.

§ 1º No projeto pedagógico de cada curso devem estar previstas as necessidades, possibilidades e especificidades para a realização do estágio.

§ 2º Em qualquer das modalidades de curso, as atividades práticas das disciplinas da matriz curricular não podem ser computadas como estágio.

§ 3º Em qualquer caso, o estágio é desenvolvido sempre sob a responsabilidade, coordenação e supervisão da UFJF, cabendo a esta a celebração dos convênios com a parte concedente.

Art. 48. Todos os cursos que tenham uma das modalidades de estágio devem obrigatoriamente constituir a COE do referido curso.

Art. 49. A orientação do estágio em cada curso é exercida, obrigatoriamente, por docente da UFJF com formação superior na mesma área de formação do estagiário, sendo a docente ou o docente a responsável ou o responsável pelo acompanhamento e pela avaliação das atividades acadêmicas da estagiária ou do estagiário.

Art. 50. O estágio obrigatório supervisionado é considerado atividade acadêmica específica e nele será obrigatória a matrícula.

§ 1º De acordo com o § 3º do art. 23 deste Regulamento, somente discentes do curso podem se matricular em atividade acadêmica de estágio supervisionado curricular.

§ 2º A carga horária do estágio não obrigatório, cujo limite máximo é definido pelo PPC, pode ser aproveitada para efeito de flexibilização curricular.

§ 3º O estágio pode ser desenvolvido fora do período letivo regular, desde que previsto no PPC e no Regulamento da COE, devendo a documentação requerida ser apresentada e a matrícula ser efetivada antes do início do estágio.

Art. 51. O estágio pode ser desenvolvido em espaços oferecidos fora da UFJF, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como por profissionais liberais de nível superior, devidamente registradas ou registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, desde que conveniadas ou conveniados com a UFJF, e observadas as seguintes obrigações:

I – infraestrutura, recursos humanos e materiais adequados ao desenvolvimento do programa de estágio previsto pela Universidade;

II – supervisora ou supervisor que atue de forma integrada com a professora orientadora ou professor orientador da Universidade;

III – fornecimento de informações periódicas, de acordo com o plano de estágio, para avaliação da estagiária ou do estagiário;

IV – contratar em favor do estagiário ou da estagiária o seguro de acidentes pessoais.

§ 1º Obrigatoriamente, a supervisora ou o supervisor de estágio da parte Concedente deverá ter formação superior no mesmo curso da estagiária ou do estagiário, sempre que as Diretrizes Curriculares Nacionais ou quando o Conselho Profissional competente assim o exigirem.

§ 2º No caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro previsto neste artigo pode ser assumida pela Universidade.

§ 3º Somente os estágios obrigatórios podem ser desenvolvidos em unidades da Universidade.

§ 4º As diretrizes gerais para a constituição, bem como a definição das atribuições da COE de cada curso devem ser estabelecidas em resolução própria.

Art. 52. Para o estágio realizado fora do País aplica-se, além da legislação brasileira vigente, o estabelecido no capítulo de Mobilidade Acadêmica.

Quadro 5.1.4.2 - Processos de estágio analisados e homologados no SIGA em 2016

Modalidade do estágio	Estágio obrigatório		Estágio não obrigatório
	Dependências da UFJF	Concedentes externas	
Número de documentos homologados em 2016	5.419	2.573	537
Subtotal		7.992	537
TOTAL		8.529	

Fonte: Siga/UFJF.

B – Programa de Treinamento Profissional

Setor Responsável: Coordenação dos Programas de Graduação/PROGRAD

Objetivo do setor: Acompanhar os Programas de Bolsas da PROGRAD, observando a legislação vigente e os procedimentos definidos pela Pró-reitoria.

Fundamentos do Programa:

A UFJF mantém o Programa de Treinamento Profissional que objetiva permitir o aperfeiçoamento profissional dos alunos de ensino médio profissionalizante e de graduação da UFJF, em áreas de específico interesse e compatíveis com a habilitação cursada. Este aperfeiçoamento se dá com a participação do aluno em projetos acadêmicos de ensino, no âmbito da UFJF, em regime de 12 horas semanais de atividades com duração máxima de dois semestres letivos, sendo permitida a recondução uma única vez, por igual período. Na seleção dos alunos que participarão do Programa de Treinamento Profissional serão levados em consideração os seguintes critérios: Currículo Vitae do candidato, observada a experiência nas atividades propostas no projeto; Histórico Escolar do candidato, garantida a correlação das disciplinas cursadas com o trabalho prático do treinamento profissional; Disponibilidade horária do candidato.

A seleção será realizada pelo órgão a que se vincula o projeto, por meio de Comissão especialmente designada, supervisionada, coordenada e homologada pela Pró-Reitoria de

Graduação. A orientação deste treinamento profissional é feita por um professor ou profissional da área.

O programa de Treinamento Profissional da UFJF é regulamentado pela Resolução do Conselho Setorial de Graduação – CONGRAD nº 58/2008. É mantido com recursos orçamentários da Universidade e a bolsa de Treinamento Profissional terá seu valor proposto pela Pró-Reitoria de Finanças e fixado pelo Conselho Superior, sendo paga mensalmente, à vista de atestado de frequência do bolsista. Atualmente, o valor da bolsa é de R\$340,00 (trezentos e quarenta reais). Para se candidatar ao Programa, o Docente ou Técnico Administrativo do quadro permanente da UFJF, deverá apresentar projeto conforme modelo e dentro do prazo definidos pela Pró-Reitoria de Graduação.

Os projetos serão julgados por comitês formados por um representante de cada Unidade da UFJF assim organizados:

- Comitê de Ciências Humanas: Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Letras, Faculdade de Educação, Instituto de Artes e Design e Colégio de Aplicação João XXIII.
- Comitê de Ciências Sociais Aplicadas: Faculdade de Economia e Administração, Faculdade de Comunicação, Faculdade de Direito, Faculdade de Serviço Social, Curso de Arquitetura, Curso de Turismo e Colégio de Aplicação João XXIII.
- Comitê de Ciências Exatas: Faculdade de Engenharia, Instituto de Ciências Exatas e Colégio de Aplicação João XXIII.
- Comitê de Ciências da Vida: Instituto de Ciências Biológicas, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Farmácia e Bioquímica, Faculdade de Educação Física e Desportos, Faculdade de Enfermagem, Curso de Psicologia, Hospital Universitário – Centro de Atenção à Saúde, Centro de Biologia da Reprodução e Colégio de Aplicação João XXIII.

A Pró-Reitoria de Graduação selecionará alguns projetos de treinamento profissional para serem acompanhados e avaliados durante o ano de vigência do Programa por Comitê de Acompanhamento e Avaliação constituído por cinco orientadores, sendo um do João XXIII e um de cada uma das seguintes grandes áreas: Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e Ciências da Vida. Caso o Comitê de Acompanhamento e Avaliação julgue que os projetos não estejam sendo desenvolvidos de acordo com o proposto, os mesmos serão interrompidos.

Quadro 5.1.4.3 - Bolsistas de treinamento profissional - ano 2016

MODALIDADE DO PROGRAMA	NÚMERO DE BOLSISTAS
Treinamento Profissional	392
Treinamento Profissional Administrativo	309
Treinamento Profissional Coordenação de Graduação	73
TOTAL	774

Fonte: SIGA/UFJF.

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve ocorrência.

5.2 Gestão do Patrimônio e da Infraestrutura

5.2.1 Informações sobre a infraestrutura física

Atualmente, a Universidade Federal de Juiz de Fora abrange uma área territorial distribuída de acordo com o quadro abaixo:

Quadro 5.2.1.1 - Resumo da área territorial da UFJF

ÁREA TERRITORIAL - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	
<i>CAMPUS</i> UFJF	1.234.193,80m ²
TERRENOS EXTERNOS AO <i>CAMPUS</i>	89.506,04m ²
CAS (Centro de Atenção à Saúde)	112.600,00m ²
SÍTIO MALICIA (Jardim Botânico)	851.076,00m ²
PARQUE TECNOLÓGICO	1.100.000,00m ²
CORONEL PACHECO	1.130.000,00m ²
FAZENDA DO ENGENHO (CHAPÉU D'UVAS)	2.276.546,00m ²
<i>CAMPUS</i> GOVERNADOR VALADARES	924.500,00m ²

Fonte: PROINFRA/UFJF.

Como área construída, a UFJF possui edificações fora da área do *Campus* perfazendo 32.435,25m². No *Campus*, são 207.303,39m² de área edificada, com aproximadamente 11,086km de vias pavimentadas.

5.2.2 Gestão da frota de veículos

A utilização de veículos oficiais rege-se pelo Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A Gerência de Transportes da UFJF é responsável pelo atendimento de todas as demandas de transporte da instituição, atuando junto aos serviços de manutenção do campus universitário, obras, transporte de documentos, apoio a servidores, professores e alunos em deslocamentos internos ou em viagens. Cabe também ao setor o controle do abastecimento e

manutenção da frota. Para garantir eficiência e economia na prestação dos serviços, a Gerência de Transportes conta com 3(três) servidores, que se utilizam principalmente da plataforma de gestão disponível no SIGA. A empresa terceirizada responsável pela prestação de serviços de gerenciamento e administração de despesas de manutenção automotiva em geral também oferece aplicativo destinado à gestão de frota.

A UFJF conta, atualmente, com 109 veículos em plena atividade, classificados da seguinte forma:

1) Veículos de transporte institucional:

1.1) 34 carros de passeio

2) Veículos de serviços comuns:

2.1) de transporte individual;

2.1.1) 08 motocicletas

2.1.2) 04 furgões

2.1.3) 03 pickups

2.1.4) 06 kombis

2.2) de transporte coletivo;

2.2.1) 08 vans

2.2.2) 06 micro-ônibus

2.2.3) 19 ônibus

2.3) de transporte de carga;

2.3.1) 12 caminhões

2.3.2) 05 caminhonetes

3) Veículos de serviços especiais

3.1) 02 ambulâncias

3.2) 02 viaturas

Durante o ano de 2016 a frota da UFJF percorreu aproximadamente 830.000 km em atendimento a viagens, sendo a cidade do Rio de Janeiro o destino mais frequente. Em relação aos serviços internos, que envolvem apoio aos trabalhos de manutenção do *campus*, transporte de servidores e movimentação de cargas, o total percorrido chegou à 120.000 km. Ao todo, foram executadas em torno de 2.100 requisições de transporte.

A idade média dos veículos que compõem a frota, conforme a classificação adotada, pode assim ser detalhada:

124 Veículos de Transporte Institucional - 06 anos

125 Veículos de Transporte Individual – 08 anos

126 Veículos de Transporte Coletivo – 09 anos

127 Veículos de Transporte de Carga – 08 anos

128 Veículos de Serviços Especiais – 04 anos

O conjunto dos veículos é, portanto, relativamente novo e se encontra em boas condições de uso e conservação. Por isso, não realizamos estudos para substituição da frota. Os custos associados à manutenção da frota, incluindo todos os tipos de veículos e serviços, conforme a natureza da despesa, para o ano de 2016 foram os seguintes:

124 Combustíveis: R\$ 806.418,04

125 Manutenções corretivas e preventivas: R\$ 297.610,80.

126 Seguro Obrigatório (DPVAT): R\$ 11.482,43

127 Seguro Total: R\$ 139.970,14.

5.2.3 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Atualmente, a UFJF possui 30 (trinta) veículos considerados inservíveis ou fora de uso, que aguardam a formalização do processo de alienação, nos termos legais. Encontram-se estacionados no pátio da própria Gerência de Transportes em local apropriado. Desse total, são: 2 Caminhões; 1 Caminhonete; 3 Kombis; 13 Motocicletas; 2 Ônibus rodoviários, 8 Carros de passeio e 1 Ambulância.

5.2.4 Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

A Gerência de Patrimônio é o setor responsável pela guarda dos registros de imóveis e pelo lançamento das informações disponíveis relativas aos mesmos no SPIUNET e também é responsável pelo recebimento, entrega e guarda dos termos de responsabilidade do patrimônio móvel. E possui em seu quadro, apenas, 05 técnicos administrativos em educação.

Os imóveis, que estão incluídos no SPIUnet, estão distribuídos da seguinte forma: 01 (um) localizado na cidade de Piúma, no Espírito Santo, e os demais, 20 (vinte), localizados na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais.

A qualidade e completude dos registros são apenas razoáveis, pois há necessidade da Pró Reitoria de Infraestrutura em formalizar a entrega dos imóveis construídos e reformados, bem como ajudar na descrição mais apurada dos mesmos e na pormenorização das despesas de manutenção.

Quanto à reavaliação dos imóveis no SPIUnet a Pró Reitoria de Infraestrutura está mobilizada para efetivar a mesma ainda no ano de 2017.

A Gerência de Patrimônio irá incluir até o final do mês de março de 2017, todas as informações das áreas que constam permissão de uso para exploração de cantinas e área cedida à UFJF na cidade de Governador Valadares.

5.2.5 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

Abaixo encontra-se relacionados os espaços físicos e imóveis pertencentes a esta UPC que estiveram cedidos a entidades públicas e privadas no ano de 2016.

IMÓVEL: CANTINA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO (espaço físico com aérea total de 38,37m², localizada no Prédio da Faculdade de Educação, localizada no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora – MG)

PERMISSIONÁRIA: BOX JUIZ DE FORA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 10.984.017/0001-84

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 3.599,99

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: R\$ 600,00

Procedimento Licitatório: Concorrência nº. 04 /2015-COSUP.

Vigência: 19.10.2015 a 18.10.2020 (60 meses)

IMÓVEL: CANTINA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E CANTINA DA FACULDADE DE LETRAS (espaço físico com aérea total de 107,34m² - Cantina do Instituto de Ciências Biológicas e 153,18m² - Cantina da Faculdade de Letras, localizadas no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora – MG)

PERMISSIONÁRIA: BOX JUIZ DE FORA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 10.984.017/0001-84

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 7.299,98.

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: R\$ 800,00

Procedimento Licitatório: Concorrência nº. 07 /2015-COSUP.

Vigência: 19.10.2015 a 18.10.2020 (60 meses)

IMÓVEL: CANTINA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (espaço físico com aérea total de 341,04m², localizada no Prédio do Instituto de Ciências Humanas-ICH, localizada no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora – MG)

PERMISSIONÁRIA: BOX JUIZ DE FORA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME

CNPJ: 10.984.017/0001-84

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 1.501,00.

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: R\$ 600,00

Procedimento licitatório: Concorrência nº. 11 /2015-COSUP.

Vigência: 19.10.2015 a 18.10.2020 (60 meses)

IMÓVEL: CANTINA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E CANTINA DA FACULDADE DE ECONOMIA (espaço físico com aérea total de 123,60m² - Cantina do CCS e de 19,72m² - Cantina da Faculdade de Economia, localizadas no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora – MG)

PERMISSIONÁRIA: CARDÁPIO REFEIÇÕES LTDA ME

CNPJ: 10.334.339/0001-88

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 11.000,00.

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: R\$ 800,00

Procedimento Licitatório: Concorrência nº. 02 /2015-COSUP.

Vigência: 19.10.2015 a 18.10.2020 (60 meses)

IMÓVEL: CANTINA DA FACULDADE DE DIREITO (espaço físico com aérea total de 101,43m², localizada no Prédio da Faculdade de Direito, localizada no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora – MG)

PERMISSIONÁRIA: CARDÁPIO REFEIÇÕES LTDA ME

CNPJ: 10.334.339/0001-88

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 7.500,00

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: R\$ 600,00

Procedimento Licitatório: Concorrência nº. 03 /2015-COSUP.

Vigência: 19.10.2015 a 18.10.2020 (60 meses)

IMÓVEL: CANTINA DA FACULDADE DE MEDICINA (espaço físico com aérea total de 314,71m² - Cantina do Prédio da Faculdade de Medicina, localizada na Avenida Eugênio do Nascimento s/n.º (próximo ao Hospital Universitário-CAS/UFJF), bairro Dom Bosco, na cidade de Juiz de Fora – MG)

PERMISSIONÁRIA: DDM FEST BUFFET E LANCHONETE LTDA ME

CNPJ: 04.435.637/0001-61

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 1.501,00

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: R\$ 600,00

Procedimento Licitatório: Concorrência nº. 09/2015-COSUP.

Vigência: 19.10.2015 a 18.10.2020 (60 meses)

IMÓVEL: CANTINA DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS (espaço físico com aérea total de 44,95m², localizada no Prédio da Faculdade de Educação Física e Desportos/FAEFID, localizada no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora – MG)

PERMISSIONÁRIA: LANCHONETE HOME FOOD - ME LTDA

CNPJ: 18.685.196/0001-60

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 1.261,00

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: R\$ 600,00

Procedimento Licitatório: Concorrência nº. 05 /2015-COSUP.

Vigência: 19.10.2015 a 18.10.2020 (60 meses)

IMÓVEL: CANTINA DA FACULDADE DE ENGENHARIA E CANTINA DO INSTITUTO DE ARTES E DESIGN (espaço físico com aérea total de 102,46m² - Cantina da Faculdade de Engenharia e 32,89m² - Cantina do Instituto de Artes e Design, localizadas no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora – MG)

PERMISSIONÁRIA: LANCHONETE HOME FOOD - ME LTDA

CNPJ: 18.685.196/0001-60

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 7.239,99.

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: R\$ 800,00

Procedimento Licitatório: Concorrência nº. 06 /2015-COSUP.

Vigência: 19.10.2015 a 18.10.2020 (60 meses)

IMÓVEL: CANTINA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS (espaço físico com aérea total de 206,30m², localizada no Prédio do Instituto de Ciências Exatas-ICE, localizada no Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora, na cidade de Juiz de Fora – MG)

PERMISSIONÁRIA: LANCHONETE HOME FOOD - ME LTDA

CNPJ: 18.685.196/0001-60

VALOR MENSAL DO CONTRATO: R\$ 6.939,99

TAXA DE UTILIZAÇÃO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA: R\$ 600,00

Procedimento Licitatório: Concorrência nº. 08 /2015-COSUP.

Vigência: 19.10.2015 a 18.10.2020 (60 meses)

5.2.6 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 5.2.6.1 - Relação de Contratos de Locação da UFJF/GV para com empresas privadas em vigência durante o ano de 2016

Nº do Contrato	Nº do Processo	Identificação/descrição do imóvel (Campus GV) Descrição/Objeto do Contrato	Locador (es)	Vigência		R\$ - Global do Contrato	Análise Crítica da Necessidade	Despesas com reformas/transformações/manutenções
				Início	Término			
04/2015	23071.008822/2014-12	1. Imóvel com área de 5.572,40 m ² para abrigar os cursos do Instituto Ciências da Vida (Medicina, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, Educação Física e Nutrição), situado na rua Israel Pinheiro nº 2000, bairro Universitário, Governador Valadares, MG.	Fundação Percival Farquhar	01/02/2015	31/01/2016	1.800.000,00	O Campus da UFJF em Governador Valadares não possui sede própria, torna-se necessária a locação de imóveis separados para viabilizar a manutenção das atividades administrativas e acadêmicas do campus (salas de aula teórica e prática, laboratórios, biblioteca, sala de reuniões, salas de professores, setores administrativos, garagem e outras) de forma provisória durante	Não houve
26/2015	23071.020775/2014-77	1. Imóvel do tipo Galpão com área de 1.040 m ² para abrigar os veículos do campus GV, situado na rua Israel Pinheiro 1958, bairro Santos Dumont, Governador Valadares, MG. 2. Imóvel do tipo loja comercial no pavimento térreo do edifício Ana Brum com área de 63 m ² para abrigar as atividades práticas do Curso de	Felipe Nery EPP	01/08/2015	31/07/2016	109.428,12		Não houve

		Economia, situado na rua Barão do Rio Branco nº 96, bairro Centro, Governador Valadares, MG.					o período de construção da sede própria, visto que não há imóvel ou conjunto de instalações na cidade que conte com espaço e infraestrutura que comporte todas as atividades da universidade e possa ser alugado.	Não houve
83/2015	23071.013300/2015-13	1. Imóvel com área de 500,94 m² para abrigar as instalações do Curso de Odontologia, situado na rua Prudente de Moraes nº 601, bairro Centro, Governador Valadares, MG.	Atos Treinamentos (Funort)	01/12/2016	30/11/2017	301.551,12		
85/2015	23071.013305/2015-38	1. Imóvel com área de 474,80 m² para abrigar as instalações do Curso de Odontologia, situado na rua Gaivotas nº 412, bairro Alto Esplanada, Governador Valadares, MG.	Associação Brasileira de Odontologia (ABO)	01/12/2016	30/11/2017	297.242,40		
87/2015	23071.014089/2015-48	1. Imóvel com área de 6.599,05 m² para abrigar os cursos do Instituto Ciências Sociais e as atividades dos setores Administrativos do Campus G.V., situado na rua Dr. Raimundo Monteiro Rezende nº 330, bairro Centro, Governador Valadares, MG.	Pitágoras Sist. de Educ. Sup. Soc. Ltda.	01/12/2015	30/11/2016	1.265.980,92		

Universidade Federal de Juiz de Fora

88/2015	23071.013304/2015-93	1. Imóvel com área de 800,96 m ² para abrigar as instalações do Curso de Fisioterapia e do Núcleo de Práticas Jurídicas do Curso de Direito, situado na rua Leonardo Cristino nº 3400, bairro Centro, Governador Valadares, MG.	Aladir Silva Neto Dornelas	01/01/2016	31/12/2016	153.600,00	Não houve
38/2016	23071.009717/2016-54	1. Imóvel com área de 14.840,29 m ² para abrigar os cursos do Instituto Ciências da Vida (Medicina, Farmácia, Fisioterapia, Odontologia, Educação Física e Nutrição), situado na rua Israel Pinheiro nº 2000, bairro Universitário, Governador Valadares, MG.	Fundação Percival Farquhar	01/09/2016	31/08/2017	3.108.694,44	Não houve

Fonte: Setor de Contratos/PROPLAN/UFJF.

Quadro 5.2.6.2 - Relação de Contratos de Locação da UFJF/JF para com empresas privadas em vigência durante o ano de 2016

		Identificação/descrição do imóvel (Campus JF)				RS - Global do Contrato	Análise Crítica da Necessidade	Despesas com reformas/transformações/manutenções
Nº do Contrato	Nº do Processo	Descrição/Objeto do Contrato	Locador (es)	Vigência				
				Início	Término			
91/2013	23071.014432/2013-70	1. Imóvel situado no endereço Av. Presidente Costa e Silva nº 1518/ SALAS 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207 E 208 - São Pedro - Juiz de Fora - MG - 36037-000, objeto da matrícula nº 58255 Ofício de Registro de Imóveis, para abrigar as instalações da Comissão Permanente de Seleção - COPESE, da Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos - CDARA, Arquivo Central e Coordenação das Licenciaturas da Universidade Federal de Juiz de Fora	MODELO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ nº 65.293.680/0001-24, RIMA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA., CNPJ nº 13.642.361/0001-83 e TÚLIO CÉSAR FERREIRA DA SILVA, CPF nº. 236.679.586-68	19/11/2013	18/11/2017	514.800,00	Em seu processo de expansão e reestruturação, a Administração Superior da UFJF priorizou, no primeiro momento, a criação de condições garantidoras de um ensino superior de qualidade, com foco na área acadêmica (criação de vagas e cursos). Isso gerou gargalos infraestruturais e que demandam a realização de obras no prédio então ocupado pelo CGCO,	Não houve

							pela COPESE e pelo CDARA. O imóvel ora locado, portanto, pela proximidade do Campus da UFJF, visa abrigar tais setores, fundamentais para o funcionamento da UFJF.	
--	--	--	--	--	--	--	--	--

80/2015	23071.007524/2015-88	1. Imóvel situado na Avenida Presidente Itamar Franco nº 988 e 990 – Centro – Juiz de Fora – MG, com área total de 808 m2 para atender Fac. Direito/UFJF.	Ricardo Antônio Arbex (CPF 247.761.226-34), Denyse Arbex Arantes (CPF 488.211.606-53), Liane Arbex Soares (CPF 641.339.666-00), Ivanisse Antônio Arbex (CPF 584.507.266-20) e Simone Antônio Arbex (CPF 804.917.156-68)	01/12/2015	30/11/2017	258.614,00	O antigo espaço onde funcionava o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da UFJF tornou-se insuficiente em razão da incorporação de um Centro de Mediação e também de uma Empresa Júnior de Consultoria ao NPJ. Além disso, houve também aumento do fluxo de pessoas e do acervo documental do setor. Por outro lado, o antigo espaço não contava com acesso adequado para pessoas com mobilidade reduzida e, em razão do decurso do tempo, apresentava uma série de problemas	Não houve
---------	----------------------	---	---	------------	------------	------------	--	-----------

								estruturais. Diante desses fatores, em julho de 2014, a Administração Superior da UFJF optou pela construção de uma nova sede para o Núcleo de Prática Jurídica, com previsão de conclusão da obra em 2018. Logo, o imóvel ora locado visa abrigar o setor durante a obra de construção da sede definitiva.	
--	--	--	--	--	--	--	--	---	--

Fonte: Setor de Contratos/PROPLAN/UFJF.

5.3 Gestão da tecnologia da informação

Tendo em vista que a Universidade Federal de Juiz de Fora, no cumprimento de sua missão, passa por constantes transformações, é necessário que seu planejamento seja revisto de forma periódica com o objetivo de alinhar suas ações às necessidades do cidadão e às demandas oriundas do Governo Federal. Nesse sentido, a Tecnologia da Informação tem um papel importante como parceiro estratégico da Administração Superior da UFJF atuando como facilitadora na definição e alcance da estratégia organizacional.

• **Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.**

Na UFJF, o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação é responsável por definir as ações de TI e assegurar que essas estejam aderentes à estratégia organizacional. O instrumento utilizado para diagnóstico, planejamento e gestão de TI na UFJF é o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, que está sendo finalizado para o biênio 2017-2018 e está prestes a ser submetido para análise e aprovação pelo Conselho Superior - CONSU. Esta versão do PDTI foi elaborada considerando várias fontes de informações. As unidades prestadoras de serviços de Tecnologia da Informação foram consultadas em um primeiro momento e, logo após, foi realizada uma consulta pública a toda a comunidade. As metas e objetivos descritos no PDTI estão em harmonia com as diretrizes definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI vigente. O PDTI 2017-2018 irá abranger o Campus Juiz de Fora e o Campus Avançado Governador Valadares, além das unidades externas a esses *campi*.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação - CGTI, instituído pela Resolução 22/2015 - CONSU, é responsável por coordenar a formulação de propostas de políticas, diretrizes e estratégias de TI na UFJF. O CGTI é composto por 15 representações, conforme atualização prevista na Resolução 48/2016 - CONSU.

Quadro 5.3.1 - Descrição do Membros Titulares do CGTI

Membros Titulares do CGTI	
Presidência	Eduardo Antônio Salomão Condé
Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional	Francisco Henrique C. Ferreira
Centro de Ensino à Distância	Paulo Alceu d'Almeida Rezende
Pró-reitoria de infraestrutura	Sebastião Jorge Chagas
Ciências Exatas e Engenharias	Hélio Antônio
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Jorge Carlos Felz Ferreira
Ciências da Vida e da Saúde	Angelo Atalla
Colégio de Aplicação João XXIII	Anne Torres de Sousa
Campus Avançado Governador Valadares	Diener Maick Piske
Hospital Universitário	Sérgio Luís Lima Corrêa
Técnico-Administrativos em Educação	Felipe José Alves Santos
Docentes	Custódio Gouvea Lopes da Motta
Discentes	Welton de Abreu Henriques

Departamento de Ciência da Computação	Rubens de Oliveira
---------------------------------------	--------------------

Fonte: CGCO/UFJF.

Quadro 5.3.2 - Descrição do Membros Suplementes do CGTI

Membros Suplentes do CGTI	
Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional	Felipe Andrade Caetano
Centro de Ensino à Distância	Rodrigo Marangon
Pró-reitoria de infraestrutura	Raphael Francisco Firmiano Teixeira
Ciências Exatas e Engenharias	Marcos Borges
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Tiago Timponi Torrent
Ciências da Vida e da Saúde	Maria Cristina Vasconcellos Furtado
Campus Avançado Governador Valadares	Felipe Rooke da Silva
Hospital Universitário	Daniel Rodrigues Pereira
Docentes	Agostinho Macedo Beghelli Filho
Discentes	João Pedro Carvalho dos Reis
Departamento de Ciência da Computação	Eduardo Pagani Julio

Fonte: CGCO/UFJF.

No ano de 2016, foram realizadas oito reuniões do CGTI com as seguintes pautas:

- 25/07: Primeiros encaminhamentos a respeito do Regimento do CGTI e definição das representações a compor a Equipe de Elaboração do PDTI.
 - 02/08: Avaliação da primeira proposta do Regimento do CGTI e primeiras indicações dos nomes para a Equipe de Elaboração do PDTI.
 - 09/08: Aprovação do Regimento e apresentação do Plano de Trabalho para elaboração do PDTI.
 - 16/08: Aprovação do Plano de Trabalho do PDTI e definição dos nomes da Equipe de Elaboração do PDTI.
 - 23/08: Ponto de controle - Acompanhamento do PDTI
 - 13/09: Ponto de controle - Acompanhamento do PDTI e apresentação do Plano de Comunicação para divulgação da Consulta Pública.
 - 10/11: Apresentação do Inventário de Necessidades e considerações acerca deste.
 - 17/11: Apresentação do Inventário de Necessidades e considerações acerca deste.
- **Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores / empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores / empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidor-empregado efetivos da carreira de TI de outros órgãos / entidades, servidor-empregado efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.**

Em sua estrutura organizacional, a UFJF possui quatro unidades prestadoras de serviços de TI: CGCO, CEAD, NTI/GV e PROINFRA. A quadro abaixo exibe a distribuição de pessoal alocado nessas unidades.

Quadro 5.3.3 - Distribuição de pessoal destinado a prestação de serviços de TI alocados na UFJF

CARGO	CGCO	CEAD	PROINFRA	NTI/GV	Outros	Total
Analista de TI	33	2	-	4	7	46
Técnico de TI	6	-	-	2	1	9
Assistente de TI	1	-	1	-	7	9
Técnico de Laboratório	2	1	-	-	-	3
Terceirizados	-	-	8	-	-	9
TOTAL	42	3	9	6	15	76

Fonte: CGCO/UFJF.

- **Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.**

O CGCO, diante da necessidade de gestão das demandas associadas aos serviços prestados criou a Central de Serviços, que passou a ser o canal de comunicação com a quem utiliza os serviços disponibilizados aos diversos segmentos da Instituição. A função da Central de Serviços é receber, registrar, encaminhar e monitorar todas as demandas, interagindo com as equipes técnicas a fim de prover serviços de forma eficiente e com qualidade.

Para registrar as demandas, será utilizado o OTRS¹¹, ferramenta de código aberto que está integrada à base de dados de usuários da UFJF. Com essa ferramenta, é possível acompanhar o ciclo de uma solicitação recebida.

Em 2016 foi criado um Grupo de Trabalho para criação do Catálogo de Serviços do CGCO.

- Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período

Em 2016 não foi elaborado um Plano de Capacitação e, portanto, não foram executadas atividades de capacitação dos servidores de TI.

- Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

¹¹ www.otrs.com

Quadro 5.3.4 - Descrição dos projetos de TI

Nome do Projeto	Descrição	Custo estimado	Prazo de conclusão
Webconferência	Instalação de 7 salas de webconferência na UFJF	R\$120.000,00	Dezembro/2017
Controle de Acesso RU	Instalação de 7 catracas nos Restaurantes Universitários da UFJF para controle de acesso.	R\$20.000,00	Dezembro/2017

Fonte: CGCO/UFJF.

5.3.1 Principais sistemas de informações

O Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGA, sistema de informações institucionais da UFJF, começou a ser desenvolvido em 2003. O sistema atende a diversos setores da UFJF, incluindo as áreas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão. O sistema está registrado no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), sob o número 10454-3, com a concessão do registro datada de 10/09/2013, com autoria do servidor Ely Edison Matos. Os módulos do SIGA e suas funcionalidades estão descritas no quadro a seguir.

Ao fim de 2016, a UFJF adquiriu o sistema *Pergamum*, de gerenciamento de bibliotecas.

Quadro 5.3.1.1 - Descrição dos principais sistemas de informação da UFJF

SISTEMAS ACADÊMICOS		
MÓDULO	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS
Coordenadoria de Assuntos e Registros Acadêmicos / Calouros / Formandos	Este módulo compreende todas as funcionalidades utilizadas pela COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS. A maioria dos cadastros do sistema acadêmico estão neste módulo, pois são de responsabilidade da COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS. Estão compreendidos neste módulo também, dentre outros, a parte de editais de reclassificação, cadastro de calouros e formandos.	COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS
Graduação - Plano Departamental / Turmas / Plano De Ensino	Este módulo é responsável pela criação de turmas, plano departamental e plano de ensino. Na criação de turmas são estabelecidos os horários, docentes e distribuição de vagas por curso.	Chefes de Departamento / COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS
Graduação - Matrícula / Análise De Matrícula	Este módulo é responsável pela matrícula dos alunos nas turmas. Compreende tanto a matrícula realizada pelos alunos, quanto a matrícula realizada pelos coordenadores de curso. A COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS também realiza a matrícula dos calouros através deste módulo. Outra funcionalidade executada neste módulo é a análise de matrícula off-line feita pelo CGCO após a matrícula online realizada pelos alunos.	Coordenadores de curso / COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS / Alunos
Graduação - Lançamento De Notas / Retificação / Histórico	Este módulo compreende o lançamento de notas pelo docentes, tanto de graduação quanto pós-graduação, retificação de notas pelos docentes e pela COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS, e geração de históricos dos alunos.	Docentes / COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS
Alunos	Este módulo é acessado por todos os alunos da UFJF, tanto de graduação quanto pós-graduação. Através deste módulo eles podem consultar suas notas, históricos, emitir comprovantes de matrícula e realizar trancamentos de disciplinas e curso.	Alunos

Pós-graduação Lato E Stricto	Este módulo compreende as funcionalidades de pós-graduação lato e stricto sensu da UFJF. É acessado por coordenadores de curso, secretários de PPGs (Programas de Pós-Graduação) e pela COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS. Neste módulo os usuários conseguem criar turmas, matricular alunos, lançar notas, emitir históricos e todas as demais funcionalidades inerentes à pós-graduação.	Docentes / PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO / COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS
Relatórios / Gerencial	Este módulo compreende a geração dos mais variados tipos de relatórios acadêmicos no SIGA, assim como a seção "Gerencial", que em sua maior parte envolve geração de relatórios gerenciais.	Docentes / Coordenadores / Secretários / etc
João XXIII	Este módulo contempla todas as funcionalidades de criação de turmas, matrícula, lançamento de notas, histórico, boletim, etc, do Colégio de Aplicação João XXIII.	Funcionários e docentes do Colégio de Aplicação JOÃO XXIII
Registro de Diploma	Este módulo é responsável pelo cadastro e registro de diplomas de formandos da UFJF.	COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS
Carteirinha	Este módulo é responsável pelo cadastramento e impressão de carteirinhas de estudantes e funcionários da UFJF.	RU / Unidades Acadêmicas com impressão de carteirinha
Intercâmbios	Este módulo compreende a matrícula e gerenciamento de estudantes em intercâmbio da UFJF.	SRI - Secretaria de Relações Internacionais

SISTEMAS ADMINISTRATIVOS

Módulo	Descrição	Usuários
Cadastros	Pequeno módulo responsável por diversos tipos de cadastros, como Agências, Bancos, Instituições, Rubricas, Diárias, Hotéis, Restaurantes, Materiais, Serviços, Aeroportos, Motoristas, Veículos, Fornecedores, Unidades Orçamentárias, etc. Os setores responsáveis pelos cadastros variam de acordo com o tipo de cadastro.	COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS, COORDENADORIA DE EXECUÇÃO E SUPORTE FINANCEIRO, PROPOG, Equipe do Administrativo do CGCO
Unidades Orçamentárias	Esse módulo tem dois objetivos principais: distribuição de dotações orçamentárias e administração de usuários de cada unidade (requisitantes, gestores ou executores). As dotações orçamentárias se	PROPOG, Usuários de diversos setores da UFJF cadastrados como Gestores das UNIDADES

	<p>iniciam com a distribuição no início do ano (realizada pela PROPOG) para a rubrica Base de cada UO (Unidade Orçamentária). A partir daí, o Gestor de cada UO se responsabiliza por distribuir o orçamento para as demais rubricas (Almoxarifado, Materiais, Bolsas, Auxílio-transporte, etc). Com orçamento disponível, os usuários cadastrados como requisitantes podem realizar as requisições. Em relação à administração, usuários Gestores são cadastrados nas UOs pela PROPOG e usuários Requisitantes são cadastrados pelos próprios Gestores. Usuários Executores (situação presente apenas em algumas UOs específicas) são cadastrados pela equipe do Administrativo do CGCO.</p>	<p>ORÇAMENTÁRIAS, Equipe do Administrativo do CGCO</p>
Requisições	<p>Permite a realização de mais de 20 tipos diferentes de requisições, como de Materiais, Serviços, Almoxarifado, Biblioteca, Locação de Veículos, Auxílio Mestrando Doutorando, etc. Os requisitantes podem ser diversas pessoas de setores diferentes, dependendo do tipo de requisição. O processo de realização de uma requisição também possui os papéis de Requisitante e Gestor, sendo necessário que a requisição seja criada e depois autorizada pelo Gestor para que possa continuar sendo válida. Dependendo do Tipo da Requisição, pode ser gerada uma licitação ou pagamentos diversos (como bolsas, reembolsos ou diárias).</p>	<p>Docentes e Técnicos Administrativos em Educação de diversos setores da UFJF</p>
Licitação	<p>Realiza licitações de Materiais de Consumo, Materiais Permanentes, Serviços Externos e Biblioteca. O módulo também permite que seus usuários recusem requisições, desde que justificadamente. Também são realizadas Licitações de Registro de Preço, que possuem uma dinâmica totalmente diferente de licitações ordinárias. É possível realizar pesquisas por empenhos a partir dos itens de uma determinada licitação. O Gestor do módulo tem acesso a uma tela de auditoria que permite que sejam consultados todos os itens que foram inseridos, retirados ou alterados em uma licitação, qual usuário realizou a operação e quando ela aconteceu, tendo dessa forma amplo controle em relação aos responsáveis e ao andamento de um processo licitatório.</p>	<p>COORDENADORIA DE SUPRIMENTOS</p>
Financeiro/Empenho	<p>Realiza todo o controle relativo a empenhos, desde o cadastro dos orçamentos externos, a atribuição de um destes orçamentos a itens de</p>	<p>COORDENADORIA DE EXECUÇÃO E SUPORTE</p>

	licitação (pré-empenho), a confecção do empenho em si, anulações, estornos, consultas e relatórios.	FINANCEIRO
Financeiro/Liquidação	Esse módulo realiza o controle da entrada de notas fiscais de serviços. Além disso, controla as liquidações e ordens bancárias das notas fiscais relacionadas a alguns tipos de requisição que são especificamente utilizadas em licitações (Material de Consumo, Material Permanente, etc).	COORDENADORIA DE EXECUÇÃO E SUPORTE FINANCEIRO
Financeiro/Pagamentos	Alguns tipos de requisição são especificamente utilizados para gerar Folhas de Pagamento. Esse módulo confecciona e controla a execução e pagamento de Folhas de Pagamento, demonstrativos e faturas relacionados aos diversos tipos de requisição que se encaixam neste modelo.	COORDENADORIA DE EXECUÇÃO E SUPORTE FINANCEIRO
Financeiro/Integrações	Responsável pela migração de dados exteriores (provenientes de arquivos ou de outros módulos do Siga) para a confecção de folhas de pagamento. Atualmente os dados gerados por CAED e COPESE são objetos deste módulo.	COORDENADORIA DE EXECUÇÃO E SUPORTE FINANCEIRO
Almoxarifado	Permite a movimentação de materiais de consumo nos almoxarifados da UFJF. A entrada de materiais é feita através da execução de empenhos e a saída de materiais é feita através da execução de requisições de almoxarifado.	Almoxarifado Central, Almoxarifado do HU e Almoxarifado da PRÓ-REITORIA DE INFRA ESTRUTURA
Patrimônio	Este módulo consiste na administração de itens de patrimônio, que são bens registrados como material permanente. A entrada dos itens pode ser feita através da execução de empenhos (compra) ou cadastrados quando oriundos de outros meios como doação, cessão, permuta, etc.	Setor de Patrimônio (UFJF e HOSPITAL UNIVERSITÁRIO)
Eleição	O objetivo principal desse módulo é a realização de uma eleição feita por usuários do SIGA com necessidade mínima possível de apoio/suporte do CGCO, ou seja, o módulo foi projetado para que a eleição ocorra de forma mais independente possível. Diversos papéis podem ser atribuídos aos usuários, como Coordenador, Gestor, Fiscal, Candidato e Eleitor. Um Coordenador pode cadastrar quantas eleições forem necessárias. Uma eleição pode ter diversas configurações	Docentes, discentes e Técnicos Administrativos em Educação de diversos setores da UFJF

	diferentes, que podem ser alteradas pelo Coordenador ou pelos Gestores. Qualquer usuário do SIGA pode participar de uma eleição em um dos papéis possíveis definidos no módulo.	
Documentos	Sistema de trâmites de documentos eletrônicos: Memorando, processo e ofício	Docentes e Técnicos Administrativos em Educação de todos os setores da UFJF
Gestão de Servidores	Este módulo é responsável por gerir as informações pessoais e funcionais dos Servidores da UFJF, como: Licenças, Férias, Progressão Funcional, Incentivo à Qualificação, Lotação, Estágio Probatório, Dependentes e Aposentadoria.	PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS
Documento Legal (Publicações)	O objetivo deste módulo é o de manter o registro das publicações (portarias) feitas na UFJF.	PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS
Integração com o Arquivo Espelho	Este módulo é responsável por realizar a leitura do Arquivo Espelho gerado todo mês pelo SIGEPE e gravar seus dados no banco de dados do SIGA.	Gerência de Cadastro - GECAD
Integração com SEFIP	Este módulo destina-se a extrair dados de contratados temporários das tabelas-espelho e dispô-los em uma tabela, com o objetivo de serem importados posteriormente em programa da Caixa Econômica Federal.	Gerência de Remunerações - GREM
Cursos de Capacitação	Este módulo auxilia a gestão dos Cursos de Capacitação que a UFJF fornece. As principais funcionalidades dizem respeito à: realização de inscrição em cursos, por parte dos Servidores; emissão de certificado; contagem de horas dos cursos realizados	Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas - CCPD
PROADES	Este módulo auxilia na execução e acompanhamento das fases do PROADES, tanto no âmbito da PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS quanto nos setores da UFJF.	Coordenação de Avaliação e Movimentação de Pessoas - CAMP
PROQUALI	Este módulo auxilia nos processos relacionados à concessão de Bolsas do PROQUALI. Este processo possui as seguintes atividades: inscrição dos candidatos; seleção e aprovação dos candidatos aptos a receber tal bolsa; acompanhamento e prestação de conta por parte dos aprovados.	Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas - CCPD

Simulador do Plano de Saúde UNIMED	- Programa que faz a simulação dos valores dos Planos da UNIMED para o Servidores.	Gerência de Cadastro - GECAD
Bolsas	Este módulo é responsável por manter e controlar as informações dos Bolsistas como: atualização de dados bancários e validação dos mesmos, lançamento de frequência, geração da folha prévia de pagamento e controle de acumulação de bolsas.	UFJF
SISTEMAS DE APOIO		
Sistema	Descrição	Usuários
Análise de Renda	Auxilia no processo de análise do perfil socioeconômico dos alunos ingressantes na UFJF que se inscreveram no SISU através de cotas.	PRÓ-REITORIA DE APOIO ESTUDANTIL / COORDENADORIA DE ASSUNTOS E REGISTROS ACADÊMICOS
Apoio Estudantil	Auxilia no processo de análise do perfil socioeconômico dos alunos da UFJF que desejam concorrer às bolsas de auxílio oferecidas pela instituição.	PRÓ-REITORIA DE APOIO ESTUDANTIL
Biblioteca	Auxilia no gerenciamento das atividades das bibliotecas da UFJF, como catalogação e pesquisa do acervo, controle de empréstimos, devoluções, reservas e multas, geração de relatórios.	CENTRO DE DIFUSÃO DO CONHECIMENTO
Estágio	Apoia a Coordenação de Estágios na consolidação dos procedimentos necessários à regulamentação dos estágios dos estudantes da UFJF. Possibilita o controle de instituições (agentes de integração, empresas, órgãos públicos) que possuem convênios (concedentes conveniadas) com a UFJF para a oferta de estágios, o controle de documentos e seus aditivos que formalizam o estágio e atividades equiparadas ao estágio, cadastro dos membros da Comissão Orientadora de Estágios (COE), cadastro de oportunidades de estágios e relatórios gerenciais.	Coordenação de Estágios / PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Eventos	Auxilia no gerenciamento do processo de inscrição em eventos (congressos, seminários, workshops, cursos, seleção de pós-graduação, etc.) que são organizados por unidades (administrativas ou acadêmicas) ou comissões da UFJF. Faz o controle de inscrições no evento e nas atividades inerentes a este, bem como o controle dos pagamentos. Os usuários não precisam ter cadastro no SIGA para fazerem inscrição.	Docentes e Técnicos Administrativos em Educação dos diversos setores da UFJF
Extensão	Controla as atividades de extensão oferecidas ou apoiadas pela UFJF.	PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
Pesquisa	Controla os projetos de pesquisa oferecidos pela UFJF e a realização do Seminário de Iniciação Científica dos projetos inscritos.	PRÓ-REITORIA DE PESQUISA
Programas de Ingresso	Gerencia as inscrições, processamentos e divulgação de resultados dos processos seletivos da UFJF (PISM e Vestibular) e concursos de Técnicos Administrativos em Educação.	COMISSÃO PERMANENTE DE SELEÇÃO / CENTRO DE ENSINO À DISTÂNCIA / PRÓ-REITORIA DE RECURSOS HUMANOS (Concurso de TAEs)

Fonte: CGCO/UFJF.

5.4 Gestão Ambiental e Sustentabilidade

A coordenação geral de sustentabilidade, recebeu da nova equipe de administração superior da UFJF, que iniciou seu trabalho em março de 2016, apoio para continuidade do trabalho iniciado no ano de 2015, mostrando disposição de intensificar esforços na área de sustentabilidade.

Acreditamos que um dos papéis importantes da Universidade é formar cidadãos conscientes da preservação do meio ambiente e dos recursos de um modo geral e, a melhor forma de atingir esse objetivo é dar o exemplo na forma de ações, campanhas e principalmente cumprindo a legislação já existente sobre esse tema. Nesse sentido a coordenação tem buscado os caminhos para realizar e/ou induzir as ações para iniciar os trabalhos para cumprimento das seguintes legislações: **Decreto nº 6087, 20/04/2007**, que trata dos tipos de procedimentos cabíveis para destinação de materiais inservíveis para os órgãos públicos; **Decreto 5.940/2006** – trata de resíduos recicláveis que devem ser encaminhados a associações e/ou cooperativas de catadores; **Lei 12.305/2010** – Política Nacional de Resíduos Sólidos; **Instrução Normativa nº 10/2012 MPOG** – estabelece regras para elaboração dos planos de gestão de logística sustentável pela administração pública bem como suas vinculadas; **Decreto nº 7746/2012** – determina a adoção de iniciativas, dentre elas a **A3P**, referentes ao tema da sustentabilidade pelos órgãos e entidades federais e suas vinculadas.

Nesse sentido, foram criadas as portarias **nº 1239 de 20/11/2015**, **nº 1135 de 30/09/2016** e **nº 1429 de 09/12/2016**, que instituíram, a comissão de desfazimento de bens, a comissão para coleta seletiva solidária e a comissão gestora do plano de logística sustentável, respectivamente. Essas comissões iniciaram seus trabalhos, embora os mesmos se encontrem em fases diferenciadas, proporcionais ao tempo de criação das mesmas.

A coordenação geral de sustentabilidade, no ano de 2016, com o apoio recebido das diversas Pró-reitorias da UFJF, além de manter ações que vinham sendo realizadas, desde a sua criação, teve a oportunidade de intensificá-las e ampliá-las.

É possível perceber que o tipo de serviço que presta a coordenação vem chamando a atenção dos diversos setores da instituição, para questões antes despercebidas, tais como, recolhimento de materiais ociosos e/ou inservíveis para destinação adequada, recolhimento de materiais recicláveis (pilhas e baterias, toners, papel e papelão, sucatas metálicas), recolhimento de resíduos químicos, organização da separação entre o lixo comum, resíduos de saúde, além da recém implantada manutenção das cadeiras de escritório. A observação dos bons resultados obtidos com essas ações certamente é imprescindível para a construção de um novo olhar por parte de toda a comunidade acadêmica para os cuidados com recursos naturais, humanos e financeiros.

Os trabalhos da comissão para a coleta seletiva solidária, nesse momento aguardam a finalização da aprovação do Processo 23071.002958/2017-53, para publicação, do edital de seleção da associação e/ou cooperativa de catadores que receberá os materiais coletados.

Existe a perspectiva de iniciarmos formalmente a coleta em todo o campus de Juiz de Fora até o início de abril. Embora a coleta, nesse momento, ainda não esteja implantada, formal e oficialmente, para todas as unidades do campus de Juiz de Fora, a coordenação de sustentabilidade tem atendido a solicitação de recolhimento de materiais passíveis de reciclagem que se encontravam acumulados em diversos setores da universidade. Os materiais são gerados a partir de provas antigas aplicadas pelos professores, embalagens de equipamentos e insumos e equipamentos classificados como irrecuperáveis, cujos laudos foram providenciados.

Como ainda não havia sido constituída a comissão para a coleta seletiva solidária e conseqüentemente definida uma associação para recepção do material, no ano de 2015, o material recolhido foi doado para instituições filantrópicas devidamente documentadas. No ano de 2016, em

virtude da proibição de doações por se tratar de ano eleitoral, parte do material recolhido foi repassado para uma empresa de reciclagem da cidade gerando uma guia de recolhimento (GRU) em benefício da universidade. No entanto, desde a instituição da comissão própria para a coleta seletiva todo material vem sendo armazenado para ser entregue a associação assim que esta for selecionada. A quadro abaixo apresenta o material encaminhado para empresa de reciclagem em 2016.

Quadro 5.4.1- Material encaminhado para empresa de reciclagem em 2016

Material	Quantidade (kg)	Valor unitário (R\$/kg)	Valor Total (R\$)
Papel	1850	0,20	192,00
Papelão	960	0,20	370,00
Plástico	730	0,20	146,00
Sucatas Metálicas	7200	0,10	720,00
Total			1428,00

Fonte: PROINFRA/UFJF.

Além dos materiais citados, a coordenação tem recolhido também outros materiais que prescindem de maiores cuidados para destinação, por possuírem componentes tóxicos, são eles, pilhas e baterias, *toners* de impressoras e lâmpadas fluorescentes.

No caso das lâmpadas, já foi previsto no contrato de recolhimento e tratamento de resíduos químicos a sua inclusão por entendermos dos riscos que podem ser causados pelo mercúrio metálico não só ao ambiente, mas, a pessoas que possam manipulá-lo.

Já para recolhimento das pilhas e, baterias comuns e de celulares foram colocados coletores em todas as unidades resultando num primeiro encaminhamento de 190 kg de material à empresa Votorantim de Metais, via Associação de Indústrias de Eletroeletrônicos (ABINEE), que possui programa de tratamento e recuperação dos componentes e, apresenta certificado de destinação ambientalmente correta. Também foram encaminhadas cerca de 100 unidades de baterias do tipo automotivas, utilizadas em No-breaks, para empresa *Unipower*, com emissão do referido certificado de destinação.

Com relação aos toners, no ano de 2015, foram recolhidos e destinados cerca de 800 kg, enquanto que em 2016 esse número passou para cerca de 2300 kg, mostrando já uma mudança de cultura dos servidores que anteriormente, possivelmente, vinham descartando esse material no lixo comum. Esse material foi recolhido pela empresa *Fast Printer* que também emitiu o certificado de destinação ambientalmente correta para UFJF.

A UFJF, também possui alguns cursos/unidades geradores de resíduos químicos. Os resíduos químicos foram destinados para incineração, em janeiro. Cerca de 4400 (quatro toneladas e quatrocentos quilos) quilos de resíduos coletados durante o período de março de 2015 a dezembro de 2016. O contrato nº 88/2016 prevê o recolhimento, transporte e tratamento por incineração, tanto do resíduo químico, quanto dos resíduos de saúde gerados pela UFJF. A UFJF é considerada como um grande gerador de resíduos (lixo comum) pela empresa de limpeza da cidade. Pretendemos com a separação e destinação adequada dos diferentes resíduos, quais sejam, de saúde, recicláveis e comuns, minimizar custos de recolhimento e possíveis contaminações ambientais.

Com relação aos procedimentos de desfazimento, além dos materiais irre recuperáveis, também têm sido recolhidos os ociosos e, oferecidos para transferência interna. No ano de 2016, cerca de 200 itens, sendo a maior parte de mobiliários, como armários, mesas, estantes, quadros, etc., foram transferidos internamente entre unidades do campus de Juiz de Fora, com uma economia de compra

estimada em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Ainda com relação ao mobiliário, o início de trabalho com a manutenção das cadeiras de escritório, a partir de outubro, por parte de funcionário parcialmente cedido pela Proinfra, resultou no conserto de cerca de 290 cadeiras até o momento, com uma estimativa de economia R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais), considerando um preço médio de R\$ 200,00 por cadeira, no caso de compra. O trabalho de manutenção tem sido contínuo e, no momento, estamos distribuindo as cadeiras consertadas e trocando-as pelas que precisam de algum ajuste.

Com intuito de buscar informações e capacitação, as servidoras Alice Adolfina Silva Pinto e Rosana Colombara, estiveram em Brasília no período de 25 a 27 de outubro para participação no 9º Fórum da A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública) e do 6º Prêmio da A3P (Melhores Práticas de Sustentabilidade). Além disso foram realizadas visitas na UNB, no FNDE, no Ministério do Meio Ambiente e STJ, para discutir assuntos relacionados ao Patrimônio e seus procedimentos, elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) e formas de participação e adesão à A3P. Tivemos ainda a oportunidade de participar, com os servidores Rubens de Oliveira e Rosana Colombara, no TRE-MG, nos dias 28 e 29 de novembro, do evento, “Seminário Sustentabilidade: Gestão Consciente, Administração Eficiente”. O seminário abordou em suas palestras diversos aspectos da gestão socioambiental e em específico a elaboração do PLS (plano de logística sustentável), incluindo uma oficina para discutir particularidades da elaboração do plano.

Coletados os subsídios para a elaboração do plano de logística sustentável (PLS) e instituída a sua comissão gestora em dezembro, algumas reuniões já foram realizadas com intuito de repassar informações para membros da comissão que acabam de se envolver com o trabalho e, aguardamos para março, quando iniciar-se-á o semestre letivo, para proceder a uma apresentação formal da comissão e da ideia geral do plano ao Conselho Superior da UFJF (CONSU). Isto posto, o plano será detalhado, os grupos executivos de trabalho definidos e o mesmo será publicado no site da instituição.

Quanto à adesão a A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública), entendemos que com a definição e detalhamento das diferentes ações que serão propostas pelo PLS e, com a formação dos diferentes grupos executivos de trabalho que efetivamente promoverão e acompanharão as ações mais específicas, será possível destacar projetos mais compatíveis com os propósitos da A3P para que possamos num futuro próximo efetuar nossa adesão ao programa.

Em adição às ações em andamento, podemos citar também que a comissão criada pela Portaria nº 729 de 17 de junho de 2015, presidida pelo Prof. Dr. Fábio Roland, citada no relatório de gestão de 2015, elaborou uma proposta de criação de um órgão suplementar à reitoria na fazenda de propriedade da UFJF, situada nas margens do reservatório Chapéu D’Uvas, no município de Ewbank da Câmara. A proposta é de criação de um Centro de Integração Acadêmica para Sustentabilidade Socioambiental (CSA) cuja missão é desenvolver atividades de caráter transdisciplinar, com essência acadêmica associada ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, com atividades de pesquisa, ensino e extensão em ciências ambientais vinculadas ao uso sustentável de recursos naturais da fazenda. Uma comissão para estudo de viabilidade da criação e do estatuto do CSA foi instituída pelo Conselho Superior, pela Resolução nº 70/2016 em 25/10/2016.

Cabe ressaltar que as ações que vêm sendo realizadas pela coordenação geral de sustentabilidade, com suporte da administração superior da UFJF, induziram o início do cumprimento das referidas legislações, como o Decreto nº 6087, 20/04/2007, Decreto 5.940/2006, a Lei 12.305/2010 e a Instrução Normativa nº 10/2012 MPOG, que vêm sendo cada vez mais institucionalizadas na forma de comissões e grupos de trabalho. A UFJF a despeito das dificuldades que têm se apresentado por questões político-administrativas tem empreendido esforços para que, em breve, venha a criar uma cultura sustentável em todos os setores de sua comunidade

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

O objetivo principal da Diretoria de Imagem Institucional da UFJF é desenvolver uma política de comunicação integrada, referendada pelos órgãos superiores da instituição, e fundamentada em ampla participação dos vários setores da UFJF, em consonância com as diretrizes da Reitoria e com ênfase em princípios da comunicação pública, tais como a transparência, o diálogo e o interesse público. A Diretoria de Imagem Institucional da UFJF é responsável pela Assessoria de Imprensa, Projetos, Eventos, Cerimonial e Central de Atendimento. Por meio de seus veículos de comunicação objetiva informar com seriedade e transparência a comunidade em geral e, especialmente, a acadêmica, divulgando as atividades desenvolvidas pela UFJF no âmbito da pesquisa, ensino e extensão.

Os dados informados neste relatório refere-se apenas ao período de abril a dezembro de 2016, pois a Diretoria de Imagem Institucional responderá apenas pela gestão iniciada pela nomeação do atual reitorado.

6.1 Canais de acesso do cidadão

A Diretoria de Imagem Institucional possui diversos canais de acesso ao cidadão para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., sendo feitos atendimentos presenciais e *on line*.

O primeiro deles é a Central de Atendimento (CAT), que funciona pelos seguintes meios: Telefone: (32) 2102-3911; correio eletrônico (e-mail): faleconosco@ufjf.edu.br, cat@ufjf.edu.br; sítio eletrônico: <http://www.ufjf.br/cat>.

No total, de abril a dezembro de 2016 foram realizados 19784 atendimentos. A quadro a seguir mostra os dados completos, mês a mês.

Quadro 6.1.1 - Registro de formulários enviados aos setores e retorno dos documentos para entrega pela CAT

MÊS/ ANO	FORMULÁRIOS E PROCESSOS ENVIADOS										DOCUMENTOS PARA ENTREGA		
	CDARA	PROGRAD ESTÁGIOS	PROGRAD BOLSAS	PROGRAD COLAÇÃO	PROGEPE	PROEX	PROPESQ	PROAE	COPESE	TOTAL	RETORNO	CARTÕES ZURICH	TOTAL
ABR/16	1518	619	1055	1	181	27	144	0	0	3545	1260	148	1408
MAI/16	706	597	539	2	201	41	62	13	0	2161	1065	78	1143
JUN/16	494	263	248	78	195	35	56	0	0	1369	1227	78	1305
JUL/16	589	209	212	4	228	33	71	1	0	1347	856	61	917
AGO/16	1250	401	230	1	521	38	179	0	0	2620	1001	27	1028
SET/16	1224	771	428	2	213	49	181	2	3316	6186	1350	10	1360
OUT/16	380	348	872	13	142	27	205	0	0	1987	914	56	970
NOV/16	201	0	0	63	20	0	0	0	22	306	212	0	212
DEZ/16	107	0	0	23	28	0	0	0	105	263	157	0	157
TOTAL	6469	3208	3584	187	1729	250	898	16	3443	19784	8042	458	8500

Fonte: Central de Atendimento/UFJF.

Outro canal de acesso é o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC), que atende pelos seguintes meios: Telefone: (32) 2102-3996; correio eletrônico (e-mail): sic@ufjf.edu.br; sítio eletrônico: <http://www.ufjf.br/aceso-a-informacao>. No total, de abril a dezembro de 2016 foram realizados 139 atendimentos. A quadro a seguir mostra os dados completos, mês a mês.

Quadro 6.1.2 - Total de pedidos de acesso à informação recebidos pelo SIC.

MÊS	PEDIDOS	RECURSOS	TOTAL
ABR/16	15	1	16
MAI/16	5	1	6
JUN/16	25	1	26
JUL/16	14	1	15
AGO/16	21	2	23
SET/16	12	0	12
OUT/16	12	2	14
NOV/16	17	0	17
DEZ/16	10	0	10
TOTAL	131	8	139

Fonte: SIC/UFJF.

O Portal UFJF (<http://www.ufjf.br>) conta com uma aba que leva aos Canais de Acesso ao Cidadão disponibilizados pela Diretoria de Imagem Institucional. Na aba é possível acessar informações e meios de contato com a Central de Atendimento, a Ouvidoria, o serviço Visite o Campus, a Agenda telefônica e Perguntas frequentes.

As redes sociais que a Diretoria de Imagem Institucional utiliza para contato com o público também são usadas como canais de acesso. No Facebook (<https://www.facebook.com/UFJFoficial>) e no Twitter (<https://twitter.com/ufjf>) é possível entrar em contato por meio de mensagens, comentários nas postagens e menções. Os dados desta rede podem ser visualizados na quadro a seguir.

Quadro 6.1.3 - Número de alcances e impressões nas redes sociais.

MÊS	Quantidade de Alcance	Quantidade de Impressões
ABRIL	178300	332000
MAIO	204700	312000
JUNHO	214944	299000
JULHO	537111	309000
AGOSTO	616695	242000
SETEMBRO	528223	295000
OUTUBRO	640205	202000
NOVEMBRO	303772	176000
DEZEMBRO	277459	213000
TOTAL	3501409	2380000

Fonte: Diretoria de Imagem Institucional da UFJF.

6.2 Carta de Serviços ao Cidadão

Entre os serviços realizados pela Diretoria de Imagem Institucional estão o Portal UFJF, as postagens nas Redes Sociais, os serviços prestados pela CAT-SIC, Cerimonial e autorizações para uso de espaço física externo da UFJF. A seguir, estão as quadros que informam as ações de cada uma desses serviços:

Quadro 6.2.1 - - Total mensal de ações realizadas no Portal UFJF e Redes Sociais

NÚMERO DE NOTÍCIAS POSTADAS NO PORTAL UFJF POR MÊS		NÚMERO DE POSTAGENS NAS REDES SOCIAIS		
MÊS	QUANT.	MÊS	FACEBOOK	TWITTER
ABRIL	115	ABRIL	94	404
MAIO	147	MAIO	88	340
JUNHO	185	JUNHO	110	388
JULHO	210	JULHO	87	431
AGOSTO	196	AGOSTO	63	338
SETEMBRO	162	SETEMBRO	48	413
OUTUBRO	181	OUTUBRO	81	283
NOVEMBRO	141	NOVEMBRO	35	247
DEZEMBRO	116	DEZEMBRO	43	204
TOTAL	1453	TOTAL	649	3048

Fonte: Diretoria de Imagem Institucional da UFJF.

Quadro 6.2.2 - Total de registros mensais de Acolhimento pela Central de Atendimento

MÊS	PRESENCIAL (ESTIMADO)	TELEFÔNICO	ELETRÔNICO	TOTAL
MAIO	3850	640	450	4940
JUNHO	3800	1035	425	5260
JULHO	3760	636	393	4789
AGOSTO	3775	1372	514	5661
SETEMBRO	7825	1170	380	9375
OUTUBRO	3210	764	272	4246
NOVEMBRO	480	-	38	518
DEZEMBRO	465	-	152	617
TOTAL	27165	4977	2174	34316

Fonte: Diretoria de Imagem Institucional da UFJF

Quadro 6.2.3 - - Total mensal de eventos e visitas pela Diretoria de Imagem Institucional

REALIZAÇÃO DE EVENTOS		PROGRAMA DE VISITAS		
MÊS	QUANT.	VISITAS	ALUNOS	PROFESSORES
ABRIL	8	1	38	2
MAIO	8	8	323	15
JUNHO	8	6	196	9
JULHO	-	5	168	11
AGOSTO	11	-	-	-
SETEMBRO	7	5	194	8
OUTUBRO	21	6	209	13
NOVEMBRO	6	6	220	14
DEZEMBRO	9	-	-	-
TOTAL	78	37	1348	72

Fonte: Diretoria de Imagem Institucional da UFJF

Quadro 6.2.4 - Total Mensal de Autorizações para uso do espaço físico externo da UFJF

AÇÕES E/OU EVENTOS AUTORIZADOS PELA DIRETORIA DE IMAGEM À CIDADÃOS/USUÁRIOS			
MÊS	QUANT.	CATEGORIA	QUANT.
ABRIL	3	CAMPANHAS	16
MAIO	5	CULTURAIS	11
JUNHO	8	DIVULGAÇÕES	13
JULHO	7	ESPORTIVOS	11
AGOSTO	6	FESTAS (UFJF)	16
SETEMBRO	18	LAZER	9
OUTUBRO	26	TRABALHOS ACADÊMICOS	8
NOVEMBRO	7	TOTAL	84
DEZEMBRO	4		
TOTAL	84		

Fonte: Diretoria de Imagem Institucional da UFJF

6.3 Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Diretoria de Imagem Institucional conta com meios de aferição da satisfação de seus usuários. A CAT dispõe de um formulário de pesquisa de opinião padronizado, inicialmente aplicado nos eventos de maior demanda do público, para esse fim. A consolidação desse instrumento de pesquisa, a ser aplicado em todos os atendimentos realizados mediante consentimento do usuário, foi adiada para o próximo semestre acadêmico (1/2017) devido à greve dos técnicos administrativos em educação.

O Programa de Visitas à UFJF também faz aferição de satisfação a cada visita, gerando dois relatórios por ano. Durante o ano de 2016, apenas os professores visitantes responderam ao questionário, que contém as seguintes questões e seus resultados:

- 85% dos entrevistados disseram que seus alunos ficaram extremamente satisfeitos ou moderadamente satisfeitos com a visita;
- 76% disseram que a visita foi melhor ou muito melhor que o esperado;
- 93% consideraram a visita muito bem organizada ou extremamente bem organizada;
- 100% dos entrevistados afirmaram que os palestrantes estavam muito bem preparados ou extremamente bem preparados;
- 92% consideraram que as informações apresentadas nas palestras foram extremamente úteis;
- 92% consideraram que a duração da visita foi razoável;
- 85% avaliaram a visita como um todo com nota de 9 a 10 pontos.

Embora não haja pesquisa de satisfação tradicional nas redes sociais, os relatórios de atividades das redes demonstram alto índice de alcance e envolvimento tanto no *Facebook* quanto no *Twitter*. Em um *benchmarking* realizado junto a páginas de outras universidades ao longo do ano, como UFMG (123,2 mil), UFF (102,5 mil) e Unicamp (101,8), a página oficial da UFJF no *Facebook* (50 mil) muitas vezes ficou acima destas instituições em números de envolvimento com usuários, mesmo com número de “curtidas” expressivamente menor. Só não foi possível alcançar a USP (180,5 mil) neste período.

6.4 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O Portal UFJF (<http://www.ufjf.br/ufjf/aceso-a-informacao/>) reúne e publica, de forma espontânea, dados e informações sobre a Universidade Federal de Juiz de Fora de interesse público ou geral, em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). No Portal é possível encontrar informações das seguintes naturezas: Institucional, Ações e Programas, Auditorias, Convênios, Despesas, Licitações e Contratos, Servidores, Alunos, Perguntas frequentes, SIC, Sobre a Lei, Informações desclassificadas e Informações classificadas.

6.5 Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O Portal UFJF conta com medidas de acessibilidade dos usuários que são controlados pelo Centro de Gestão do Conhecimento Organizacional (CGCO). Uma das ações para promover acessibilidade no portal da UFJF adotada nos procedimentos de produção de conteúdo foi a descrição de imagem das matérias publicadas, para facilitar a leitura das mesmas a partir da utilização de programas para deficientes visuais.

A CAT situa-se no prédio da Reitoria, Campus Juiz de Fora, e conta com 12 guichês informatizados de atendimento, sendo um reservado para atendimento prioritário, cujo acesso é gerenciado por um painel eletrônico de senha sequencial (de 001 a 999), além de sala reservada para o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC). A Coordenação reserva guichês para atendimentos específicos, capacita equipes para as diversas demandas sazonais e mantém atualizadas as informações das páginas *on line*, de modo a garantir a segurança e presteza no acolhimento do público, de acordo com as normas estabelecidas pela Administração Superior.

As redes sociais Facebook e Twitter possuem medidas de acessibilidades próprias em suas plataformas, cujo controle foge da responsabilidade da Diretoria de Imagem Institucional.

A equipe de Cerimonial, responsável pelos eventos, trabalha em parceria com a Pró-reitoria de Infraestrutura e a Diretoria de Ações Afirmativas, de forma que os serviços oferecidos tenham garantia de acessibilidade a todas as pessoas atendidas.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização, e da exaustão do itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.

Em atendimento ao estabelecido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no que se refere a NBC T 16.9 e NBC T 16;10, estabelecidas pelas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.136/2008 e 1.137/2006, respectivamente, a UFJF, com relação à depreciação, tem realizado os devidos registros mês a mês observando o princípio da competência. Para definição da vida útil e do valor residual de seu imobilizado o critério adotado é o constante da macrofunção SIAFI 02.03.30.

Já no que diz respeito à amortização, está em fase de desenvolvimento do sistema interno para adequação desta rotina, estando empenhada em implementá-la ainda em 2017.

A metodologia adotada vem sendo:

a) Para estimar a vida útil econômica do ativo: Para estimar a vida útil econômica do ativo: Conforme mencionado no item anterior, esta UPC adotou como vida útil econômica do seu ativo os valores apresentados na macrofunção SIAFI 02.03.30.

b) Para cálculo da depreciação, amortização e exaustão: Para o cálculo dos encargos da depreciação é utilizado o método das quotas constantes.

c) Para taxas utilizadas para os cálculos: A taxa utilizada é a constante também da macrofunção SIAFI 02.03.30, variando de acordo com a caracterização do bem móvel, conforme determina a norma citada.

d) Para a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido: A avaliação adotada para as contas mencionadas tem sido o valor original ou custo de aquisição. No que tange à mensuração após o reconhecimento inicial não foi adotado ainda nenhum modelo. Porém, principalmente para a reavaliação de seu imobilizado, esta UPC tem destinado esforços para implantação e adequação à norma.

No que se refere ao impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado no exercício de 2016, para a depreciação foi: UG 153061 (UFJF), R\$10.208.185,87, já para a UG 150231 (HU), R\$3.396.212,14; totalizando: R\$13.604.398,01. Importante relatar que o Hospital Universitário (HU) (UG: 150231) implementou a rotina de depreciação no exercício de 2016, assim, o valor apresentado contempla a depreciação do ano, bem como, a dos anos anteriores a partir de 2010.

7.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Não se aplica à UFJF.

7.3 Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4320/64 e notas explicativas

Quadro 7.3.1 - Demonstração de Variações Patrimoniais



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 Exercício 2016
 Período Anual
 EMISSÃO 02/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	978.013.381,51	1.021.329.244,30
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	97.898.499,64	77.937.041,30
Venda de Mercadorias	6.010,00	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	97.892.489,64	77.937.041,30
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	5.674.153,60	4.908.757,78
Juros e Encargos de Mora	78,00	134,45
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	5.674.075,60	4.908.623,33
Transferências e Delegações Recebidas	861.127.580,80	874.256.180,55
Transferências Intragovernamentais	860.259.683,09	867.890.584,24

Transferências Intergovernamentais	-	5.300.001,07
Outras Transferências e Delegações Recebidas	867.897,71	1.065.595,24
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	10.277.539,65	62.814.577,34
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	16.025,33
Ganhos com Desincorporação de Passivos	10.277.539,65	62.798.552,01
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	3.035.607,82	1.412.687,33
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.035.607,82	1.412.687,33
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	897.214.158,72	964.425.436,63
Pessoal e Encargos	473.035.071,44	455.161.162,20
Remuneração a Pessoal	363.038.055,73	356.422.372,43
Encargos Patronais	78.356.190,86	74.274.211,70
Benefícios a Pessoal	31.612.346,65	24.464.578,07
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	28.478,20	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	171.112.853,14	142.765.815,19
Aposentadorias e Reformas	127.598.723,18	115.620.366,44
Pensões	43.461.035,13	27.099.639,53
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	53.094,83	45.809,22
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	159.847.147,51	190.853.109,60
Uso de Material de Consumo	11.690.827,51	14.756.398,01
Serviços	132.188.786,06	146.327.620,00
Depreciação, Amortização e Exaustão	15.967.533,94	29.769.091,59
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.411,15	71.973,48
Juros e Encargos de Mora	2.271,15	71.973,48
Descontos Financeiros Concedidos	140,00	-
Transferências e Delegações Concedidas	58.234.601,75	67.982.107,13
Transferências Intragovernamentais	57.424.745,91	67.288.338,51
Transferências Intergovernamentais	105.187,49	52.511,18
Outras Transferências e Delegações Concedidas	704.668,35	641.257,44

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	3.960.455,91	77.150.867,89
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	16.025,33
Perdas Involuntárias	381,22	6.530,61
Incorporação de Passivos	-	9.680.436,92
Desincorporação de Ativos	3.960.074,69	67.447.875,03
Tributárias	1.218.507,81	943.757,13
Contribuições	1.218.507,81	943.757,13
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	29.803.110,01	29.496.644,01
Incentivos	29.629.562,96	29.470.905,77
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	173.547,05	25.738,24
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	80.799.222,79	56.903.807,67

Fonte: COESF/UFJF.

Quadro 7.3.2 - Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 Exercício 2016
 Período Anual
 EMISSÃO 02/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	121.203.275,00	121.203.275,00	106.608.121,06	-14.595.153,94
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	4.284.827,00	4.284.827,00	4.859.289,26	574.462,26
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	157.026,00	157.026,00	731.488,26	574.462,26
Valores Mobiliários	4.127.801,00	4.127.801,00	4.127.801,00	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	115.504.908,00	115.504.908,00	98.713.223,98	-16.791.684,02
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	115.374.502,00	115.374.502,00	98.645.950,48	-16.728.551,52
Serviços e Atividades Referentes à Navegação	-	-	-	-

e ao Transporte				
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	49.035,00	49.035,00	-	-49.035,00
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	81.371,00	81.371,00	67.273,50	-14.097,50
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	1.413.540,00	1.413.540,00	3.035.607,82	1.622.067,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	11.336,20	11.336,20
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	1.413.540,00	1.413.540,00	3.004.341,62	1.590.801,62
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	19.930,00	19.930,00
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-

SUBTOTAL DE RECEITAS	121.203.275,00	121.203.275,00	106.608.121,06	-14.595.153,94
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	121.203.275,00	121.203.275,00	106.608.121,06	-14.595.153,94
DÉFICIT			823.402.538,06	823.402.538,06
TOTAL	121.203.275,00	121.203.275,00	930.010.659,12	808.807.384,12
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

Fonte: COESF/UFJF.

DESPEZA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	820.042.441,00	874.833.294,00	896.198.878,47	826.566.888,84	825.290.196,39	-21.365.584,47
Pessoal e Encargos Sociais	551.332.426,00	612.209.181,00	605.307.525,65	605.307.525,65	605.300.956,48	6.901.655,35

Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	268.710.015,00	262.624.113,00	290.891.352,82	221.259.363,19	219.989.239,91	-28.267.239,82
DESPESAS DE CAPITAL	53.346.926,00	53.346.926,00	33.811.780,65	7.296.858,19	7.296.858,19	19.535.145,35
Investimentos	53.346.926,00	53.346.926,00	33.811.780,65	7.296.858,19	7.296.858,19	19.535.145,35
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.320,00	4.320,00	-	-	-	4.320,00
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	873.393.687,00	928.184.540,00	930.010.659,12	833.863.747,03	832.587.054,58	-1.826.119,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	873.393.687,00	928.184.540,00	930.010.659,12	833.863.747,03	832.587.054,58	-1.826.119,12
TOTAL	873.393.687,00	928.184.540,00	930.010.659,12	833.863.747,03	832.587.054,58	-1.826.119,12

Fonte: COESF/UFJF.

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.622.307,32	41.568.956,94	39.471.626,70	39.153.067,67	1.389.707,21	9.648.489,38
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-

Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.622.307,32	41.568.956,94	39.471.626,70	39.153.067,67	1.389.707,21	9.648.489,38
DESPEAS DE CAPITAL	184.621.583,37	11.388.216,65	15.197.723,57	15.197.723,57	64.986,48	180.747.089,97
Investimentos	184.621.583,37	11.388.216,65	15.197.723,57	15.197.723,57	64.986,48	180.747.089,97
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	193.243.890,69	52.957.173,59	54.669.350,27	54.350.791,24	1.454.693,69	190.395.579,35

Fonte: COESF/UFJF.

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPEAS CORRENTES	756.572,44	9.979.604,51	9.844.661,79	170.602,06	720.913,10
Pessoal e Encargos Sociais	-	9.773,87	9.773,87	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	756.572,44	9.969.830,64	9.834.887,92	170.602,06	720.913,10
DESPEAS DE CAPITAL	33.508,08	10.882.235,32	6.106.801,76	0,01	4.808.941,63
Investimentos	33.508,08	10.882.235,32	6.106.801,76	0,01	4.808.941,63
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	790.080,52	20.861.839,83	15.951.463,55	170.602,07	5.529.854,73

Fonte: COESF/UFJF.

Quadro 7.3.3 - Balanço Financeiro



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 Exercício 2016
 Período Anual
 EMISSÃO 02/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	106.608.121,06	89.558.487,48	Despesas Orçamentárias	930.010.659,12	864.103.132,46
Ordinárias	282.728,89	36.119,48	Ordinárias	215.243.103,99	244.562.998,20
Vinculadas	107.032.067,42	89.535.552,87	Vinculadas	714.767.555,13	619.540.134,26
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	107.032.067,42	89.535.552,87	Educação	513.254.733,71	409.842.197,28
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-706.675,25	-13.184,87	Seguridade Social (Exceto RGPS)	93.025.980,06	15.227.722,12
			Operação de Crédito		74.742.271,24
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	107.166.488,27	115.877.508,74
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	1.320.353,09	3.850.434,88

Transferências Financeiras Recebidas	860.259.683,09	867.890.584,24	Transferências Financeiras Concedidas	57.424.745,91	67.288.338,51
Resultantes da Execução Orçamentária	803.320.737,14	761.421.895,92	Resultantes da Execução Orçamentária	53.948.514,38	57.062.849,59
Repasso Recebido	749.372.222,76	704.359.046,33	Sub-repasso Concedido	53.948.514,38	57.062.849,59
Sub-repasso Recebido	53.948.514,38	57.062.849,59	Independentes da Execução Orçamentária	3.476.231,53	10.225.488,92
Independentes da Execução Orçamentária	56.938.945,95	106.468.688,32	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.949.953,22	10.176.810,44
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	52.551.396,23	99.772.054,71	Movimento de Saldos Patrimoniais	526.278,31	48.678,48
Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.387.549,72	6.696.633,61	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	117.524.649,83	66.836.730,24	Despesas Extraorçamentárias	72.865.935,66	112.484.262,52
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.276.692,45	12.340.878,12	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	15.951.463,55	15.670.162,38
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	96.146.912,09	52.957.199,23	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	54.350.791,24	95.275.517,63
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.579.184,32	1.445.997,96	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.563.680,87	1.538.582,51
Outros Recebimentos Extraorçamentários	17.521.860,97	92.654,93	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	1.472.082,72				
Demais Recebimentos	16.049.778,25	92.654,93			
Saldo do Exercício Anterior	45.390.394,54	64.980.326,07	Saldo para o Exercício Seguinte	69.481.507,83	45.390.394,54
Caixa e Equivalentes de Caixa	45.390.394,54	64.980.326,07	Caixa e Equivalentes de Caixa	69.481.507,83	45.390.394,54
TOTAL	1.129.782.848,52	1.089.266.128,03	TOTAL	1.129.782.848,52	1.089.266.128,03

Fonte: COESF/UFJF.

Quadro 7.3.4 - Balanço Patrimonial



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL**

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTITULO 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - AUTARQUIA
 ORGÃO 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 SUPERIOR
 Exercício 2016
 Período Anual
 EMISSÃO 02/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	386.963.267,74	319.827.534,57	PASSIVO CIRCULANTE	28.991.650,06	36.001.882,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	69.481.507,83	45.390.394,54	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4.246.837,52	4.376.010,74
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	314.532.964,09	270.839.564,81	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	5.320.784,51	18.589.368,14
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	20.788,08	20.788,08
Estoques	2.948.795,82	3.597.575,22	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-

Bens Móveis	190.092.724,26	185.352.150,39			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-42.922.851,81	-29.318.453,80	Resultados Acumulados	1.190.911.909,18	1.110.112.686,39
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	80.799.222,79	56.903.807,67
Bens Imóveis	686.520.818,46	671.156.115,98	Resultados de Exercícios Anteriores	1.110.112.686,39	1.053.208.878,72
Bens Imóveis	691.287.361,06	673.559.522,65	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.766.542,60	-2.403.406,67	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.196.578.727,36	1.115.779.504,57
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	4.915.269,63	4.762.890,59			
Softwares	4.915.269,63	4.762.890,59			
Softwares	4.915.269,63	4.762.890,59			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			

Universidade Federal de Juiz de Fora

(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.225.570.377,42	1.151.781.386,87	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.225.570.377,42	1.151.781.386,87

Fonte: COESF/UFJF.

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	69.489.386,49	49.356.347,89	PASSIVO FINANCEIRO	293.457.660,29	278.052.782,71
ATIVO PERMANENTE	1.156.080.990,93	1.102.425.038,98	PASSIVO PERMANENTE	21.757.922,18	4.150.189,51
			SALDO PATRIMONIAL	910.354.794,95	869.578.414,65

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	67.996.407,24	80.846.799,50	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	758.043.682,58	596.056.682,64
Execução dos Atos Potenciais Ativos	67.996.407,24	80.846.799,50	Execução dos Atos Potenciais Passivos	758.043.682,58	596.056.682,64
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	49.567.291,80	50.669.144,62	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	116.301.778,93	16.787.353,73
Direitos Contratuais a Executar	18.429.115,44	30.177.654,88	Obrigações Contratuais a Executar	641.741.903,65	579.269.328,91
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	67.996.407,24	80.846.799,50	TOTAL	758.043.682,58	596.056.682,64

Fonte: COESF/UFJF.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-24.515.082,33
Recursos Vinculados	-199.453.191,47
Educação	-232.391.076,95
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-830.785,95
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	35.808.804,74
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-2.024.346,50
Demais Recursos	-15.786,81
TOTAL	-223.968.273,80

Fonte: COESF/UFJF.

Quadro 7.3.5 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 26237 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - AUTARQUIA
 ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
 Exercício 2016
 Período DEZ(Encerrado)
 EMISSÃO 02/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2015	-	-	-	-	5.666.818,18	1.053.208.878,72	-	-	1.058.875.696,90
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	56.903.807,67	-	-	56.903.807,67
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2015	-	-	-	-	5.666.818,18	1.110.112.686,39	-	-	1.115.779.504,57

Fonte: COESF/UFJF.

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
---------------	----------------------------------	---	--------------------------	--------------------------	--------------------	--------------------------	--	---------------------------------	-------

Universidade Federal de Juiz de Fora

Saldo Inicial do Exercício 2016	-	-	-	-	5.666.818,18	1.110.112.686,39	-	-	1.115.779.504,57
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	80.799.222,79	-	-	80.799.222,79
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	-	-	-	-	5.666.818,18	1.190.911.909,18	-	-	1.196.578.727,36

Fonte: COESF/UFJF.

7.4 Desempenho Financeiro no Exercício

A Lei Orçamentária Anual da UFJF (UG 153061) para o exercício de 2016 foi de R\$802.167.607,00, após os remanejamentos, anulações e suplementações esse valor passa a ser R\$868.928.769,00, em função de suplementação de pessoal e benefícios. Entretanto, a execução foi de R\$830.036.337,99, correspondente a 95,5%, da dotação final, e, se deu da seguinte forma:

Quadro 7.4.1 - Resumo do desempenho financeiro da UFJF do exercício 2016

Despesas	Dotação LOA	Dotação Final	Executado
Pessoal e Encargos	499.917.011,00	559.049.286,00	554.396.918,68
Benefícios	22.612.284,00	28.880.910,00	28.609.939,70
Custeio - Tesouro	120.913.920,00	122.274.181,00	122.274.181,00
Custeio - Própria	121.046.066,00	121.046.066,00	107.030.307,42
Emenda	631.400,00	631.400,00	611.400,00
Investimentos (Capital)	37.046.926,00	37.046.926,00	17.113.591,19
Total	802.167.607,00	868.928.769,00	830.036.337,99

Fonte: SIAFI 2016.

Quadro 7.4.2 - Pessoal e Encargos

Despesas	Dotação	Executado	Percentual
Ativos	333.232.760,00	332.814.227	99,87%
Aposentados	164.889.398,00	160.752.917	97,49%
PSSS	60.927.128,00	60.829.775	99,84%
Total	559.049.286,00	554.396.918,68	99,17%

Fonte: SIAFI 2016.

Quadro 7.4.3 - Benefícios

Despesas	Dotação	Executado	Perc
Assistência Pré-Escolar	1.557.596,00	1.550.979,44	99,58%
Auxílio Transportes	1.372.861,00	1.247.872,14	90,90%
Auxílio Alimentação	16.015.688,00	15.985.564,88	99,81%
Assistência Médica-Odontológica	9.582.481,00	9.567.868,89	99,85%
Benefícios Assistenciais Decorrentes	352.284,00	257.654,35	73,14%
Total	28.880.910,00	28.609.939,70	99,10%

Fonte: SIAFI 2016.

Quadro 7.4.4 - Custeio - Tesouro

Despesas	Dotação Final	Executado	Perc
Assistência ao estudante (PNAES)	15.006.738,00	15.006.738,00	100,0%
Capacitação de Servidores	2.040.000,00	2.040.000,00	100,0%
Funcionamento das IFES	83.206.446,00	83.206.446,00	100,0%
Fomento à Pós-graduação	5.965.205,00	5.965.205,00	100,0%
Colégio de Aplicação João XXIII	1.055.792,00	1.055.792,00	100,0%
Campus Avançado de Gov. Valadares	15.000.000,00	15.000.000,00	100,0%
Total	120.913.920,00	120.913.920,00	100,0%

Fonte: SIAFI 2016.

Quadro 7.4.5 - Custeio - Própria (Fonte 250 e 280)

Despesa	Dotação Final	Executado	Perc
Funcionamento das IFES	43.572.955,00	41.600.212,64	95,5%
Fomento à Pós-graduação	77.247.191,00	65.328.907,29	84,6%
Reserva de Contingência	4.320,00	0,00	0,0%
Ajuda de Custo para Moradia	21.600,00	0,00	0,0%
Contrib./Anuidades a Organismos	200.000,00	101.187,49	50,6%
Total	116.928.265,00	102.902.506,42	88,4%

Fonte: SIAFI 2016.

Quadro 7.4.6 - Capital - Tesouro

Despesa	Dotação Final	Executado *	Perc
Funcionamento das IFES	26.964.246,00	13.882.202,26	51,5%
Fomento à Pós-graduação	22.680,00	9.205,79	40,6%
Colégio de Aplicação João XXIII	60.000,00	57.440,28	95,7%
Campus Avançado de Gov. Valadares	10.000.000,00	3.164.742,86	31,6%
Total	37.046.926,00	17.113.591,19	46,2%

Fonte: SIAFI 2016.

* O Governo Federal liberou somente 50% do total da dotação inicial

Quadro 7.4.7 - Emenda Parlamentar

Despesa	Dotação Final	Executado	Perc
Custeio	331.400,00	331.400,00	100,0%
Capital	300.000,00	280.000,00	93,3%
Total	631.400,00	611.400,00	96,8%

Fonte: SIAFI 2016.

* O Governo Federal bloqueou R\$ 20.000,00 de capital da emenda

A Lei Orçamentária Anual do Hospital Universitário (UG 150231) da UFJF para o exercício de 2016 foi de R\$71.226.080,00, após os remanejamentos, anulações e suplementações esse valor passa a ser R\$72.121.597,00, em função de suplementação de pessoal e benefícios. Entretanto, a execução foi de 69.787.600,232, correspondente a 96,8%, da dotação final, e, se deu da seguinte forma:

Quadro 7.4.8 - Resumo do desempenho financeiro da HU/UFJF do exercício 2016

Despesas	Dotação LOA	Dotação Final	Executado
Pessoal e Encargos	51.415.415,00	52.217.185,00	50.910.606,97
Benefícios	3.643.176,00	3.736.923,00	3.030.490,37
Custeio - Tesouro	167.489,00	167.489,00	128.395,27
Investimentos (Capital)	16.000.000,00	16.000.000,00	15.718.107,71
Total	71.226.080,00	72.121.597,00	69.787.600,32

Fonte: SIAFI 2016.

Quadro 7.4.9 - Pessoal e Encargos

Despesas	Dotação Final	Executado	Perc
Ativos	36.580.340,00	36.161.699,68	98,86%
Aposentados	7.926.272,00	7.893.057,83	99,58%
PSSS	7.710.573,00	6.855.849,46	88,91%
Total	52.217.185,00	50.910.606,97	97,50%

Fonte: SIAFI 2016.

Quadro 7.4.10 - Benefícios

Despesas	Dotação Final	Executado	Perc
Assistência Pré-Escolar	153.747,00	150.083,55	97,62%
Auxílio Transportes	186.132,00	118.730,93	63,79%
Auxílio Alimentação	1.800.000,00	1.700.026,54	94,45%
Assistência Médica-Odontológica	1.575.840,00	1.057.805,77	67,13%
Benefícios Assistenciais Decorrentes	21.204,00	3.843,58	18,13%
Total	3.736.923,00	3.030.490,37	81,10%

Fonte: SIAFI 2016.

Quadro 7.4.11 - Custeio e Capital - Tesouro

Despesas	Dotação Final	Executado	Perc
Funcionamento e Gestão	167.489,00	128.395,27	76,66%
Obra HU	16.000.000,00	15.718.107,71	98,24%

Fonte: SIAFI 2016

7.5 Informações sobre medidas para garantir a sustentabilidade financeira dos compromissos relacionados à educação superior

7.5.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão.

Para a UFJF cumprir sua função social, de educar e formar cidadãos precisa de financiamento, o qual é realizado em sua grande parte, pelos recursos do Governo Federal. A instituição busca ainda gerar recursos pelas suas próprias atividades, que são os chamados recursos próprios. A UFJF pode buscar financiamentos para desenvolver seus projetos com outros órgãos federais, ou estaduais e municipais, além de instituições privadas, por meio de convênios ou termos de cooperações.

O orçamento do Governo Federal por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA) contempla despesas com pessoal, encargos sociais, benefícios (Assistência Médica, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte e Auxílio Creche), outros custeios e investimentos. Outros custeios são formados com recursos oriundos da Matriz Andifes, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Para atender as despesas com o Colégio de Aplicação João XXIII, o Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior (CONDICAp) participa com uma parcela.

O ano de 2016 foi o primeiro em que a UFJF teve orçamento destinado ao Campus Avançado de Governador Valadares, tanto para manutenção de custeio como para investimento.

Os recursos próprios são outra fonte de financiamento que a UFJF possui e contribuem de forma significativa para seu financiamento, conforme já relatado. As fontes de recursos são provenientes principalmente de contratos entre o CAEd e as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais.

A UFJF contou também, em 2016, com aporte de Emenda Parlamentar para desenvolvimento de projetos de extensão no total de R\$611.400,00.

Para apoiar programas de pós-graduação, a instituição conta com o Programa de Apoio a Pós-Graduação (PROAP), que tem como agência de fomento a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual é realizado por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), por meio da Fundação de Apoio, Desenvolvimento, Ensino e Pesquisa e Extensão (Fadep), também apoia projetos de pesquisa e pós-graduação.

A Capes também apoia a educação a distância por meio de TED. Assim como, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) descentraliza créditos para projetos para o Colégio de Aplicação João XXIII.

Para desenvolver projetos de extensão a Secretaria de Educação Superior (SESu) descentraliza o Programa de Extensão (PROEXT), abrindo editais, com temas com ênfase na inclusão social.

Além dos projetos acima citados, alguns Ministérios como o do Desenvolvimento Agrário, o da Cultura, entre outros ofertam projetos que são realizados por TED.

Importante relatar que no exercício de 2016, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) assumiu a gestão plena do Hospital Universitário da UFJF, mais precisamente, a partir de 10 de junho.

Os financiamentos relatados neste tópico estão demonstrados no item “Desempenho Financeiro do Exercício”.

Por fim, necessário relembrar que a instituição teve seu investimento previsto na LOA reduzido em 50%.

7.5.2 Demonstração da alocação de recursos captados e dos resultados

Os pagamentos das despesas que dependem de repasse por parte do MEC vêm sendo realizados quinzenalmente, e, não tem sido necessário criar prioridades para pagamento de todos os fornecedores. Exceção ocorrida com os recursos de emendas parlamentares, para as quais os repasses de financeiro ocorreram em janeiro a abril e depois somente em dezembro/2016.

Na conta de fornecedores constam empresas com determinação judicial de bloqueio, como é o caso da Tratenge Engenharia Ltda., ou que possuem pendências de repasses de descentralizações de créditos, ou que estão com documentos pendentes.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinação e recomendações do TCU

A Universidade centraliza na Secretaria Geral o fluxo de comunicação para o atendimento das demandas dos órgãos de controle, em especial aquelas oriundas do TCU, CGU e MPF. Conforme determinado na Portaria 613, de 14 de Junho de 2016, em anexo, cabe à Secretaria Geral auxiliar na distribuição das demandas junto aos setores responsáveis pelos assuntos objetos dos questionamentos/solicitações de providências emitidos pelos citados órgãos. Cumpre ressaltar que a Secretaria Geral, ao receber a demanda, realiza uma série de processos que visam registrar, arquivar e monitorar prazos de atendimento, objetivando, desta maneira, organizar todo o processo de atendimento de demandas dos órgãos de controle.

Em relação ao exercício de 2016, foram emitidos 73 Acórdãos, conforme pesquisa realizada no sítio do TCU. Deste universo, 66 não estabeleceram recomendações. Entre as 7 demais, 3 não se aplicam a realidade da UFJF, 2 foram respondidas, e 2 atendidas, sendo que apenas uma destas foi parcialmente atendida e está em andamento.

No quadro abaixo, há a compilação destes acórdãos, bem como o status do atendimento dos encaminhamentos, quando existente.

Quadro 7.5.2.1 - Tratamento de determinação e recomendações do TCU.

Tipo	Título	Data	Recomendações	Atendimento das recomendações	Processo
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 13283/2016 ATA 43 - SEGUNDA CÂMARA	06/12/2016	Não há		032.492/2016-2
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 12844/2016 ATA 42 - SEGUNDA CÂMARA	29/11/2016	Não há		007.476/2015-9
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 7308/2016 ATA 42 - PRIMEIRA CÂMARA	29/11/2016	1.7. Encaminhar ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à CONJUR/TCU, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, as informações necessárias ao acompanhamento da Mandado de Segurança 2001.34.00.013764-9, originário da Justiça do Distrito Federal, que atualmente corre no Superior Tribunal de Justiça, em sede de Recurso Especial.	Não Aplicável à UFJF	012.360/2013-9
ACÓRDÃO	ACÓRDÃO	22/11/2016	Não há		030.652/2016-2

DE RELAÇÃO	12604/2016 ATA 41 - SEGUNDA CÂMARA				
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 12160/2016 ATA 40 - SEGUNDA CÂMARA	16/11/2016	Não há		027.763/2016-1
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 11703/2016 ATA 39 - SEGUNDA CÂMARA	08/11/2016	Não há		027.539/2016-4
ACÓRDÃO	ACÓRDÃO 2796/2016 ATA 44 - PLENÁRIO	01/11/2016	<p>42. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:</p> <p>42.1. Revogar a medida cautelar expedida para a Concorrência 13/2012, que resultou no Contrato 166/2012 (parque tecnológico) da Universidade Federal de Juiz de Fora, por meio do item 8.(a) do despacho proferido em 6/12/2012, devido à perda de objeto da cautelar, uma vez que a contratação da obra não foi efetivada por desistência da empresa vencedora do processo licitatório;</p> <p>42.2. Determinar à Universidade Federal de Juiz de Fora, com fundamento no art. 43, inciso I da Lei 8.443/1992 c/c art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 60 dias, adote providências com vistas à proteção das vigas metálicas já adquiridas e dos serviços realizados nas obras de construção da nova reitoria, a fim de resguardar o patrimônio público e diminuir a necessidade de retrabalho quando do retorno das obras.</p> <p>42.3. Apensar os presentes autos ao TC 013.106/2013-9, com fundamento no art. 2º, inciso VII, c/c o art. 36</p>	Respondido por meio do Ofício nº020/2017 - R/G, enviado em 13/01/2017.	023.025/2016-6

			da Resolução-TCU n. 259/2014.		
ACÓRDÃO	ACÓRDÃO 2795/2016 ATA 44 - PLENÁRIO	01/11/2016	<p>V. Proposta de encaminhamento</p> <p>55. Ante todo o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:</p> <p>55.1. Com fundamento no art. 43, inciso I da Lei 8.443/1992 c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Universidade Federal de Juiz de Fora que adote as seguintes medidas em relação às obras de construção do Hospital Universitário:</p> <p>55.1.1. apresente ao TCU, no prazo de 60 dias, plano de ação contendo as medidas adotadas para a retomada das obras, dentre outros, a rescisão do Contrato 161/2012, se for o caso, os documentos relativos ao novo processo de contratação (projeto básico/executivo, edital, atas de julgamento da licitação etc.), e o cronograma de atividades a serem desenvolvidas;</p> <p>55.1.2. adote providências com vistas à proteção dos serviços já realizados e à estabilização dos taludes que cercam o Bloco I – Radioterapia, a fim de resguardar o patrimônio público, diminuir a necessidade de retrabalhos quando do retorno das obras e evitar ou reduzir risco à segurança dos cidadãos que transitam pela região, informando a este Tribunal, no prazo de 60 dias, as providências adotadas.</p> <p>55.1.3. instaure processo administrativo a fim de quantificar e proceder a restituição junto aos responsáveis que deram</p>	Respondido por meio do Ofício nº019/2017 - R/G, enviado em 13/01/2017.	023.023/2016-3

			causa pelos serviços que necessitarão ser refeitos. 55.2. Apensar os presentes autos ao TC 009.996/2015-0, com fundamento no art. 2º, inciso VII, c/c o art. 36 da Resolução-TCU 258/2014.”		
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 11218/2016 ATA 37 - SEGUNDA CÂMARA	18/10/2016	Não há		031.254/2015-2
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 11079/2016 ATA 37 - SEGUNDA CÂMARA	18/10/2016	1.8. determinar à unidade de origem que, no prazo de trinta dias, submeta ao TCU, pelo Sistema de Avaliação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac), novo ato, livre da falha apontada, com fundamento nos arts. 45, caput, da Lei 8.443/1992, 260, § 6º, do Regimento Interno, 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução - TCU 206/2007 e 15, caput e § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007.	Atendido	024.574/2016-3
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 10625/2016 ATA 34 - SEGUNDA CÂMARA	20/09/2016	Não há		023.184/2016-7
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 10494/2016 ATA 34 - SEGUNDA CÂMARA	20/09/2016	Não há		008.109/2016-8
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 10248/2016 ATA 33 - SEGUNDA CÂMARA	13/09/2016	Não há		023.185/2016-3
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 10247/2016 ATA 33 - SEGUNDA CÂMARA	13/09/2016	Não há		023.183/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 10095/2016 ATA 33 - SEGUNDA CÂMARA	13/09/2016	Não há		019.477/2016-3
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 10094/2016 ATA 33 - SEGUNDA	13/09/2016	Não há		019.475/2016-0

	CÂMARA				
ACÓRDÃO	ACÓRDÃO 9935/2016 ATA 31 - SEGUNDA CÂMARA	30/08/2016	<p>39. Ante todo o exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo:</p> <p>39.1. Conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, para, no mérito, considerá-la procedente;</p> <p>39.2. Com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, fixar o prazo de 60 dias para que a Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde encaminhe as tomadas de contas especial relativa aos Convênios 3219/2001 (Siafi 433748) e 116/2003 (Siafi 486431), celebrados com o Fundo de Apoio Ao Hospital Universitário da UFJF – Fundação de Apoio (CNPJ 01.327.887/0001-90) e a Universidade Federal de Juiz de Fora, ou apresente pareceres conclusivos sobre a regularidade da prestação de contas dos referidos convênios, conforme previsto nos arts. 28, 29 e 38 da IN/STN 01/97 e suas alterações;</p> <p>39.3. Determinar à Secex-MG o monitoramento da determinação proposta no item 39.2 retro.</p>	Não Aplicável à UFJF	024.439/2012-6
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 9517/2016 ATA 30 - SEGUNDA CÂMARA	23/08/2016	Não há		021.412/2016-2
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 9482/2016 ATA 30 - SEGUNDA CÂMARA	23/08/2016	Não há		017.679/2016-8
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 9202/2016 ATA 29 - SEGUNDA CÂMARA	16/08/2016	Não há		019.984/2016-2

ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 9201/2016 ATA 29 - SEGUNDA CÂMARA	16/08/2016	Não há		019.983/2016-6
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 9156/2016 ATA 29 - SEGUNDA CÂMARA	16/08/2016	Não há		019.476/2016-7
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 9035/2016 ATA 29 - SEGUNDA CÂMARA	16/08/2016	Não há		002.898/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 5342/2016 ATA 29 - PRIMEIRA CÂMARA	16/08/2016	Não há		024.589/2013-6
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 8169/2016 ATA 24 - SEGUNDA CÂMARA	12/07/2016	Não há		018.081/2016-9
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 8144/2016 ATA 24 - SEGUNDA CÂMARA	12/07/2016	Não há		016.822/2016-1
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 7904/2016 ATA 23 - SEGUNDA CÂMARA	05/07/2016	Não há		017.033/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 7660/2016 ATA 22 - SEGUNDA CÂMARA	28/06/2016	Não há		016.821/2016-5
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 7492/2016 ATA 22 - SEGUNDA CÂMARA	28/06/2016	Não há		013.275/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 7158/2016 ATA 20 - SEGUNDA CÂMARA	14/06/2016	Não há		014.858/2016-9
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 6702/2016 ATA 19 - SEGUNDA CÂMARA	07/06/2016	Não há		012.985/2016-3
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 3635/2016 ATA 19 -	07/06/2016	Não há		029.122/2013-9

	PRIMEIRA CÂMARA				
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 6486/2016 ATA 18 - SEGUNDA CÂMARA	31/05/2016	1.9. determinar à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que adote as medidas necessárias à conclusão dos quatro processos pendentes de interrupção de pagamentos e restituição ao erário de valores pagos acima do teto constitucional, com vistas ao pleno cumprimento do disposto no subitem 9.3.1 do Acórdão 2.316/2014-TCU- 2ª Câmara, devendo encaminhar ao Tribunal, no prazo de noventa dias, o resultado das apurações realizadas; 1.10. arquivar os presentes autos após atendimento da determinação de que trata o subitem anterior.	Atendido parcialmente. Restam pendentes de finalização os processos do servidor ***.559.446 -** (Processo Administrativo 23071.009305/2015- 33) e da servidora ***.409.776 - ** (Processo Administrativo 23071.009314/2015- 24).	000.736/2012-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 6375/2016 ATA 18 - SEGUNDA CÂMARA	31/05/2016	Não há		012.011/2016-9
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 6094/2016 ATA 17 - SEGUNDA CÂMARA	24/05/2016	Não há		011.140/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 6093/2016 ATA 17 - SEGUNDA CÂMARA	24/05/2016	Não há		011.138/2016-5
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 6092/2016 ATA 17 - SEGUNDA CÂMARA	24/05/2016	Não há		011.135/2016-6
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 6091/2016 ATA 17 - SEGUNDA CÂMARA	24/05/2016	Não há		011.134/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 5578/2016 ATA 16 - SEGUNDA CÂMARA	17/05/2016	Não há		011.143/2016-9
ACÓRDÃO DE	ACÓRDÃO 5577/2016	17/05/2016	Não há		011.141/2016-6

RELAÇÃO	ATA 16 - SEGUNDA CÂMARA				
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 5576/2016 ATA 16 - SEGUNDA CÂMARA	17/05/2016	Não há		011.139/2016-1
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 5575/2016 ATA 16 - SEGUNDA CÂMARA	17/05/2016	Não há		011.137/2016-9
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 5494/2016 ATA 16 - SEGUNDA CÂMARA	17/05/2016	Não há		009.220/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 2894/2016 ATA 15 - PRIMEIRA CÂMARA	10/05/2016	Não há		029.282/2014-4
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 5114/2016 ATA 14 - SEGUNDA CÂMARA	03/05/2016	Não há		011.142/2016-2
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 5113/2016 ATA 14 - SEGUNDA CÂMARA	03/05/2016	Não há		011.136/2016-2
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 4681/2016 ATA 12 - SEGUNDA CÂMARA	19/04/2016	Não há		010.190/2016-3
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 4621/2016 ATA 12 - SEGUNDA CÂMARA	19/04/2016	Não há		009.222/2016-2
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 4424/2016 ATA 11 - SEGUNDA CÂMARA	12/04/2016	Não há		007.722/2016-8
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 4010/2016 ATA 9 - SEGUNDA CÂMARA	29/03/2016	Não há		005.693/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 3963/2016 ATA 9 - SEGUNDA CÂMARA	29/03/2016	Não há		005.490/2016-2

ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 3811/2016 ATA 9 - SEGUNDA CÂMARA	29/03/2016	Não há		003.215/2016-4
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 3754/2016 ATA 9 - SEGUNDA CÂMARA	29/03/2016	Não há		002.902/2016-8
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 3753/2016 ATA 9 - SEGUNDA CÂMARA	29/03/2016	Não há		002.899/2016-7
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 3683/2016 ATA 9 - SEGUNDA CÂMARA	29/03/2016	Não há		005.725/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 3672/2016 ATA 9 - SEGUNDA CÂMARA	29/03/2016	Não há		004.703/2016-2
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 3098/2016 ATA 6 - SEGUNDA CÂMARA	08/03/2016	Não há		005.961/2016-5
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 2900/2016 ATA 6 - SEGUNDA CÂMARA	08/03/2016	Não há		002.469/2016-2
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 2377/2016 ATA 5 - SEGUNDA CÂMARA	01/03/2016	Não há		003.760/2016-2
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 2352/2016 ATA 5 - SEGUNDA CÂMARA	01/03/2016	Não há		002.901/2016-1
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 2286/2016 ATA 5 - SEGUNDA CÂMARA	01/03/2016	Não há		002.144/2016-6
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 2285/2016 ATA 5 - SEGUNDA CÂMARA	01/03/2016	Não há		002.143/2016-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 1762/2016 ATA 4 -	23/02/2016	Não há		034.325/2015-8

	SEGUNDA CÂMARA				
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 1761/2016 ATA 4 - SEGUNDA CÂMARA	23/02/2016	Não há		034.324/2015-1
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 1692/2016 ATA 4 - SEGUNDA CÂMARA	23/02/2016	Não há		002.900/2016-5
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 1623/2016 ATA 4 - SEGUNDA CÂMARA	23/02/2016	Não há		002.011/2016-6
ACÓRDÃO	ACÓRDÃO 1438/2016 ATA 3 - SEGUNDA CÂMARA	16/02/2016	<p>a) nos termos do artigo 237, inciso I, do Regimento Interno do TCU c/c o art. 106 da Resolução TCU 259, de 7/5/2014, conhecer a presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do RI/TCU e no art. 103, § 1º, da referida Resolução TCU 259/2014;</p> <p>b) determinar o apensamento desta representação ao processo a ser autuado pertinente às contas do exercício de 2014 da Universidade Federal de Juiz de Fora para que, na análise do capítulo relativo à gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados, no âmbito da manifestação obrigatória de que trata o item 9.3 do Acórdão 2081/2012 – TCU – Plenário, faça o exame em conjunto e confronto com os fatos representados; e</p> <p>c) dar ciência à Universidade Federal de Juiz de Fora e à Procuradoria Regional da República no município de Juiz de Fora/MG, conforme previsto no art. 106, § 3º, inciso I, e § 4º da referida Resolução TCU</p>	Não Aplicável à UFJF	007.432/2015-1

			259/2014.”		
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 1291/2016 ATA 3 - SEGUNDA CÂMARA	16/02/2016	Não há		034.630/2015-5
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 1140/2016 ATA 3 - SEGUNDA CÂMARA	16/02/2016	Não há		034.327/2015-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 1139/2016 ATA 3 - SEGUNDA CÂMARA	16/02/2016	Não há		034.326/2015-4
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 1036/2016 ATA 3 - SEGUNDA CÂMARA	16/02/2016	Não há		034.171/2015-0
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 912/2016 ATA 3 - SEGUNDA CÂMARA	16/02/2016	Não há		032.542/2015-1
ACÓRDÃO DE RELAÇÃO	ACÓRDÃO 911/2016 ATA 3 - SEGUNDA CÂMARA	16/02/2016	Não há		032.541/2015-5

Fonte: Elaborado pela Secretaria Geral-UFJF com base nos dados do TCU.

Em relação ao processo TC 029.010/2016-0, referente à prestação de contas do exercício financeiro de 2015, a UFJF recebeu, por meio do Ofício 3027/2016 – TCU/SECEX-MG, solicitação para apresentação de documentos e informações, sendo todas respondidas e encaminhadas ao Tribunal de Contas da União, em 18/01/2017, através do Ofício 024.2017/R-GR.

Quadro 7.5.2.2 - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
000.736/2012-0	6486/2016	1.9	2941/2016	14/12/2016
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Pro-reitoria de Recursos Humanos- UFJF				
Descrição da determinação/recomendação				
1.9. determinar à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) que adote as medidas necessárias à conclusão dos quatro processos pendentes de interrupção de pagamentos e restituição ao erário de valores pagos acima do teto constitucional, com vistas ao pleno cumprimento do disposto no subitem 9.3.1 do Acórdão 2.316/2014-TCU-2ª Câmara, devendo encaminhar ao Tribunal, no prazo de noventa dias, o resultado das apurações realizadas;				
1.10. arquivar os presentes autos após atendimento da determinação de que trata o subitem anterior.				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Restam pendentes de finalização os processos do servidor ***.559.446-** (Processo Administrativo 23071.009305/2015-33) e da servidora ***.409.776-** (Processo Administrativo 23071.009314/2015-24).
--

Fonte: Elaborado pela Secretaria Geral-UFJF com base nos dados do TCU.

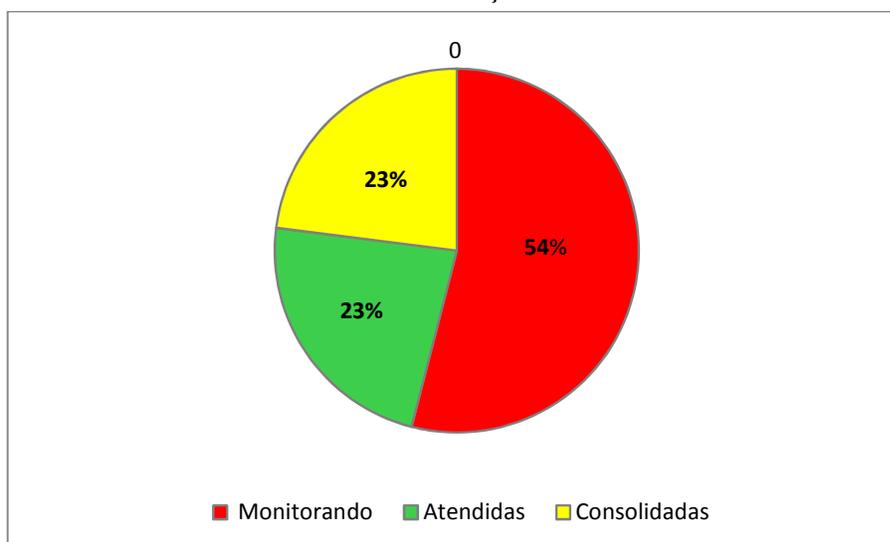
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Tomando por base o PPP de fevereiro de 2016, excluindo-se as recomendações que já constavam no PPP de 2015 retromencionado, conclui-se que, das recomendações feitas pela CGU no ano passado, somente duas permanecem pendentes de atendimento.

No exercício de 2016, foram emitidas 74 recomendações pela CGU. A UFJF está monitorando e respondendo tais recomendações por meio do Sistema CGU. Abaixo, segue gráfico referente ao *status* das recomendações, em 13/02/2017. Conforme demonstra o gráfico abaixo, 46% das recomendações já foram atendidas/consolidadas. Estão em monitoramento, por parte da CGU, 54% das recomendações, ou seja, 40, das quais todas estão sendo devidamente tratadas. Em anexo, segue planilha extraída do Sistema CGU.

Na UFJF, a Secretaria Geral realiza o fluxo de comunicação para atendimento, conforme informado no item anterior. Contudo, cabe ressaltar que também há um monitoramento, por parte da UFJF, do Sistema Monitor da CGU, o que auxilia no acompanhamento e tratamento das recomendações (dados de dezembro de 2016).

Gráfico 8.2.1 - Status das recomendações da C.G.U a UFJF



Fonte: Elaborado pela Secretaria Geral-UFJF com base nos dados do Sistema Monitor/CGU.

8.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, por meio de sua Coordenação de Administração de Pessoal (CAP), efetua as apurações por dano ao erário, através do **crucamento** mensal de informações entre o Sistema de Administração de Pessoal (SIAPE) e o banco de dados fornecido pela Fundação de Apoio e Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão (FADEPE), da seguinte forma:

a) Envio mensal pela FADEPE à PROGEPE, por meio eletrônico, contendo todos os pagamentos realizados no âmbito dos projetos, sejam bolsas, prestação de serviços, diárias, reembolsos, etc. (planilha com valores discriminados mês a mês)

b) A Coordenação de Administração de Pessoal da PROGEPE efetua os cruzamentos dos dados com as remunerações dos servidores da Universidade, exclui as rubricas que abatem do teto, tais como: auxílio-alimentação, férias-adicional 1/3, saúde suplementar, auxílio-transporte, dentre outras, conforme previsto na legislação.

c) Se houver situação de valores que ultrapassam o teto, o relatório é devolvido à FADEPE para que o servidor seja comunicado pela FADEPE a restituir ao respectivo projeto que gerou o pagamento, caso o mesmo ainda esteja em vigor. Se o projeto não mais estiver em vigor, a partir de informações da FADEPE, a devolução ao erário é realizada por meio de guia GRU emitida pela Coordenação e Execução e Suporte Financeiro -COESF).

Há necessidade de se aperfeiçoar este trabalho de apuração e a Administração Superior da UFJF vem envidando esforços, de modo a sincronizar as ações de pagamento.

Quanto ao Acórdão nº 2.316/2014 -TCU - 2º Câmara - Processo nº TC 000.736/2012-0, a PROGEPE vem realizando mensalmente os cruzamentos de dados entre os valores de pagamentos efetuados pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento ao Ensino, Pesquisa e Extensão - FADEPE e os valores das remunerações em folha de pagamento da UFJF, com a finalidade de que os servidores que eventualmente incorrerem em estrapolação do teto constitucional sejam comunicados e que sejam adotadas as providências com vistas às devoluções dos pagamentos realizados que ultrapassarem o referido marco.

Quadro 8.3.1 - Processos Administrativos para apuração de danos ao Erário (Acórdão 2.316/2014-TCU)

Nº	Processo Administrativo	CASOS DE DANOS objeto de medidas administrativas internas (TCU)	Situação
1		Acórdão 2.316/2014-TCU - 2º Câmara - item 9.3.1. adote, com estrita observância ao devido processo legal, as medidas que se fazem necessárias para que sejam interrompidos os pagamentos acima do teto constitucional, bem como para que sejam restituídos ao erário os valores que ultrapassaram o referido marco.	
1.1.	23071.009314/2015-24	CPF: ***.409.776-**	Em andamento
1.2.	23071.009323/2015-15	CPF: ***.532.326-**	Finalizado
1.3	23071.009315/2015-79	CPF: ***.911.426-**	Em andamento
1.4	23071.009305/2015-33	CPF: ***.559.446-**	<i>sub judice</i>

Fonte: CAP/PROGEPE.

No exercício de 2015 foram abertos processos administrativos relativos ao exercício de 2014, conforme relato constante do Relatório de Gestão de 2015, sendo os servidores notificados (no total de 20) para apresentarem defesa e a respectiva planilha contendo os valores foi enviada ao TCU.

Com a análise dos processos, foram emitidos os Relatórios Técnicos para a Decisão da Pró-Reitora de Recursos Humanos, à época, e enviados ao TCU, em novembro de 2015 (*memo nº749/2015/PRORH*) e dezembro de 2015 (*memo nº 855/2015-PRORH*). Destes 20 processos de servidores, um deles, CPF: ***.559.446-**, ainda encontra-se sobrestado, tendo em vista que o servidor entrou com ação judicial, em andamento. Desta forma, a questão encontra-se *sub judice*.

No caso do servidor de CPF nº ***.532.326-**, após notificação, o mesmo concordou com a devolução ao erário por meio de GRUs, em 03 parcelas mensais, as quais lhes foram quitadas, com valores devidamente corrigidos e vencimentos em 09/01/2017, 07/02/2017 e 07/03/2017. Providência similar foi adotada no caso do servidor de CPF nº ***.911.426-**, com devolução por meio de GRUs em 13 parcelas, as quais já vêm sendo efetivadas desde 09/01/2017 e a conclusão dos pagamentos está prevista para 07/01/2018. Em ambos os casos, os pagamentos das parcelas vêm sendo devidamente acompanhados pela Gerência Financeira desta Instituição.

Quanto à servidora de CPF nº ***.409.776-**, a mesma vem sendo notificada desde junho de 2015, tendo apresentado questionamentos, os quais foram analisados e considerados improcedentes por meio de Relatório Técnico da PRORH, em novembro do mesmo ano. Tendo os autos sido temporariamente sustados em função de questões levantadas em outro processo similar e face à ausência de novas manifestações por parte da servidora, a notificação à mesma foi reiterada através do Ofício nº 063/2017-R/CAP/PROGEPE, de 10/02/2017, postado pelos correios com aviso de recebimento, datado de 17/02/2017, tendo a mesma comparecido na Coordenação de Administração de Pessoal, pessoalmente, pedindo cópias de peças do processo administrativo, para verificação dos valores recebidos junto a FADEPE. Não houve manifestação formal nos autos da servidora no prazo previsto, portanto, esta Pró-Reitoria dará prosseguimento ao processo, encaminhando-o à Coordenação de Execução e Suporte Financeiro/COESF, para providências quanto à emissão de Guia de Recolhimento da União/GRU quanto à reposição ao erário.

Em decorrência das SAs nº 201313321/10, de 22/10/2013 e nº 201408155/01, de 02/06/2014 (indícios de descumprimento de dedicação exclusiva de docentes), 43 ocorrências foram inicialmente apontadas, todas sendo acompanhadas pela CGU. Dessas, 04 ocorrências relativas aos docentes de CPFs ***.811.826-**, ***.937.706-**, ***.706.166-** e ***.911.006-** foram concluídas para restituição ao erário, conforme descrito no Relatório de Gestão 2015. Estes quatro casos encontram-se em fase de devolução ao erário, conforme consta das fichas financeiras dos servidores.

Além dessas ocorrências, também se encontra em fase de reposição ao erário, conforme manifestação do Gestor em 13/12/2016 no relatório 201408155, o servidores de CPF ***.385.456-** (início de devolução em julho/2016) e o servidor de CPF ***.396.206-** (início de devolução em setembro/2016). O servidor do CPF ***.650.719-** foi redistribuído para a Universidade de Brasília/UnB estando a apuração de possível irregularidade a cargo da mesma, de acordo com o Ofício nº 091/2071 – PROGEPE/UFJF, de 08 de março de 2017.

Quadro 8.3.2 - Processos Administrativos para apuração de danos ao Erário (SAs nº 201313321/10 e 201408155/01)

Nº	Processo Administrativo	CASOS DE DANOS objeto de medidas administrativas internas (TCU)	Situação
1		SAs nº 201313321/10, de 22/10/2013 e nº 201408155/01, de 02/06/2014 (indícios de descumprimento de dedicação exclusiva de docentes).	
1.1.	23071.018899/2013-52	CPF: ***.811.826-**	Em andamento
1.2.	23071.018904/2013-91	CPF: ***.937.706-**	Em andamento
1.3	23071.018879/2013-54	CPF: ***.706.166-**	Em andamento
1.4	23071.018888/2013-45	CPF: ***.911.006-**	Em andamento
1.5	23071.018891/2013-87	CPF ***.385.456-**	Em andamento
1.6	23071.018878/2013-46	CPF ***.396.206-**	Em andamento

1.7	23071.018872/2013-33	CPF: ***.650.719-**	Servidor redistribuído

Fonte: CAP/PROGEPE.

À vista do exposto, com o fito de se instituir um controle sobre possíveis irregularidades, esta Pró-reitoria já se comprometeu junto à CGU-MG a realizar no 1º semestre letivo de 2017 recadastramento de todos os docentes em regime de Dedicção Exclusiva, a partir de declaração do próprio servidor. Desta Forma, almeja-se atingir um nível de responsabilização maior do docente, evitando-se possíveis irregularidades e danos ao erário.

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o art. 5º da Lei 8.666/1993

Durante o primeiro semestre de 2016 os repasses financeiros foram escassos dificultando cumprimento de obrigações contratuais, o que vem impactando em cobrança de encargos moratórios. Nesse cenário restritivo a gestão da UFJF, em reunião no CONSU, em maio/2016, deliberou critérios de relevância e prioridades nos pagamentos, a saber: 1) bolsas; 2) terceirizadas; 3) Restaurante Universitário, e; 4) fornecedores em gerais de acordo com a chegada da ordem de pagamento. A partir do segundo semestre, o MEC vêm sendo realizados quinzenalmente, e, não tem sido necessário criar prioridades, uma vez que tem sido suficiente, para pagamento de todos os fornecedores. Exceção ocorrida com os recursos de emendas parlamentares, para as quais ocorreram em janeiro a abril e depois somente em dezembro/2016.

Na conta de fornecedores constam empresas com determinação judicial de bloqueio, como é o caso da Tratenge Engenharia Ltda., ou que possuem pendências de repasses de descentralizações de créditos, ou que estão com documentos pendentes.

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não há conteúdo a declarar. Diante do pedido de reexame feito por entidades representativas de setores abrangidos pela decisão do Acórdão nº 2859/2013 - TCU - Plenário, pedido este acolhido em 02/03/2015, encontram-se suspensos, em caráter liminar, os subitens 9.2 e 9.3 do referido Acórdão. Desta feita, a UFJF está desobrigada de operacionalizar a revisão contratual dos preços contratados com a Administração Pública até que sobrevenha do colegiado do TCU decisão definitiva no bojo do respectivo processo (nº 013.515/2013-6).

8.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

As únicas ações de publicidade e propaganda realizadas pela Diretoria de Imagem Institucional de abril a dezembro de 2016 são as de caráter legal, por meio da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com total de 124 publicações nos seguintes jornais nacionais e locais: Tribuna de Minas, Diário do Rio Doce, O Tempo, Estado de Minas e O Globo. O valor global pago foi de R\$ 356.844,02. A quadro a seguir mostra os números detalhados por mês.

Quadro 8.6.1 - Publicidade Legal

PUBLICIDADE LEGAL: EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO		
MÊS	Nº DE PUBLICAÇÕES	VALOR (R\$)
ABRIL	5	12748.21
MAIO	7	22748.21
JUNHO	12	42732.64
JULHO	5	11122.25
AGOSTO	5	11384.65
SETEMBRO	25	60483.85
OUTUBRO	37	110462.03
NOVEMBRO	23	73070.66
DEZEMBRO	5	12091.52
TOTAL	124	356844.02

Fonte: Diretoria de Imagem Institucional.

8.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5626/2005

Todos os cursos de Licenciatura da UFJF mantêm em seu currículo a disciplina Libras – Língua Brasileira de Sinais como obrigatória. Além disso, em todos os cursos de Bacharelado, a disciplina consta como opcional. Conforme Regimento Acadêmico da Graduação – RAG, a matrícula em disciplinas é “ato de responsabilidade da discente ou do discente, realizado a cada período letivo em datas estabelecidas no calendário acadêmico, que a vincula ou o vincula a determinada disciplina”. Para tanto, o estudante deve observar o cumprimento do tempo de integralização do curso, ou seja, cumprir todas as atividades acadêmicas necessárias para a colação de grau, o que deve ocorrer até o prazo máximo permitido. O prazo-recomendado de cada curso é definido pelo número de períodos de sua matriz curricular e o prazo máximo é limitado ao dobro do prazo recomendado, sendo ambos estabelecidos no PPC.

Quadro 8.7.1 - Cursos de Licenciatura da UFJF cuja matriz curricular contempla a disciplina LIBRAS como obrigatória

CÓDIGO MEC	CURSO	MODALIDADE
1153951	ARTES VISUAIS	Educação Presencial
1165686	CIÊNCIA DA RELIGIÃO	Educação Presencial
13086	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Educação Presencial
13087	CIÊNCIAS SOCIAIS	Educação Presencial
1132188	COMPUTAÇÃO	Educação a Distância
13092	EDUCAÇÃO FÍSICA	Educação Presencial
1202407	EDUCAÇÃO FÍSICA	Educação a Distância
338994	ENFERMAGEM	Educação Presencial
13097	FILOSOFIA	Educação Presencial
13098	FÍSICA	Educação Presencial
113527	FÍSICA	Educação a Distância
1166037	FÍSICA	Educação Presencial
13099	GEOGRAFIA	Educação Presencial
13100	HISTÓRIA	Educação Presencial

13101	LETRAS	Educação Presencial
1268983	LETRAS - LIBRAS	Educação Presencial
13102	MATEMÁTICA	Educação Presencial
94692	MATEMÁTICA	Educação a Distância
1166038	MATEMÁTICA	Educação Presencial
1278855	MÚSICA	Educação Presencial
13105	PEDAGOGIA	Educação Presencial
114089	PEDAGOGIA	Educação a Distância
13106	QUÍMICA	Educação Presencial
113525	QUÍMICA	Educação a Distância
1166039	QUÍMICA	Educação Presencial

Fonte: <http://emec.mec.gov.br>.

Quadro 8.7.2 - Oferta da disciplina LIBRAS no de 2016

Código da disciplina	Nome da disciplina	Créditos	Semestre letivo	Vagas ofertadas	Vagas ocupadas
EADEDU022	LIBRAS	4	2016.3	318	90
EDF081GV	LIBRAS	4			
LEM184	LIBRAS E EDUCAÇÃO PARA SURDOS	4	2016.1	181	176
LEM184	LIBRAS E EDUCAÇÃO PARA SURDOS	4	2016.3	84	84
LEM185	LIBRAS I	4	2016.3	47	36
LEM187	LIBRAS II	4	2016.1	36	19
LEM205	LIBRAS III	4	2016.3	30	15
LEM216	LIBRAS IV	4	2016.1	30	9
NUT082GV	LIBRAS E EDUCAÇÃO PARA SURDOS	4	2016.3	60	48
UABEDF024	LIBRAS - LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA	4	2016.1	400	70
UABPED052	LIBRAS	4	2016.1	370	205
EDU088	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)	4	2016.3	10	10
ODO002GV	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS(LIBRAS)	2	2016.3	30	30

Fonte: Prograd/UFJF.

9. ANEXO 1- OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

9.1. Outras Informações Consideradas Relevantes pela UPC

I- Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD

O norteamento das reflexões e estabelecimento de parâmetros para formulação de proposições teve como alicerce a consonância com o PNE, com a legislação vigente e normas específicas que as regulam, o Regulamento Acadêmico de Graduação – RAG, as resoluções institucionais e o programa de gestão. É nesse cenário que se centra o foco do nosso agir, que pretende o alcance do objetivo de:

- i. Promover a formação de profissionais de qualidade acadêmica e profissional, cidadãos ética e politicamente comprometidos com a sociedade.

Quadro I.1 - Dados Da Graduação (2016)

Total de alunos matriculados (2º Semestre)	18.605
Total de alunos matriculados – Presencial	16.935
Total de alunos matriculados – Distância	1670
Total de cursos com alunos vinculados	101
Total de candidatos inscritos em processos seletivos (2015):	78124
Total de vagas oferecidas nos turnos	6.452 (Novas + Remanescentes)
Total de vagas novas oferecidas nos turnos	4.592
Distribuição de vagas novas por turno:	Matutino: 75 = 1,6% (do total de vagas
	Noturno: 956 = 20,8% oferecidas)
	Integral: 3.562=77,6%
Total de vagas remanescentes oferecidas	1697 (presencial)
Distribuição de vagas remanescentes por turno	Matutino: 22 = 1,2%
	Noturno: 638 = 37,6%
	Integral: 1.037= 61,2%

Fonte: Censo Ensino Superior/INEP -2015.

Secretaria da Prograd

Objetivo do setor:

Otimizar o atendimento às diversas questões relacionadas à vida acadêmica que necessitem de parecer da PROGRAD ou do CONGRAD.

Atribuições:

Analisar e otimizar os trâmites de processos dos cursos de graduação com base na legislação;
Otimizar os trâmites dos processos referentes às questões acadêmicas que necessitem de parecer da PROGRAD;

Atividades desenvolvidas:

Quadro I.2 - Tramitação de processos na Secretaria

ASSUNTO	PROCESSOS TRAMITADOS
DILATAÇÃO DE CURSO	199
TRANCAMENTO/DESTRACAMENTO	197
VAGAS OCIOSAS (ingresso graduado, mudança de curso)	646
AÇÕES JUDICIAIS	68
TRANSFERÊNCIA EX-OFFICIO	36
OUTROS PROCESSOS (TRANSFERÊNCIA, MATRÍCULA)	256
TOTAL	1402

Fonte: Secretaria Prograd/ levantamentos feitos em 07/02/2017.

Quadro I.3 - Tramitação de processos no CONGRAD/2016

ASSUNTO	PROCESSOS TRAMITADOS DE JANEIRO A 11/04/2016	PROCESSOS TRAMITADOS A PARTIR DE ABRIL DE 2016	TOTAL
Reuniões do CONGRAD	02	10	12
Processos do CONGRAD (Alteração, Criação De Disciplinas, Alterações No Curso)	23	91	114
Projetos Pedagógicos Aprovados no CONGRAD	08	02	10
Resoluções emitidas pelo CONGRAD	35	88	123
TOTAL	68	114	182

Fonte: Secretaria Prograd/ levantamentos feitos em 07/02/2017.

Quadro I.4 - Levantamento SCDP/2016

	QUANTIDADE DE VIAGENS	VALOR
SERVIDOR	21	24.155,15
CONVIDADO	02	
CONFOR	14	9.113,78
VEÍCULO	16	12.832,20
TOTAL		46.101,13

Fonte: www2.scdp.gov.br / www.siga.ufjf.br.

Coordenação de Estágios/PROGRAD

Objetivo do setor:

Consolidar os procedimentos necessários á regulamentação dos estágios dos estudantes dos cursos.

Atribuições:

Atuar Junto aos professores, alunos e concedentes de estágio no cumprimento da legislação vigente e das rotinas e padrões documentais relativos aos estágios;

Homologar os documentos de estágio

Colaborar na tramitação dos convênios de estágio.

Quadro I.5 - Processos de estágio analisados e homologados no SIGA em 2016:

Modalidade do estágio	Estágio obrigatório		Estágio não obrigatório
	Dependências da UFJF	Concedentes externas	
Número de documentos homologados em 2016	2660	5341	350
Subtotal	8001		350
TOTAL	8351		

Fonte: <http://siga.ufjf.br/>.

Quadro I.6 - Outras demandas atendidas pelo setor

DEMANDA	QUANTIDADE
Convênios firmados	147
Pareceres para renovação ou não de Convênios	185

Fonte: <http://siga.ufjf.br/>.

Coordenação dos Programas de Graduação / PROGRAD

Objetivo do setor:

Acompanhar os Programas de Bolsas da PROGRAD, observando a legislação vigente e os procedimentos definidos pela Pró-reitoria.

Quadro I.7 - Bolsistas - ano 2016

MODALIDADE DO PROGRAMA	NÚMERO DE BOLSISTAS	VALOR DA BOLSA
¹ Treinamento Profissional	392 bolsistas	R\$340,00
¹ Treinamento Profissional Administrativo	309 bolsistas	R\$340,00
¹ Treinamento Profissional Coordenação de graduação	73 bolsistas	R\$340,00
¹ Monitoria	782 bolsistas	R\$340,00
¹ Monitoria Júnior	25 bolsistas	R\$340,00
¹ Grupo de Educação Tutorial	71 (9 grupos)	R\$340,00
² Programa de Educação Tutorial (SESU-MEC)	72 bolsistas	R\$400,00
	6 tutores	R\$2.200,00
	custeio	R\$4.800,00

Mobilidade Acadêmica	³ 10 bolsistas - outras IFES	-
	⁴ 10 bolsistas da UFJF (Recursos Andifes/Santander)	R\$600,00
Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-CAPES)	222 Estudantes	R\$400,00
	40 Supervisores	R\$780,00
	21 Coordenadores	R\$1400,00
	Custeio	R\$ 140.000,00

¹Pode ocorrer variação do número de bolsas por mês em razão de desligamentos de bolsistas;

²PET, o recurso não é da UFJF e sim da SESU/MEC/FNDE;

³ Na mobilidade: os alunos de outras IFES recebem bolsas da instituição de origem.

⁴ Recursos Andifes/Santander.

Fonte: Coordenação dos Programas de Graduação. <http://siga.ufjf.br/>.

Setor de Regulação de Curso

Objetivos do setor: Instituir mecanismos contínuos de autoconhecimento e auto-regulação de acordo com as metas que constam do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFJF e com o Sistema Federal de regulação, supervisão e avaliação da educação superior.

Manter a regularidade dos cursos de graduação da UFJF junto ao MEC.

Atividades desenvolvidas

- Mensagens oficiais do MEC e Inep: Acompanhamento, tomada de providências cabíveis, quando dentro das atribuições do Setor de Regulação, e divulgação aos setores competentes da Administração Superior, em atendimento a cerca de 32 (trinta e duas) mensagens já recebidas no ano de 2016.
- Processos autorizativos (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso, presencial e EAD; credenciamento e recredenciamento da UFJF, geral e específico para oferta de Educação a Distância): protocolo em 2016 e detalhado acompanhamento de 20 (vinte) processos no sistema e-MEC, além do acompanhamento das consequências inerentes ao trâmite de outros 46 (quarenta e seis) processos, protocolados em anos anteriores, mas que ainda se encontram inconclusos.
- Reunião com a SERES/MEC, em junho, na qual estiveram presentes a Pró-Reitora de Graduação e a Vice-Reitora. O Setor de Regulação preparou e levou ao MEC um conjunto de demandas, questionamentos e confirmou um conjunto de ações referentes à regulação de nossos cursos de graduação.
- Enade 2016: Enquadramento, acompanhamento de inscrições, orientação de coordenadores de 40 cursos; informação e suporte à Diretoria de Avaliação Institucional, que depende do acesso do Procurador Educacional Institucional (PI) ao sistema do Enade; captura das listas de inscritos nos últimos três anos, de cada um desses 40 cursos, e envio à DIAVI – Diretoria de Avaliação Institucional.
- Suporte à avaliação in loco de cursos de graduação: notificação às coordenações de curso envolvidas, bem como à DIAVI, a respeito do agendamento das visitas pelo

Inep. Terminadas as avaliações in loco, envio dos Relatórios de Avaliação às coordenações desses cursos, bem como à DIAVI.

- CPA: Anexo tempestivo do Relatório de Autoavaliação Institucional 2015, da Comissão Própria de Avaliação, aos registros institucionais do sistema e-MEC.
- Supervisão Institucional: Notificação à Administração Superior a respeito dos procedimentos de supervisão instaurados pela SERES, referentes aos cursos Enfermagem – licenciatura EAD e Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho.
- Portarias de Reconhecimento de curso: Notificação às coordenações dos cursos a respeito da publicação de portaria de reconhecimento desses cursos. Envio da Portaria a esses cursos, conforme extrato do DOU.
- Diligências: elaboração de respostas, com base em subsídios fornecidos pelas coordenações, a diligências instauradas em 6 processos de Reconhecimento de curso. As 6 diligências foram consideradas satisfatórias pela SERES.
- Aprimoramentos da regulação nacional: Elaboração, a pedido da Administração Central, de sugestão de aprimoramentos da regulação e supervisão da educação superior.

Coordenação das Licenciaturas

Objetivos do setor:

Retomada do Fórum das Licenciaturas. Previsão de Construção do Projeto Político Institucional de Formação de Professores. Resolução 2/2015 CNE até Julho/2017, conforme menciona a resolução.

Coordenação dos Bacharelados Interdisciplinares

Não há coordenação implantada. Há necessidade de nomear um (a) coordenador(a) para a área. Os BI apresentam demandas muito específicas e necessitam ser revistos. Há enorme evasão e retenção (BI Exatas). Há muitas vagas ociosas.

Coordenação de Articulação Universidade/Escola Básica

Objetivos do setor: Acompanhamento dos processos de seleção seletivo misto PISM.

Programas de Universalização

H1- Projeto de Universalização de Informática: mudança de procedimentos. Depende de investimentos (Laboratório de informática).

Dados do projeto

4 disciplinas
1. estudantes Matriculados

Fonte: Secretaria do P.U. informática .

H2. Projeto de Universalização de Línguas: dar visibilidade ao programa, com a criação de um evento anual. Fomentar centro de línguas em parceria com DRI. Integrar PU e DRI no programa Idioma sem Fronteiras

Dados sobre o projeto

15 disciplinas
1534 Estudantes Matriculados
38 servidores

Fonte: Secretaria P. U Línguas.

II- A Pró-Reitoria de Extensão

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é responsável pela gestão das ações interventivas da UFJF em sua relação com a comunidade externa, promovendo a articulação entre o ensino, a pesquisa e as demandas da sociedade, em um exercício de contribuição mútua e troca de saberes. Levando em consideração o compromisso social da Universidade, a PROEX coordena e apoia programas, projetos, eventos, cursos e demais modalidades.

Os princípios da Extensão Universitária na UFJF baseiam-se nas indicações propostas pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que compreende a Extensão Universitária como o “Processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.

As ações desenvolvidas seguem as diretrizes do Plano Nacional de Extensão, formuladas em conjunto pelas universidades públicas e articulam-se em torno das seguintes áreas temáticas:

- Comunicação;
- Cultura;
- Direitos Humanos e Justiça;
- Educação;
- Meio Ambiente;
- Saúde;
- Tecnologia e Produção;
- Trabalho.

- Principais resultados e realizações do ano 2016:

Primeiramente, gostaríamos de destacar o seguinte diagnóstico da PROEX, ao assumirmos a gestão em 11 de abril de 2016:

- Quanto ao patrimônio e recursos financeiros: registro frágil, débitos com coordenadores de projetos de extensão com recursos financeiros oriundos de Emenda Parlamentar, desarticulação entre as equipes dos setores do prédio da reitoria e do prédio Anexo da PROEX;

- Quanto ao sistema de registro e avaliação das ações de extensão:

- a) fragilidade no arquivo de relatórios de gestões anteriores, de programas institucionais e documentos referentes ao Conselho de Extensão e Cultura.

- Pouca eficiência dos sistemas de submissão das ações de extensão no SIGA, bem como da avaliação de tais ações e critérios para destinação de bolsas.

- Quanto à situação de órgãos suplementares ou setores vinculados à PROEX: desarticulação entre cada órgão (Jardim Botânico, CECOM) e setores (Empresas Juniores e Núcleo de Economia Solidária).

Quando iniciamos o planejamento para o setor, definimos que as ações a serem realizadas no ano de 2016 estariam vinculadas a quatro eixos:

- 1) Organização do patrimônio, recursos financeiros e gestão da força de trabalho da PROEX .
- 2) Levantamento de atividades realizadas por todos os TAEs e bolsistas vinculados à PROEX como base para elaboração de planejamento dos setores.
- 3) Análise das questões apontadas pelos órgãos de controle e elaboração de planejamento para o ano de 2016 e primeiro semestre de 2017.
- 4) Articulação entre as ações de extensão realizadas nos dois *campi* da UFJF.

Isso posto, as seguintes atividades foram executadas:

- Descrição e avaliação do trabalho realizado pelos TAEs do setor, que resultou na remoção de uma TAE do anexo PROEX para setor definido pela Coordenação de Avaliação e Movimentação de Pessoas e no fim de acordo de cooperação com a Prefeitura de São Vicente, São Paulo, que se referia à cessão de trabalhadora que originalmente deveria estar desenvolvendo suas atividades no Colégio de Aplicação João XXIII.
- Realização de reunião no início do período de gestão, com docentes, TAEs e discentes dos dois *campi* para apresentação e debate da nova política de extensão universitária, na qual se incluem a estrutura da PROEX e as formas de acesso aos recursos para extensão;
- Levantamento de dinâmica de registro de ações de extensão com vistas à readequação da Extensão no SIGA (por meio de trabalho com o Escritório de Processos e CGCO)
- Criação do Fórum de Extensão Universitária do *campus* Juiz de Fora e do *campus* GV.
- Realização de reuniões sequenciais com docentes, TAEs e discentes dos dois *campi* (três em JF e duas em GV) para:

a) Elaboração e lançamento do Edital de Projetos de Extensão em Interface com a Pesquisa e seu lançamento;

b) Estruturação do Programa Boa Vizinha, com vistas à elaboração e lançamento de editais que atendam às demandas e à realidade de cada *campus*:

- Em Juiz de Fora, com levantamento de necessidades sociais do entorno junto às Associações de Moradores, escolas, igrejas e gestores de equipamentos sociais para lançamento do programa. As demandas foram divididas nos seguintes temas: Educação; Cultura; Esporte e Lazer; Meio ambiente; Justiça.

- Em Governador Valadares: Programa Boa Vizinhança Rio Doce, a partir de necessidades levantadas junto aos movimentos que se articularam após rompimento da barragem de Mariana, Minas Gerais, cujas demandas foram divididas nas áreas: Saúde; Meio Ambiente; Justiça, Sociedade e Economia; Cultura, Lazer e Esporte. As ações desenvolvidas circunscrevem-se aos municípios de Belo Oriente, Naque, Sobrália, Periquito, Fernandes Tourinho, Alpercata, Governador Valadares, Tumiritinga, Galiléia, Conselheiro Pena, Resplendor, Itueta e Aimorés.

5) Levantamento de sindicatos e movimentos sociais para estruturação do Programa de Assessoria aos Movimentos Sociais, com futuro lançamento de edital de bolsas nos dois *campi*.

6) Revitalização da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, com vinculação de TAE da PROEX , três consultores, via Emenda Parlamentar, e seis bolsistas. Início do processo de incubação de 5 novos grupos e realização de seminário sobre economia solidária e incubação de coletivos autogestinários, em novembro de 2016.

7) Realocação do Centro de Conservação da Memória (CECOM) na Pró-Reitoria de Cultura.

8) Levantamento dos problemas de infraestrutura para abertura do Jardim Botânico à comunidade, com destinação de novas bolsas para discentes.

9) Revitalização do Jardim Sensorial com apoio da Pró-Reitoria de Infraestrutura;

10) Apresentação e aprovação do novo regimento do Conselho de Extensão e Cultura no CONSU.

11) Apoio com transporte e diárias para participação de TAE (1), Docentes (13) e Discentes (66) de ambos os *campi* no XII Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (setembro), em Outro Preto, com apresentação de 68 trabalhos.

12) Realização da I Semana de Ciência, Tecnologia e Sociedade/Seminário de IC e Mostra de Ações de extensão, em conjunto com a PROPP, no *campus* de Juiz de Fora (outubro) e no *campus* de Governador Valadares (novembro), com início do debate sobre curricularização da extensão.

Avaliamos o desenvolvimento da política de Extensão da PROEX, da seguinte maneira:

Pontos fortes:

- Equipe técnica da PROEX coesa e sintonizada com a proposta;
- Envolvimento dos coordenadores de programas e projetos nos momentos de debate que definem a formulação e execução da política de extensão;
- Sintonia fina e relação estreita com demais Pró-Reitorias e setores, como Pró-Reitoria de Infraestrutura, Pró-Reitoria de *Planejamento, Orçamento e Finanças*, Restaurante Universitário, Diretoria de Imagem Institucional;
- Articulação da PROEX/UFJF no cenário nacional por meio de sua presença no Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras.

Problemas encontrados:

- Escassez de recursos externos de fomento à extensão universitária;
- Limitação de espaço físico da PROEX, indicando a necessidade de sua ampliação.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que a política de Extensão realizada na UFJF tem como base os seguintes pilares:

- Transparência no acesso às informações e recursos referentes à Extensão;
- Desenvolvimento e aprimoramento dos protocolos institucionais, com claros mecanismos de monitoramento e avaliação das ações de extensão.
- Atendimento de demandas de ações de extensão de caráter espontâneo e estímulo a áreas de intervenção estratégicas e articuladas com a pesquisa.
- Articulação das ações de extensão com movimentos sociais e comunidade do entorno dos *campi*.
- Equidade no trato das ações de extensão entre o *campus* de JF e o *campus* de GV

O protagonismo da cultura na Universidade Federal de Juiz de Fora, realidade hoje incontestável pela estatura que esta esfera alcançou a partir da criação, em 2006, da Pró-reitoria de Cultura, se consolida ano a ano com os projetos desenvolvidos em cada um dos seus órgãos executores. As ações realizadas compartilham a meta de universalização do acesso aos meios de criação, difusão e fruição de bens culturais. Ao se orientar por aquela assertiva, a Universidade investe no conhecimento como via para transformação e construção da cidadania, numa constatação inequívoca do papel da cultura no processo ensino-pesquisa-extensão.

Graças às potencialidades criativas das múltiplas linguagens artísticas e a sua capacidade atrativa e agregadora, o investimento em cultura retorna para a Universidade como medida de aproximação entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral. Além desse aspecto fundamental – responsável por alicerçar e integrar a UFJF em seu meio – as ações culturais representam ainda uma vitrine inegável para a instituição, capaz de proporcionar visibilidade, sobretudo, positiva na imprensa e levar o nome da Universidade para outras regiões do país e mesmo do exterior. Tudo isso se torna particularmente importante em períodos de dificuldade como o vivido pelo Brasil em 2016.

2016, um ano de desafios e realizações para a cultura na UFJF

O ano de 2016 foi atípico em vários aspectos, devido principalmente às turbulências econômicas e, conseqüentemente, políticas, que marcaram todo o exercício. A UFJF, como instituição inserida na sociedade, não permaneceu indiferente à situação nacional. Os desafios foram muitos, e a cultura não escapou às injunções do contexto. Por isso, cabe ressaltar neste balanço do ano os aspectos positivos que demonstram como a Pró-reitoria de Cultura da Universidade Federal de Juiz de Fora enfrentou o momento e se conduziu para garantir a realização de projetos já consolidados.

O exemplo mais contundente disso é o Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga. O empenho da UFJF, através da Procult, assegurou a realização da 27ª edição do tradicional evento em 2016. A edição aconteceu de 24 a 31 de julho de 2016, com concertos noturnos, apresentações diurnas do Coro Acadêmico em shoppings e praças, oficinas, cursos e palestras. O evento teve média de **700 pessoas por concerto** – e **plateia de 1.500 espectadores na abertura** no Cine-Theatro Central e **público total de mais de 7.000 espectadores**. As **onze oficinas oferecidas** na edição receberam **mais de 100 inscrições**.

Os bons resultados da edição apontam para o caminho a ser adotado pelo Festival com a sua incorporação pela universidade: tornar-se cada vez mais acadêmico, com a perspectiva de envolvimento crescente do Curso de Música, mobilizando professores e alunos em torno da prática, do ensino e da pesquisa da música colonial brasileira e da música antiga, numa associação entre prática, ação pedagógica e lastro científico.

1) Objetivos e Ações Institucionais Previstas

1.1 Incentivo à Produção Cultural: Ampliação da política de promoção da cultura, oportunizando as produções acadêmicas e locais na orientação da democratização da cultura pela prática de seminários, exposições, publicações, *shows*, espetáculos, teatros, musicais, exibições cinematográficas e apoio às produções locais e ampliação das práticas culturais da UFJF.

1.2 Memória da Cultura: Resgate e preservação da trajetória das diversas contribuições que constituem a cultura da cidade através de projetos que contemplam a memória cultural e social da cidade e da instituição.

1.3 Arte-educação - Formação e Cidadania: Difusão da cultura e ampliação do acesso do público às diversas atividades culturais, inclusive por publicações e cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização.

1.4 Dinamização dos Espaços Culturais: Revitalização dos espaços culturais da universidade e revisão de suas infraestruturas, garantindo a prática da cultura de qualidade e assegurando a contribuição exemplar da UFJF nas questões de conservação e preservação do patrimônio material móvel e imóvel.

1.5 Imagem da Universidade: Fortalecimento nacional e internacional da imagem da universidade pelas possibilidades da prática da cultura, agente propulsor de integração social, por intercâmbio de ideias e parcerias que assegurem a permanência e a evolução da cultura.

2 Metas Alcançadas e Ações Institucionais Implementadas

2.1 Democratização e Incentivo às Ações Culturais

Exposições, Som Aberto e 27º Festival de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, além do Projeto Luz da Terra e dos editais de ocupação do Centro Cultural Pró-Música/UFJF e do Espaço Reitoria, foram as ações desenvolvidas e realizadas pela Pró-reitoria de Cultura durante todo o período de 2016. Cada projeto contempla uma especificidade, conforme descrito a seguir.

- Som Aberto

Com um formato renovado, o Som Aberto retornou à cena no ano de 2016 com a realização de edições no último sábado de cada mês a partir do mês de junho sempre das 14h às 21h, numa iniciativa da Pró-reitoria de Cultura, com o apoio da Diretoria de Imagem Institucional da Universidade, o projeto, em sua nova versão, propõe misturar diferentes atividades, partindo da música para chegar às artes plásticas, à dança, à moda e à literatura. O espaço para a criatividade e a inspiração é a Praça Cívica, no Campus, aproximando a sociedade da comunidade acadêmica com opções para todos os gostos e idades, sem perder de vista a qualidade.

Com sete edições já realizadas no ano de 2016, o SOM ABERTO já proporcionou uma programação com mais de **80 atividades artísticas** ao longo do ano; mobilizou um cadastro com cerca de **30 bandas** formadas por alunos, técnicos e/ou professores da UFJF, das quais uma parte já se apresentou no evento; e criou um cadastro com cerca de **200 artesãos** locais, que expõem seu trabalho na Praça Cívica da UFJF, sendo eles de vestuário, acessórios, gastronomia e variedades; e reuniu, em média por edição, um público de **6 mil** pessoas.

- Projeto Luz da Terra

Seleção de projetos de produtores culturais de Juiz de Fora que tenham como objetivo a ocupação do Cine-Theatro Central para realização de eventos nas áreas de teatro, música, literatura e outras atividades artísticas e culturais que resultem em apresentações abertas ao público em geral. Tem como objetivos o incentivo à produção da cultura e da educação locais, a democratização do apoio da UFJF de forma transparente e a concessão, por meio de parceria, do estímulo à popularização de obras produzidas em Juiz de Fora. Em 2016, sete espetáculos foram contemplados, sendo 6 (seis) realizados naquele mesmo ano e mais um a ser realizado em 2017. Entre os projetos contemplados, estão apresentações musicais, teatro, espetáculos de ballet, dança e outros. O público total presente às apresentações realizadas no ano de 2016 foi de quase 4.000 espectadores.

- Projeto Espaço Reitoria (UFJF)

Expografia - Espaço Reitoria – Procult - 2016

Quadro III.1 - Exposições – Espaço Reitoria/PROCULT 2016

TÍTULO	Artista(s)	Montagem	Abertura	Desmontagem
EXTREMOS	Ramón Brandão Vianno Rheim	02/05/2016	05/05/2016	02/06/2016
ESELHO DE UM OLHAR	Gleice Lisboa	06/06/2016	09/06/2016	01/07/2016
TODOS OS DIAS	Darlan Lula Paulo Alvarez	04/07/2016	07/07/2016	05/08/2016
MARCUS KAMIL - A ARTE SINGULAR DE UM ARTISTA CONTROVERSO	Marcos Kamil	08/08/2016	11/08/2016	16/09/2016
CORPO OCO Coletivo UERJ	Daniele Alves		20/09/2016	07/10/2016
UFJF 2016 Fotografias - Olimpíadas 2016	Diretoria de Imagem Institucional	10/10/2016	10/10/2016	21/10/2016
SAUDADES DO BELLO*	Charges de José Bello da Silva Jr (1955 - 2011)		25/10/2016*	23/12/2016* * Adiada em razão da greve dos servidores. A abertura da exposição foi adiada para o dia 12/02/2017.

Fonte: Pró-reitoria de Cultura (2016).

2.2 Imagem da Universidade

As ações culturais desenvolvidas desde a criação da Pró-reitoria de Cultura e implementadas durante o ano de 2016 colocaram a UFJF no centro da dinâmica cultural da cidade e da região, como o 27º Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga, as exposições no Museu de Arte Murilo Mendes, no Espaço Reitoria e no Centro Cultural Pró-Música e as apresentações do Coral da UFJF e do Coral do Pró-Música/UFJF em eventos na UFJF e no campus avançado em Governador Valadares como parte das ações do 27º Festival de Música Colonial Brasileira e Música Antiga.

3 Órgãos Executores

Para atingir seus objetivos, a Pró-reitoria de Cultura conta com os seguintes órgãos executores:

3.1 Cine-Theatro Central

No ano de 2016, destacaram-se apresentações e espetáculos de projeção nacional recebidos pelo Cine-Theatro Central, como a cantora Maria Rita, os cantores Geraldo Azevedo, Zeca Baleiro e Nando Reis, além da apresentação do humorista Márvio Lucio, do programa *Pânico na Band*.

Projeto “Luz Da Terra 2016”

Seleção de projetos de produtores culturais de Juiz de Fora que tenham como objetivo a ocupação do Cine-Theatro Central para realização de eventos nas áreas de teatro, música, literatura e outras atividades artísticas e culturais que resultem em apresentações abertas ao público em geral.. Em 2016, **sete espetáculos foram contemplados**, sendo 6 (seis) realizados naquele mesmo ano e mais um a ser realizado em 2016. Entre os projetos contemplados, estão apresentações musicais, teatro, espetáculos de ballet, dança e outros. **O público total presente às apresentações realizadas no ano de 2016 foi de quase 4.000 espectadores.**

Quadro III.1 - Projetos Contemplados - “Luz Da Terra 2016”

ESPETÁCULO	CLASSIFICAÇÃO	PÚBLICO
Orquestra Sinfônica Mário Vieira especial 10 anos	Música	700
Doze – Espetáculo de Dança do Programa "Gente em primeiro lugar"	Dança	Não houve contagem
Coral Cesama: 25 anos nos trilhos do Brasil	Música	1300
CAT MEMORIES: uma aventura no gueto	Dança	715
Cotidiano	Dança	A acontecer
Encerramento da turnê “Música e Palavras”	Música	450

Os opostos se atraem	Teatro	550
----------------------	--------	-----

Fonte: Cine-Theatro Central (2016).

Centro Cultural Pró-Música

27º Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga

De 24 a 31 de julho – Programação de concertos: a 27ª edição do tradicional evento foi a segunda organizada integralmente pela Pró-reitoria de Cultura da UFJF e marcou o retorno do Festival para o mês de julho, após ter sido excepcionalmente realizado, em 2015, no mês de novembro. Cerca de **7 mil pessoas** prestigiaram os concertos da programação, no período de 24 a 31 de julho. Pela primeira vez, o evento foi levado ao Campus Avançado de Governador Valadares, com realização de um concerto e de uma oficina de instrumento. Em Juiz de Fora, o Festival ofereceu **11 oficinas** de instrumentos de época, de canto e dança barrocos e de educação musical.

Cronograma Expografia - Galeria Renato de Almeida Centro Cultural Pró-Música/ 2016

Quadro III.2 - Exposições – Galeria Renato de Almeida (Pró-Música/UFJF)

EXPOSIÇÃO	Artista	Pintura	Montagem	Abertura	Desmontagem
Crisálidas	Francisco Brandão	---	30/05	02/06	26/06
Nos amis ou a fauna	Gilberto Medeiros	27/06	30/06	01/07	18/07
Vida e paixão: tributo ao centenário de nascimento de emeric marcier	Emeric Marcier	18/07	20/07	21/07	15/08
Faces da alma	Rogério Esmanhoto	15/08	17/08	18/08	05/09
Transnaviana	Pedro Nava em Quadrinhos (Coletiva)	05/09	12/09	13/09	05/10

Das medidas das coisas	Fabício Carvalho e Bruna Tostes	06/10	10/10	11/10	07/11
-------------------------------	--	-------	-------	-------	-------

Fonte: Centro Cultural Pró-Música/UFJF.

IV- Diretoria De Ações Afirmativas

A diretoria das ações afirmativas tem o objetivo promover condições institucionais que permitam a implementação e acompanhamento de políticas públicas voltadas às ações afirmativas na UFJF, entre os discentes, docentes e técnico-administrativos em Educação.

Atribuições do setor:

Estabelecer diretrizes que permitam a contextualização das ações da comunidade universitária frente à Política de cotas para o ingresso no ensino superior, em cursos de graduação, determinada pela Lei n. 12.711 de agosto de 2012;

Adotar estratégias técnicas e políticos-institucionais que visem o acompanhamento dos grupos de alunos cotistas, mediante o levantamento de dados diversos e o incentivo de oferta de políticas institucionais a serem mobilizadas por órgãos e agentes públicos da UFJF e da sociedade em geral;

Constituir e articular ações próprias à sensibilização e mobilização da comunidade universitária para a convivência cidadã e social com as diversas realidades que presentes na diversidade social (correlacionadas à gênero e sexualidade, à etnia, à tradição das culturas, e à vulnerabilidade socioeconômica) atuando especialmente na diretriz da discriminação positiva, em todos os segmentos da Universidade;

Fomentar e consolidar o cuidado e atuação no campo da acessibilidade física e psicológica das pessoas integrantes da Universidade, propiciando sua convivência integrada na comunidade universitária;

Assessorar órgãos diversos no planejamento e programação de ações que apontem para a atenção à vivência da diversidade na Universidade.

Principais resultados e realizações de 2016:

- Criação da Ouvidoria Especializada em Ações Afirmativas, com objetivo de: 1º. Receber denúncias e depoimentos a respeito das situações de discriminação, preconceito, violência e opressão vivenciadas no ambiente universitário, garantindo o sigilo dos(as) envolvidos(as); 2º. Realizar o acolhimento e o encaminhamento para serviços de atendimento especializado no interior da UFJF ou na rede pública; 3º. Dar apoio e orientação aos membros da comunidade acadêmica da UFJF, vítimas de discriminação, preconceito, violência e opressão ou em situação de vulnerabilidade social, jurídica e psicológica; 4º. Sistematizar dados com vistas a subsidiar a formulação de novas políticas de ações afirmativas e apoio à diversidade pela gestão da UFJF; 5º. Articular-se sistematicamente com a Ouvidoria Geral da UFJF, no processo de acolhimento e encaminhamento dos assuntos referentes às ações afirmativas.

- Palestras aos estudantes dos diversos cursos da UFJF, em conjunto com a PROAE, explicando sobre as Ações Afirmativas.
- Elaboração de um questionário de cadastro de aluno com deficiência, a ser respondido no ato da matrícula, enviado aos coordenadores dos cursos, para que pudéssemos identificar quais os estudantes com deficiência e atendermos as suas demandas. Foram identificados no segundo semestre de 2016 no campus de Juiz de Fora 142 estudantes com deficiência e no campus de Governador Valadares, 10 estudantes, totalizando 152 estudantes com deficiência.
- acompanhamento feito por bolsista de treinamento profissional, transcritor/leitor a candidatos que realizaram seleção a programas de pós-graduação.
- acompanhamento por bolsista de treinamento profissional, como transcritor a estudante com dificuldade motora.
- acompanhamento a estudante com TDAH.
- A Semana de Combate a LGBTTIFobia, em parceria com a Diretoria de Imagem Institucional, apoiando as ações do Grupo de Pesquisa em Gênero, Sexualidade, Educação e Diversidade (FACED), do Coletivo da Diversidade Sexual e de Gênero Duas Cabeças e do DA Benjamin Colucci (Direito) teve uma boa aceitação.
- Participação no Seminário do Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, dia 25 de julho de 2016, a convite da Subsecretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado de Minas Gerais, em que foi apresentado "A construção do observatório estadual da igualdade de gênero" com o propósito de efetivar um processo permanente de análise e estudos sobre a situação das mulheres no mundo do trabalho, em consonância com grupos de pesquisas ligados às Universidades.
- Participação da Roda de Conversa Afroconsciência nos dias 20 e 21 de junho de 2016, a convite da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Foi aprovado o projeto de implementação de Núcleos de Estudos Africanos e Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAs) nas escolas de ensino médio e quilombolas das 47 Superintendências Regionais de Ensino (SREs). Assumimos parceria nesse projeto e estamos em diálogo com a Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora, auxiliando na formação e implantação dos NUPEAAs.
- Participação junto a FUNALFA da equipe que organizou as atividades da Semana da Consciência Negra da cidade de Juiz de Fora e junto ao NEAB-UFJF para as atividades na Universidade, que ocorreu entre 16 e 26 de novembro de 2016.

V- Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva – PROAE

Objetivo da PROAE:

A Política de Assistência Estudantil da UFJF tem por objetivos:

I – equalizar oportunidades aos discentes com vulnerabilidade socioeconômica;

II – viabilizar acesso aos direitos básicos de alimentação, moradia e transporte;

III – incentivar ações de cunho psicossocial e socioeducativo visando à integração

à vida universitária;

IV – proporcionar ao discente com vulnerabilidade socioeconômica condições de permanência na Instituição e uma formação técnico-científica, humana e cidadã de qualidade;

V – promover a redução da evasão e da retenção universitária motivada por fatores socioeconômicos;

VI – primar pelo respeito aos padrões técnicos, pela eficiência e pela celeridade nas avaliações dos discentes;

VII – zelar pela transparência na utilização dos recursos e nos critérios de atendimento.

VIII – Desenvolver ações contidas nos eixos sinalizados pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

1 – A Equipe Técnica da PROAE, distribuída entre os campi de Juiz de Fora e Governador Valadares, é constituída pelos seguintes profissionais:

- 03 pedagogas
- 07 Psicólogos
- 07 Assistentes Sociais
- 01 Administrador
- 04 Técnicos Administrativos em Educação.

2- Principais resultados e realizações em 2016:

As atividades da PROAE, fundamentadas nos objetivos citados, estão relacionadas a uma série de ações de caráter administrativo, Psicopedagógico e de Assistência Social, organizadas em uma política institucional que propõe um conjunto de programas, inter-relacionados, para uma assistência estudantil que atenda as diversas especificidades, diversidades e pluralidades presentes nos estudantes e no ambiente universitário. Tais programas, no entanto, possuem alguns eixos comuns nas suas intencionalidades, com destaque para: a criação de condições favoráveis visando à diminuição de retenção e evasão universitária.

Nessa direção, apresentamos algumas atividades e realizações em 2016:

- Estudantes Assistidos pelos programas de bolsas de assistência estudantil da UFJF.

Quadro V.1 - - Estudantes Assistidos pelos programas de bolsas de assistência estudantil da UFJF

Total de alunos Assistidos com bolsas em 2016	3.504	
Modalidades de Bolsas	Quantidade (mensal)	Valor (anual)
Bolsa Pnaes	1300	R\$ 6.240.000,00
Auxílio Moradia	779	R\$ 3.178.320,00
Auxílio Transporte	1477	R\$ 2.363.200,00
Auxílio Alimentação	1149	R\$ 189.585,00
Auxílio Creche	33	R\$ 127.116,00

Fonte: Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

- Análises socioeconômicas realizadas: 4.132

- Atendimentos psicopedagógicos: 1286

- Análises pedagógicas: 2.643
- Controle de ingresso, manutenção e desligamento dos programas de bolsas e auxílios de estudantes socioeconomicamente vulneráveis.
- Organização das folhas de pagamentos das bolsas e auxílios concedidos.
- Realização de oficinas pedagógicas.
- Realização de grupos “Fora de Casa”. Atividade de orientação e suporte psicológico para estudantes oriundos de outros municípios e/ou cidades, com a finalidade de proporcionar melhor adaptação ao contexto universitário, favorecendo o acolhimento, a criação de vínculos e a socialização entre os estudantes.
- Realização do Programa “Boas Vindas”. Ação interdisciplinar direcionada a todos os novos estudantes que ingressam na universidade.
- Realização de adequações físico-estruturais e elaboração de minuta de regimento para a implantação da primeira moradia estudantil da UFJF, prevista para inaugurar no primeiro semestre de 2017.

Além das atividades mencionadas, no ano de 2016, foi criado o “Fórum Permanente de Avaliação, Discussão e Orientação da Política de Assistência Estudantil e Educação Inclusiva da Universidade Federal de Juiz de Fora”, formado paritariamente entre representantes do Diretório Central dos Estudantes e membros da PROAE, com o intuito de monitorar e propor as adequações necessárias para o desenvolvimento da política de assistência estudantil na UFJF.

VI- Pró-Reitoria de Infra Estrutura e Gestão – Proinfra

A Pró-Reitoria de Infraestrutura e Gestão (Proinfra) faz a execução, o acompanhamento e a fiscalização dos projetos e das obras de engenharia que implicam na manutenção e ampliação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Administra as ações de sustentabilidade, bem como a ocupação e o uso das áreas da UFJF, sendo responsável por planejar, gerenciar e executar a manutenção e a reforma dos espaços físicos, incluindo as redes de eletricidade, de dados e de telefonia. A Proinfra também administra o patrimônio, os processos de compras, o almoxarifado, os serviços de correspondência, protocolo e transporte, além de ser responsável pela segurança da instituição. Incorporou, ainda, a Coordenação de Sustentabilidade.

Atualmente com 163 Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), a pró-reitoria gerencia os contratos de terceirização de conservação e limpeza, dos motoristas, vigilância armada e porteiros.

No setor de manutenção, a partir de uma profunda reestruturação de suas atividades, em especial com a contratação da empresa SM21 – especializada em engenharia – para os serviços de manutenção e pequenas obras, ocorreu uma intensificação do atendimento das requisições enviadas pelas unidades acadêmicas e administrativas.

Entre janeiro e dezembro de 2016, o setor de obra civil recebeu 4.643 requisições e atendeu 3.832, o que representa 83% dos serviços solicitados. A média mensal é de 422 requerimentos (348 atendidos). As requisições dos serviços de hidráulica (1.301, com taxa de atendimento de 92%) lideram as atuações do setor.

Com relação aos projetos e obras de engenharia, a Proinfra vem atuando no saneamento dos problemas encontrados nos contratos assumidos e ainda não finalizados referentes às obras da nova reitoria e das Faculdades de Administração, Direito, Farmácia e Odontologia; Laboratório de Apoio

à Estação Experimental de Plantas (LAEEP); Moradia Estudantil; Almojarifado; Pronto Atendimento; e Transporte.

A Pró-reitoria também desenvolve estudos que visam solucionar as obras do campus avançado de Governador Valadares e do Hospital Universitário – unidade CAS; e é responsável pelo Teleférico e Trenó de Montanha no Jardim Botânico, pelo Parque Tecnológico, Colégio de Aplicação João XXIII e anel viário do campus-base. Segundo Tanure, a Proinfra ainda acompanha a finalização das obras da Faculdade de Fisioterapia, do Observatório Astronômico e Planetário e da reforma do Laboratório de Zoologia, além da implementação da iluminação de LED no campus e restauração do Cine-Theatro Central.

Em 2016, os técnicos da Proinfra fiscalizaram o andamento das obras da Faculdade de Educação Física e Desportos (Faefid) e da Faculdade de Comunicação (Facom), além da Central de Monitoramento. “É importante salientar que, também em 2016, o projeto de modernização e ampliação dos sistemas de vídeo-vigilância eletrônica teve andamento. Esse projeto conta com mais de R\$ 20 milhões em investimento e irá contribuir decisivamente para melhoria da segurança no campus”, ressalta o pró-reitor.

Uma mudança importante na cultura organizacional da Proinfra é o resgate do protagonismo dos engenheiros, arquitetos e técnicos do setor na condução dos projetos e fiscalização, considerando que anteriormente os projetos eram contratados externamente, sem a participação dos técnicos, o que causou inúmeros problemas de execução.

Ainda, em 2016, a Proinfra inicia três obras, que podem ser pequenas em números, mas simbolicamente sinalizam uma mudança substantiva de comportamento, quando são licitadas as obras da reforma no Instituto de Ciências Biológicas (ICB-anexo); lavanderia da Moradia Estudantil; e pequenas obras no campus e o muro de arrimo da Radiologia, no HU. Todas têm projetos elaborados pelos arquitetos e engenheiros da Proinfra.

No dia 14 de novembro de 2016, as chuvas provocaram um deslizamento de terra entre a Faculdade de Engenharia e o Instituto de Ciências Exatas (ICE), o que gerou uma obra emergencial, que se encontra em andamento e é gerenciada pela Proinfra, com a colaboração de diretores e professores da Engenharia, do ICE, do curso de Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Artes e Design (IAD) e ICB.

Também, em 2016 as relações entre a Proinfra e o campus de Governador Valadares foram intensificadas. A partir de uma parceria técnica, o projeto de demolição do imóvel do bairro de Santa Rita, em Governador Valadares, foi licitado e encontra-se em fase de execução. Inúmeras atividades em conjunto estão sendo realizadas como, por exemplo, a formação da comissão para o planejamento da construção do campus de GV, composta por professores e TAEs dos dois campi.

A Coordenação de Sustentabilidade foi criada com o intuito de trazer uma cultura mais ampla para a comunidade acadêmica no que se refere ao crescimento sustentável da UFJF. A proposta é disseminar a ideia de que podemos ter um crescimento físico, mas temos que aliar a isso a forma sustentável de utilização de todos os recursos, quer sejam financeiros, materiais ou humanos.

O conceito de sustentabilidade está normalmente relacionado com uma mentalidade, atitude ou estratégia que é ecologicamente correta, viável a nível econômico, socialmente justa e com uma diversificação cultural.

A complexidade de implantação das ações ligadas ao trabalho nas áreas de sustentabilidade está relacionada ao fato de que essas ações envolvem alterações de hábitos institucionais e pessoais e, portanto, devem acontecer paulatinamente com a conscientização de cada um, com benefício para o bem comum. Para que a Universidade Federal de Juiz de Fora se torne sustentável, são necessários o respeito, a parcimônia e o compromisso, não só com o meio ambiente e seus recursos, mas também com os recursos humanos e com o patrimônio material que é adquirido com dinheiro público.

Alguns exemplos de ações da Coordenação de Sustentabilidade, no ano de 2016, são representativos:

Campanha de reaproveitamento de material de descarte: Cerca de 150 a 200 peças, como móveis, materiais de escritório, armários e bebedouros, descartados por unidades da UFJF, estão sendo disponibilizados para setores internos da instituição, através da campanha de reaproveitamento, promovida pela Coordenação de Sustentabilidade. A ação tem como objetivo a redução do acúmulo e uma redistribuição eficiente dos objetos.

Implementa projeto piloto de coleta seletiva no campus: A Coordenação de Sustentabilidade da UFJF inicia um projeto piloto de coleta seletiva, que visa estabelecer a logística do recolhimento desses materiais na Universidade. Junto da iniciativa, também foi lançado o site do setor - <http://www.ufjf.br/sustentabilidade/>, permitindo que a comunidade acompanhe essa e outras ações propostas.

Recuperação de cadeiras de escritório: As unidades acadêmicas e administrativas interessadas em solicitar a troca ou a recuperação de cadeiras do tipo escritório devem entrar em contato com o setor de Sustentabilidade da Pró-reitoria de Infraestrutura (Proinfra). Para isso, é preciso enviar e-mail para sustentabilidade@ufjf.edu.br informando o número de cadeiras a serem retiradas para conserto.

Desde 2016, a equipe de Sustentabilidade tem trabalhado na manutenção desses móveis e já recuperaram cerca de 200 cadeiras. Segundo o setor, o serviço feito até agora representa uma economia de, aproximadamente, R\$ 20 mil em compras pela UFJF. A intenção é tornar a manutenção permanente, preservando o patrimônio.

A distribuição das 200 cadeiras recuperadas será feita dando prioridade àquelas unidades que tiverem peças para conserto, facilitando, portanto, a troca dos móveis.

Um setor de suma importância para o cotidiano da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) é a Gerência de Transporte, o órgão é estratégico, tanto para a movimentação de pessoas (professores, técnico-administrativos em educação, alunos e funcionários terceirizados), como para o transporte de materiais e suprimentos, como, por exemplo, no auxílio às atividades de vigilância e manutenção.

Devido ao seu caráter estratégico, foi contratada uma consultoria junto à empresa “OPT Soluções, Comércio de Produtos e Serviços Automotivos”, incubada no Centro Regional de Inovação e Transferência de Tecnologia (Critt) da UFJF, para desenvolvimento de trabalhos de monitoramento e gerenciamento do transporte, que, entre outros serviços, sistematizou todas as informações disponíveis nesta reportagem.

Já em fase final, a Gerência de Transporte organiza um Manual de Procedimentos para o setor, que irá contemplar questões sobre o uso dos veículos, horários de saídas e retornos, entre outros, para ser submetido à discussão da comunidade universitária e aprovação pelo Conselho Superior (Consu).

A divisão de transporte é composta por uma frota própria de 111 automóveis, divididos entre veículos de passeio, ônibus, micro-ônibus, vans, caminhões, utilitários, entre outros. Entre o período de janeiro a outubro de 2016, esta frota rodou 740.419 quilômetros – o que corresponde a uma média de 74.042 quilômetros por mês. No mesmo período, foram atendidas 1.898 requisições de viagem.

Com relação aos destinos dos trajetos, a cidade do Rio de Janeiro apresenta-se como destaque, com 33% das viagens realizadas (628). Já Goiana, na Zona da Mata Mineira, ficou com 15% (290), seguida por Belo Horizonte, com 9% (170) e Governador Valadares, sede do campus avançado da Universidade, com 6% (119).

Com a ampliação dos programas de mestrado e doutorado da UFJF, a movimentação no setor de transporte também é percebida. Das 1.898 viagens realizadas no período de janeiro a outubro de 2016, 791 foram para atender os programas de pós-graduação e a própria Pró-Reitoria, que representa 42%.

Todo o processo de movimentação de pessoas e materiais no âmbito da UFJF é realizado pela equipe de técnicos e terceirizados lotados na Gerência de Transporte, que conta com quatro TAEs e 42 profissionais terceirizados (motoristas, motociclistas, encarregados do pátio, lavadores, dentre outros).

A Gerência de Vigilância responsável pela segurança patrimonial da Universidade, no ano de 2016, a partir da nova administração foi reformulada. Além das alterações operacionais, medidas foram adotadas de melhoria das condições de trabalho e valorização da categoria que se manifesta com o apoio para que eles participassem do seminário nacional de segurança universitária e com a disponibilização de novos uniformes de trabalho.

Em fase de implantação, o Fórum de Segurança tem o objetivo de promover uma segurança que seja democrática, preventiva, educativa e capaz de obstruir ações que comprometam a segurança de pessoas e do patrimônio da universidade. Suas funções são de consulta e assessoramento ao Conselho Superior e à Administração Superior da UFJF na área de segurança institucional.

O Fórum de Segurança será composto por 24 membros distribuídos em titulares e suplentes. Dentre eles há representantes do DCE, da Apes, do Sintufejuf, técnico-administrativos, docentes, vigilantes terceirizados, Administração Superior e representantes do Consu. As três últimas categorias citadas terão apenas direito a voz em reuniões, enquanto os demais titulares terão direito a voz e voto.

Dentre as ações competentes ao Fórum de Segurança que constam no artigo segundo da resolução aprovada está a formulação de projeto de Plano Bianual de Segurança da UFJF; o acompanhamento constante das condições de segurança no campus, incluindo análise de resultados de pesquisas sobre a situação de segurança na UFJF e depoimentos de membros da comunidade. Propor medidas específicas ao avaliar as ações de segurança implementadas por órgãos competentes também é responsabilidade do Fórum.

Também com medidas de ampliação da segurança no campus, foi retomada a obra/serviço de Modernização e Ampliação dos Sistemas de Vídeo Vigilância Eletrônica. Projeto paralisado e com demandas operacionais pendentes, à época da posse na nova administração. Os serviços foram normalizados pela empresa contratada, com a continuação das instalações dos equipamentos, da realocação da Central de Monitoramento para a quarta plataforma, com previsão de conclusão para abril de 2017.

A Coordenação de Suprimento – COSUP é responsável pelas compras, almoxarifado e patrimônio da UFJF, no ano de 2016, realizou:

- Dispensas e Inexigibilidades - 163
- Pregões eletrônicos - 179
- Importações - 8
- Concorrências - 5
- Caronas - 12
- Tomada de preços - 2
- RDC - 1

Importante salientar, que a COSUP, pela Gerência de Patrimônio, inicia estudos para aprimoramento das ações de gerenciamento do patrimônio mobiliário. Sobre o registro de imóveis, aprimoramentos deverão ser implantados para melhoria das informações nos sistemas federais, mas,

fundamentalmente procedimento para lançamentos de obras já realizadas, objetivando uma revisão nos ativos permanentes da UFJF.

Algumas outras ações substantivas da Proinfra foram realizadas em 2016, como:

1. Contratação do Levantamento topográfico georreferenciado pelo INCRA da Fazenda do Engenho, localizada em Chapéu d'Uvas para atendimento de solicitação de órgãos de controle;
2. Identificação das invasões nas divisas do Jardim Botânico;
3. Provimento de informações para Ação Judicial da AGU contra os danos causados ao prédio da Av. Rio Branco, 3.460, em Juiz de Fora/MG;
4. Ações para efetivação do convênio entre UFJF e a Prefeitura de Juiz de Fora para questões do trânsito no campus da UFJF, a partir de demandas do Ministério Público Federal, em tramitação iniciada em 2012;
5. Tratativas para o acordo entre a UFJF e a CESAMA, Companhia de águas da Prefeitura de Juiz de Fora sobre possíveis débitos de administrações anterior das tarifas de água e disponibilidade de reservatórios da CESAMA no campus;
6. Encaminhamentos para instalação dos microscópios de varredura (demanda pendente com CNPq);
7. Gestões para solução de equipamentos adquiridos pelas administrações anteriores, em especial das cancelas eletrônicas e pilares automáticos, que estavam armazenadas incorretamente em uma empresa de transporte. As cancelas em fase de instalação, em quantidade, em número de 25 unidades. Os pilares hidráulicos para definição de possível doação. Também, encaminhamento de ação judicial contra a empresa CAME DO BRASIL LTDA fornecedora dos equipamentos por importação direta, que entre as suas atribuições, responsável pela instalação dos equipamentos, e se recusou formalmente realizar os serviços;
8. Rescisão do contrato Empresa Gérence de gerenciamento das obras no campus de Governador Valadares.

VII- Colégio de Aplicação JOÃO XXIII

O Colégio de Aplicação João XXIII, durante os 52 anos de sua existência, consolidou-se junto à UFJF e à própria comunidade, como uma instituição de ensino básico, reconhecida pela qualidade do trabalho desenvolvido, e por seu compromisso com a educação voltada para a formação da cidadania. A partir desse objetivo, o João XXIII se propõe às seguintes atribuições:

- a) ênfase na construção do conhecimento como tarefa primordial da Escola;
- b) valorização dos conteúdos, enquanto patrimônio coletivo-direito de todos, selecionados com vista à sua significação humana e social;
- c) comprometimento com um programa integrado entre as diversas áreas e disciplinas;
- d) subordinação dos métodos aos conteúdos, de modo a evitar a simples acumulação de informações;
- e) valorização do trabalho interdisciplinar;
- f) resgate do papel do professor enquanto transmissor do conhecimento sistematizado e enquanto mediador entre esse conhecimento e a sua prática social - tal papel confere-lhe autoridade a ser exercida sem autoritarismo e dele exige compreensão das condições concretas de vida dos alunos.
- g) reconhecimento e aceitação do desafio de levar os alunos, independentemente de suas diferenças individuais e sociais, a atingirem patamares mínimos de desempenho, buscando estratégias capazes de fazê-los superar suas limitações.

Outro objetivo e/ou função institucional do C. A. João XXIII é de atuar na formação de professores. Deste modo, o Colégio em 2016, ofereceu espaços de formação a aproximadamente 540 estagiários e bolsistas dos cursos de graduação da UFJF.

Assim, o C. A. João XXIII vem, também, obtendo reconhecimento, por constituir-se em campo de estágio dos licenciandos da Universidade e por seu envolvimento em projetos de extensão e pesquisa.

Em 2016 houveram 1350 alunos matriculados na escola. Atualmente, o Colégio conta com diversos Projetos em parceria com outras unidades acadêmicas da UFJF, além de Projetos de Treinamento Profissional, Projetos de Extensão e Projetos de Iniciação Científica Júnior, envolvendo bolsistas do Ensino Médio e dos cursos de Graduação.

Os professores do C. A. João XXIII participam, também, de políticas públicas de formação continuada, tais como: PIBID/MEC; Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio; Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa; Especialização em Ensino da Educação Física para a Educação Básica e Especialização em Educação no Ensino Fundamental que, por sua vez, objetivam a atuação na formação continuada de professores.

Em 2016, os gastos foram executados diretamente no âmbito da UFJF de forma eficiente, atendendo às demandas do ensino, pesquisa e extensão, bem como diversos projetos aprovados nas respectivas áreas.

Destaca-se os seguintes resultados/realizações do C. A. João XXIII:

- Aquisição de material pedagógico para aulas e laboratórios;
- Aquisição de material de consumo diverso;
- Programa de Iniciação à Docência para a Educação de Jovens e Adultos: oferecimento de 50 bolsas anuais;
- Projeto Aluno Assistente na Escola: oferecimento de 25 bolsas para alunos do Ensino Médio e EJA;
- Projeto Monitoria Júnior: oferecimento de 20 bolsas para alunos do Ensino Médio;
- Projetos de Treinamento Profissional: oferecimento de 20 bolsas a graduandos da UFJF
- Pacto para o Ensino Médio; 6 professores envolvidos;
- Especialização em Educação Física para a Educação Básica com 18 professores envolvidos e 30 alunos matriculados;
- Especialização em Educação no Ensino Fundamental: 16 professores envolvidos e 30 alunos matriculados, dentre outros;
- Projeto de Internacionalização; Intercâmbio discente entre alunos do Ensino Médio do C. A. João XXIII e alunos da Dinamarca: oferecimento de 10 bolsas a alunos do Colégio (mais 5 voluntários) que estiveram em missão de estudos na Dinamarca e, posterior, acolhimento de 20 alunos dinamarqueses no Colégio;
- Tratamento Acústico do Ginásio Esportivo;
- Revitalização da fachada de entrada do Colégio;
- Aquisição de material permanente em atendimento às demandas administrativo-pedagógico, conforme planilha abaixo:

Quadro VII.1 - C. A. João XXIII/UFJF - Equipamentos Permanentes Adquiridos em 2016

EQUIPAMENTO	QUANT.
Banco sueco de madeira oficial de 3 m.	1
Cadeira fixa	13
Cadeira giratória	8
Caixa de som amplificada (ativa)	3

Computador, tipo administrativo.	34
Computador, tipo avançado.	3
Impressora multifuncional <i>P&D</i>	4
Microscópio estereoscópio, binocular	1
Microscópio trinocular	1
Monitor led mínimo 18,5 polegadas	10
Paquímetro digital	6
Projeter multimídia	6
Refrigerador doméstico, tipo frigobar.	1
Suporte para cpu e estabilizador	15
Trampolim reuther (jacaré)	1
Ventilador de parede	15

VIII- Gestão de pessoas

A Gestão de Pessoas na UFJF conta com a colaboração da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), que compreende um conjunto integrado de programas e de ações institucionais direcionado aos docentes e técnico-administrativos em educação (TAEs). Responsável por gerir a vida funcional dos servidores da UFJF desde sua chegada à Instituição, por meio de concurso público ou seleção do quadro temporário, a PROGEPE trabalha também no gerenciamento da remuneração dos servidores, da progressão profissional, além dos afastamentos para capacitação e da movimentação de pessoas. Ademais, a PROGEPE busca continuamente promover oportunidades de capacitação e desenvolvimento e, ainda, produzir ações de proteção, prevenção e cuidados com a saúde, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida pessoal e profissional aos trabalhadores.

Para fins de cumprimento de sua função instituição, a PROGEPE, em termos organizacionais, é composta por cinco coordenações e uma secretaria, por meio das quais planeja e executa as atividades relacionadas aos processos de gestão de pessoas. Integram sua estrutura: Coordenação de Administração de Pessoal (CAP); Coordenação de Movimentação e Avaliação de Pessoas (CAMP); Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (CCDP); Coordenação de Formação, Análise e Planejamento de Pessoal (CFAP); Coordenação de Saúde, Segurança e Bem Estar (COSSBE); e Secretaria.

A Gestão de Pessoas perpassa pelas atividades promovidas pela citada Pró-reitoria, uma vez que cada chefe ou dirigente desenvolve, em seu setor, atribuições relacionadas à gestão de pessoas. Para além desta gestão compartilhada, destaca-se que a PROGEPE desempenha papel estratégico na dinâmica organizacional, contribuindo estrategicamente, no processo de identificação dos pontos fortes a serem maximizados e os pontos fracos a serem saneados e aprimorados no âmbito institucional. Cabe destacar ainda, que a PROGEPE assume papel estratégico na realização da missão e dos objetivos organizacionais, uma vez que compete a esta o planejamento, organização e acompanhamento de ações e programas de gestão de pessoas, sem, contudo, prescindir do aspecto humano inerente a cada servidor que integra a equipe da UFJF.

Neste contexto, ganham relevância as ações e programas institucionais de qualificação da força de trabalho, tanto na formação do corpo docente, quanto do corpo Técnico-Administrativo, dentre as quais destacam-se: o Programa de Apoio à Qualificação (PROQUALI) e a política de

reserva de vagas para servidores no programa do mestrado profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública ofertado pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) e o Programa de reserva de vagas no mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP).

A *Lei nº 11.091/2005* que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o *Decreto nº 5.707/2006* que instituiu a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoas, o *Decreto nº 5.824/2006*, que estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação, o *Decreto nº 5.825/2006* que estabeleceu as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento, a *Lei nº 11.784/2008* que instituiu a sistemática para avaliação de desempenho e a *Lei nº 12.772/2012* que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira e Cargos de Magistério Federal e do Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; a *Lei nº 13.325/2016*, que altera as regras de promoção dos servidores do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e do Plano de Carreiras de Magistério Do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico Federal, são as referências para a estruturação e a definição de ações que a UFJF vem implementando de forma a permitir o desenvolvimento dos Docentes e Técnico-Administrativos na carreira, resultando em um número expressivo de servidores qualificados.

Em 2015, 95% de docentes e 19% de TAE possuíam as titulações de doutores e mestres. Já em 2016, pode-se verificar 95% dos docentes do Magistério Superior e 23,5% dos técnico-administrativos com título de doutor ou mestre. Nota-se uma ampliação do percentual de TAEs com mestrado e/ou doutorado, o que denota melhoria na qualidade dos serviços prestados, bem como formação de multiplicadores de conhecimento, na UFJF.

Outro instrumento, nesse processo de desenvolvimento, foi a criação da Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD, cujo Regimento foi aprovado pelo Conselho Superior da UFJF, por meio da Resolução nº 25/2015, tendo sido seus membros eleitos no primeiro semestre de 2016. Foram criadas subcomissões para análises dos assuntos relacionados a vagas e alterações de regime de trabalho; estágio, progressão e promoção; afastamentos; Plano Individual de Trabalho e Barema; Substitutos e visitantes.

Os quadros a seguir apresentam um comparativo da formação da força de trabalho tendo como base os meses de dezembro/2015 e dezembro/2016. Nota-se, de modo geral, a elevação dos números de servidores qualificados nos quadros efetivos da UFJF.

Quadro VIII.1 - Magistério Superior

Regime	Titulação	2015		2016	
		Qtde	Totais	Qtde	Totais
20h	Graduação	1	134	1	139
	Especialização	38		40	
	Mestrado	44		40	
	Doutorado	51		58	
40h	Graduação	5	67	6	63
	Especialização	12		9	
	Mestrado	16		17	
	Doutorado	34		31	
DE	Graduação	2	1275	2	1296
	Especialização	20		14	
	Mestrado	269		235	
	Doutorado	984		1045	
TOTAIS			1476		1498

Fonte: Arquivos-Espelho SIAPE – Dez/2015 e Dez/2016.

Quadro VIII.2 - Magistério Superior – Campus Juiz de Fora

Regime	Titulação	2015		2016	
		Qtde	Totais	Qtde	Totais
20h	Graduação	1	102	1	102
	Especialização	12		11	
	Mestrado	42		37	
	Doutorado	47		53	
40h	Graduação	5	67	6	63
	Especialização	12		9	
	Mestrado	16		17	
	Doutorado	34		31	
DE	Graduação	2	1074	2	1079
	Especialização	20		14	
	Mestrado	170		147	
	Doutorado	882		916	
TOTAIS			1243		1244

Fonte: Arquivos-Espelho SIAPE – Dez/2015 e Dez/2016.

Quadro VIII.3 - Magistério Superior – Campus GV

Regime	Titulação	2015		2016	
		Qtde	Totais	Qtde	Totais
20h	Graduação	0	32	0	37
	Especialização	26		29	
	Mestrado	2		3	
	Doutorado	4		5	
40h	Graduação	0	0	0	0
	Especialização	0		0	
	Mestrado	0		0	
	Doutorado	0		0	
DE	Graduação	0	201	0	217
	Especialização	0		0	
	Mestrado	99		88	
	Doutorado	102		129	
TOTAIS			233		254

Fonte: Arquivos-Espelho SIAPE – Dez/2015 e Dez/2016.

Quadro VIII.4 - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Regime	Titulação	2015		2016	
		Qtde	Totais	Qtde	Totais
20h	Graduação	2	4	2	4
	Especialização	0		0	
	Mestrado	2		2	
	Doutorado	0		0	
40h	Graduação	2	3	2	3
	Especialização	1		1	
	Mestrado	0		0	
	Doutorado	0		0	
DE	Graduação	0	91	3	111
	Especialização	1		12	
	Mestrado	50		51	
	Doutorado	40		45	
TOTAIS		98		118	

Fonte: Arquivos-Espelho SIAPE – Dez/2015 e Dez/2016.

Quadro VIII.5 - Técnicos Administrativos em Educação

Nível	Totais	Pós-Doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Ensino Médio	Outros
E	490	0	31	203	221	35	0	0
D	793	0	4	115	274	212	171	17
C	222	0	2	16	58	47	66	33
B	70	0	0	2	12	11	21	24
A	22	0	0	0	1	6	6	9
Total 2016	1597	0	37	336	566	311	264	83
Total 2015	1600	0	31	279	580	311	303	96

Fonte: Arquivos-Espelho SIAPE – Dez/2015 e Dez/2016.

Quadro VIII.6 - Técnicos Administrativos em Educação – Campus Juiz de Fora

Nível	Totais	Pós-Doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Ensino Médio	Outros
E	415	0	30	183	182	20	0	0
D	699	0	4	110	250	180	139	16
C	217	0	2	16	57	46	63	33
B	70	0	0	2	12	11	21	24
A	22	0	0	0	1	6	6	9
Total 2016	1423	0	36	311	502	263	229	82

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dez/2016.

Quadro VIII.7 - Técnicos Administrativos em Educação – Campus GV

Nível	Totais	Pós-Doutorado	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Ensino Médio	Outros
E	75	0	1	20	39	15	0	0
D	94	0	0	5	24	32	32	1
C	5	0	0	0	1	1	3	0
B	0	0	0	0	0	0	0	0
A	0	0	0	0	0	0	0	0
Total 2016	174	0	1	25	64	48	35	1

Fonte: Arquivo-Espelho SIAPE – Dez/2016.

Para desenvolvimento da força de trabalho, conforme apresentado nos quadros anteriores, no exercício de 2016 foram desenvolvidas várias ações que visaram, de modo geral, o desenvolvimento institucional da Universidade Federal de Juiz de Fora. No decorrer deste texto são elencadas algumas dessas ações e políticas internas de pessoal e carreira (Docentes e TAEs) implementadas em 2016.

- **Capacitação**

No ano de 2016, a Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (CCDP/PROGEPE) deu continuidade e aperfeiçoou as políticas de capacitação e qualificação de seus servidores, ofertando os seguintes programas:

1. Programa de Apoio à Qualificação - PROQUALI.
2. Programa de reserva de vagas no mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública – PPGP.
3. Programa de reserva de vagas no mestrado Profissional em Administração Pública - PROFIAP.
4. Programa Nacional de Formação em Administração Pública/ Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino (PCCTAE) (de acordo com a Coordenadora do CEAD que acompanha dos editais pelo ATUAB o processo encontra-se paralisado desde 13/07/2016 aguardando orientação da CAPES/MEC).
5. Programa de vagas gratuitas reservadas nos cursos pagos de pós-graduação *lato sensu* (sua eficácia encontra-se suspensa, aguardando decisão sobre a constitucionalidade da matéria - PEC 395/2014).
6. Programa de capacitação - PROCAP.
7. Programa de reserva de vagas em disciplinas do projeto de universalização da oferta de língua estrangeira.
8. Seminário de Integração dos novos servidores.
9. Apoio às ações formativas para docentes da UFJF.

Programa de Apoio à Qualificação - PROQUALI.

No ano de 2016 o Programa de Apoio à Qualificação - PROQUALI passou por uma reestruturação com a atuação de uma Comissão com representantes de múltiplos segmentos, instituída pela Portaria nº201/2016. Referida Comissão procurou redefinir as normas do programa, culminando na Resolução nº 51/2016 do Conselho Superior. Com isso o programa passou a permitir a concessão de bolsas de pós-graduação *lato sensu*, alterou as regras para cumprimento de interstício, propôs edital de transição com diminuição do valor da bolsa.

No que concerne à oferta de bolsas, no ano de 2016 foram oferecidas 45 bolsas de incentivo à graduação (destinadas aos TAEs) e 147 bolsas de incentivo à pós-graduação *stricto sensu*

(destinadas aos Docentes e TAEs), priorizando os servidores que já eram bolsistas e aqueles que ingressaram no curso a mais tempo, possibilitando ainda a concessão de novas vagas no programa.

Salienta-se que o programa no ano de 2016 contribuiu para a qualificação de 71 servidores, sendo: 15 graduados, 26 mestres e 30 doutores.

- **Programa de reserva de vagas no mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.**

O Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora foi criado em 2009, é ofertado na modalidade semipresencial pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação CAEd/UFJF.

No ano de 2016 foram ofertadas 25 vagas destinadas aos servidores integrantes das carreiras de Docente e Técnico-Administrativos em Educação, tanto do *campus* de Juiz de Fora quanto do *campus* de Governador Valadares. A inovação ocorrida em 2016 permitiu a participação de Docentes no processo seletivo, e as cinco vagas destinadas aos docentes poderiam ser convertidas em vagas para servidores TAE.

- **Programa de reserva de vagas no mestrado Profissional em Administração Pública.**

O Mestrado Profissional em Administração Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora (PROFIAP/UFJF) teve início em 2016. O programa é coordenado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), associadas em rede nacional. O curso é ofertado na modalidade presencial pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis FACC/UFJF. No ano de 2016 foram ofertadas 11 vagas destinadas aos servidores integrantes das carreiras de Docente e Técnico-Administrativos em Educação.

- **Programa Nacional de Formação em Administração Pública/ Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino (PCCTAE).**

Em Dezembro de 2015, a Universidade Federal de Juiz de Fora recebeu o Edital nº 22/2015 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual convocou as Instituições Federais de Ensino Superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) para apresentação de propostas visando à oferta de cursos de graduação e pós graduação *lato sensu* na modalidade EaD. Ante ao surgimento desta oferta, a Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (CCDP-PROGEPE) buscou elementos que viabilizassem o levantamento de demandas e a definição de critérios racionais visando a subsidiar a tomada de decisão por parte dos gestores. Neste contexto, os trabalhos desenvolvidos pela CCDP concentraram-se em três vertentes principais, quais sejam: levantamento de dados quantitativos através do SIGA, levantamento de informações qualitativas através de aplicação de pesquisa destinada aos servidores TAEs e análise dos objetivos e metas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015 – 2019. Feito isso, apurou-se a existência de demanda pelos cursos propostos no Edital nº 22/2015-PNAP e visando, ainda, à escolha criteriosa, participativa e racional dos cursos ofertados, a Coordenação de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas (CCDP-PROGEPE), manifestou no sentido de que havia maior demanda institucional em relação ao curso de graduação em Administração Pública (Bacharelado) e ao curso de pós-graduação *lato sensu* em Gestão Pública. A apresentação de propostas ficou a cargo da Direção do CEAD que informou ter apresentado propostas para os cursos de Gestão Pública e Gestão Pública de Saúde. No entanto, o processo encontra-se paralisado desde 13/07/2016 aguardando orientação da CAPES/MEC.

- **Programa de capacitação - PROCAP.**

O programa de capacitação desenvolvido no âmbito desta Pró-Reitoria, no ano de 2016, ofertou 80 cursos de capacitação destinados aos servidores dos dois *campi* da UFJF (docentes e TAEs).

Nesta perspectiva, ao longo deste ano, 515 servidores (Docentes e TAEs) de ambos os *campi* participaram de alguma atividade de aperfeiçoamento ofertada por esta Universidade.

- **Programa de reserva de vagas em disciplinas do projeto de universalização da oferta de língua estrangeira.**

Esta iniciativa visa à capacitação para atender necessidades de alunos ou docentes de outras nacionalidades que necessitem de atendimento no âmbito desta IFE. Destarte, em 2016 foram ofertadas 20 vagas nas disciplinas de língua estrangeira disponibilizadas pelo Projeto de Universalização da língua estrangeira, distribuídas entre os idiomas inglês, francês, italiano, latim e espanhol aos servidores da UFJF.

- **Seminário de Integração e Formação de Carreiras dos novos servidores.**

Em 2016 foram capacitados 36 servidores, com uma carga horária de 30 horas.

- **Número de Docentes e TAEs atendidos pelos diversos programas da PROGEPE.**

Quadro VIII.8 - Docentes e TAEs atendidos em programas da PROGEPE.

PROGRAMA: CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	Nº Servidores atendidos em 2016
PROQUALI - oferta de bolsas	192
Vagas reservadas mestrado PROFIAP	11
Vagas reservadas mestrado CAEd	25
Cursos de Capacitação	515
Programa de reserva de vagas em disciplinas do projeto de universalização da oferta de língua estrangeira	20*
Seminário de Integração dos novos servidores	36

Fonte: CCDP/PROGEPE.

Notas: * Número de vagas, o número de inscritos fica a cargo da Prograd.

- **Programas e ações para melhoria da qualidade de vida dos TAEs e Docentes**

Tem-se caminhado na consolidação do Programa para Qualidade de Vida no Trabalho/PRÓ-VIDA, aprovado pela resolução do Conselho Superior nº 11/2014. Nesse sentido, torna-se fundamental a criação e fortalecimento dos Núcleos de Atenção à Saúde do Servidor – NASS – que tem como função promover a interlocução com a Unidade SIASS/UFJF nas questões relativas à saúde do servidor, bem como propor atividades para o aperfeiçoamento do modelo e do processo de atenção à saúde do servidor no âmbito da Unidade SIASS.

Em 2016 foram realizadas 16 visitas de itinerâncias da equipe da Coordenação de Saúde, Segurança e Bem Estar (COSSBE) nas unidades acadêmicas para formação e/ou consolidação dos

NASS e realizado o I Encontro da Rede NASS das Unidades Acadêmicas em julho de 2016, onde houve rico debate sobre a temática de saúde e segurança do trabalho. O evento contou com a participação de representantes de 12 Unidades Acadêmicas da UFJF.

Ainda no âmbito do Programa para Qualidade de Vida – PRÓ-VIDA merece destaque também os projetos de Meditação “Mindfulness”, para ressignificação do trabalho e melhora na qualidade de vida, Ginástica laboral - em parceria com a PROGRAD através do Programa de Treinamento Profissional e a Faculdade de Fisioterapia -; Servidor Saudável: corrida e caminhada, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Faculdade de Educação Física e Oficina de Memória, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Faculdade de Serviço Social, através do Polo de Enriquecimento Cultural.

O trabalho exerce papel determinante na vida e na saúde, em especial na saúde mental, razão que justifica uma intervenção qualificada que reduza a vulnerabilidade aos riscos à saúde, amplie os fatores de proteção e promova qualidade, tornando o trabalho mais saudável.

Em 2016, também dentro do PRÓ-VIDA foi implementado o Programa de Saúde Mental, composto por equipe multiprofissional, com assistente social, psicóloga, enfermeiro, psiquiatra e médicos peritos. O objetivo do Programa é oferecer acolhimento ao servidor que apresenta adoecimento mental relacionado ao trabalho ou não e realizar encaminhamentos de intervenções individuais ou coletivas de acordo com as situações apresentadas. Através desse Programa foi realizado convênio com Centro de Atenção Psicossocial do HU no sentido de encaminhar os servidores para acompanhamento nos ambulatórios da psiquiatria.

Foi solicitado e realizado ainda abertura de dois campos de estágio na COSBBE/SIASS referentes aos cursos de Medicina e Serviço Social com o objetivo de promover conhecimento na área de saúde do trabalhador.

Segue abaixo ações e projetos que tiveram continuidade em 2016 e novos projetos incorporados em 2016.

Quadro VIII.9 - Ações ou projetos inerentes ao PRÓ-VIDA.

Descrição da ação ou projeto inerente ao PRÓ-VIDA em execução:	
Ano de 2015.	
Programa de Ginástica laboral nos setores - CDARA, COPESE, CGCO, PROGEPE, COESF, PROINFRA, CRITT, FINANÇAS HU, FARMÁCIA HU, SIASS.	
1.	Acompanhamento e Suporte Domiciliar para servidores licenciados por motivo de saúde.
2.	Vamos Conversar.
3.	Oficina de Memória em parceria com o Polo de Enriquecimento Cultural.
4.	Programa “Servidor saudável - grupo de corrida e caminhada para servidores da UFJF” em parceria com Faculdade de Educação Física.
5.	Grupo de estudos, em parceria com a faculdade de Psicologia, para construção de política de enfrentamento do Assédio Moral com a produção de um documento propositivo.
6.	Programa de meditação <i>mindfulness</i> para ressignificação do trabalho e melhora na qualidade de vida.
Ano de 2016.	
7.	Ampliação de ambientes de trabalho com ginástica laboral: MAMM, Editora da UFJF, Centro de Biologia da Reprodução (CBR) e PROAE
8.	Programa de Prevenção, Promoção e Vigilância em saúde: estratégias no processo de atenção à saúde mental dos Servidores Públicos Federais.
9.	Convênio com Centro de Atenção Psicossocial/HU
10.	Abertura de dois campos de estágio na COSSBE/SIASS: para alunos do Serviço Social e Medicina

Fonte: COSSBE/PROGEPE.

- **Avaliação das condições de trabalhos.**

A Unidade do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS/UFJF, através da Gerência de Segurança do Trabalho em conjunto com a Medicina do Trabalho, realiza vistorias rotineiras para identificar, analisar, mapear e avaliar as condições de riscos de acidentes e doenças do trabalho que são inerentes aos processos produtivos e aos ambientes de trabalho da UFJF.

Como consequência deste trabalho de vistorias e de avaliação de riscos, a equipe técnica da Gerência de Segurança do Trabalho, elabora os “RPRAs - Relatórios de Prevenção de Riscos Ambientais”, relatórios estes, que identificam e apontam medidas de controle para os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes, enquanto a equipe técnica de Medicina do Trabalho elabora os “PAMOs – Programa de Atenção Médico Ocupacional”, que tem por objetivo identificar precocemente qualquer desvio que possa comprometer a saúde dos trabalhadores.

Busca-se assim, eliminar, reduzir, neutralizar ou controlar os fatores de riscos ocupacionais capazes de serem causas de acidentes do trabalho ou de doenças relacionadas ao trabalho e desta forma, contribuir para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

- **Avaliação de desempenho dos TAEs e Docentes.**

O Programa de Avaliação de Desempenho dos Técnico-Administrativos em Educação da UFJF – PROADES – tem como objetivo avaliar o desempenho do servidor Técnico-Administrativo em Educação, viabilizando a mudança de padrão de vencimento mediante a progressão por mérito, promovendo o seu desenvolvimento na carreira, o desenvolvimento da Instituição e a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Sua dinâmica de funcionamento é baseada em ciclos avaliativos anuais, divididos em três fases: 1ª fase, Pactuação das Metas; 2ª fase, Acompanhamento do Desempenho; e 3ª fase, Avaliação de Desempenho.

Em 2016, não foi possível iniciar o PROADES em janeiro, tendo em vista que, naquela ocasião, a instituição encontrava-se em meio a um processo eleitoral para definição de novo reitorado. Não se justificava, portanto, convocar as unidades a uma pactuação de metas, tendo em vista a iminente mudança de gestores no âmbito da administração superior e, por consequência, a definição de novas linhas de gestão no tocante a assuntos estratégicos da universidade.

A partir de 11/04/2016, teve início a nova gestão administrativa da UFJF e a definição de um novo organograma, cujo processo de formalização ainda encontra-se em andamento, não estando devidamente registrado no Sistema de Gestão Acadêmica – SIGA, meio eletrônico no qual o PROADES fora realizado nos últimos anos.

Em face dessa circunstância, não sendo possível realizar o PROADES no SIGA, o mesmo ocorreu por meio de Processo físico. A Coordenação de Avaliação e Movimentação de Pessoas adequou o formato eletrônico para formulários tradicionais, em papel, ficando o 7º ciclo avaliativo, correspondente ao ano de 2016, fixado de junho a dezembro de 2016.

A primeira fase do Programa, de Pactuação das Metas, ocorreu no período de 01 a 30 de junho de 2016. As cinquenta (50) Unidades de Avaliação receberam o processo físico e elaboraram seu Plano de Metas, no qual cada equipe definiu suas metas coletivas e cada Técnico-Administrativo as suas metas individuais, vinculadas às metas de sua equipe.

Ao longo do mês de julho de 2016, os processos retornaram à Coordenação de Avaliação e Movimentação de Pessoas, que procedeu as suas análises, buscando identificar o teor das metas pactuadas e a participação dos TAEs, bem como identificar os casos de licenças, afastamentos ou férias, que se configuram como justificativas para uma eventual não inclusão do TAE no Plano de Metas.

Durante as análises dos processos, identificou-se que não seria viável manter a segunda fase do Programa, de Acompanhamento do Desempenho, em seu formato tradicional, tendo em vista que

o ciclo avaliativo em questão fora reduzido em cinquenta por cento do seu tempo habitual. Concluiu-se que seria necessário mais tempo para que as equipes pudessem dar consecução aos seus trabalhos, visando ao cumprimento das metas pactuadas em junho e que um aligeiramento do Programa, fazendo-se cumprir as três fases num período de seis meses não seria profícuo.

Concomitantemente, teve início em setembro de 2016 o trabalho itinerante, por meio do qual a equipe da Coordenação de Avaliação e Movimentação de Pessoas foi as Unidades Acadêmicas e Administrativas, ao encontro dos servidores para dialogar, de forma coletiva, ouvindo suas experiências, demandas, dificuldades, desafios e eventuais críticas, a fim de estreitar os laços institucionais. Esse trabalho foi iniciado, tendo sido realizadas, até o presente momento, visitas em dez Unidades de avaliação.

A terceira fase do Programa, de Avaliação do Desempenho, encontra-se em andamento. Os processos das cinquenta Unidades de Avaliação foram remetidos novamente a elas no dia 03 de janeiro de 2017, com as informações acerca do Relatório Final de Avaliação de Desempenho, o qual deverá ser produzido e juntado ao processo, que deverá ser remetido de volta à CAMP até o dia 03 de fevereiro de 2017.

Tal relatório deve ser produzido a partir da reflexão conjunta e razoável acerca das atividades realizadas pelas equipes, no período de junho a dezembro de 2016, tendo como base o Plano de Metas formulado na primeira fase do Programa. Os dados apresentados pelas Unidades subsidiarão o Relatório Final do PROADES, a ser elaborado pela Coordenação de Avaliação e Movimentação de Pessoas da PROGEPE, contendo informações quanto ao resultado do 7º ciclo, englobando as dificuldades apresentadas e os avanços obtidos no decorrer desse período.

A avaliação de desempenho dos Docentes é realizada na Unidade Acadêmica e acompanhada por meio dos Planos Individuais de Trabalho-PIT.

IX- Diretoria de Relações Internacionais

1) Ações realizadas de abril a dezembro de 2016

- Estabelecimento da 1ª Parceria Erasmus+
- Reforma das instalações e sinalização
- Ampliação do horário de funcionamento. Distribuição da equipe em dois turnos.
- Centralização das atividades e dos processos na Secretaria Executiva
- Reestruturação do Nucli Idiomas sem Fronteiras
- Elaboração e execução do Projeto Attachés de apoio diplomático na recepção das delegações olímpicas em nossa universidade
- Condução do PIIGRAD e PIIJoão 2016 : nossos dois editais de intercâmbio
- A DRI buscou a participação e inserção em missões de capacitação:
 - Seminário na UFLA : dois servidores
 - Seminário Faubai (Sudeste) : um servidor
 - Encontro da Rede Uniminas: uma servidora
 - Encontro da embaixada da França em Belo Horizonte :uma servidora
- * Participação presencial da diretora em encontros estratégicos:
 - Seminário de internacionalização promovido pelo estado de Minas Gerais
 - Seminário de internacionalização promovido pela UFF
 - Seminário internacional para universidades latino-americanas e estadunidenses
 - Seminário de internacionalização na Andifes
 - Seminário de internacionalização sudeste da Faubai

- Encontro de reitores promovido pelo Grupo Tordesilhas
- Encontro dos gestores do Idiomas sem Fronteiras

- Desenvolvemos e aplicamos dois módulos do Curso de Inglês para os motoristas de nossa IES
- Preparação da equipe da DRI para oferecimento de serviços de intérprete e cerimonial bilíngue
- Renovação e estabelecimento de novos acordos internacionais
- Acordo para o recebimento de estudantes da U Parma (Grupo Coimbra)
- Recepção de alunos estrangeiros
- Em processo: Negociação de parcerias com 3 Universidades Argentinas (Universidade de Córdoba, Universidade de Mar del Plata e Universidade de Tucumán) para a formação de uma rede
- Em processo: planejamento da tradução dos sites dos programas de pós-graduação
- Em processo: atualização de anuidades atrasadas dos grupos

2) Diagnóstico das principais fraquezas encontradas no setor

- Baixa informatização de dados
- Baixo número de estrangeiros em nossa universidade (o que inviabiliza vagas para nossos alunos nas universidades parceiras, já que os acordos pressupõem a vinda de um aluno pela ida de um outro).
- Falta de controle do cadastro de todos os estrangeiros da UFJF (sobretudo na Pós)
- Inexistência de registro formal de pesquisador
- Ausência de cursos de verão em idioma estrangeiro
- Ausência de disciplinas regulares em idioma estrangeiro na graduação ou pós-graduação
- Ausência de uma política linguística clara para ensino de língua estrangeira em nossa instituição
- Dificuldade em assessorar grupos de pesquisa internacionais
- Ausência de modalidade estágio internacional (incoming/outgoing)
- Ausência de diretriz de validação de créditos entre UFJF e universidades estrangeiras
- Muitos acordos vencidos
- Ausência da UFJF em TODOS os fóruns de internacionalização internacionais ou nacionais
- Baixa divulgação de nossa universidade no exterior
- Inexistência dos sites da UFJF em inglês

3) Proposição de metas para 2017

1) A Diretoria de Relações Internacionais

1.1) Missão:

Promover uma visão plural de mundo através da internacionalização.

1.2) Visão:

Aprofundar e ampliar relações diplomáticas com parceiros globais, expandindo a mobilidade acadêmica e as possibilidades de cooperação em pesquisa e publicação, bem como implementar, num contexto de internacionalização em casa, a política linguística da UFJF.

1.3) Valores:

Diplomacia;
 Ética;
 Pró-atividade;
 Ser um cidadão global.

2) Situação Atual

2.1) Análise de Dados

Devido à baixa informatização dos processos da Diretoria de Relações Internacionais, os dados referentes ao *incoming* de estrangeiros na área da pós-graduação foram estimados pela equipe DRI. *Dados retirados do SIGA, no dia 2 de dezembro de 2016.

QUADRO GERAL DE ALUNOS –UFJF*

Tipo de curso	Alunos	
DOUTORADO	794	
ESPECIALIZAÇÃO	215	
ESPECIALIZAÇÃO UAB	34	
GRAD/MESTRADO	2	
GRADUAÇÃO PRESENCIAL	18408	
GRADUAÇÃO UAB	1332	
MESTRADO	2183	
TOTAL:	22968	
INCOMING:	ATUAL	META
Graduação	18	80
PEC-G	14	70
Pós-Graduação	80	80
TOTAL:	106	230
(%) Incoming UFJF	0,46%	1,00%
OUTGOING:	ATUAL	META
João XXII	15	15
PII-GRAD	38	85
Pós	100	130
TOTAL:	153	230

(%) Outgoing UFJF	0,66%	1,00%
-------------------	-------	-------

3) Objetivos Estratégicos

3.1) Público Atendido

Aumentar de 0,46% para 1% o *incoming* de estrangeiros, comparado ao número de alunos atualmente matriculados na UFJF.

Aumentar de 0,66% para 1% o *outgoing* de alunos da UFJF, comparado ao número de alunos atualmente matriculados na instituição.

3.2) Processos Internos

Informatizar os processos internos na DRI, por meio de novos módulos no SIGA.

Aumentar parcerias internacionais, estendendo-as ao eixo Sul-Sul. Construir parcerias em acordos bilaterais, visando a mobilidade acadêmica de nossos alunos e pesquisadores e a publicação em revistas indexadas.

3.3) Captação de Recursos

Diversificar as possibilidades de bolsas de intercâmbio outgoing, com o apoio da iniciativa privada e órgãos de fomento. Para o cumprimento das metas da DRI, é necessária a utilização do recurso do MEC em 2017 específico para internacionalização, o PDU, e o recurso do Idiomas sem Fronteiras, para que equipemos os ambientes receptivos aos pesquisadores estrangeiros e aos nossos alunos, docentes e TAEs. A Diretoria de Relações Internacionais, além disso, depende muito do SCDP. Precisamos trabalhar em cooperação com os servidores da universidade que hoje cuidam do SCDP, a fim de que caminhemos para uma compreensão da importância das missões internacionais e do bom recebimento dos professores estrangeiros em nossa instituição.

3.4) Aprendizado e Crescimento

Investir na política linguística da UFJF, capacitando alunos, TAEs e docentes em outros idiomas, conforme diretrizes do MEC.

4) Planos de Ação

4.1) Disciplinas Optativas em Outros Idiomas

Criação de disciplinas optativas em Inglês nos cursos de graduação e, possivelmente, em Espanhol. As disciplinas serão como seminários ministrados por três ou mais professores das áreas de ensino em Inglês e, se possível, em Espanhol. As disciplinas poderão ser cursadas tanto por nossos alunos quanto por alunos estrangeiros.

4.2) Cursos de Verão

Criação de cursos de verão ministrados em Inglês e em outros idiomas, conforme a disponibilidade dos professores envolvidos. O curso deverá conter quatro disciplinas, cada uma com 4 horas diárias e 20 horas semanais, composto por alunos e docentes nacionais e internacionais. A implementação desses cursos abrirá a possibilidade de abertura de vagas e participação de nossos

alunos em cursos de verão e cursos regulares nas universidades parceiras, fomentando também a mobilidade *outgoing*.

4.3) Fórum de Internacionalização

Criação de um fórum de internacionalização composto por pelo menos um professor de cada unidade acadêmica desta universidade com o objetivo de fomentar a discussão e também a implementação das ações de internacionalização.

4.5) Traduções de Conteúdo Acadêmico

Traduzir todas as ementas da UFJF, todas as páginas de todos os Programas de Pós-Graduação e o conteúdo principal do site da UFJF, bem como lançar o projeto LABstract, com tradutores que terão como objetivo auxiliar pesquisadores nas publicações internacionais na UFJF, por meio da revisão de artigos científicos submetidos a revistas internacionais.

4.6) Centro de Línguas – Proficiência Centralizada

Articulação com a Faculdade de Letras, a pró-reitoria de Extensão e a Fadepe para a criação de um Centro de Línguas que seja capaz de aplicar, elaborar e corrigir provas de nivelamento para os programas de pós-graduação de nossa universidade, bem como oferecer serviços de tradução.

Além disso, estabeleceremos como uma das possibilidades de comprovação de proficiência em todos os processos seletivos de pós-graduação na UFJF o exame TOEFL ITP, sendo a definição da nota mínima acordada por cada programa, considerando suas necessidades e especificidades.

4.7) Ensino de Idiomas - Idiomas sem Fronteiras

Estabelecer uma articulação efetiva com o PU (Programa de Universalização), com cessão parcial do espaço da DRI e apoio nas ações de formação dos seus professores-bolsistas.

Além disso, oferecer suporte aos professores que desejam ministrar disciplinas em inglês através da criação de um módulo no Idiomas sem Fronteiras voltado para os docentes da UFJF baseado no método EMI (English as a Medium of Instruction) oferecido pelo British Council ao MEC, bem como criar módulos específicos para capacitação de TAEs em articulação com a PROGEPE.

Por fim, buscar a inclusão de outras línguas no sistema Idiomas sem Fronteiras: Espanhol, Italiano, Francês, Alemão, Português para estrangeiros, com a Criação de uma bolsa para cada área no valor de 500 reais.

4.8) Validação de Créditos

Aprovação de resolução sobre validação de créditos de universidades estrangeiras no CONGRAD, baseada em procedimentos adotados na USP.

4.9) Emissão de Histórico em Língua Inglesa

Articulação com CDARA e CGCO para emissão de histórico em língua inglesa e apoio na disponibilização de ementas das disciplinas em idioma estrangeiro.

4.10) Recepção do Pesquisador Estrangeiro

Criar a figura do professor pesquisador estrangeiro, de forma a conceder a ele acesso à rede Wi-Fi, Restaurante Universitário, biblioteca e outros serviços aos quais os alunos regulares têm

direito. Ademais, apoiar de outras formas programas de pós-graduação que recebem pesquisadores estrangeiros.

4.11) Atualização das Rotinas de Pós-Graduação para Estrangeiros

Diminuir a quantidade de documentos necessários para matrícula de alunos estrangeiros nas pós-graduações, facilitando seu ingresso.

4.12) Oferecimento de Treinamento para Atletas Estrangeiros

Lançar do primeiro Edital de Atleta Estrangeiro, a fim de aproveitar as instalações e pessoal da UFJF para qualificar atletas provenientes de nossas universidades parceiras.

4.13) Divulgação da UFJF no Exterior

Elaboração de cartilhas e folhetos de divulgação da UFJF no exterior, a serem distribuídos em missões internacionais, contendo informações como: Estrutura física e acadêmica, produção científica, de extensão e ações voltadas diretamente para estrangeiros.

Participar ativamente dos fóruns de internacionalização, de modo a identificar e ter acesso a novas parcerias promissoras, inserindo a UFJF no mapa mundial de destinos possíveis dos nossos parceiros ao redor do globo.

4.14) Rede Ciências sem Fronteiras Núcleo Juiz de Fora

Incubar a Rede Ciência Sem Fronteiras na DRI, como projeto de extensão, fomentando programas para vivência de cultura estrangeira para a comunidade acadêmica e economicamente vulnerável de Juiz de Fora.

Inicialmente, a Rede CsF contará com o Projeto Universitário por um dia, que traz estudantes da rede pública de ensino para a UFJF, com o intuito de apresentar melhor a rotina dos universitários da área em que almejam atuar. A iniciativa também envolve o Clube de Idiomas, que promove a prática dos idiomas estrangeiros: Inglês, Alemão, Espanhol, Francês e Italiano nas dependências do Restaurante Universitário.

4.15) Equipe de Intérpretes

Formalizar a atuação da equipe de intérpretes de forma eficaz nos eventos da universidade.

4.16) Ativação das Parcerias com Redes Universitárias

Internacionalizar os grupos de pesquisa da UFJF com as oportunidades oferecidas pelo grupo Tordesilhas e pelo grupo Coimbra. Além disso, diversificar as possibilidades de mobilidade e financiamento acadêmicos por meio dessas parcerias.

4.17) Expansão do Programa PEC-G e PEC-PG

Mapear, informatizar, e divulgar o processo de admissão e manutenção de alunos pelo PEC-G, possibilitando a expansão do número de estrangeiros na UFJF. Além disso, institucionalizar e ampliar o recebimento de alunos pelo programa PEC-PG.

10. ANEXO 2- OUTRAS PEÇAS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1. Relatório de Instância ou área de correição

PENDÊNCIAS CGU-PAD							
nº	Nº Processo	Localização	Data do Envio	Situação Atual no CGU-PAD	Data da Situação	Pessoa Envolvida	Assunto
28	23071.013345/2008-51	GABINETE	15/08/2016	Instauração/Instrução	15/10/2008	Érika Alves de Melo	Assédio moral Ausência ou imp pontualidade ao serviço
9	23071.010198/2009-48	ICB	07/08/2009	Encaminhado para Julgamento	09/09/2009	Não há ou não cadastrado	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
8	23071.004643/2010-74	ICB	12/04/2010	Encaminhado para Julgamento	12/05/2010	Não há ou não cadastrado	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
2	23071.007872/2011-21	COORDENAÇÃO DE COMPRAS E PATRIMÔNIO	28/06/2011	Encaminhado para Julgamento	22/08/2011	Alexander Moreira de Almeida	Ausência ou imp pontualidade ao serviço
17	23071.001183/2011-11	PROCURADORIA-GERAL	05/10/2011	Indiciamento/Citação/Defesa	22/08/2011	Isabel Cristina Venancio	Ausência ou imp pontualidade ao serviço
19	23071.009935/2011-84	PROCURADORIA	10/09/2012	Indiciamento/Citação/Defesa	22/11/2011	Cassia Viviani Silva Santiago	Não especificado no sistema
10	23071.010933/2011-38	PROGEPE	08/04/2015	Encaminhado para Julgamento	24/01/2012	Não há ou não cadastrado	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
18	23071.004404/2012-86	AUDITORIA GERAL	18/03/2015	Indiciamento/Citação/Defesa	09/04/2012	LYNA RIBEIRO DA FONSECA	Ausência ou imp pontualidade ao serviço
7	23071.001494/2015-04	SECRETARIA DIRECAO GERAL /HOSP UNIV	19/02/2015	Encaminhado para Julgamento	10/02/2015	Não há ou não cadastrado	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
4	23071.001466/2015-89	DIRETORIA DO CAMPUS DE GV	20/09/2016	Encaminhado para Julgamento	20/03/2015	Vinicius de Almeida Vieira	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
11	23071.019966/2014-96	PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO	25/04/2016	Encaminhado para Julgamento	20/03/2015	Andréia Peraro do Nascimento	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
21	23071.002906/2015-15	PROGEPE	30/09/2016	Instauração/Instrução	20/03/2015	Celio Carneiro Chagas	Acumulação indevida de cargos
24	23071.012542/2014-09	PROGEPE	30/09/2016	Instauração/Instrução	20/03/2015	Eduardo Valle Pinheiro Celio Carneiro Chagas	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos
29	23071.002905/2015-71	PROGEPE	29/02/2016	Instauração/Instrução	20/03/2015	RAFAEL GUEGL VALENTE PAPA	Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações
3	23071.000537/2015-26	SECRETARIA DA DIRETORIA DE SEGURANCA	07/01/2016	Encaminhado para Julgamento	08/05/2015	Não há ou não cadastrado	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
5	23071.001467/2015-23	PROCURADORIA GERAL	14/04/2016	Encaminhado para Julgamento	26/05/2015	Eduardo Henrique Beber	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
6	23071.001469/2015-12	PROCURADORIA GERAL	14/04/2016	Encaminhado para Julgamento	26/05/2015	Roberta Passos do Espirito	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
13	23071.020273/2013-65	PROGEPE	15/04/2015	Encaminhado para Julgamento	15/11/2015	ELIDIO FABIO GOULART DE LANA	Acumulação indevida de cargos
1	Nº Processo	GABINETE	26/10/2015	AVOCAÇÃO/REQUISICÃO PELA CGU	03/12/2015	Não há ou não cadastrado	Favorecimento próprio ou de terceiros Desrespeito ao sigilo de informações Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos
15	23071.012190/2015-64	PROINFRA	16/08/2016	Encaminhado para Julgamento	23/12/2015	Não há ou não cadastrado	Desaparecimento ou perecimento de bens públicos
12	23071.003692/2016-85	INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA (GV)	10/10/2016	Encaminhado para Julgamento	18/04/2016	Hegligson Custódio Toledo	Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos Irregularidades definidas em normativos ou regulamentos
16	23071.001621/2016-48	GABINETE	05/05/2016	Encaminhado para Julgamento	28/04/2016	Não há ou não cadastrado	Irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos
20	23071.001867/2016-10	PROGEPE	25/10/2016	Instauração/Instrução	28/04/2016	Pedro de Freitas Damasceno da Rocha	Ausência ou imp pontualidade ao serviço
14	23071.011177/2016-79	DIREITO	03/10/2016	Encaminhado para Julgamento	20/07/2016	Lucas Nardelli Monteiro de Castro	Assédio moral
25	23071.016008/2016-25	DIREITO	31/08/2016	Instauração/Instrução	29/08/2016	LUCAS NARDELLI MONTEIRO DE CASTRO	Falta de urbanidade; conduta escandalosa; incontinência pública; manifestação de apreço ou desapeço
23	23071.016800/2016-80	DIREITO	09/09/2016	Instauração/Instrução	09/09/2016	Erika Alves de Mello	Ausência ou imp pontualidade ao serviço Concessão irregular de benefícios, licenças ou autorizações
26	23071.017117/2016-60	DIRETORIA DO CAMPUS DE GV	14/09/2016	Instauração/Instrução	15/09/2016	Não há ou não cadastrado	Favorecimento próprio ou de terceiros
27	23071.017118/2016-12	DIRETORIA DO CAMPUS DE GV	14/09/2016	Instauração/Instrução	15/09/2016	Não há ou não cadastrado	Reconhecimento de dívida
22	23071.017993/2016-96	PROCURADORIA	06/12/2016	Instauração/Instrução	10/10/2016	SEBASTIAO HELVECIO RAMOS DE CASTRO	Reconhecimento de dívida Ausência ou imp pontualidade ao serviço

10.2. Declarações

Declaração de integridade e completude das informações sobre contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal

DECLARAÇÃO

Eu, **Eduardo Antônio Salomão Condé**, CPF nº 452.011.296-68, **Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças**, exercido na **Universidade Federal de Juiz de Fora** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Juiz de Fora, 24 de fevereiro de 2017

Eduardo Antônio Salomão Condé

CPF 452.011.296-68

DECLARAÇÃO

Eu, **MICHELLE PEON MANARINO REBELLO**, CPF nº 013 912 077-77, Coordenadora de Contratos da Universidade Federal de Juiz de Fora, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a **contratos** firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Juiz de Fora, 26 de janeiro de 2017.

Michelle Peon Manarino Rebello

CPF nº 013 9120 77-77

Coordenadora de Contratos da UFJF



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo
Diretoria de Normas e Gestão de Contas

Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Emilia Maria Fernandes Bastos, CPF nº 332477736-49, Coordenadora de Convênios, exercida na Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças/UFJF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016, por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Juiz de Fora, 24 de fevereiro de 2017


Emilia Maria Fernandes Bastos

332.477.736-49

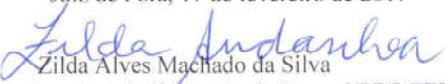
Coordenadora de Convênios/PROPLAN/UFJF

Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

D E C L A R A Ç Ã O

DECLARO junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da Universidade Federal de Juiz de Fora, no exercício de 2016, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Juiz de Fora, 17 de fevereiro de 2017


Zilda Alves Machado da Silva
Coordenadora de Administração de Pessoal/PROGEPE/UFJF
CPF: 236.075.486-68

Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

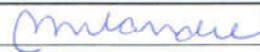
D E C L A R A Ç Ã O

Declaro junto aos órgão de controle interno e externo que todos os servidores da Universidade Federal de Juiz de Fora obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram no exercício de 2016 suas declarações de bens e rendas junto a esta Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgão de controle.

Juiz de fora, 10 de fevereiro de 2017.


Zilda Alves Machado da Silva
Coordenadora de Administração de Pessoal/PROGEPE
CPF. 236.075.486-68

Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

DECLARAÇÃO DA GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA		150231/153061/155038	
<p>Declaro para fins de composição do Relatório de Gestão de 2016, que todas as movimentações orçamentárias do Órgão 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora, tanto a proposta orçamentária, perpassando pelas Reestimativas da Receita, até as solicitações dos créditos adicionais, são efetuados via Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle (SIMEC), bem como no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) no exercício de 2016.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Juiz de Fora (MG)	Data	09 de março de 2017
Contador Responsável		CRC nº	0048.751 - MG
	Jucilene Melandre da Silva		

Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa	Código da UG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	150231/153061/155038
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2016 dos órgãos subordinados relacionados abaixo, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante às ressalvas na unidade gestora apresentadas abaixo:</p> <p>Unidade Gestora: 150231 Ressalvas: a) Falta do Registro da amortização dos bens patrimoniais. Justificativa para permanência da restrição contábil no encerramento do exercício de 2016: a) O sistema interno, que servirá como origem do cálculo de amortização, encontra-se em fase de implementação. Esta Universidade tem despendido esforços para que sua execução ocorra no exercício de 2017.</p> <p>Unidade Gestora: 153061 Ressalvas:</p>	

- a) Conformidade de Registro de Gestão com restrições.
- b) Incompatibilização entre o saldo contábil de bens móveis com o relatório de movimentação de bens móveis - RMB.
- c) Falta do Registro da amortização dos bens patrimoniais.
- d) Saldo invertido em conta-corrente.
- e) Incoerência em saldo do Balanço Patrimonial.
- f) Demais incoerências - DDR.

Justificativa para permanência da restrição contábil no encerramento do exercício de 2016:

- a) Apontamentos realizados pelo Conformista de Gestão para orientação quanto as melhores práticas no registro dos fatos contábeis.
- b) A diferença entre os saldos contábil e do RMB ocorreu pela transferência direta realizada pela Anatel, por meio das NSs 839/16 e 863/16, de um bem doado a esta UFJF. O processo de doação encontra-se em fase final de regularização por esta UG, para que possa ser o bem devidamente incorporado ao patrimônio.
- c) O sistema interno, que servirá como origem do cálculo de amortização, encontra-se em fase de implementação. Esta Universidade tem despendido esforços para que sua execução ocorra no exercício de 2017.
- d) A inversão do saldo ocorreu por pagamento indevido de ISS. Houve pagamento em duplicidade deste tributo devido a falha ocorrida no SIAFI. Esta Universidade já encaminhou procedimento administrativo para que a Prefeitura de Juiz de Fora faça a restituição. Até o presente momento, a citada municipalidade não se manifestou.
- e) A conta contábil 12.311.99.05 - Bens Móveis em Trânsito apresenta saldo desde o ano de 2015, o qual tem origem na transferência de bens desta UG para a UG 158414. Mesmo após inúmeras tentativas de contato e aceite do dirigente máximo desta UG, o setor responsável não efetuou o lançamento para regularização do processo de transferência.
- f) Estamos aguardando orientação da CCONT/STN para regularização da equação.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Juiz de Fora (MG)	Data	10 de Março de 2017
Contador Responsável	Maria Simoni do Nascimento Soncin	CRC nº	055.783/O-3

Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA		150231/153061/155038	
<p>Declaro que após o exame preliminar da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, relativos ao exercício de 2016, desta unidade jurisdicionada, onde foram verificadas algumas inconsistências, apresentadas a seguir:</p> <p>a) No tocante a conformidade contábil, em relação aos responsáveis pela realização de tal conformidade, detectou-se que na unidade gestora 155038 (Campus Governador Valadares) ainda não há um responsável pela realização da conformidade de gestão e contábil tendo em vista que esta UG não é executora.</p> <p>b) Descrevemos as ocorrências não sanadas até o final do exercício de 2016, indicando as justificativas da não regularização:</p> <p>O órgão 26237 - Universidade Federal de Juiz de Fora ainda não está gerando os valores mensais de amortização de seu Ativo Intangível. Esta unidade está empenhada para que seu sistema de controle interno esteja apto a fazer os cálculos desta rotina em 2017.</p> <p>Diariamente o Conformista de Gestão faz análise criteriosa dos documentos que originam os fatos contábeis da UG 153061. Em decorrência disso, aponta, quando observadas, as falhas nos registros. Mesmo sendo motivo de restrição, tal trabalho tem contribuído para conscientização dos demais servidores responsáveis pelos lançamentos.</p> <p>A UG 153061 apresentou, no final do exercício de 2016, valores distintos entre o Relatório de movimentação de bens móveis - RMB e o saldo contábil. A divergência tem origem em um processo de doação realizado pela Anatel diretamente na UG da Universidade. Devido a algumas inconsistências na documentação do veículo doado, o setor de transporte da UFJF não efetuou a incorporação do bem em seu patrimônio. Atualmente, a documentação está regularizada e o processo de incorporação está em andamento.</p> <p>Há divergência também na inversão de saldo da conta corrente da conta contábil 6321000. O saldo ficou invertido devido a pagamento em duplicidade do ISS. Foi encaminhada solicitação de restituição do imposto pago indevidamente, mas a Prefeitura de Juiz de Fora, até o presente momento, não se manifestou.</p> <p>Ademais, a UFJF efetuou lançamento de transferência de bens para a UG 158414, a qual não efetuou os registros de aceite. Assim, o Balanço Patrimonial apresenta um saldo alongado na conta de Bens móveis em trânsito. Esta Universidade tomou todas as providências que lhe cabiam para que o IFSUDESTE-MG realizasse o devido registro de incorporação destes bens em seu patrimônio. Porém, até o presente momento não obteve sucesso.</p> <p>Por fim, tem sido motivo de restrição uma conta poupança que esta Universidade possui no Banco do Brasil relativa a doação efetuada em 1965 de ações do Banco Itaú, cujos rendimentos dever ser mantidos em caderneta de poupança. Este assunto já foi pauta de auditoria efetuada pelo MEC. Após o apontamento da restrição, a UFJF entrou em contato com o MEC para obter orientações quanto a sua regularização. Ainda estamos no aguardo.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Juiz de Fora (MG)	Data	10 de Março de 2017
Contador Responsável	<i>Maria Simoni do N. Soncin</i> Maria Simoni do Nascimento Soncin	CRC nº	055.783/O-3

11. ANEXO 3- OBRAS EM 2016

Anexo 3- Relações das obras não finalizadas em 2016

OBRA EM EXECUÇÃO							
CONSTRUTORA	CONTRATO	CC	NOME DA OBRA	VALOR TOTAL	EMPENHADO	LIQUIDADO	SALDO
CONSTRUTORA GUIA	003/2014	006/2013	Obras Faefid, Facom e outras	40.694.091,28	37.357.272,03	26.403.340,17	10.953.931,86
CONSTRUBANC	064/2016	002/2016	Reformas e adequação diversas áreas Campus	155.853,27	155.853,27	110.135,65	45.717,62
CONSTRUBANC	066/2016	005/2016	Reforma Laboratório ICB	1.065.133,75	1.016.630,54	284.128,86	732.501,68
NIVELAR	076/2016	CS 0153/16	Emergencial Contenção de Talude UFJF	1.113.991,36	1.113.991,36	502.589,14	611.402,22
RIBEIRO ALVIM	050/2016	TP 0001/2016	Talude Radiologia HU	344.876,47	344.876,47	219.852,17	125.024,30
CONTROLE OBRA PARALISADAS							
CONSTRUTORA RV	006/2014	07/2013	Construção, em regime de empreitada por preço global, da construção do novo Prédio da Reitoria da UFJF com área de 20.260m2	56.491.200,14	45.942.984,34	5.610.924,51	40.332.059,83
CONSTRUTORA RV	005/2014	05/2013	Moradia, faculdade de direito, faculdade de administração, almoxarifado, transportes, pronto atendimento, faculdade de farmacia/faculdade de odontologia, laeep	37.207.878,11	24.947.339,46	4.605.113,34	20.342.226,12
ENGETRAN	188/2012	011/2012	Obras civis no anel viário da UFJF	7.967.367,47	7.967.367,47	-	7.967.367,47
CONSTRUTORA GUIA	004/2014	08/2013	Construção, em regime de empreitada global, do novo prédio anexo ao Colégio João XXIII	14.026.500,15	10.798.416,35	-	10.798.416,35
NIVELAR	140/2014	03/2013	HU/ Estacionamento	2.515.947,70	2.515.947,70	-	2.515.947,70
TRATENGE	161/2012	01/2011	HU	244.301.292,65	120.171.663,30	113.395.891,75	6.775.771,55
COLLEM MOHALLEM	166/2012	013/2012	Obras civis para implantação do parque tecnológico	72.311.970,53	40.733.333,00	-	40.733.333,00
TRATENGE	144/2012	014/2012	Campus governador valadares	181.172.998,18	63.036.620,19	63.036.620,19	-

Fonte: ProInfra